

KÁTIA CRISTINA DA SILVA IZAÍAS

**POPULAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICA NA FORMAÇÃO DA
CIDADE DE JUNDIAÍ – 1615-1890**

CAMPINAS, 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA
MESTRADO EM DEMOGRAFIA

KÁTIA CRISTINA DA SILVA IZAÍAS

**POPULAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICA NA FORMAÇÃO DA
CIDADE DE JUNDIAÍ - 1615-1890**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DA UNICAMP PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM DEMOGRAFIA.**

PROF^a. DRA. ROSANA APARECIDA BAENINGER

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387

Iz1p	Izaias, Kátia Cristina da Silva, 1975- População e dinâmica econômica na formação da cidade de Jundiaí, 1615-1890 / Kátia Cristina da Silva Izaias. - - Campinas, SP : [s. n.], 2012. Orientador: Rosana Aparecida Baeninger. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1. Dinâmica demográfica . 2. Economia regional. 3. Migrações. 4. Jundiaí – População – História. I. Rosana Aparecida Baeninger, 1963- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.
------	---

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Population and economic dynamics in the formation of Jundiai city, 1615-1890

Palavras-chave em inglês:

Demographic dynamics

Regional economics

Migration

Jundiai – Population - History

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Aparecida Baeninger [Orientadora]

Paulo Eduardo Teixeira

Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi

Data da defesa: 23-05-2012

Programa de Pós-Graduação: Demografia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

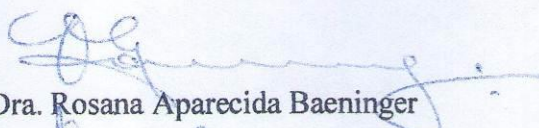
*População e dinâmica Econômica na formação da Cidade de Jundiaí,
1615-1890.*

KÁTIA CRISTINA DA SILVA IZAIAS

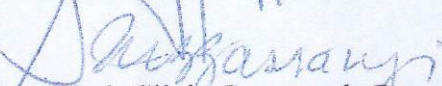
Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Demografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob a orientação da Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger.

Este exemplar corresponde à redação final defendida e aprovada em, 23/05/2012.

Banca:


Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger


Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira


Profa. Dra. Maria Sílvia Casagrande Beozzo Bassanezi

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo – suplente
Profa. Dra. Roberta Guimarães Peres - suplente

CAMPINAS/2012

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos com uma frase do poeta Geraldo Eustáquio de Souza: “Tentar e falhar é, pelo menos, aprender. Não chegar a tentar é sofrer a inestimável perda do que poderia ter sido”.

Sem dúvida nesta caminhada de amadurecimento acadêmico e pessoal, muitas pessoas se fizeram presentes mesmo antes do mestrado em si, que, por sua vez, certamente abrirá novas portas e novos relacionamentos surgirão.

Neste momento, porém, aproveito para lembrar com muito carinho de todas as pessoas que contribuíram e apoiaram a realização deste trabalho.

Antes de tudo agradeço a Deus, por sempre prover o meu caminho com inspirações, ideias, oportunidades e pessoas, que tornaram essa conquista não apenas um feito individual também coletivo.

Aos meus familiares em geral, aos meus pais, Josefa e Adão, pela confiança e apoio; por sempre acreditarem na minha capacidade de alcançar objetivos.

Ao meu esposo Flávio, pelo apoio incondicional, incentivo, compreensão e por aceitar os sacrifícios impostos ao se trilhar a vida acadêmica.

Aos meus filhos Nicholas e Christian, pela paciência nos momentos em que tive de me ausentar para a realização das pesquisas e elaboração da dissertação.

À professora Rosana Baeninger, orientadora deste trabalho, obrigada por acreditar desde nossa primeira conversa em minha capacidade e pelo apoio desde então. Obrigada também por ser um exemplo de competência e entusiasmo pelo conhecimento acadêmico científico e, acima de tudo, de humildade e de dedicação para com seus alunos.

Agradeço também aos professores Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi, Paulo Eduardo Teixeira, Roberto Luiz do Carmo, Roberta Guimarães Peres e Fabíola Rodrigues por terem aceitado o convite para participar das bancas de qualificação e de defesa.

A todos dos professores da Demografia, dentre eles: Alberto Augusto Eichman Jakob, Álvaro de Oliveira D'Antona, Daniel Hogan (*in memoriam*), Elisabete Dória Bilac, Estela Maria Garcia Pinto da Cunha, José Marcos Pinto da Cunha, Maria Coleta F. Albino de Oliveira, Maria Silvia Bassanezi, Marta Maria Azevedo, Roberto Luiz do Carmo e Tirza Aidar, que em suas aulas não ensinam apenas Demografia, mas também lições de vida.

À Claudia Siqueira Baltar, por ter me apresentado à professora Rosana e ao NEPO, viabilizando esta oportunidade de estudar Demografia.

Aos colegas de pós-graduação por todos os momentos vividos, e que, sem dúvida, muito contribuíram para meu enriquecimento profissional e pessoal: Ângela Silva, Cecília Malvezzi, Cimar Aparicio, Ednelson Dota, Francine Modesto, Julia Pereira, Kazuo Nakano, Marcio Caparroz, Neiva Borgato, Vanessa Barreto, Vinicius Corrêa e Silvana Queiroz – e também aos colegas demógrafos da coorte 2008 e turmas anteriores que nos receberam de braços abertos.

À Maria Ivonete Zorzetto Teixeira, pela paciência e dedicação ao nos auxiliar a superar os pequenos percalços encontrados no dia-a-dia acadêmico, até os mais corriqueiros. Também agradeço aos profissionais do NEPO, pelo seu comprometimento e auxílio sempre que necessário.

Ao CAPES, pelo apoio financeiro concedido através da bolsa de pesquisa. Ao Projeto “Observatório das Migrações em São Paulo (fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo)”, com o apoio FAPESP/CNPq.

Aos colegas e amigos da Prefeitura Municipal Guarulhos (onde começou o meu contato com a área de Demografia), do Centro de Estudo de Cultura Contemporânea (CEDEC) e do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (POLIS); à equipe do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí e à Mitra Arquidiocesana de São Paulo - Arquivo Metropolitano; a Eduardo Carlos Pereira, presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Jundiaí; aos profissionais das diversas áreas interessadas em Jundiaí, que tanto contribuíram para a elaboração desta dissertação.

A Ana Cristina Gentile Ferreira e a muitas outras pessoas não mencionadas aqui, mas não esquecidas... A todos, enfim, muito obrigada!

RESUMO

Focalizando a cidade de Jundiaí-SP, este estudo objetivou acompanhar a formação social e econômica do município desde a sua fundação até a chegada da primeira leva de imigrantes internacionais (1615-1890), bem como a evolução e composição da população.

Foi apresentado de forma breve os antecedentes históricos da formação de Jundiaí e sua configuração territorial, seus limites originais e desmembramentos, destacando seu papel no povoamento da parte central e norte do Estado de São Paulo e a importância na formação social.

Juntamente com a dinâmica da população foi estudada a dinâmica econômica do período, compreendendo a lavoura de subsistência e as grandes culturas, como a cana de açúcar e o café. Sobressai neste período a função do município como porto seco e prestador de serviços – atributos que permanecem atualmente. Apresentaram-se, também, as características que a população imprimiu no aspecto físico (traçado urbano e arquitetura).

Foram apresentadas informações sobre a população do período – dispersas em várias fontes – e uma análise dos censos demográficos de 1836 a 1890, da população escrava à incipiente imigração europeia.

O que se pode perceber é que as características destes primeiros séculos podem ser sentidas, atualmente, na população e economia de Jundiaí.

Palavras Chave:

1. Dinâmica Demográfica, Econômica e Regional; 2. Distribuição Espacial da População; 3. Migrações; 4. Jundiaí – População - História

ABSTRACT

Focusing on Jundiaí, SP, this study aimed to monitor the economical and social formation of the city from its founding until the arrival of the first wave of international immigrants (1615-1890), as well as the evolution and composition of the population.

It was briefly presented the historical background of the formation of Jundiaí and its territorial configuration, the original boundaries and spinoffs, emphasizing its role in the settlement of the central and northern state of São Paulo and the importance in social formation.

Along with the population dynamics, we studied the economical dynamics of the period, including the subsistence farming and field crops, such as sugar cane and coffee ones. Emerges, in this period, the role of the municipality as a dry port and service - attributes that remain currently. It were introduced, as well, the features that impressed the people in the physical aspect (urban design and architecture).

We presented some information about the population of the period - scattered in various sources - and an analysis of population censuses from 1836 to 1890, the slave population to the incipient European immigration.

What one may notice is that the characteristics of these early centuries can be felt, currently, in the population and economy Jundiaí.

Keywords:

1. Demographic, Economic and Regional Dynamics 2. Spatial Distribution of Population 3. Migration 4. Jundiaí - Population - History

Lista de Ilustrações:

Figura 1 - Elevação de Jundiaí a Cidade - Lei nº 24 de 28 de março de 1865	14
Figura 2 - Mapa da Cidade de Jundiaí de 1615 a 1767.	16
Figura 3 - Limites do Município de Jundiaí, 1766.	17
Figura 4 - Mapa 1 - Território da cidade de Jundiaí de 1768 a 1796.	20
Figura 5 - Mapa 2 - Território da cidade de Jundiaí de 1768 a 1796.	21
Figura 6 - Mapa 3 - Território da cidade de Jundiaí de 1768 a 1796.	22
Figura 7 - Distribuição dos Lotes, Vila de Jundiaí, 1657.	31
Figura 8 - Igreja Nossa Senhora do Rosário, Jundiaí, 1922.	67
Figura 9 - Mosteiro de São Bento, Jundiaí.	68
Figura 10 - O Tradicional Largo de São Bento no Século XIX, Jundiaí.	70
Figura 11 - Casa de José Pessoto – 1888.....	73
Figura 12 - Sobrado Família Vendramim - 1888.....	74
Figura 13 - Pirâmide Etária, População Livre - Jundiaí – 1836.....	87
Figura 14 - Pirâmide Etária, População Escrava - Jundiaí – 1836.....	88
Figura 15 - Pirâmide Etária, População Livre - Jundiaí – 1854.....	88
Figura 16 - Pirâmide Etária, População Escrava - Jundiaí – 1854.....	89
Figura 17 - Pirâmide Etária, População Livre - Jundiaí – 1872.....	89
Figura 18 - Pirâmide Etária, População Escrava - Jundiaí – 1872.....	90
Figura 19 - Pirâmide Etária, População Livre Brasileira - Jundiaí – 1854.....	106
Figura 20 - Pirâmide Etária, População Livre Estrangeira - Jundiaí – 1854.....	106
Figura 21 - Mapa da Área destinada ao Núcleo Colonial Barão de Jundiaí - Sítio Fazendinha.....	146
Figura 22 - Mapa da Divisão de Lotes do Núcleo Colonial Barão de Jundiaí.....	147
Gráfico 1 – Evolução da População de Jundiaí de 1742 a 1830.....	34
Gráfico 2 – População Total segundo Grupo de Idade de Jundiaí, 1890.....	87
Quadro 1 – Desmembramentos Municipais, Jundiaí.....	19
Quadro 2 – Desmembramentos Municipais tendo como origem os desmembramentos de Jundiaí.....	24
Quadro 3 – Oficiais da Câmara Municipal que assinaram as Cartas de Datas para Casas e Quintais, na Vila de Jundiaí, no ano de 1657.....	29
Quadro 4 - Distribuição de Terras, Vila de Jundiaí, 1657.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da População de Jundiáí.....	33
Tabela 2 - Quantidade produzida de açúcar, milho, feijão e aguardente.....	52
Tabela 3 - População total e escrava segundo alguns indicadores	55
Tabela 4 - Valor da produção segundo produtos agrícolas	56
Tabela 5 - Números da Atividade Açucareira.....	57
Tabela 6 - Maiores Produtores de Café	63
Tabela 7 - Evolução Total da População.....	77
Tabela 8 - População Total Segundo Sexo.....	78
Tabela 9 - População Total Livre e Escrava	78
Tabela 10 - População Total segundo Grupo de Idade, Sexo e Condição Social - 1836..	82
Tabela 11 - População Total segundo Grupo de Idade, Sexo e Condição Social - 1854..	83
Tabela 12 - População Total segundo Grupo de Idade, Sexo e Condição Social - 1872..	85
Tabela 13 - População Total segundo Grupo de Idade - 1890.....	86
Tabela 14 - População Total segundo Estado Civil - 1836 e1854.....	101
Tabela 15 - População Total segundo Estado Civil - 1872 e 1886.....	101
Tabela 16 - População Total segundo Estado Civil - 1890.....	102
Tabela 17 - População Livre Brasileira e Estrangeira segundo Estado Civil - 1854.....	102
Tabela 18 - População Escrava segundo Estado Civil - 1854.....	102
Tabela 19 - População Livre Brasileira e Estrangeira segundo Estado Civil - 1872.....	103
Tabela 20 - População Livre Brasileira e Estrangeira segundo Sexo - 1854.....	103
Tabela 21 - População Livre Brasileira e Estrangeira segundo Sexo - 1872.....	103
Tabela 22 - População Brasileira e Estrangeira segundo Sexo - 1890.....	104
Tabela 23 - População total segundo Sexo e Cor - 1872.....	104
Tabela 24 - População total segundo Sexo e Cor - 1890.....	104
Tabela 25 - População Livre Brasileira e Estrangeira segundo Grupo de Idade	105
Tabela 26 - Idade Média e Mediana da População segundo Sexo e Condição Social - 1836.....	108
Tabela 27 - Idade Média e Mediana da População segundo Sexo e Condição Social - 1854.....	108
Tabela 28 - Idade Média e Mediana da População segundo Sexo e Condição Social - 1872.....	109

Tabela 29 - Idade Média e Mediana da População segundo Cor/Raça e Condição Social - 1872	111
Tabela 30 - Razão de Dependência por Grupo de Idade segundo Condição Social.....	112
Tabela 31 - Razão de Dependência por Grupo de Idade	112
Tabela 32 - Nascimentos segundo Sexo – População Total - 1836 e1854	115
Tabela 33 - Nascimentos segundo Sexo – População Livre - 1836 e1854.....	116
Tabela 34 - Nascimentos segundo Sexo – População Escrava - 1836 e1854	116
Tabela 35 - Nascimentos segundo Sexo – População Total - 1886.....	117
Tabela 36 - Taxa Bruta de Natalidade segundo Sexo e Condição Social - 1836	119
Tabela 37 - Taxa Bruta de Natalidade segundo Sexo e Condição Social - 1854	119
Tabela 38 - Taxa Bruta de Natalidade segundo Sexo - 1886.....	120
Tabela 39 - Taxa Bruta de Fecundidade segundo Condição Social - 1836 e1854.....	120
Tabela 40 - Casamentos e Taxa Bruta de Nupcialidade - Condição Social.....	122
Tabela 41 - Casamentos e Taxa Bruta de Nupcialidade	123
Tabela 42 - Óbitos segundo Sexo e Condição Social - 1836	124
Tabela 43 - Óbitos segundo Sexo e Condição Social - 1854	125
Tabela 44 - Óbitos segundo Sexo e Condição Social - 1886	127
Tabela 45 - Taxa Bruta de Mortalidade segundo Condição Social - 1836	127
Tabela 46 - Taxa Bruta de Mortalidade segundo Condição Social- 1854	129
Tabela 47 - Taxa Bruta de Mortalidade por Sexo e Condição Social - 1836	129
Tabela 48 - Taxa Bruta de Mortalidade por Sexo e Condição Social- 1854	130
Tabela 49 - Taxa Bruta de Mortalidade segundo Sexo - 1886	131
Tabela 50 - População Livre Estrangeira segundo a Nacionalidade.....	132
Tabela 51 - População Livre Estrangeira Masculina segundo a Nacionalidade	134
Tabela 52 - População Livre Estrangeira Feminina segundo a Nacionalidade.....	134
Tabela 53 - População Livre Estrangeira segundo a Profissão.....	136
Tabela 54 - População Livre Estrangeira Masculina segundo a Profissão	137
Tabela 55 - População Livre Estrangeira Feminina segundo a Profissão.....	139
Tabela 56 - População Livre Estrangeira segundo a Religião	140
Tabela 57 - População Livre segundo a Religião.....	140

ANEXOS

Anexo 1 - Solicitação de 20 de maio de 1867, para que se consignasse junto ao orçamento provincial custas para ampliação da iluminação pública de Jundiáí	167
Anexo 2 - Exemplo de Pedido de Lote.....	169
Anexo 3 - Exemplo de Pedido de Lote.....	170
Anexo 4 - Exemplo de Pedido de Lote.....	171
Anexo 5 - Exemplo de Pedido de Lote de Italianos já residentes no Brasil.....	172
Anexo 6 - Exemplo de Pedido de Lote de Italianos já residentes no Brasil.....	173
Anexo 7 - Exemplo de Pedido de Lote de Italianos já residentes no Brasil.....	174
Anexo 8 - Exemplo de Pedido de Lote efetuado por pessoa de nacionalidade Belga	175
Anexo 9 - Comprovação de Nacionalidade de Emile Lhoste	176
Anexo 10 - Exemplo de Pedido de Lote efetuado por pessoa de nacionalidade Austríaca	177
Anexo 11 - Exemplo de Pedido de Lote efetuado por pessoa de nacionalidade Austríaca	178
Anexo 12 - Contrato de Designação de Lote de Terras	179
Anexo 13 - Lista Parcial de Imigrantes destinados a Itupeva Jundiáí de 1887- Suíços. 182	
Anexo 14 - Registro de entrada da Família Angarten	183
Anexo 15 - Pedidos de Datas de Terra - Cartas de 1657 - Página 11.....	184
Anexo 16 - Pedidos de Datas de Terra - Cartas de 1657 – Página 12.....	185
Anexo 17 - Atas da Câmara Municipal de Jundiáí 1749 a 1828 – Página 91v.....	186
Anexo 18 - Livro de óbitos de Escravos de 04/ 1744 a 03/1787 – Página 44	187
Anexo 19 – Registro de Informação sobre a Vila Nossa Senhora do Desterro de Jundiáí, Livro Paroquial 23, página 71	188

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DE JUNDIAÍ: DO POVOADO A VILA.	5
1.1 Breves antecedentes históricos da formação de Jundiaí: presença indígena e fundação da cidade.....	7
1.2 Configuração territorial de Jundiaí.....	15
1.3 Evolução da população: 1615-1830	27
CAPÍTULO 2	
POPULAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICA	39
2.1 Do milho ao café- das lavouras de subsistências a cultura do café.	41
2.2 As marcas da população no aspecto físico da Vila de Jundiaí.....	66
CAPÍTULO 3	
DA POPULAÇÃO ESCRAVA À INCIPIENTE POPULAÇÃO EUROPEIA 1836 -1890.....	75
3.1 Evolução da população: 1836-1890.	77
3.2 Características da população estrangeira residente em Jundiaí.....	131
3.3 O Núcleo Colonial Barão de Jundiaí.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
ANEXOS	167

INTRODUÇÃO

O estudo realizado nesta dissertação de mestrado compõe projeto de pesquisa mais amplo, intitulado “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo” (FAPESP/CNPq), coordenado pela Profa. Rosana Baeninger, em desenvolvimento no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas.

Focalizando a cidade de Jundiaí-SP, este estudo objetivou acompanhar a formação social e econômica do município, desde a sua fundação até a chegada da primeira leva de imigrantes internacionais (1615-1890), com foco na evolução e composição de sua população. Nesse processo de formação sócio-espacial, as migrações estiveram presentes e compuseram as transformações e o desenvolvimento da sociedade (Oliveira, Garcia e Stern, 1980). Contudo, nos atemos mais em apresentar de forma agrupada as informações dispersas na bibliografia examinada sobre a população de Jundiaí, do que analisá-las de forma mais profunda.

As informações sobre população nesse período histórico, por vezes, é bastante limitada; porém, no decorrer das atividades de pesquisa para o município de Jundiaí deparamo-nos com vasto material de fontes documentais, pouco analisado do ponto de vista demográfico; tratam-se dos documentos disponíveis no Museu Histórico e Cultural de Jundiaí: Atas da Câmara de Jundiaí com início em 1656; Cartas de Data de Chão a partir de 1657; Livro de óbitos de Escravos; Livro Caixa da Casa de Órfãos; dentre outros. Alguns desses documentos puderam ser utilizados nos capítulos dessa dissertação.

Além dessas informações, foram incorporados - a partir da bibliografia especializada - os dados contidos nas Listas Nominativas/Maços de População, das preciosas informações contidas no projeto “São Paulo do Passado: Dados Demográficos (Bassanezi, 2002)”, que apresenta as informações contidas nos seguintes levantamentos populacionais: Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo -1836 (organizado por Daniel Pedro Müller); Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no ano de 1854; Quadro Estatístico do Movimento da População da Província de S. Paulo durante

o ano de 1854 (organizados por José Joaquim Machado de Oliveira); Recenseamento Geral do Império -1872; Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística, contendo informações para o ano de 1886 e os Recenseamentos de 1890 e 1920.

Realizamos, também, pesquisas documentais no acervo do Centro de Memória da Unicamp e da Cúria Metropolitana de São Paulo. Informações mais detalhadas sobre o Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, encontramos no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, disponível em forma digital, através do projeto Presença do Imigrante na Memória Nacional.

No capítulo 1, denominado Aspectos históricos da formação de Jundiaí: do Povoado à Vila, procuramos apresentar de forma breve os antecedentes históricos da formação de Jundiaí e sua configuração territorial, seus limites originais e seus desmembramentos. Destaca o papel de Jundiaí no povoamento da parte central e norte do Estado de São Paulo e sua importância na formação social paulista.

O capítulo 2 - População e Dinâmica Econômica - apresenta a evolução econômica pela qual Jundiaí passou ao longo do período estudado: da lavoura de subsistência às grandes culturas, como a cana de açúcar e o café, delineando sua função como porto seco e prestador de serviços (atributo que permanece até os dias de hoje). Apresenta-se, também, as marcas que a população imprimiu no aspecto físico (traçado urbano e arquitetura) e na composição da Vila de Jundiaí.

Já no capítulo 3, intitulado População Escrava à incipiente população Europeia 1836 a 1890, analisamos as informações, em sua maioria, dos censos demográficos - obtidas através do projeto São Paulo do Passado: Dados Demográficos (Bassanezi, 2002) – onde se destaca a evolução da população jundiaiense de 1836 a 1890. Nesse contexto, já é possível registrar a chegada de imigrantes europeus às terras jundiaienses, ressaltando a formação do Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, fundado em 1887. De acordo com Pereira (2006), a imigração italiana mudou rápida e completamente as características da cidade, da população rural e industrial ao ponto de ser referenciada por viajantes do começo do século XX como “cidade italiana”.

As imagens que utilizamos para ilustrar a capa de nossos capítulos foram retiradas do livro Jundiáí - Edição Histórica. São Paulo: Escalibur, 1970 e do acervo da Capela São Bom Jesus – Diocese de Jundiáí – Caxambu.

Segundo a diretriz traçada por Schneider (2008), a pesquisa acadêmica produziu trabalhos sobre Jundiáí na área da história, da arquitetura e urbanismo, da economia, dentre outros. Na área demográfica, portanto, este estudo pretende contribuir para resgatar a trajetória das populações que compuseram e propiciaram transformações profundas na dinâmica social do município em sua formação e em sua configuração.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DE JUNDIAÍ:

DO POVOADO A VILA.



1.1. Breves antecedentes históricos da formação de Jundiaí: presença indígena e fundação da cidade

Até início do século XVII, a área que compreendia Jundiaí era habitada exclusivamente por povos indígenas. Alguns grupos viviam em clãs familiares de origem tupi-guarani¹, dedicando-se à produção de milho e mandioca e organizando-se em aldeias compostas por cabanas circulares feitas de tronco e cobertas de palha, em cada uma delas, morando várias famílias aparentadas entre si (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ²; SOUSA, 1955; GATTOLINE, 1998).

Parte da cultura indígena foi incorporada pelos brancos colonizadores, entre elas a técnica construtiva e a utilização de queimadas na lavoura. Gonçalves (1998) afirma que o índio em São Paulo não foi totalmente retirado de seu *habitat* e os que foram encaminhados à lavoura deixaram na cultura brasileira influência na língua, na alimentação e em outras dimensões da vida social. Gonçalves (1998, p. 298) acrescenta “Não teria tido isto uma influência sobre a cultura paulista? Isto é, ao invés de se manter como cultura de resistência, não teria a cultura exploradora indígena sido incorporada à cultura regional paulista, somando-se à cultura mercantil portuguesa?”

No tocante ao início da agricultura nas terras de Jundiaí, Sousa (1955) afirma que existiu esporadicamente a miserável lavoura indígena, com roças de mantimentos (milho e mandioca) e reboleiras de fumo. A distribuição das aldeias na então Jundiaí, ainda segundo o autor, estaria em Corrupira até o Engordador (bairros de Jundiaí), onde deveria ter existido uma tribo de silvícolas laboriosa. De acordo com o autor, nesses lugares foram encontrados pilões e machadinhas de pedra polida, provavelmente de indústria tupiniquim, vestígios do ferramental dos primeiros habitantes das terras jundiaienses³. Com o milho e a mandioca

¹ Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, os índios Tupi-guarani, posteriormente utilizados como escravos, habitavam territórios em áreas de floresta tropical, de clima quente e chuvoso, morando em pequenas aldeias abertas na mata. Sua subsistência estava baseada principalmente na agricultura, com o cultivo de roças de milho, mandioca, batata-doce e fumo, complementando sua alimentação com a caça e a pesca. Ocuparam uma grande extensão do atual território nacional e os restos de suas vasilhas de cerâmica e ferramentas de pedra ainda são encontrados de norte a sul do país. MORALES. Walter Fagundes, “Índios e Africanos na Jundiaí Colonial”. In: Série Memórias Vol. III. Org. SALVADORI. Maria Â. Borges, São Paulo, 2002. Ed. Cruzeiro, p.17.

² http://cidade.jundiai.sp.gov.br/PMJSITE/porta1.nsf/V03.02/cidade_historia?OpenDocument

³ Encontramos mais detalhes sobre a existência de população indígena em Jundiaí no livro MORALES. Walter Fagundes, “Índios e Africanos na Jundiaí Colonial”. In: Série Memórias Vol. III. Org. SALVADORI.

fabricavam os indígenas, principalmente, bebidas de fermentação; a plantação destes itens era feita pelas mulheres indígenas (SOUSA, 1955).

Já o povoado de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáí, “Porta do Sertão” do antigo “Mato Grosso de Jundiáí”, teve seu início por volta de 1615 (PONTES, 1973). Este povoamento iniciou-se no alto de uma colina à margem esquerda do rio Jundiáí, ligada diretamente ao movimento bandeirante, principal responsável pela ocupação da antiga Capitania de São Vicente⁴.

Há controvérsias sobre a data da chegada dos primeiros colonizadores brancos à região e de quem seriam eles e por quais motivos. A tradição oral mantém a versão de crime amoroso do casal Rafael de Oliveira e Petronilha Rodrigues Antunes (GATTOLINE, 1998; CAPANHOLE, SANTOS E GICOVATE, 1994). A seguir exemplos desta controvérsia entre os estudiosos da história de Jundiáí.

Marques (1950), Egas (1925) e Ribeiro (1899) encontram a data de 1615 para a fundação de Jundiáí:

“Jundiahhy — Povoação situada a Noroeste da capital sôbre uma extensa e aprazível colina, cercada de vales, à margem esquerda do rio que lhe dá o nome. Teve origem pelos anos de 1615, por emigração que para ahí fizeram Rafael de Oliveira e a viúva Petronilha Rodrigues Antunes, naturais de São Paulo, os quais, com suas respectivas famílias, tendo ficado criminosos, para fugirem à perseguição da justiça, internaram-se pelos sertões, assentando vivenda no lugar em que está hcje a povoação e edificando logo depois uma capela sob a invocação da Senhora do Destêrro” (MARQUES, 1950, p. 66).

“Jundiáí teve origem pelos anos de 1615, por imigração que para aí fizeram Rafael de Oliveira e a viúva Petronilha Rodrigues Antunes, naturais de São Paulo, os quais, tendo ficado criminosos, para fugirem à perseguição da Justiça, internaram-se com suas respectivas famílias pelos sertões, assentando vivenda no lugar onde a cidade e edificando logo depois uma capela sob a invocação de N. S. do Desterro.” (EGAS, 1925, p. 1013).

Maria A. Borges, São Paulo, 2002. Ed. Cruzeiro. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiáí no século XVIII; Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia; 2002. MORALES, W.F.; MOI, F.P. Índios e Africanos no interior paulista: um estudo sobre a transição do cativo indígena para a escravidão africana na Vila de Jundiáí, SP, no século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 18: 115-131, 2008.

⁴ A capitania de São Vicente foi uma das capitanias hereditárias, estabelecidas por Dom João III em 1534, no Brasil Colônia, visando incrementar o povoamento e defesa do território. Seu primeiro donatário foi Martim Afonso de Sousa. Fonte: Leme, Pedro Taques de Almeida Pais, - História da capitania de São Vicente com um esboço biográfico do autor por Afonso de E. Taunay. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

"(...) a povoação de N. S do Desterro de Jundiahy, fundada em 1615 por Petronilha Rodrigues e Raphael de Oliveira, celebres criminosos foragidos à perseguição das justiças de São Paulo." (RIBEIRO, 1899-1904, vol. II parte II p. 639).

Valim (1940) apresenta uma história mais trágica, mas com a mesma data 1615:

"Jundiaí teve sua origem em 1615. Nesse ano a viúva Petronilha Rodrigues Antunes, de parceria com Rafael de Oliveira, foram cúmplices em um crime de uxoricídio e vendo-se perseguidos da Justiça, embrenharam-se pelo sertão, assentando vivenda no local onde hoje está a povoação. Algum tempo depois, tendo-se perdido na floresta foi encontrado quase agonizante Frei Francisco do Santo Sepulcro, que, como auxílio do casal foragido, edificou uma capela sob a invocação de N. S. do Desterro." (VALIM, 1940, p. 179).

Já para Capanhole, Santos e Gicovate (1994) esta data estaria com os dois últimos algarismos invertidos, ou seja, seria 1651, pois aponta o equívoco que Azevedo Marques cometeu ao consultar original do livro do tombo da Matriz, de 1747:

"É evidente que Azevedo Marques laborou em equivoco (dislexia?) ao citar a data de 1615 ao invés de 1651. Não há duvida de que o ilustre genealogista colheu sua informação no original do Livro Tombo, malgrado o lapso apontado. Neste caso, iniciou sua pesquisa histórica ano antes, pois o livro desapareceu em 1868 e seu trabalho se encerrou em 1873, sendo os "Apontamentos" publicados em 1879." (CAPANHOLE, SANTOS E GICOVATE, 1994, p.29)

Contudo, para os autores anteriormente mencionados, a data de 1651 se refere a término da construção da Igreja e não ao início do povoado. E concluem:

"A pesquisa histórica exige paciência. Temos de formular hipóteses e verificar se elas são verdadeiras ou se, pelo menos, podem encontrar respaldo nos ensinamentos da lógica. Levantamos numerosas hipóteses para, de dedução em dedução, indicar o ano de 1651 como o da conclusão da Igreja e, conseqüentemente, o de 1648, como do início do templo.

O povoamento da região de Jundiaí é muito anterior a essa data de 1648. Em 1625 encontramos o testamento de Beatriz Rodrigues, que morava no sítio de Jundiaí. Já esse sertão era conhecido muito antes, segundo lemos em Taunay. Mas o povoamento de uma região, por si só, não

significa a fundação de uma cidade. O povoamento é sempre anterior ao ato eclesiástico de autorização para ereção de um templo. Esse povoamento, no caso de Jundiaí, verificou-se dispersamente. Acentuou-se a partir de 1639, pois os postulantes a datas de chãos para casas e quintal, concedidos pela Câmara em 1657, indicam sua chegada ao local naquele ano. Rafael de Oliveira, o Moço, só poderia ter chegado em 1648, tratando logo, por ser homem de posses e iniciativa, da construção da Capela, a fim de evitar os percalços das viagens a Santana do Parnaíba, a que pertencia até 1655, para que os moradores pudessem praticar os atos religiosos, tais como registro de casamentos, batizados e óbitos, evitando a travessia obrigatória do rio Tietê.” (CAPANHOLE, SANTOS E GICOVATE, 1994, p.109.).

Para Mazzuia (1979), autor do livro “Jundiaí e sua História”, o povoamento teria início a 15 de agosto de 1639, com a vinda de Rafael de Oliveira, sua mulher, filhos e genros, acompanhado de grande número de escravos, índios forros e homens de armas.

“O primeiro povoamento deu-se a 15 de agosto de 1.639, com a vinda de Rafael de Oliveira, o Moço, com sua mulher, filhos e genros, acompanhado de grande número de escravos, mais ou menos 250 índios, foros e muitos homens de armas, formando um aglomerado de umas trezentas almas, ocupando como primeiro plano a Serra do Japi, onde o fundador formou sua fazenda e os homens de armas que o acompanharam, naturalmente, em seguida se estabeleceram em outras terras, serra abaixo, atingindo o atual centro da cidade” (MAZZUIA, 1979, p.5).

Segundo Pontes (1970), em 1617 os fundadores ergueram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro.

Em 1625, há registro em testamento mencionando Jundiaí; contudo, Pontes (1970) indica que este tenha sido feito local também denominado Jundiaí, entre Maracanã e Atibaia, porque dele consta que "Jundiaí era termo da Vila de São Paulo (...) esta nossa Jundiaí era termo da Vila de Santana de Parnaíba". O autor destaca que o testamento é datado de 8 de março de 1625 e Parnaíba foi elevada a Vila em 14 de novembro de 1625; assim não sendo vila, não poderia superintender um termo.

Em 1634, a capela de Nossa Senhora do Desterro foi considerada Freguesia, de acordo com a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP, vol. LXIV pág. 245). Somente se podia criar uma freguesia nos locais onde havia um povoado que contasse com a instalação de uma capela

curada. Nesta época, a presença de "capela curada"⁵ era essencial para o reconhecimento de uma comunidade. Bueno (2010) ressalta que:

“Através da Igreja, de suas instâncias de base, umbilicalmente ligadas às do próprio Estado, a institucionalização de povoados dispersos dava se, inicialmente, pela oficialização de sua ermida. A elevação de uma comunidade ao estatuto de capela curada significava a ascensão de uma região inóspita a núcleo reconhecido pela Igreja e também a garantia de visita de um pároco (cura). Tanto o acesso à assistência religiosa como o reconhecimento de fato e de direito perante a Igreja e o Estado motivavam a solicitação junto ao bispado.” (BUENO 2009, p. 252).

Marcílio (2000) ressalta que nem só a capelinha definia a existência de um bairro rural ou mesmo a formação de uma nova vila, um pouso no caminho, uma taverna de beira de estrada também poderiam ser o ponto inicial de sua existência:

“ A capelinha do bairro rural geralmente definia a sua existência. Mas também uma taverna de beira de estrada, um pouso nos caminhos, a localização de um “registro” ou “passagem” um ancoradouro no litoral podiam representar igualmente o ponto inicial das constituição de um bairro rural, inclusive a origem de uma nova vila.” (Marcílio, 1974, p. 119).

De acordo com Leme⁶ (2004), em História da Capitania de São Vicente:

“A vila de Jundiaí foi criada no mesmo tempo do Conde de Monsanto como donatário da Capitania de S. Vicente, na qual se introduziu no ano de 1634, como fica referido: tem um mosteiro de monges beneditinos com lugar de presidente, um tabelião do judicial e notas, que também serve de escrivão da Câmara, e um escrivão de órfãos, e ambos servem por donativo que pagam anualmente.” (LEME 2004, p. 128).

Na pesquisa documental realizada nesta dissertação, encontramos também no Livro II do Museu de Jundiaí - Efemérides de 1974 uma vasta discussão sobre a data de fundação da cidade, a partir de vários autores que

⁵ Capela curada - Capelas ministradas, em caráter permanente, por um pároco ou cura; são igualadas às paróquias. Fundação Seade – Memórias das Estatísticas.

⁶ Segundo biografia realizada por Taunay, Afonso de E. (2004, p.13) “ É Pedro Taques um dos primeiros historiadores a registrar a façanha da construção da nova nação, do Portugal americano, da colônia tropical de língua portuguesa, cercado por colonizadores hispanoparlantes. É também o historiador das bandeiras, da saga que ele mesmo experimentou, através do seu trabalho como fiscal de tributos no ermo de Goiás. Em tempos em que a historiografia era uma aventura, Pedro Taques a exerceu com erudição, amante que era dos documentos e das fontes de cartórios e arquivos civis e eclesiásticos dispersos pelo Brasil. Se, durante a vida, Pedro Taques construiu a fama de genealogista ou linhagista, após a morte reabilitou-se das injúrias sofridas e fixou sua imagem como notável historiador da formação do Brasil.” Fonte: Leme, Pedro Taques de Almeida Pais, - História da capitania de São Vicente com um esboço biográfico do autor por Afonso de E. Taunay. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

escreveram sobre a história da cidade. Para o Padre Antônio Maria Stafuzza a data para fundação de Jundiaí seria o ano de 1639:

“Vamos liquidar de uma vez por todas com essas lendas sem lógica e sem documentário e, para rematar o assunto seria de bom alvitre que sua Senhoria, o Prefeito Municipal ordenasse a distribuição gratuita ou vendável do Livro "Museu de Jundiaí", para que todos os filhos desta bendita Terra tenham conhecimento dos documentos que encerram a verdadeira HISTÓRIA DE JUNDIAÍ, que data de 1639 em diante.” (STAFUZZA, 1974, p. 53).

Apesar das controvérsias dos historiadores sobre a data da fundação de Jundiaí, todos eles são unânimes quanto à data em que esta comunidade foi elevada à categoria de Vila (14 de dezembro de 1655) haja vista a existência da Provisão do Conde Monsanto, mesmo que o termo de ereção tenha se perdido juntamente com o livro que o continha, informação esta prestada pelo Capitão-Mór Antônio Siqueira de Moraes, em ofício datado de 10 de abril de 1805 ao Governador da Capitania.

A data de elevação a Vila foi também encontrada no Arquivo do Estado, Maço 56, pasta 4, n. 38 (vide Figura 1) conforme aponta o livro Elementos para a História de Jundiaí (1955). Encontramos esta mesma data em Marques (1950), Mazzuia (1979), Pontes (1973), Stafuzza (1974), Capanhole, Santos e Gicovate e Ribeiro (1994), como segue:

“Foi criada villa pelo capitão-mór Manuel de Quevedo Vasconcelos, como loco-tenente e procurador do então donatário da Capitania de São Vicente, conde de Monsanto, a 14 de dezembro de 1655” (MARQUES, 1950, p. 66).

“(…) originou-se a Freguesia como Termo da Vila de Parnaíba que, a 14 de dezembro de 1.655 foi elevada a Vila da então Capitania de São Vicente, sob o título de: "Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiahy", portanto desmembrada da Vila de Parnaíba. Formada a Câmara Municipal passou esta a reger-se pelas Ordens Régias da Coroa de Portugal, como as demais vilas da época.” (MAZZUIA, 1979, p. 5).

“A elevação da freguesia à dignidade de paróquia, segundo consta, deu-se também nesse mesmo ano de 1655, coincidindo com a elevação da aldeia ou povoado à categoria de vila, aos 14 de dezembro. Ocupava o Sólido Pontifício S. S. Alexandre VII (Fábio Ghigi); Rei de Portugal, D. João IV, e Donatário da Capitania o Conde de Monsanto (D. Álvaro de Pires de Castro e Sousa).”(PONTES, 1973, p. 14).

“Jundiahy foi elevada a Vila em 14 de dezembro de 1655, depois de um curto período de existência como freguesia de São Paulo. Era então locotenente donatário d. Alvaro Pires de Castro, o novo Conde de Monsanto, cujo direito à Capitania de São Vicente era contestada pelos parentes, o capitão Manoel Coraça de Mesquita que tinha como ouvidor geral Manoel de Cabedo Vasconcelos (tido indevidamente como Quevedo de Vasconcelos). O fato deve-se a uma delegação dos maiores, de que não participaram os dois fundadores do povoamento — Manoel Preto Jorge e Francisco Gaia — que andavam pelo sertão. O argumento apresentado para elevação de Jundiaí a Vila é que os maiores da época se sentiam vexados para prestar os serviços públicos obrigatórios devido à distância e a ruindade dos caminhos.” (STAFUZZA, 1974, p. 52).

“A Freguesia de Jundiaí foi elevada a Vila em 14 de dezembro de 1655, por provisão do Conde de Monsanto, donatário da Capitania de São I Vicente, como está em numerosos documentos. Todavia, não existe o Foral respectivo” (CAPANHOLE, SANTOS E GICOVATE, 1994, p. 40).

“Dezembro - 14 - 1655 - Manoel de Quevedo e Vasconcellos, Loco-Tenente e Procurador do Conde de Monsanto, Donatario da Capitania de S. Vicente, eleva à cathegoria de Villa” (RIBEIRO, 1899-1904, vol II parte II p. 639).

Essa discussão se torna importante, dentre vários aspectos, pela vastidão do território da Vila de Jundiaí, o qual podemos considerar como célula-mãe de numerosas cidades do interior paulista.

Figura 1 - Elevação de Jundiáí a Cidade - Lei nº 24 de 28 de março de 1865

—30—

Publicada na Secretaria do Governo de São Paulo aos vinte oito dias do mez de Março de mil oito centos e sessenta e cinco.

João Carlos da Silva Telles.

LEI N. 771 DE 28 DE MARÇO DE 1865

(LEI N. 24 de 1865)

O Doutor João Crispiniano Soares, do Conselho de S. M. O Imperador e Presidente da Provincia de S. Paulo etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte :

Artigo unico. Ficam elevadas á cathogoria de cidade as villas de Jundiahy e Amparo ; revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto á todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente, como n'ella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Governo de São Paulo aos vinte e oito dias do mez de Março de mil oitocentos e sessenta e cinco.

(L.S.)

JOÃO CRISPINIANO SOARES

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, elevando á cathogoria de cidade as villas de Jundiahy e Amparo, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia vêr

Julio Nunes Ramalho da Luz, a fez.

Publicada na Secretaria do Governo de S. Paulo aos vinte e oito dias do mez de Março de mil oito centos e sessenta e cinco.

João Carlos da Silva Telles.

1.2. Configuração Territorial de Jundiaí

O município de Jundiaí, no tempo colonial, era bastante vasto (Figura 2), perdendo-se suas fronteiras pelos confins do Mogi Guaçu (SUBCOMISSÃO DO MARCO HISTÓRICO, 1955).

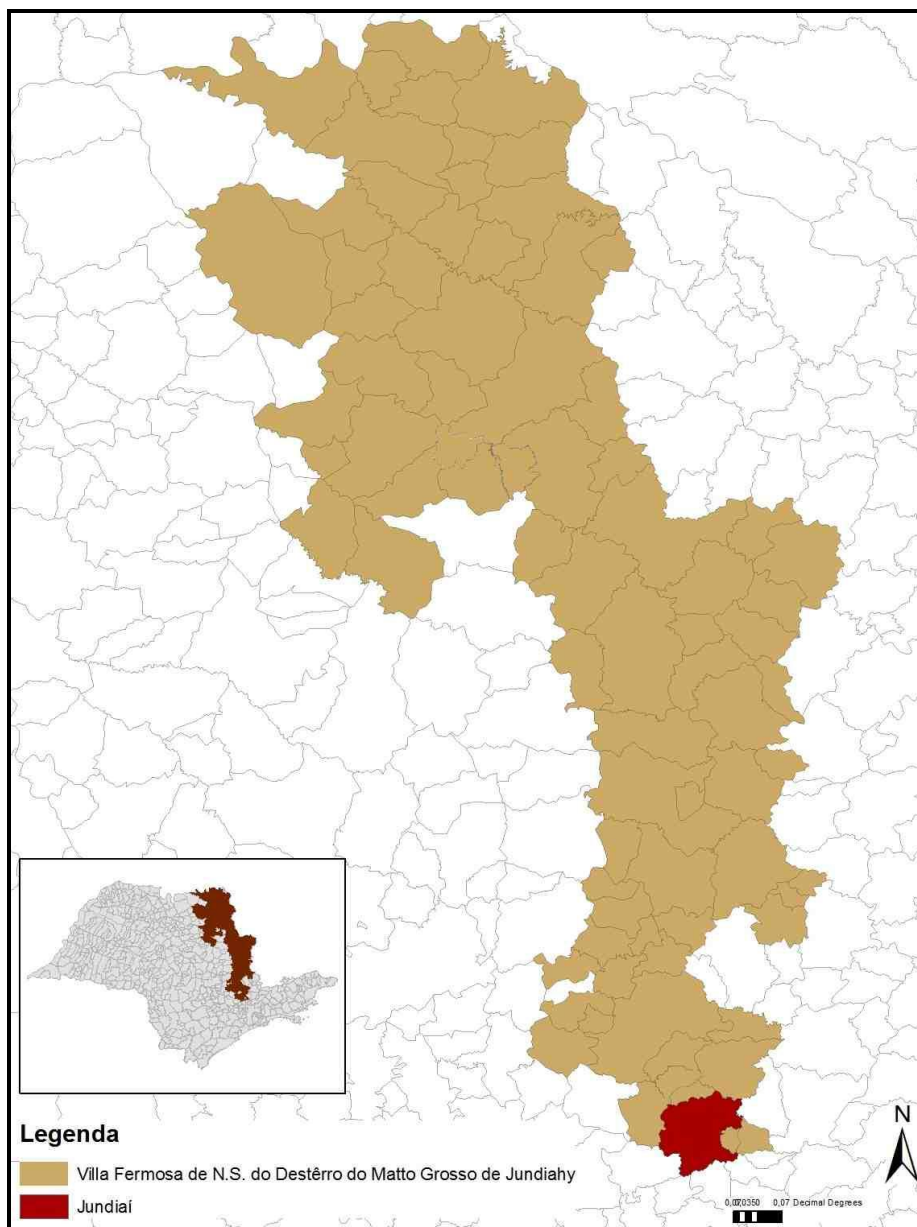
Cabe ressaltar que, desde o final do século XVIII, o então povoado chamado Mato Grosso de Jundiahy passou por reduções de seu território (GATTOLINI, 1998), onde importantes economias emergiam, tais como a de Campinas (BAENINGER, 1996).

Os primeiros limites do território sob jurisdição da Vila de Jundiaí, segundo Mazzuia (1979), consistem do Rio Grande, a Vila de Santana do Parnaíba e a Vila de São Paulo, a qual tinha como termo a Freguesia de Juqueri (Figura 3). Esse território corresponde hoje à Região de Governo de Jundiaí, a de Campinas e todo o Nordeste do Estado de São Paulo, até a divisa com Minas Gerais no Rio Grande:

“O Rio Grande nasce na Serra da Mantiqueira, em Bocaina de Minas (MG), e percorre 1.306 km até o Rio Parnaíba, formando o Rio Paraná. O rio forma a divisa natural de São Paulo com o estado mineiro, a partir do município de Claraval. Os principais afluentes do Rio Grande são os rios Aiuruoca, cuja nascente fica em Itamonte; Rio das Mortes, que nasce entre Barbacena e Senhora dos Remédios; Rio Jacaré, que nasce em São Tiago, na Serra do Galba; Rio Sapucaí, com sua nascente na Serra da Mantiqueira, em São Paulo, e o Rio Pardo, que nasce em Ipuíuna. O rio é reconhecido nacionalmente pela sua força responsável pela geração de 7.640 MW, ou cerca de 13% do total da bacia do Rio Paraná, que tem uma capacidade instalada de geração de energia hidrelétrica de 38.660 MW, equivalendo a quase 64% do total do país” (CEMIG – Portal do Programa Peixe Vivo – Rios de Minas).⁷

⁷ <http://www.cemig.com.br/Sustentabilidade/Programas/Ambientais/PeixeVivo/Paginas/riogrande.aspx>.

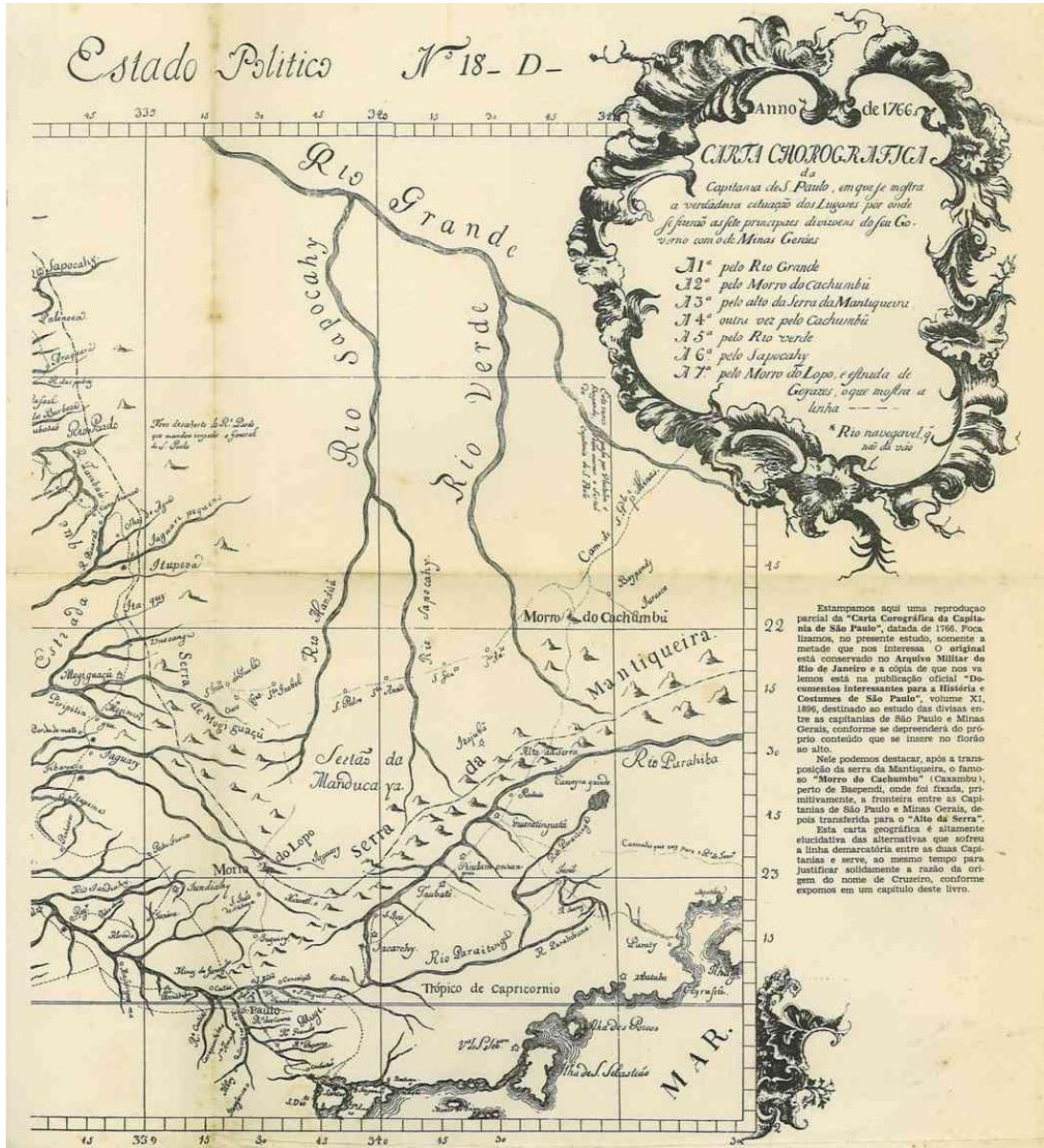
Figura 2 - Mapa da Cidade de Jundiaí de 1615 a 1767.



Elaborado pelo autor e Ana Cristina Gentile Ferreira.

Mapa que demonstra o território sobre a jurisdição da então Villa Ferosa de N. S. do Destêro do Matto Grosso de Jundiahy (e posteriormente cidade de Jundiahy), antes do desmembramento de Mogi Mirim (1768). O destaque em vermelho representa o atual território do município. No mapa de localização identificamos melhor a extensão deste território dentro do território atual do estado de São Paulo.

Figura 3 - Limites do Município de Jundiáí, 1766.



Fonte: GATTOLINI, G. G. et al. Expo Municipal – História de Jundiáí. Calíope Editora e Propaganda S/C Ltda. 1998.

Stafuzza (1974), no segundo volume de pesquisas e informações da equipe do Museu de Jundiaí, já mencionava a abrangência do “sertão de Jundiaí”:

“... foi no ano de 1610 que teve início a invasão do imenso “sertão de Jundiaí”, que abrangia desde o pico do Jaraguá até as barrancas do Rio Grande.” (STAFUZZA, 1974, p.49)

Capanhole, Santos e Gicovate (1994) também fazem menção a esta divisa:

*“Quem lê o traslado do Livro Tombo de Jundiaí encontra referência à pobreza dos seus povos **até o Rio grande** (grifo nosso), a que se estendia a jurisdição da Vila.” (CAPANHOLE, SANTOS E GICOVATE, 1994, p. 47)*

*“Com a criação da Vila de Jundiaí em 1655, **todo o sertão até o Rio Grande** (grifo nosso) ficava sob sua jurisdição. A 7 de outubro de 1775, a Câmara de Jundiaí tomava posse, para a Capitania de São Paulo, do sertão do Rio Grande, paragem chamada de Borda do Mato, descoberto de Pedro Franco Quaresma, de minas de ouro em que ele andava em diligência.” (CAPANHOLE, SANTOS E GICOVATE, 1994, p. 98)*

O Quadro 1 sintetiza os desmembramentos municipais ocorridos a partir do Município de Jundiaí desde 1655.

Nos mapas 1, 2 e 3 (Figuras 4, 5 e 6) demonstramos as reduções que o território jundiaiense sofreu até 1890.

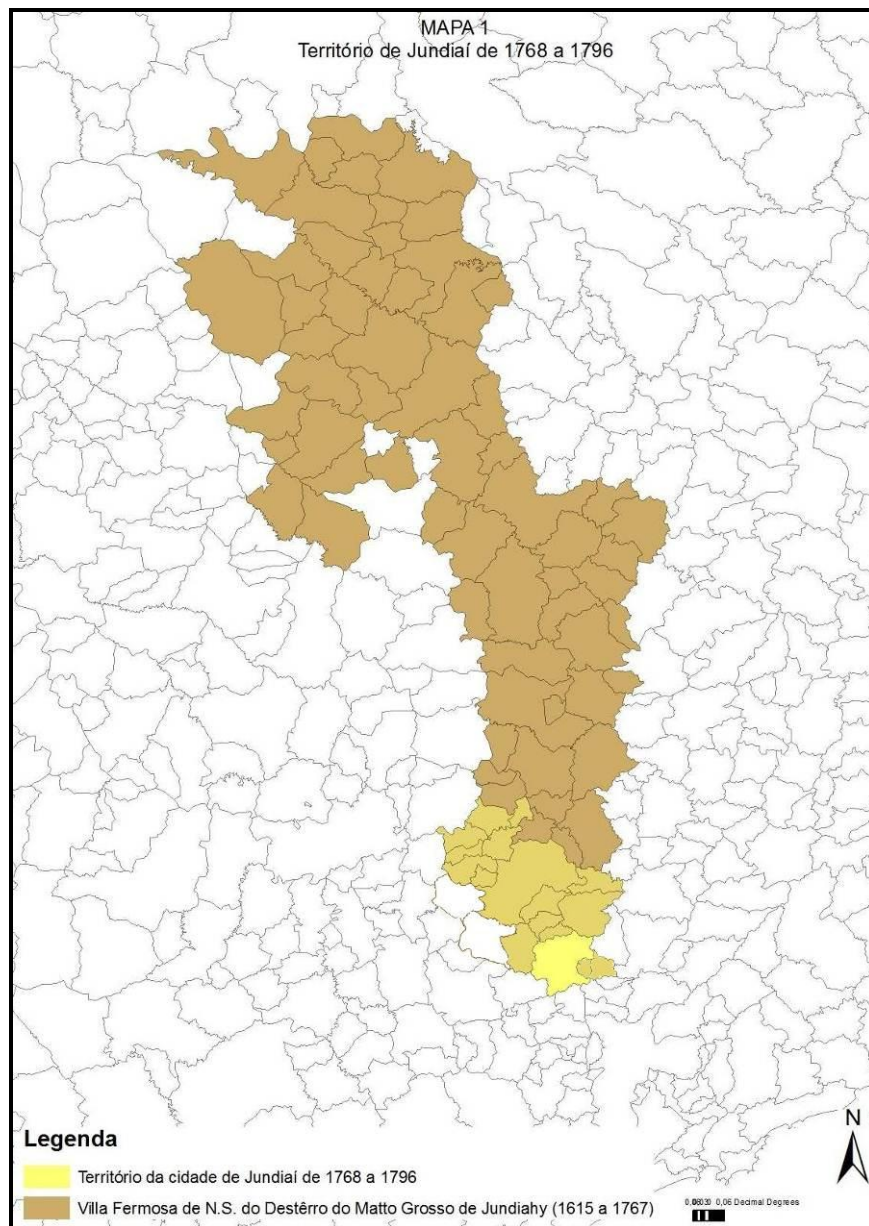
Do antigo território do município de Jundiaí faziam parte os seguintes municípios paulistas: Campinas (1797), Campo Limpo (1953), Itatiba (1857), Itupeva (1964), Mogi Mirim (1769), Várzea Paulista (1964) e Vinhedo (1948). Franco da Rocha (1934) que foi desmembrado de Juqueri e que para tornar-se município tomou parte do território jundiaiense. Acrescentando os desmembramentos destes municípios, anteriormente citados, o antigo território de Jundiaí constitui hoje cerca de 100 municípios do Estado de São Paulo (Quadro 2).

Quadro 1 – Desmembramentos Municipais, Jundiaí.

Desmembramentos Municipais
Município: Provisão de 14-12-1655 ou 1665, do Conde de Monsanto, donatário da Capitania de São Vicente.
Distritos
1655 a 1739 - Jundiaí (ex-Nossa Senhora do Desterro de Jundiaí)
1740 a 1750 - Jundiaí e Mogi Guaçu (1)
1751 a 1768 - Jundiaí, Mogi Guaçu e Mogi Mirim (2)
1769 a 1773 - Jundiaí
1774 a 1797 - Jundiaí e Campinas (3)
1798 a 1830 - Jundiaí
1831 a 1856 - Jundiaí e Itatiba (4)
1857 a 1908 - Jundiaí
1909 a 1948 - Jundiaí e Rocinha (5)
1949 a 1953 - Jundiaí
1954 a 1958 - Jundiaí, Campo Limpo (6), Itupeva (7) e Secundino Veiga (8)
1959 a 1964 - Jundiaí (9), Campo Limpo, Itupeva e Varzea Paulista (ex- Secundino Veiga)
1964 a 2000 – Jundiaí
Histórico da formação, incorporação e desmembramento dos distritos de:
(1) Mogi Guaçu - Freguesia: 1740 (?) Ignora-se a data. Antiga povoação à margem direita do rio Mogi Guaçu. Desmembramento: 1769, transferida para o Município de Mogi Mirim.
(2) Mogi Mirim (antiga povoação com o nome de Mogi dos Campos) Freguesia: Provisão de 1-11-1751, com o nome de São José de Mogi Mirim. Desmembramento: Por Ordem Régia de 11-10-1769, elevada à município.
(3) Campinas - Freguesia: Portaria de 27-5-1774, antiga capela de Nossa Senhora da Conceição de Campinas. Desmembramento: Portaria de 4-11-1797, elevada à município.
(4) Itatiba - Freguesia: Decreto de 9-12-1830, antiga capela de Nossa Senhora do Belém de Jundiaí. Desmembramento: Lei 2 de 20-2-1857, elevada à município.
(5) Rocinha - Distrito: Lei 1138 de 31-10-1908, na estação de Rocinha. Desmembramento: Lei 233 de 24-12-1948, passou a formar o novo Município de Vinhedo.
(6) Campo Limpo - Distrito: Lei 2456 de 30-12-1953, no povoamento de igual nome e território desmembrado do distrito de Jundiaí. Desmembramento: Lei 8092 de 28-2-1964, elevado à município.
(7) Itupeva - Distrito: Lei 2456 de 30-12-1953, no povoado de igual nome e com território desmembrado do distrito de Jundiaí. Desmembramento: Lei 8092 de 28-2-1964, elevado à município.
(8) Secundino Veiga - (atual Várzea Paulista). Distrito: Lei 2456 de 30-12-1953, no povoado de Várzea e território do distrito de Jundiaí. A Lei 5285 de 18-2-1959 mudou-lhe o nome para Várzea Paulista. Desmembramento: Lei 8092 de 28-2-1964, elevado à município.
(9) Jundiaí - Pela Lei 2456 de 30-12-1953, perdeu terras para a criação dos distritos de Campo Limpo, Itupeva e Secundino Veiga. (hoje Várzea Paulista).

Fonte: Fundação Seade -Memória das Estatísticas Demográficas – Histórico.

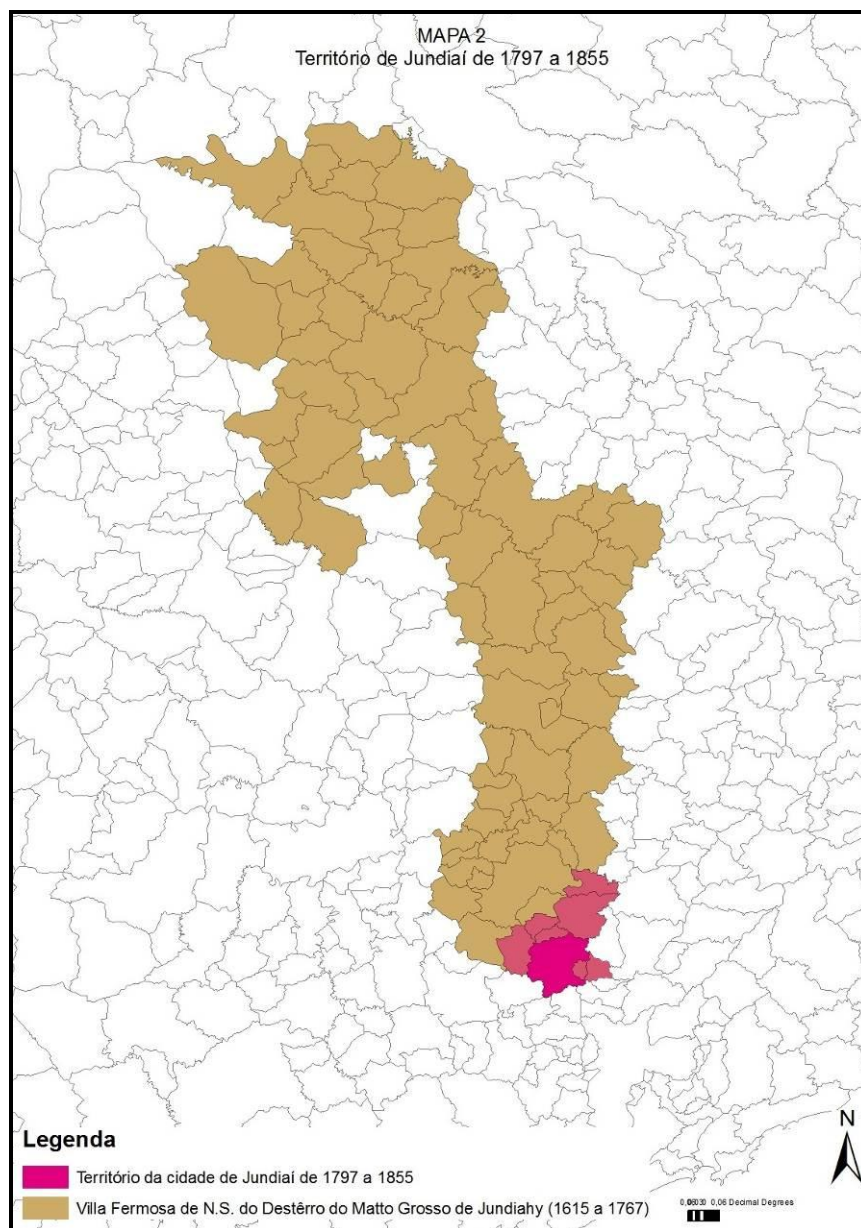
Figura 4 - Mapa 1 - Território da cidade de Jundiá de 1768 a 1796.



Elaborado pelo autor e Ana Cristina Gentile Ferreira.

Mapa que demonstra o território da cidade de Jundiá (ocro claro), já sem o território de Mogi Mirim e antes do desmembramento de Campinas (1797). O destaque em amarelo representa o atual território do município. Em ocre escuro continuamos a visualizar o antigo território de Jundiá e assim observamos melhor a sua redução.

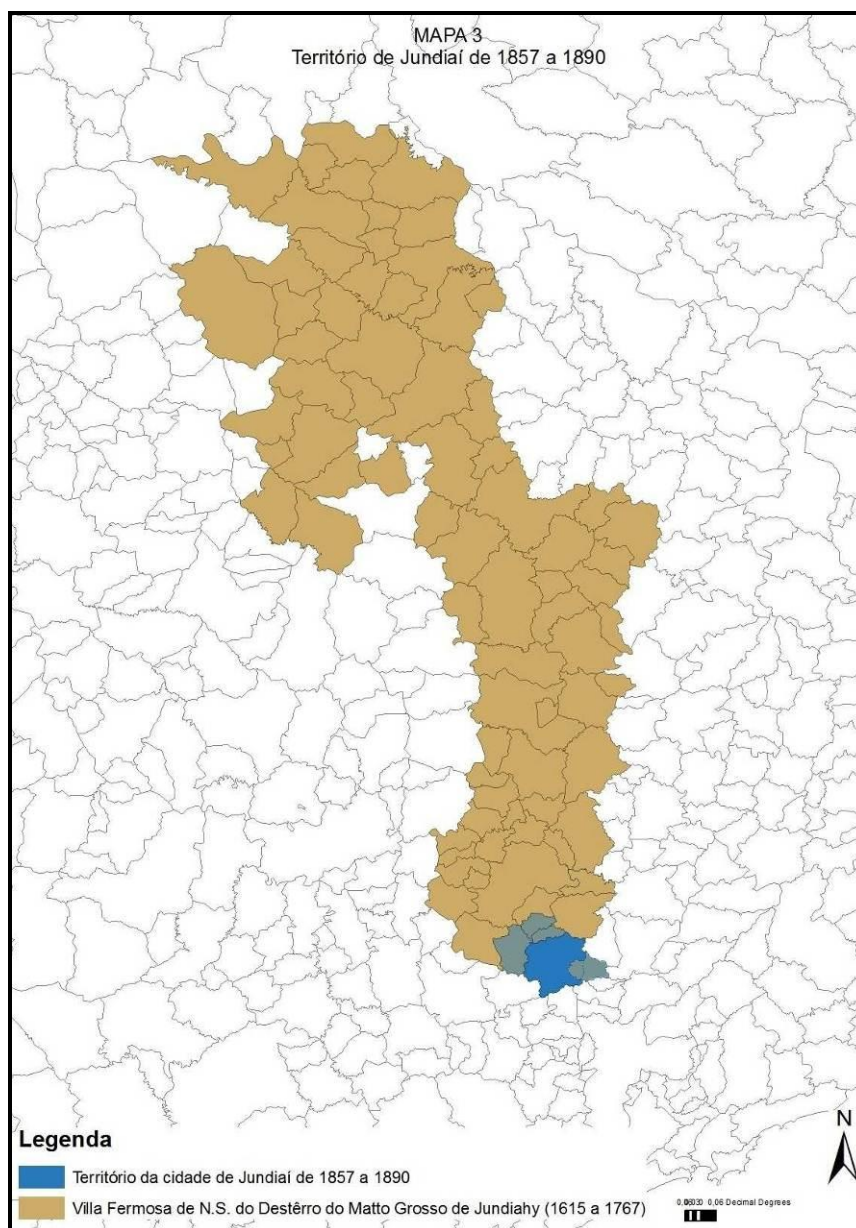
Figura 5 - Mapa 2 - Território da cidade de Jundiá de 1768 a 1796.



Elaborado pelo autor e Ana Cristina Gentile Ferreira.

Mapa que demonstra o território da cidade de Jundiá (rosa antigo), já sem o território de Campinas (1797) e antes do desmembramento de Itatiba (1856). O destaque em rosa escuro representa o atual território do município. Em ocre escuro continuamos a visualizar o antigo território de Jundiá e assim observamos melhor a sua redução.

Figura 6 - Mapa 3 - Território da cidade de Jundiáí de 1768 a 1796.



Elaborado pelo autor e Ana Cristina Gentile Ferreira.

Mapa que demonstra o território da cidade de Jundiáí (azul), já sem o território de Itatiba (1856) e antes dos demais desmembramentos que só ocorrerão no século XX. O destaque em azul escuro representa o atual território do município. Em ocre escuro continuamos a visualizar o antigo território de Jundiáí e assim observamos melhor a sua redução.

Conforme exposto por Gonçalves (1998), Jundiaí representou o primeiro passo no povoamento da parte central e norte do Estado de São Paulo, região onde em meados do século XIX se estenderia a primeira grande expansão cafeeira, que daria origem à estruturação do complexo econômico cafeeiro. Jundiaí, Mogi das Cruzes e Itu constituíram as pontas avançadas dos caminhos de penetração que se desenvolveriam, respectivamente, na direção de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso.

“O Caminho dos Goyazes seguia para o norte pela faixa de terrenos permianos que beiram a Depressão Periférica ao sopé da Mantiqueira e hoje poderia ser reconhecido pela sequência Campinas - Mogi-Mirim - Mococa - Franca, penetrando em Minas Gerais e seguindo adiante. Nessa direção desenvolveu-se nova diretriz de povoamento a partir de Jundiaí, para noroeste, que originou em 1774 a criação da freguesia de Campinas, até então um bairro de Jundiaí chamado Campinas de Mato Grosso”. (GONÇALVES, 1998, p. 71)

“No caminho de Goiás, duas tendências se verificaram: na região mais próxima ao município de São Paulo, o povoamento se adensou e se misturou àquele da zona de Atibaia (que no século anterior tinha se originado da "estria" de povoamento que avançara em direção ao sul de Minas); e, na outra ponta, avançou mais para o norte e transitou do vale do Mogí-Guaçu para o vale do rio Grande, criando uma estreita faixa de área povoada espremida contra a Mantiqueira pelos índios caiapós remanescentes nessa área. Muitos povoados nasceram: Piracaia, Amparo, Serra Negra, São João da Boa Vista, Casa Branca, Cajuru, Batatais, Franca, Ituverava . O povoamento e a atividade agrícola foram bastante expressivos na região ocupada em decorrência da expansão para noroeste a partir do triângulo Jundiaí - Campinas - Itu, abrangendo o vale do Tietê; o crescimento de povoações mais antigas resultou na elevação de Campinas e Porto Feliz à categoria de vilas, em 1797, e também Piracicaba, em 1821. Surgiram as povoações de Itatiba, Montemor, Índaiatuba, Capivari, Tietê, Santa Bárbara e, bem mais adiante no interior, Araraquara. Esta última viria a ser ponta-de-lança da ocupação da área entre os vales do Tietê e do Mogi-Guaçu. Em 1789 encontravam-se sítios esparsos, às duas margens do Tietê, situados abaixo da foz do rio Piracicaba.” (GONÇALVES, 1998, p.86).

Quadro 2 – Desmembramentos Municipais tendo como origem os desmembramentos de Jundiáí.

Jundiáí (1655)

Campinas ex São Carlos (1797)

- Americana (1924)
 - ❖ Nova Odessa (1959)
 - Cosmópolis (1944) Território desmembrado dos municípios de Campinas, Mogi-Mirim e Limeira.
 - ❖ Holambra (1991) pertencia a Jaguariúna, mas sua localização se dividia nos municípios de Artur Nogueira, Cosmópolis, Santo Antonio de Posse e Jaguariúna.
 - Sumaré ex Rebouças (1953)
 - Hortolândia (1991)
 - Valinhos (1953)
 - Paulínia (1964)
-

Campo Limpo (1964)

Itatiba ex Belém ou Belém de Jundiáí (1857)

- Morungaba (1964)
-

Itupeva (1964)

Mogi Mirim/Moji-Mirim (1769)

- Serra Negra (1859)
 - ❖ Águas de Lindóia (1953)
 - ✓ Lindóia (1938). Em 1899 foi criado o distrito de Lindóia no município de Serra Negra. Em 1938 este distrito tornou-se município. Em 1953 foi reconduzido a distrito do município de Águas de Lindóia, tornando-se novamente município em 1964.
- São João da Boa Vista ou São João Batista da Boa Vista (1859)
 - ❖ Vargem Grande do Sul (1921)
 - ❖ Águas da Prata (1935)
 - ❖ Aguaí (1944)
- Itapira ex Penha do Rio do Peixe ou N.S. da P. do Rio do Peixe ou Penha de Mogi-Mirim (1858)
- Casa Branca (1841)
 - ❖ São Simão (1865)
 - ❖ Ribeirão Preto (1871)
 - ✓ Sertãozinho (1896)
 - Pontal (1935)
 - Barrinha (1953)
 - ✓ Cravinhos (1897)
 - Serrana (1948)
 - ✓ Dumont (1964)
 - ✓ Guataparã (1990)
 - ❖ Santa Rosa do Viterbo ex Itacurama (1910)
 - ✓ Serra Azul (1927)
 - ❖ Mocóca ex São Sebastião da Boa Vista (1871)
 - ✓ Luís Antonio (1959)
 - ❖ Caconde (1864)
 - ✓ Tapiritiba (1928)
 - ❖ Santa Cruz das Palmeiras (1885)
 - ❖ São José do Rio Pardo (1885)
 - ✓ S. Sebastião da Grama ex Grama (1925)
 - ✓ Divinolândia ex Sapecado (1953)
 - ✓ Itobí (1959)

- ✓ Tambaú (1898)
 - ❖ Mogi-Guaçu (1877)
 - ✓ Estiva Gerbi (1991)
 - ❖ Espírito Santo do Pinhal (1877)
 - ✓ Santo Antonio do Jardim (1953)
 - ❖ Conchal (1948)
 - ❖ Artur Nogueira (1948)
 - ✓ Engenheiro Coelho (1991)
 - ✓ Holambra (parte) (1991)
 - ❖ Jaguariúna (1953)
 - ✓ Holambra (parte) (1991)
 - ❖ Santo Antonio da Posse ex Posse da Ressaca (1953)
 - ✓ Holambra (parte) (1991)
- Franca (1821)
 - ❖ Batatais (1839 - Franca)
 - ❖ Cajurú (1865 - Batatais)
 - ✓ Santa Cruz da Esperança (1993)
 - ❖ Cruz de Cajurú
 - ✓ Santo Antonio da Alegria (1885)
 - ✓ Cássia dos Coqueiros (1959)
 - ❖ Jardinópolis (1898)
 - ❖ Brodósqui (1913)
 - ❖ Altinópolis (1918)
 - ❖ Nuporanga ex Divino Espírito Santo de Batatais (1885) Em 1909 foi reconduzido à categoria de distrito e incorporado ao município de Orlandia. Em 1926 tornou-se novamente município.
 - ✓ Orlandia (1909)
 - Guaira (1928)
 - ✓ Morro Agudo (1934)
 - ✓ Sales Oliveira (1944)
 - ✓ São Joaquim da Barra (1917)
 - Ipuã (1948)
 - ❖ São José da Bela Vista (1948)
 - ❖ Patrocínio Paulista ex Patrocínio do Sapucaí e S. B. Macaúbas (1885)
 - ✓ Itirapuã (1948)
 - ❖ Ituverava ex Carmo de Franca (1885)
 - ✓ Guará (1925)
 - ✓ Miguelópolis (1944)
 - ❖ Igarapava ex Santa Rita do Paraíso (1873)
 - ✓ Pedregulho (1921)
 - Rifaina (1948)
 - ✓ Buritizal (1953)
 - ✓ Aramina (1964)
 - ❖ Cristais Paulista ex Guapuã (1959)
 - ❖ Jeriguara (1964)
 - ❖ Restinga (1964)
 - ❖ Ribeirão Corrente (1964)

Várzea Paulista (1964)

Vinhedo (1948)

- Louveira (1964)

Legenda:

em negrito – desmembramento direto de Jundiá

- Desmembramento dos municípios em negrito
- ❖ Desmembramentos dos municípios marcados com •
- ✓ Desmembramentos dos municípios marcados com ÷

Fonte: Fundação SEADE. Informe Demográfico 1, 1980. IBGE Cidades <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.

Rossetto (2006) afirma:

“Partindo de São Paulo, o caminho geral dos Goiases, ou estrada dos Goiases seguia rumo geral Norte, margeando, a Leste, a encosta da serra da Mantiqueira, atravessando os atuais municípios de Jundiá, Mogi-Guaçu, Casa Branca, e Franca, entre outros, até o atual município de Uberaba, de onde defletia a Oeste, atingindo a região das minas de Goiás.” (p.143)...De São Paulo até Jundiá (vila desde 1655), a região era de campos. Junto de Jundiá tinha início uma densa floresta, que se estendia até pouco antes da região de Mogi, onde, recomeçando os campos, havia, já na época da abertura da estrada dos Goiases, um conjunto disperso de casas, ou “arraial”. Como tudo, então, pertencia ao termo da vila de Jundiá, essa extensão de mata cerrada era o “mato grosso de Jundiá”. Sabe-se que, nos primeiros tempos da estrada, levavam-se quatro dias para atravessar essa região do “mato grosso de Jundiá”. A floresta cerrada não favorecia o crescimento de vegetação rasteira e pastagens, necessárias à alimentação das tropas de mulas ao longo desses dias de travessia. De importância estratégica seria, portanto, um conjunto de pequenas clareiras, ou “campinhos”, existentes em meio ao mato grosso a certa altura do trajeto. Eram as “campinas do mato grosso de Jundiá”. É nas proximidades desses “campinhos”, ou clareiras, que viria a se formar um pequeno núcleo – e a futura cidade de Campinas.” (ROSSETTO, 2006, p.144).

Desse modo, a conformação espacial do antigo sertão do Mato Grosso de Jundiá e a então Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá, ocorre com a expansão populacional e econômica da antiga Capitania de São Vicente na sua porção nordeste. A constituição de Jundiá e seus desmembramentos refletiram a ocupação populacional e a sua importância na formação social paulista. Nesse sentido, o capítulo 2 busca trazer informações e recuperar fontes documentais que indiquem a população de Jundiá no passado histórico.

1.3. Evolução da População: 1615 a 1830.

A primeira notícia que se tem da chegada de migrantes nas terras de Jundiá é encontrada no livro Jundiá e sua História (MAZZUIA, 1979). O autor faz menção à população existente na época quando se refere à vinda de Rafael Antunes em 1639. Diz que este veio acompanhado de mulher, filhos, genros, escravos, índios forros e homens de arma, “formavam um aglomerado de mais ou menos trezentas almas” (MAZZUIA, 1979, p.5).

Para se ter uma ideia da população existente na Vila de Jundiá, também podemos nos valer das Cartas de Data⁸ para a concessão de braças de terra (áreas de terra)⁹ e para a construção de casas e quintal para os moradores e povoadores de Jundiá. Estas cartas de concessão de datas eram um título perpétuo, que conferindo ao concessionário o direito à troca, venda, aforamento, arrendamento e doação, sendo também transmissível por herança. O domínio de uso se transmitia do Estado ao concessionário e era mantido mediante o cumprimento de determinadas condições, como a de fazer uso produtivo da terra e de pagamento de um foro.

Para justificar tais pedidos muitos dos suplicantes diziam ser os primeiros povoadores ou descobridores de Jundiá (MAZZUIA, 1979). Estas Cartas de Datas são do ano de 1657, das quais encontramos trechos nos seguintes livros: Elementos para História de Jundiá (1954), Jundiá Através de Documentos (1976) e Livro Museu de Jundiá (1974).

Holanda (1966) ainda nos diz que o Livro de Cartas de Datas é um códice que está encadernado e em boa conservação. Atualmente está sob a guarda da Prefeitura Municipal de Jundiá, mas faltam as primeiras 110 folhas. O autor relata que na folha 111, por onde começa, lê-se um termo de doação sem o

⁸ A este respeito, MEIRELLES, H. L. “Direito Administrativo Brasileiro” 8ª edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1981, p.494.

⁹ Braça é uma antiga medida (ainda em uso no Brasil), com variações de país para país, equivalente à extensão que vai de um punho ao outro, ou da extremidade de uma mão aberta à outra, ou da ponta de um polegar em abdução ao outro, num adulto com os braços estendidos horizontalmente para os lados (em Portugal e no Brasil, 2,2 metros lineares). Em latim *bracchia*, ou no plural *bracchium* (braço). Braça também é unidade de comprimento do sistema Inglês equivalente a cerca de 1,8 metros (Dicionário Eletrônico Houssiss da língua portuguesa 3.0).

cabeçalho e o requerimento - que deveriam estar na página anterior e, portanto, sem o nome do suplicante. Na data que traz, de 30 do mês de dezembro da era de 1657, segue-se o uso antigo, que fazia principiar cada ano pelo Natal e equivale, assim, na contagem moderna, a 30 de dezembro de 1656. Encerra-se o livro, no estado atual, à folha 168 com o começo da petição de Estevão Góias Raposo, sem o texto da doação correspondente; é impossível, pois, estimar o número das datas concedidas em 1657. Holanda (1966) estima que, se se admitir que o número das datas registradas nas 110 páginas iniciais que seria aproximadamente proporcional ao das que se preservaram, resultariam, até o mês de março de 1657, pouco menos de 300 concessionários¹⁰.

Holanda (1966) faz uma análise acerca das Cartas de Data:

“Note-se que, já em épocas anteriores, tinha avultado muito a busca de terras lavradas para aquelas bandas, a tal ponto que as datas correspondentes a mais de 30 pedidos de sesmaria feitos entre 1636 e 1642 se acham localizados entre as margens do Juqueri, do Atibaia, do Jaguari, do Jundiá, sendo os requerentes, quase sem exceção, moradores na vila do S. Paulo. Parte deles faria seus ranchos — seus “tejupees” como se lê na documentação jundiáense — ao redor da capela existente da Senhora do Destêrro, onde podiam desobrigar-se. Entre os peticionários de datas na vila de Jundiá, em 1657, há quem alegue estar lavrando na mesma paragem há doze anos, como Estácio Ferreira, ou mesmo há dezesseis anos, como Antônio Alvares Bezerra, e quer isto dizer que ali assistiriam desde 1645 e 1641 respectivamente. Nem por isso são os “primeiros povoadores” do lugar. Os primeiros povoadores são expressamente Francisco de Gaia e Manuel Antunes Preto, os quais alegam notoriedade do fato e invocam testemunho dos moradores antigos. Mas não seriam os únicos. Igual título é invocado por Manuel Madeira e sua mãe Isabel Bicudo. Além disso, Maria Jorge e Agostinha Rodrigues se dizem “donas veuvas dos primeiros povoadores”. Dos 85 habitantes do local que receberam datas entre fins de 1656 e março de 57, nada menos de 11 se dizem povoadores ou “dos primeiros povoadores”; 18, netos e filhos de povoador, e 4 casados com filha de povoador. Com exceção de 2, que viviam em S. Paulo, mas queriam mudar-se para o lugar, todos os mais eram moradores no antigo bairro, agora vila, do Destêrro de Jundiá.” (HOLANDA, 1966, p. 96).

Sobre as mesmas Cartas de Data, Mazzuia (1976) ressalta que:

¹⁰ Em visita ao Museu Histórico de Jundiá podemos notar que este documento, como relatou Holanda (1966), bem como outros de interesse histórico e demográfico (Livro de atas da Câmara Municipal, Livro de óbitos de Escravos dentre outros) estão em bom estado de conservação, vide imagens nos Anexos 15 ao 18. Encontra-se, também, informações sobre a população de Jundiá no na Cúria Metropolitana de São Paulo nos Livros de Registros Paroquiais, ver exemplo no Anexo 19.

“Pelas pessoas mencionadas nas confrontações das cartas acima, percebe-se que o número de habitantes desta vila era bem maior, e que inúmeras Cartas de Datas foram extraviadas, possivelmente quando o livro ora supra mencionado foi encadernado, talvez por se acharem pessimamente conservadas” (MAZZUIA, 1976, p. 53).

Estes requerentes e os que os acompanharam constituíram a primeira leva de migrantes em terras de Jundiáí. Holanda (1966) afirma:

“Assim, a migração inicial, anterior possivelmente ao ano de 1620 e provinda, ao que consta, do estabelecimento de pessoas criminosas que para aqueles lugares se deslocaram com as famílias e apaniguados, fugindo à perseguição das justiças, filia-se claramente ao tipo de povoamento por homizio e couto. Importado de Portugal, onde tem raízes medievais, alcançou importantes repercussões na colonização do Brasil. Infelizmente, a única notícia que nos resta dêsse primitivo estabelecimento, tirada de fonte hoje perdida, não chega a declarar as circunstâncias do delito que teria motivado a migração.”(HOLANDA, 1966, p. 97).

No livro “Jundiáí através dos Documentos” (1976, p.14 a 20) há uma listagem e desenho da distribuição dos lotes de terra e seus respectivos proprietários, datadas de 1657, totalizando 123 lotes com 110 proprietários. O Quadro 3 apresenta uma listagem dos oficiais da Câmara Municipal que assinaram as Cartas de Datas com os pedidos de autorização para casas e quintais na Vila de Jundiáí, no ano de 1657, sendo que no Quadro 4 há a transcrição da listagem dos interessados e dos respectivos lotes de seu interesse.

Quadro 3 – Oficiais da Câmara Municipal que assinaram as Cartas de Datas para Casas e Quintais, na Vila de Jundiáí, no ano de 1657.

Nome	Função
João Leme do Prado	Juiz Ordinário
Antonio Luiz de Pinha	Juiz Presidente da Câmara
João Paes Malho	Vereador
Pedro Cabral de Mello	Vereador
José Duarte	Vereador
Estácio Ferrera	Procurador da Câmara
Antonio Gil	Juiz de Órfãos
Matheus Machado Castanho	Escrivão da Câmara

Fonte: Mazzuia, M., Jundiáí através de documentos, Jundiáí–SP: Palmeiras, 1976, p.14.

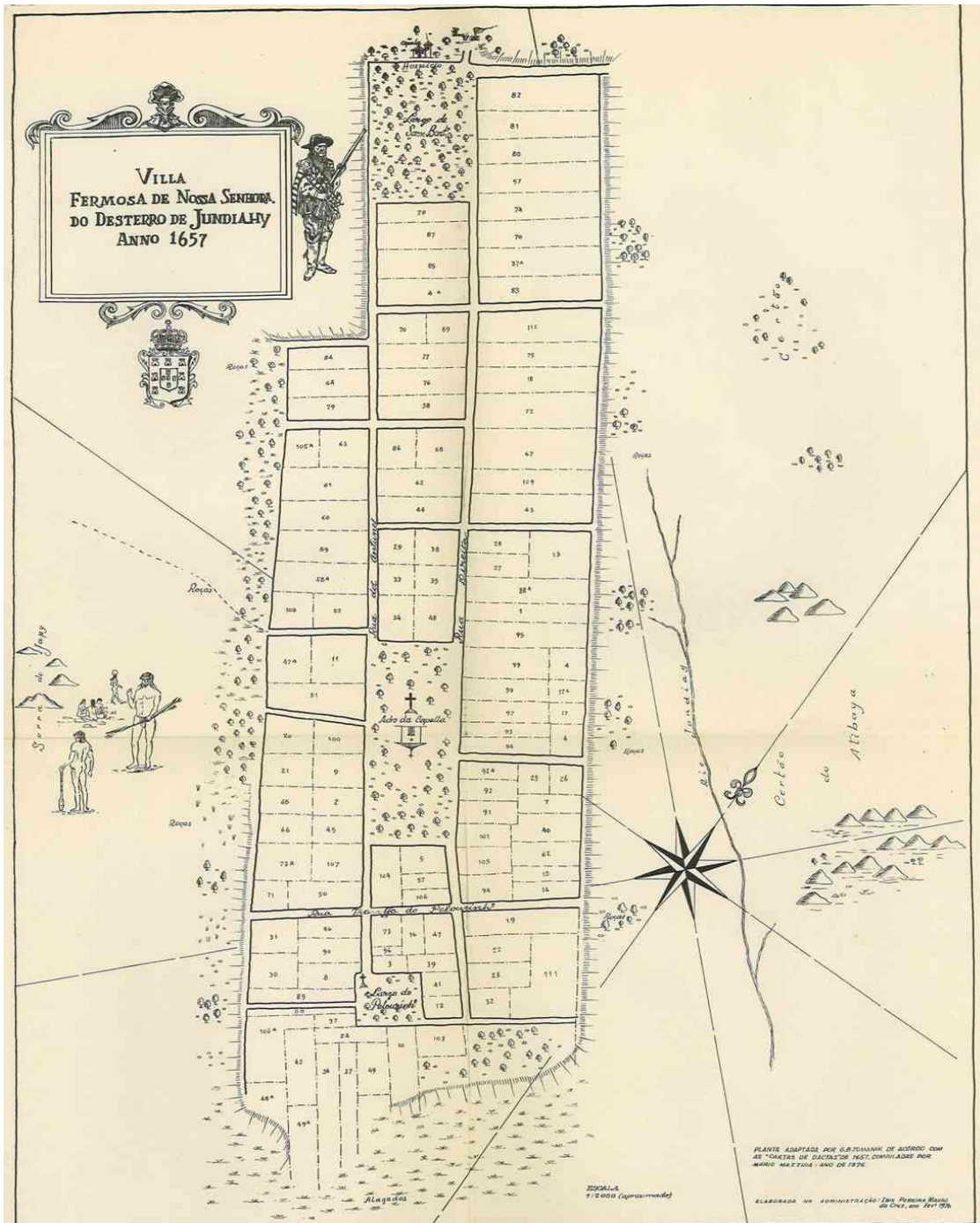
Quadro - 4. Distribuição de Terras, Vila de Jundiá, 1657.

Distribuição dos lotes de terra, onde diversos interessados já possuíam seus ranchos Vila de Jundiá- 1657							
Interessados	Número dos Lotes	Interessados	Número dos Lotes	Interessados	Número dos Lotes	Interessados	Número dos Lotes
João Maciel	1	Jacomé Antonio	29	José Antunes	63	Viúva, Maria Cabral	86
Matheus Machado Castanho	2 e 111	Francisco Fanacho	30	Antonio Gil, o moço	64	Estácio de Gois Raposo	87
Gaspar de Louvera	3	Domingos Antunes	31	Viúva, Maria Jorge	65	Juiz, Pedro Cabral de Mello	88 e 88A
Asenço Dias	4 e 4A	Gaspar de Sousa Falcão	32	Agostinha Reis	66	Rancho (dos f's de J. Leme do Prado)	88
Estácio Ferreira	5 e 58A	Estevão Cabral de Mello	33	Francisco Sutil	67	Capitão, Pascoal Ribeiro de Faria	89
Antonio Alvares Bezerra	6 (roça)	Francisco Cabral de Tavora	34	José Sardinha	68	Capitão Antonio Coresma d'Almeida	90
Antonio Gil	7	Antonio de Freitas	35	Gaspar da Silva Sardinha	69	Viúva, Francisca Cordeiro	91
João Leme do Prado	8	Domingos Alvares Ferreira	36	Domingos A. Ferreira	70 e 70A	Viúva, Maria Cordeiro	92 e 92A
Manoel Fernandes Teves	9	Jeronimo Bicudo	37 e 37A	Pedro da Silva	71	Casa do Padre Vigário	93
Manoel Antunes Preto	10	Jeronimo Camargo	38	Antonio Sutil	72	Salvador de Oliveira Dorta	94 e 94A
Gaspar Sardinha	11	Pedro Ferreira	39	Gaspar Sardinha	73	Bento Gil	95
João Paes Malho	12	Antonio Luiz de Pinha	40	Gaspar Sardinha, o moço	73A	Cadeia	96
João Ribeiro	13	André Bernardes	41	Simão Jorge Ferreira	57	Capitão, Domingos Cordeiro	97
Francisco de Sousa	14	João Bernardes	42	Francisco Vas Ferreira	58	José de Oliveira Dorta	98
Pedro de Oliveira	15	Manoel Antonio	43	Francisco Jorge Preto	59	Salvador de Oliveira	99
João de Louvera	16	André Luiz	44	Domingos Jorge Antunes	60	Pedro Leme do Prado	100
Manoel Madeira	17	Luiz de Gois	45	Miguel Rodrigues Preto	61	Manoel Machado	101
Viúva, Izabel Penedo	17A	Mathias Guedes	46	Viúva, Maria de Pinha	74	Manoel Jorge	102
Lazaro Machado	18	João Paulo	47	Francisco Luiz	75	Hermínio Bicudo	103
João Raposo Bocano	19	Francisco Gaia	48, 48A e 112	João Paes, o moço	76	Matheus Luiz	104
Sebastião Martins	20	Manoel Preto Jorge	49 e 49A	Salvador Dias Neves	77	José de Oliveira	105 e 105A
Jacinto Nogueira	21	Domingos de Gusmão	50	Simão Jorge	78	Pedro Luiz	106 e 106A
Manoel Gil	22	Antonio do Prado	51	José Preto	79	José Fernandes de Oliveira	107
Miguel Fernandes da Costa	23	Sebastião Gil, o moço	52	Ana Maria Paes	80	Antonio Antunes	108
Pedro Alvares Bezerra	24	Estevão Alveres Bezerra	53	Viúva, Maria Paes	81	Viúva, Maria Jorge	109
Antonio de Oliveira	25	João Alveres Bezerra	54	Viúva, Mariana Paes	82	Domingos A. Ferreira	110
Estevão Fernandes	26	Viúva, Maria dos Anjos	55	Viúva, Maria Fernandes	83	Francisco Antunes Grou	47A
Antonio Rodrigues	27	Viúva, Agostinha Rodrigues	56	José Duarte da Silva	84		
Viúva, Agostinha Rodrigues	28	Matheus Luiz Grou	62 e 62A	Viúva, Antonia de Paiva	85		

Fonte: Mazzuia, M., Jundiá através de Documentos, Jundiá-SP: Palmeiras, 1976, p.14, 19 e 20.

A Figura 7 ilustra uma planta adaptada, na escala de 1:2000 aproximadamente, por Geraldo Barbosa Tomanik de acordo com as cartas de datas de 1657, que foram compiladas por Mário Mazzuia no ano de 1976. Do lado esquerdo da figura encontra-se a Serra do Japi e, à direita, o Sertão de Atibaia. Nota-se que a distribuição dos lotes ocorre no lado esquerdo do Rio Jundiá; a antiga Rua Direita, hoje é a Rua Barão de Jundiá e a Rua dos Antunes, a atual Rua do Rosário (SUBCOMISSÃO DO MARCO HISTÓRICO, 1955, p. 36; STAFUZZA 1974 p. 62; GATTOLINE, 1998, p.23).

Figura 7 - Distribuição dos Lotes, Vila de Jundiá, 1657.



Fonte: Mazzuia, M., Jundiá através de Documentos, Jundiá – SP: Palmeiras1976.

O povoamento da área de acordo com Holanda (1966) ocorreu, não só por força dos “migrantes de origem criminosa, fugitivos da perseguição da justiça”, mas também por interessados na fertilidade do solo; devido à escassez de terras utilizáveis, atraindo os lavradores para regiões mais produtivas, pôde assim representar migrações para a Vila de Jundiáí. O autor relata, ainda, a chegada de população decorrente das rixas que dividiam a Capitania¹¹ em grupos rivais:

“Uma terceira leva, que parece movimentar-se no mesmo rumo, por volta de 1653, já praticamente encerrada a fase da maior procura de terras naquelas partes, merece consideração especial, embora não fôsse de todo estranha ao movimento a presença, ali, de solos férteis. O fato de se terem então fixado no sítio da futura vila do Destêrro descendentes de José Ortiz de Camargo, ou antes de seu filho Jerônimo, acompanhado de familiares e parciais, pôde ser associado às famosas rixas que, dividindo a Capitania em bandos contrários, chegavam agora à culminância. E assim como Pamaíba se teria convertido num reduto dos Pires, Jundiáí preparava-se para ser o verdadeiro baluarte da parcialidade oposta, beneficiando-se com isso da famosa querela de famílias que lhe dava mais moradores e maiores cabedais. É essa claramente uma amostra de como a preexistência de divisões no interior do antigo núcleo pode estar à origem dessa verdadeira dicotomia, por onde a facção momentaneamente vencida é levada a ir formar entidade municipal distinta, com justiça própria e órgãos autônomos de poder.” (HOLANDA, 1966, p.98).

A compilação das informações dispersas nos diferentes documentos nos permite apresentar a Tabela 1 e Gráfico 1, acerca da população de Jundiáí de 1742 a 1830.

No livro Jundiáí Através dos Documentos (MAZZUIA, 1976, p. 34), encontra-se a informação de que no ano de 1742 existia em Jundiáí 229 fogos e 1.306 pessoas; informação esta registrada em folha avulsa do caderno número 2 do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. No livro “A Agricultura em Jundiáí” da Sociedade Viti-Vinicola e Rural de Jundiáí (p. 14), reproduzindo um levantamento geral da Capitania de São Vicente, providenciado por Capitão Geral D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão¹², temos que a população em 1765 era de 1.272 pessoas, sendo 658 homens e 614 mulheres e

¹¹ Neste caso o autor se refere às terras das antigas donatárias que hoje correspondem área do Estado de São Paulo.

¹² Governador da Capitania de São Paulo, tendo o título de Morgado de Mateus – 1722 a 1798.

existiam 334 fogos. Tal redução da população pode ter adivindo de algum erro de registro, visto que há um aumento de fogos de 229 em 1742 para 334 em 1765.

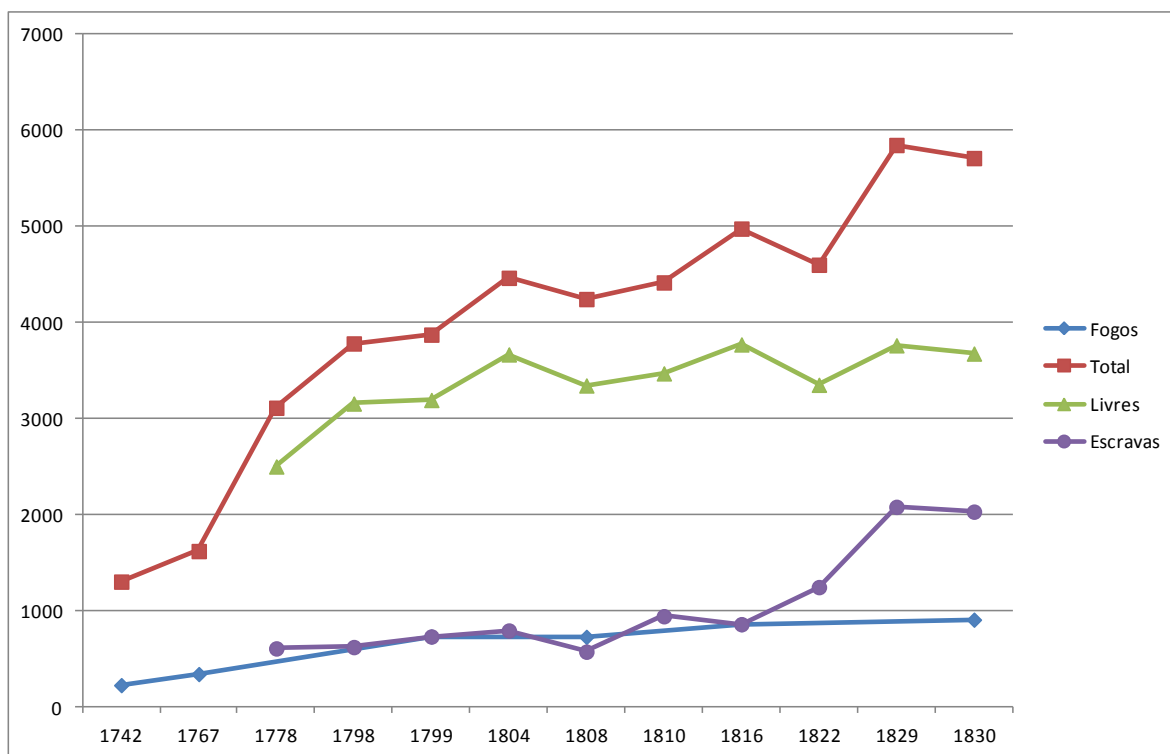
**Tabela 1 - Evolução da População de Jundiáí
1742 a 1830**

Ano	Fogos	Pessoas			Taxa de Crescimento Anual (%) - Pop.Total
		Total	Livres	Escravas	
1742 ¹	229	1.306			
1765 ²	334	1.272			-0,11
1767 ³	344	1.624			12,99
1778 ⁴		3.115	2.504	611	6,10
1798 ⁴		3.784	3.159	625	0,98
1799 ⁵	735	3.876	3.196	735	2,43
1804 ⁴		4.467	3.670	797	2,88
1808 ⁵	731	4.246	3.347	577	-1,26
1810 ⁴		4.419	3.473	946	2,02
1816 ⁵	863	4.979	3.774	863	2,01
1822 ⁴		4.603	3.354	1.249	-1,30
1829 ⁴		5.849	3.765	2.084	3,48
1830 ⁵	910	5.713	3.679	2.034	-2,33

Fontes:

1. Mazzuia, 1976, Jundiáí Através de Documentos, ps. 33, 34 e 146;
2. Sousa, 1955, A Agricultura em Jundiáí da Sociedade Viti-Vinícola e Rural de Jundiáí, p. 14;
3. Marques, 2008 Jundiáí, um impasse regional: o papel do município de Jundiáí entre duas regiões metropolitanas: Campinas e São Paulo. Dissertação de Mestrado USP- FFLCH, p. 54;
4. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo, SP: Editora da USP, 2005. P.79
5. REIS, D. O. M., 2010, Maços de População e outras fontes. Cinturão paulistano. Economia e demografia nas vizinhanças da capital de São Paulo (c. 1798 - c. 1830). Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 2012-01-25, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-27052011-171045/>. (p. 18 a 44).

Gráfico 1 - Evolução da População de Jundiaí de 1742 a 1830.



Notas:

a) Para os anos de 1778, 1798, 1804, 1810, 1822 e 1829, não informamos o número de fogos por não constar na tabela da qual nos referenciamos LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo, SP: Editora da USP, 2005. Ps. 78 e 79.

Fontes:

1. 1742 - Mazzuia, 1976, Jundiaí Através de Documentos, p. 33;
2. 1765 - Sousa, 1955, A Agricultura em Jundiaí da Sociedade Viti-Vinícola e Rural de Jundiaí, p. 14;
3. 1767 - Marques, 2008 Jundiaí, um impasse regional: o papel do município de Jundiaí entre duas regiões metropolitanas: Campinas e São Paulo. Dissertação de Mestrado USP- FFLCH, p. 54;
4. 1778, 1798, 1804, 1810, 1822 e 1829 - LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo, SP: Editora da USP, 2005. P.79
5. 1799, 1808, 1816 e 1830 - REIS, D. O. M., 2010, Maços de População e outras fontes. Cinturão paulistano. Economia e demografia nas vizinhanças da capital de São Paulo (c. 1798 - c. 1830). Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 2012-01-25, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-27052011-171045/>. (p. 18 a 44).

Notamos que foi acentuado o crescimento da população entre os anos de 1765 e 1767: um acréscimo de 252 pessoas em dois anos e uma taxa de crescimento de 13% ao ano.

De 1767 a 1778 (período de 11 anos) a população de Jundiaí cresce a uma taxa anual de 6,10%, passando de 1.624 pessoas em 1767 para 3.115 em 1778 (um acréscimo de 1.491 pessoas). A população de 1778 era composta por 2504 pessoas livres e 611 escravas.

De 1778 a 1798 a população continua a crescer, porém a um ritmo menos acentuado que o anterior 0,98% ao ano. Passando de 3.115 em 1778 para 3.784 pessoas em 1798, sendo a população livre que apresenta o maior acréscimo no número de indivíduos (passa de 2.504 para 3.159) enquanto que a população escrava permanece praticamente estável (passa de 611 pessoas em para 625).

Esta redução do crescimento da população, a nosso ver, certamente ocorreu devido ao início da formação das vilas, uma vez que a política desenvolvida por Morgado de Mateus estimulou o povoamento e desenvolvimento econômico de povoados dispersos ao longo do “Caminho de Goiás”, provocando desmembramentos na Vila de Jundiaí (MARQUES, 2008).

Gonçalves (1998) também faz alusão a esta política de Morgado de Mateus afirmando que entre 1765 e 1775 “este revitaliza a capitania fundando ou planejando a criação de dezenas de cidades no sertão virgem, fazendo estradas e consolidando as regiões sul e sudeste da Capitania (cujo território nesta época se prolongava no sul até o rio Pelotas, englobando a área correspondente hoje ao Paraná)” (GONÇALVES, 1977, p. 71).

Citamos como exemplo a Vila de São José de Mogi Mirim (atual município de Mogi Mirim), pois Belloto (1979), no seu livro *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo*, nos diz que Mogi Mirim, assim como Mogi Guaçu, haviam se formado desde fins do século XVIII.

Em Leme (2004), Holanda (1966), Luna Klein (2005) e Marques (2008), dentre outros, encontramos que a migração para o interior foi característica do

povoamento da Capitania de São Paulo durante os primeiros séculos de colonização, principalmente com a migração de muitos moradores para o interior da Capitania ou para Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso em busca de pedras e metais preciosos.

Em 1799 a população de Jundiaí era composta por 3.876 habitantes, entre livres e escravos, espalhados por 735 fogos. A população livre com um total de 3.196 pessoas era composta por 1.560 (48,8%) homens e 1.636 (51,2%) mulheres; e a escrava com um total de 735 pessoas, sendo 587(79,9%) homens e 148 (20,1%) mulheres. O crescimento anual correspondente ao período de 1798 a 1799 foi de 2,43% ao ano. Verificamos ainda que, de acordo com Reis (2010), havia aproximadamente 141 fogos com cativos, o que correspondia a 19,2% dos 735 fogos arrolados em 1799. A população livre correspondia a 82,5% e a escrava 17,5%. A autora ainda nos informa que:

“Os forros, embora formalmente livres, estavam próximos ao passado cativo e aos laços que criaram e que muitas vezes mantinham. Mas, por aparecerem explicitados em número bastante diminuto, apontando certamente para uma omissão nas declarações [...]”(REIS, 2010, p.18).

Recorde-se que neste período houve o desmembramento de Mogi Guaçu em 1769 que foi transferida para o município de Mogi Mirim (vide quadro III). Campinas se torna Freguesia em 25 de maio de 1774 e é desmembrada em 04 de novembro de 1797. Contudo a população jundiaiense, conforme vimos anteriormente, continua crescendo.

Para o ano de 1804 a população de Jundiaí já perfaz o total de 4.467 pessoas dividida entre 3.670 livres e 797 escravas e um total de 735 fogos. De 1799 a 1804 há um crescimento anual de 2,88%.

Encontramos para o ano de 1808 a população jundiaiense composta por 4.246 pessoas dispersas em 731 fogos, destes fogos 20,9% deles possuíam escravos. A população livre era de 3.347 sendo 1538 (46,0%) homens e 1.809 (54,0%) mulheres. Sendo que a população se constituía por 78,9% de livres e 21,1% de escravos (REIS 2010). A taxa de crescimento anual para o período (1804 a 1808) foi de -1,21%. A de se notar que esta taxa negativa de crescimento

se dá mais pela queda do total de pessoas livres(3.670 em 1804 e 3.347 em 1808), já que a população escrava apresenta um aumento de 100 indivíduos, (passando de 797 em 1804 para 897 em 1808).

Nos períodos de 1808 a 1810 e 1810 a 1816, Jundiá apresenta uma taxa de crescimento anual positiva de 2,02% e 2,01%, respectivamente. No período seguinte - 1816 a 1822 - ocorre uma taxa de crescimento anual negativa de -1,30 %. Em 1810 encontramos 4.419 habitantes em Jundiá, divididos entre 3.473 livres e 946 escravos. Já em 1816 havia em Jundiá, 4.979 habitantes, sendo que destes 3.774 (75,8%) eram livres e 1.205 (24,2%) escravos vivendo em 863 fogos. A população livre era dividida em 1.797 (47,6%) homens e 1.977 (52,4%) mulheres. Destes fogos 21,1% com a presença de escravos (REIS, 2010, p. 20, 22 e 29).

Em 1822, o total da população era de 4.603 pessoas, sendo 3.354 (72,87%) livres e 1.249 (27,13%) escravos.

Já em 1829 Jundiá apresenta uma população total composta por 5.849 pessoas, sendo 3.765 (64,37%) livres e 2.084 (35,63%) escravas. A taxa de crescimento anual para o período de 1822 a 1829 é de 3,48% ao ano e em números absolutos o crescimento é de 1.246 pessoas. Para o ano de 1830, Jundiá apresenta uma queda na sua população total, passando de 5.849 em 1829 para 5.713 pessoas em 1830. O total da população de 1830 está dividido em 3.670 (64,4%) pessoas livres e 2.034 (35,60%) escravas. A população livre era composta por 1751 (47,7%) homens e 1.919 (52,3%). O número de fogos passa para 910 destes 26,6% com escravos. A taxa de crescimento anual para o período de 1829 a 1830 é negativo e é de -2,33% ao ano um decréscimo em números absolutos de 136 pessoas (sendo 86 livres e 50 escravas).

Notamos que ao longo dos anos apresentados a população de Jundiá cresceu e o percentual de fogos com escravos foi aumentando, bem como, o percentual de participação da população escrava no cômputo total da população aumentou. Tinha em 1799 uma população escrava de 735 pessoas e em 1830 de 910 pessoas, um aumento de 23,8% em três décadas.

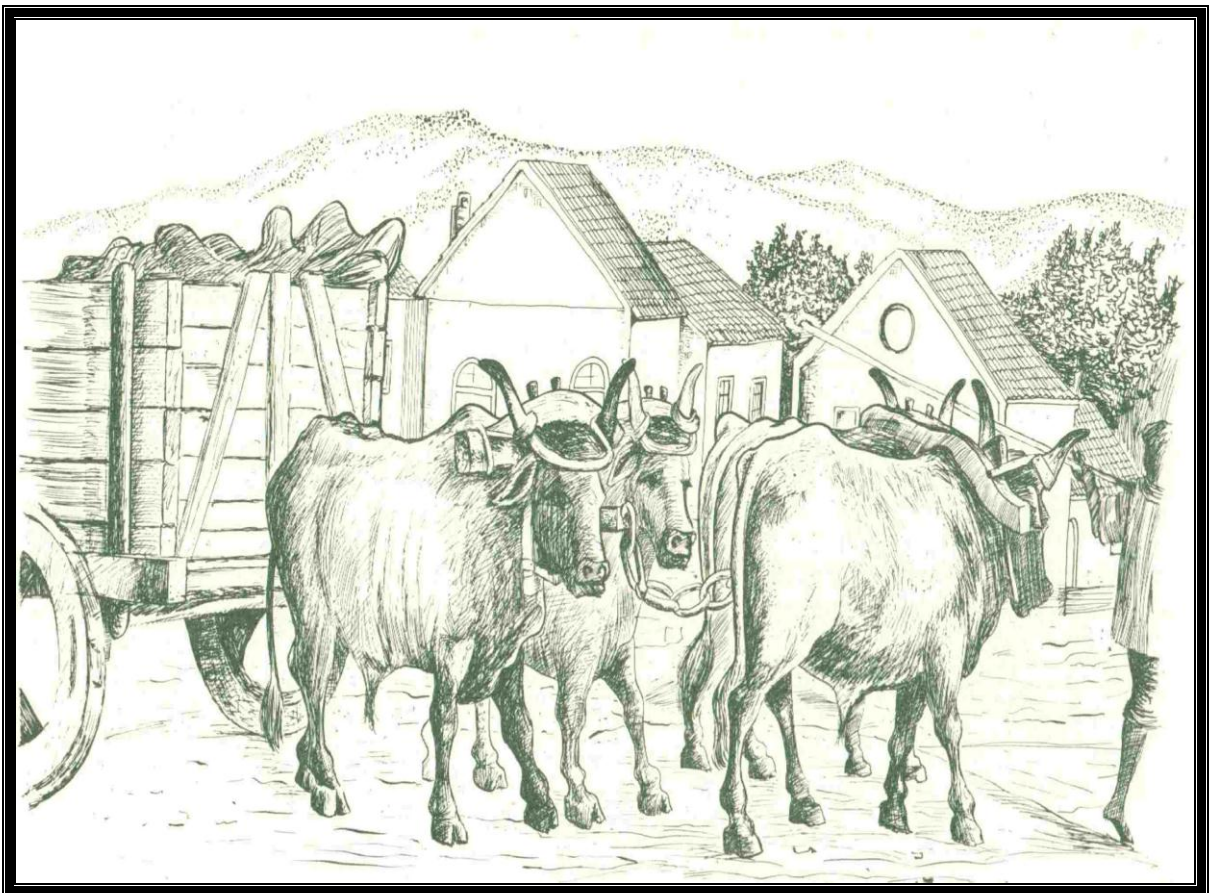
Reis (2010) afirma que:

“Em suma, ao longo do período 1799-1830 o número de habitantes da vila de Jundiaí cresceu – a menores taxas que a capitania/Província de São Paulo em sua totalidade –, sendo o aumento da população livre intermitente, ainda que positiva entre os anos limítrofes considerados, enquanto a população cativa variou positivamente durante todos os momentos analisados, ampliando ao longo do tempo sua participação entre os habitantes da vila de Jundiaí, assim como o peso dos livres a eles diretamente ligados via presença de plantéis nos domicílios.” (REIS, 2010, p. 27).

Apesar das oscilações nos volumes de população, a antiga Freguesia de Nossa Senhora do Desterro prosperou desde o início de sua formação em virtude de se constituir como ponto de apoio para as expedições que se dirigiam aos sertões, bem como local de abastecimento de gêneros alimentícios produzidos pelos seus habitantes.

CAPÍTULO 2

POPULAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICA



2.1. Do milho ao café - das lavouras de subsistências a cultura do café.

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e início do XIX, a economia da cidade se limitou a pequenas lavouras de subsistência, que abasteciam moradores da vila, tropeiros e bandeirantes (SOUZA, 1970; SAINT HILAIRE, 1976; MAZZUIA, 1979; MAKINO, 1981; LUNA E KLEIN, 2005).

Cabe aqui fazer um adendo e falarmos um pouco sobre essa lavoura/agricultura de subsistência. Para tal utilizaremos o estudo sobre o setor de subsistência na economia brasileira de Delgado (2005), que faz um resumo da abordagem de três notáveis historiadores econômicos e sociais do Brasil, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Raimundo Faoro (2000). Consideramos a abordagem de Caio Prado Jr e Celso Furtado são as que mais se aproximam da economia da Vila de Jundiaí, é claro, sem deixar de apresentar características presentes também na abordagem de Raimundo Faoro. Pretendemos apenas demonstrar alguns conceitos do que seria à economia de subsistência na época, sem entrar em questões tais como decadência do setor exportador da economia colonial, estagnação da economia da cana-de-açúcar, dentre outros.

Começaremos pelo enfoque de Raimundo Faoro para a economia subsistência. De acordo com este autor, a economia de subsistência se constituiu de um enorme setor, o qual serviu de apoio fundamental para o crescimento populacional observado na época¹³ (DELGADO, 2005). Já que existiu uma diminuição do setor exportador da economia colonial ao longo de um período de quase 100 anos (1750-1850), conquanto a população mais que dobrasse nesse espaço de tempo, este setor se remetia à monarquia. Faoro (2000) ainda nos diz que “com a contração econômica do latifúndio, a terra e as conexões econômicas produtoras passam a adquirir maior importância, com a gravitação de categorias de pessoas sem terra em torno do proprietário. Nesse sentido, o empresário, o senhor de engenho que, desde Duarte Coelho, impunha seu predomínio graças aos investimentos da indústria de moagem de cana, com as lavouras cativas,

¹³ “Em 1750 para uma população de 1.750.000 habitantes a exportação alcançou 4,3 milhões de libras esterlinas, enquanto em 1800, numa população de 3,3 milhões de pessoas, mal chegou a 3,5 milhões de libras esterlinas” (Faoro, 2000, p. 245, Apud Delgado, 2005, p.23).

converte-se no fazendeiro, estendidas as dependências para todas as culturas, que só ele comercializa e redistribui” (FAORO, 2000, ps. 244-245).

O autor também comenta que, desde a segunda metade do século XVIII até aproximadamente 1850, tem-se quase um século de decadência do comércio exterior, bem como da importação de escravos negros, fatores que irão mudar o caráter do próprio empreendimento colonial, e mais uma vez cita o próprio Faoro:

“Não apenas o conteúdo político do senhor rural mudou, senão que transformação mais profunda alterou-lhe o status. Depois de dois séculos ocupados em produzir açúcar, lavrar ouro, cultivar cana e tabaco, pastorear gado – ao lado das funções pára-militares e pára-burocráticas – a própria estrutura da empresa rural toma outro cunho. De caçador de riquezas converte-se em senhor de rendas, a fazenda monocultora toma o caráter de latifúndio quase fechado (...) o antigo minerador, o senhor de engenho o lavrador e o pastor ampliam – enquanto o café não vier avassalar as terras, as culturas de subsistência, preocupados em adquirir de fora o mínimo possível de bens, sal, ferro, chumbo e pólvora (...)” (FAORO, 2000, pp. 243-245; apud DELGADO, 2005, p. 23).

Delgado (2005) menciona ainda que, Faoro identificara no século XVII, muito antes do declínio do ouro e da estagnação da economia da cana-de-açúcar, a formação dos sertões interiores do Nordeste, do Centro e posteriormente do Sul, conquistados por aventureiros paulistas e nordestinos; penetrando ao longo dos rios Tietê, Paraíba do Sul e São Francisco fincaram marcos de conquista colonial, relativamente independentes do movimento de expansão da economia colonial litorânea. Ressalta que normalmente a ocupação dessas áreas interiores dar-se-ia, em geral, pelo estabelecimento de alguma atividade econômica de subsistência, agricultura alimentar e pecuária extensiva, sendo esta última a que mais marcaria a fisionomia das fazendas dos diversos sertões brasileiros.

Quanto à abordagem de Caio Prado Jr., Delgado (2005) a sintetiza em quatro pontos básicos; vejamos:

“Em síntese, a noção de setor de subsistência, na obra de Caio Prado Jr., apresenta quatro características a destacar: a) atividade subsidiária que depende ora exclusivamente, ora parcialmente da grande lavoura; b) setor produtor de bens de consumo destinados ao autoconsumo da fazenda e ao consumo interno da economia interna (da colônia), mas não à exportação; c) especialização na produção de alimentos – um valor de uso, distinto das mercadorias produzidas para o mercado externo; e d)

estrutura produtiva distinta da grande lavoura, visto que no setor de subsistência praticamente não se utiliza o trabalho escravo, a produção é do tipo não-monocultivo e o estabelecimento produtivo é em geral de dimensões pequenas (familiar), produzindo algum ou alguns produtos com mão-de-obra própria e/ou participação de inúmeras relações de trabalho (dependendo da atividade), que em geral não são de trabalho escravo, tampouco de trabalho assalariado.” (DELGADO, 2005, p. 21)

Delgado (2005) acrescenta ainda que, de acordo com Caio Prado Jr., “o setor de subsistência alberga-se na grande propriedade, geograficamente externa às zonas das grandes lavouras, sujeita às relações fundiárias de dominação impostas pelo sistema de sesmarias. Porém, diferentemente da grande lavoura, os agricultores de subsistência gozam de certa autonomia, principalmente na pecuária, na qual os contratos de parceria entre proprietários ausenteístas e vaqueiros são completamente distintos dos ‘contratos’ entre grandes proprietários e os seus ‘moradores de condição’ na grande lavoura” (DELGADO, 200, p. 21).

Já a leitura que Celso Furtado faz do setor de subsistência é que este seria um espaço no qual se exercem funções econômicas e não econômicas, todas elas ligando ao setor de subsistência à grande propriedade territorial. Sua produção e sua reprodução dependem da economia mercantil dominante, mas tal setor conserva elementos de reprodução natural, principalmente na pecuária, que o deixam até certo ponto invulnerável às crises periódicas da economia mercantil. Delgado (2005) apresenta, como síntese, aquilo que Furtado parece destacar como principais características do setor de subsistência:

“a) há produção de alimentos e outros recursos para suprir o autoconsumo das fazendas e atender ao mercado consumidor urbano e às demandas da grande lavoura; b) alberga-se uma espécie de reservatório de força de trabalho, sob controle do grande proprietário territorial, a quem os ocupantes devem certa sujeição econômica e principalmente lealdade social; c) caracteriza-se por um nível técnico de produção muito baixo, condição que lhe confere reduzida capacidade de produção de excedentes, expressos sob a forma de fluxos monetários pela venda da produção ou pelo pagamento de rendas econômicas apropriáveis pelo grande proprietário territorial; e d) as unidades econômicas de subsistência – em geral a unidade familiar – apresentam-se altamente dispersas pelo interior do país, seguindo o rastro da pecuária, e em geral não contam com o concurso do trabalho escravo ou do trabalho assalariado sistemático.” (DELGADO, 2005, p.23)

Celso Furtado ainda identifica o último quartel do século XVIII e toda a primeira metade do século XIX, quando se exaure o ouro das Minas Gerais e a economia açucareira entra em forte declínio pela concorrência das Antilhas, como o tempo histórico de maior adensamento do setor de subsistência na economia colonial. A ocupação territorial e a manutenção da população de homens livres de então eram feitas basicamente por esse setor, que ocupava espaço do próprio setor exportador durante fase de relativa e longa estagnação, até que se encontrasse um novo produto fortemente competitivo no comércio mundial: o café.

Dito isto, vejamos como a economia de subsistência baseada na agricultura se dava em terras jundienses. De acordo com Makino (1981) as propriedades que praticavam a agricultura de subsistência cultivavam milho, feijão, amendoim, arroz e algodão, que serviam para abastecer os tropeiros podendo ser estes proprietários ou empregados:

“Destes, o mais importante era o milho, pois com ele é que eram abastecidas as tropas que iam para as minas (...). Além da agricultura de subsistência era a criação de gado vacum, suínos e eqüinos. Tudo praticamente canalizado para o abastecimento das Minas, pois entre os próprios habitantes da região e da Vila de Jundiá existiam os tropeiros que podiam ser tanto o proprietário como o simples empregado”.
(MAKINO, 1981, p. 99)

Sousa (1955) afirma que tanto o povoamento de Jundiá e, conseqüentemente, a agricultura local, tiveram a princípio um lento progresso. Na época a região era formada por várias sesmarias¹⁴ pertencentes à Capitania de São Vicente, conhecida como “Portão do Sertão”, início do caminho de muitas entradas e bandeiras. Durante longo período (até início do século XVIII), a

¹⁴ Segundo Diniz, (1999, p. 2) “Em suas origens, o regime jurídico das sesmarias liga-se aos das terras comunais da época medieval, chamado de communalia. Antigo costume da região da Península Ibérica, as terras eram lavradas nas comunidades, divididas de acordo com o número de munícipes e sorteadas entre eles, a fim de serem cultivadas. Cada uma das partes da área dividida levava o nome de sesmo. O vocábulo sesmaria derivou-se do termo sesma, e significava 1/6 do valor estipulado para o terreno. Sesmo ou sesma também procedia do verbo sesmar (avaliar, estimar, calcular) ou, ainda, poderia significar um território que era repartido em seis lotes, nos quais, durante seis dias da semana, exceto no domingo, trabalhariam seis sesmeiros. As sesmarias eram terrenos incultos e abandonados, entregues pela Monarquia portuguesa, desde o século XII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los dentro de um prazo previamente estabelecido. A doação dessas terras encontrava motivo na necessidade que o governo lusitano tinha de povoar os muitos territórios retomados dos muçulmanos no período conhecido como Reconquista. Essa expulsão dos árabes pelos cristãos iniciou-se no século XI e terminou por volta do século XV.” Diniz, Mônica. *Sesmarias e posse de terras: Política Fundiária para assegurar a colonização brasileira*. Revista Histórica nº 2 de junho de 2005, p. 2. Publicação Trimestral do Arquivo do Estado de São Paulo.

escravidão indígena foi à base da mão de obra local¹⁵, embora essa prática fosse proibida por lei¹⁶.

Luna e Klein (2005) analisam:

“Inicialmente, Jundiaí era uma localidade pobre, com unidades agrícolas pequenas movidas pelo trabalho familiar e alguns escravos. Mas o aumento constante nas culturas de gêneros alimentícios, em especial o milho, e o início de uma moderna economia açucareira no último quartel do século XVIII geraram profundas mudanças estruturais, como se vê no aumento do tamanho das unidades agrícolas e da população escrava residente. Foi essa expansão que levou ao desmembramento da vila em 1797, quando uma grande parte das terras açucareiras e da população de Jundiaí serviram de base para a criação da vila de Campinas.” (LUNA E KLEIN, 2005, p. 70).

Reis (2010) começa a descrição econômica de Jundiaí no período de 1799 a 1830 da seguinte forma:

“Segundo os maços de população analisados para o período 1799 a 1830 para a então vila de Jundiaí e seu termo, a sociedade jundiaense era acentuadamente rural, mas com importante participação de domicílios cujas atividades econômicas principais estavam ligadas a setores como artesanato, transporte ou comércio, serviços básicos também para quem se dedicava à agropecuária.” (REIS, 2010, p. 203).

De acordo com Sousa (1955), nos primeiros séculos de existência de Jundiaí os moradores estavam mais preocupados com descobertas de novas

¹⁵ MORALES, W.F.; MOI, F.P. Índios e Africanos no interior paulista: um estudo sobre a transição do cativo indígena para a escravidão africana na Vila de Jundiaí, SP, no século XVIII. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 18: 115-131, 2008.

¹⁶ 1609 – Lei 30/7 – “Em que se determina que, por ser contra o direito natural o cativo, não se podem cativar os gentios do Brasil”. Felipe III, baseado em leis do seu pai e de D. Sebastião. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco - Movimentos Pró-Libertários no Brasil.

1680 – Lei 1/4 – “Sobre a liberdade do gentio do Maranhão.” D. Pedro e etc. Fonte: Lei. 01-04-1680, in Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Livro Grosso do Maranhão, vol.66, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, pp. 57-59. Transcrito por Rodrigo Sérgio Meirelles Marchini. Disponível em <http://picasaweb.google.com.br/rodrigomarchini/16800104#5433984785173103666>

1755 – Lei 6/6 – “Restitui aos índios do Grão Pará e Maranhão a liberdade de suas pessoas, bens e comércio na forma que nela se declara.” Fonte: Coleção Alberto Penteadado de Leis, Decretos e Alvarás. Acervo de Obras Raras da Biblioteca do Museu Paulista/USP, OR. 801, fl. 122 e fl. 342. In: MEDICCI, Ana Paula. Expansão mercantil em São Paulo: 'decadência' e 'vadiagem' nos discursos de memorialistas, viajantes e autoridades públicas, 1782-1822. Alm. braz. , São Paulo, n. 1, 2005 . Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-81392005000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 Jul 2010.

1758 – Alvará 8/5 – “Ordena que a liberdade concedida aos índios do Maranhão, para as suas pessoas, bens e comércio, pelos alvarás de 6 e 7/6/1755, se estenda da mesma forma a todos os índios que habitam em todo o continente do Brasil.” Idem, fl. 366 a fl. 387.

terras ou minério e com a abertura de novas vias para o interior, de forma tal que abandonavam as suas lavouras a termo. Além disso, afirma que:

“foi pesada a contribuição de Jundiaí para os desbravamentos e descobrimentos destes séculos (XVII e XVIII), pois não só contribui com população como também com somas monetárias (...) veja-se a tal respeito o ofício que recebeu a Câmara em 21 de janeiro de 1767, no qual o capitão mór da capitania mandava que dita Câmara pagasse a Ignacio Cabral da Cunha "doze mil réis que se estão devendo" (8, pág. 52) e isto "por ser preciso fazer-se a picada do Descoberto de Nossa Senhora da Conceição da cabeceira do Rio Pardo (...) "A nossa contribuição em gêneros para as expedições sertanistas, transparece em derimendas surgidas pelas alturas de 1.773, quando um tal Manoel Barboza da Silva, reclamava privilégios por ter contribuído "com uma ou duas arrobas de toucinho para a Expedição, pagando-se o d.^o toucinho, com se lhe paga, não se cauza prejuízo algum (...) Após o ciclo de bandeirismo e a corrida ao ouro, segue-se o esgotamento das lavras e, em seguida, a decadência geral das atividades. São Paulo estagnara após o estancamento da mineração. Tornando desanimado da decrepitude das minas, volta o paulista paulatinamente ao amado solo.. A população do planalto entra a crescer a olhos vistos, avolumada pelo retorno dos "generalistas" em retirada das "gerais". Caio Prado Júnior (15), explica que toda essa massa humana, mal sarada da fébre aurífera, retorna entre o final do século XVIII e o começo do XIX e se fixa entre as terras delimitadas pelos três rios paulistas. Mogi, Piracicaba e Tietê. Então começam a se desenvolver as vilas Mogi-Guaçú, Jundiaí e Porto Feliz, a monçoneira Ararituaba, e, mais a pequena freguesia de Piracicaba, reanimadas agora pela seiva de crescimento vinda do trato da terra, notadamente pela lavoura canavieira, que vicejara primeiro nos salmourões de Itu e se expandia após, em quatro deslocações radiais diferentes, para localidades que vimos de referir.” (SOUSA, 1955, p. 13, 14, 16 e 17)

Gonçalves (1998) também confirma o retorno da população aos povoados e vilas o que propicia o crescimento agrícola e econômico da região de Campinas e entorno, que inclui obviamente Jundiaí.

“Essa região era atravessada por dois dos caminhos naturais de penetração e exploração do interior, crescentemente trafegados pelos fluxos de comércio e por frentes de povoamento após a descoberta das minas: o Caminho de Goiás e o caminho fluvial pelo rio Tietê (a que se articulava o rio Piracicaba) até o rio Paraná, via preferencial para a comunicação com as minas do oeste. Assim, na área que viria a ser o núcleo da estruturação e irradiação do complexo cafeeiro, cidades como Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Itu, Porto Feliz e outras haviam tido origem e crescido graças a esse papel anterior de postos avançados nos caminhos de penetração para o interior e, depois, pelo renascimento agrícola voltado à exportação açucareira.” (GONÇALVES, 1998, p.128)

Milliet nos diz em relação ao Estado como um todo:

“A situação econômica de São Paulo em fins do século XVIII e conhecida. O sonho do ouro transformara-se, já então, em pesadelo. As lavras exgotadas não atraíam mais os aventureiros paulistas. A emigração para as minas cessara por volta de 1780 e aos poucos o bandeirante desiludido voltava-se para a agricultura, num esforço lento e difícil de readaptação. De café não se cogitava ainda. Apenas a cultura da cana de açúcar conseguia dar certa estabilidade a uma população irrequieta por índole e avessa ao trabalho sedentário da terra.” (MILLIET, 1939, p. 13)

Notamos que tais características da economia local atendem as apontadas tanto por Caio Prado Jr. quanto por Furtado, quando identificam uma economia de subsistência, ou seja, produção de gêneros alimentícios para o próprio sustento, mas com sobras o suficiente para atender a demanda da colônia fazendo uso de diversas relações de trabalho.

Canabrava (2005), também faz menção à economia de subsistência de Jundiaí e outras localidades paulistas e para isso faz uso de informações contidas no Diário de uma viagem mineralógica pela Província de São Paulo em 1805 de Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Em torno do imenso termo da capital paulista, ou seja, na periferia da Grande São Paulo, desenvolveu-se tradicionalmente uma economia de subsistência. Os lavradores de Atibaia, Bragança, Jundiaí e Santana do Parnaíba vendiam os excedentes de suas colheitas na capital paulista, em Moji da Cruzes e até Itu (CANABRAVA, p. 220).

Vejamos ainda o que nos diz Spix e Martius (1938) quando passam em terras jundiaíenses em 1818:

“A Vila de Jundiaí, pequeno povoado em uma colina baixa, é só importante por sua situação favorável para o comércio do sertão. Todas as tropas que partem da Capitania de São Paulo para Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Cuiabá, são aqui organizadas. Os habitantes possuem grandes manadas de mulas, que fazem essas viagens algumas vezes por ano. O fabrico de cangalhas, selas, ferraduras e tudo que é necessário para equipamento das tropas, assim como o incessante vaivém das caravanas, dão ao lugar feição de atividade e riqueza, e, com razão, dá-lhe o título de porto seco. Daqui partem as estradas trilhadas para as Províncias acima citadas” (SPIX E MARTIUS 1938 p. 155, apud CAMPANHOLE, A.; SANTOS, W; GICOVATE, M. 1994, p.46).

Já em meados do século XVIII, entre as atividades agrícolas, merece destaque o cultivo de cana-de-açúcar para produção de açúcar. Gonçalves (1998) ressalta sobre a produção de açúcar em terras paulistas:

“Em meados do século XVIII a produção de açúcar e aguardente na Capitania de São Paulo era pouca e apenas para consumo interno. No final do século, os canaviais estavam em franca expansão, substituindo a mata-virgem. Em 1798, a Capitania de São Paulo dispunha de 483 engenhos, número que se elevou a 574 em 1799. Esta produção desenvolveu-se em Ubatuba e São Sebastião no litoral norte e, principalmente na região que se costumou chamar de quadrilátero do açúcar - zona enquadrada pelos municípios de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí, incluindo também Itu, Capivari, Porto Feliz, Campinas, Mogi-Mirim.” (GONÇALVES, 1998, p. 81).

Luna e Klein (2000, p. 70 e 71) ao discorrerem sobre a ascensão da produção comercial de açúcar na capitania de São Paulo, nos dão um quadro da representatividade da agricultura e das características da mão de obra utilizada em Jundiaí em 1778 e em 1836. Destacam que nestes anos metade da população escrava da vila de Jundiaí estava concentrada na atividade açucareira (225 em 1778 e 1.100 em 1836). Enquanto os livres, que eram chefes de domicílio, não se concentravam nesta atividade. Destacavam ainda que a agricultura absorvia entre 60% e 80% dos domicílios, sendo que sobressaiam o cultivo de açúcar e gêneros alimentícios, nos trinta primeiros anos do século dezanove e, que a maioria dos domicílios não possuía cativos, funcionando com mão de obra familiar suplementada por agregados e outros trabalhadores livres. Sendo que como agregados podia se compreender que eram todos os não proprietários de terras que residiam na casa ou na propriedade do chefe de domicílio. Informam ainda que os recenseadores na época incluíam como agregados tantos os criados domésticos e arrendatários até os aprendizes e parentes por afinidade e suas famílias.

Canabrava (2005), ao se referir a economia da periferia da Grande São Paulo (Atibaia, Bragança, Jundiaí e Santana do Parnaíba), nos informa sobre a quantidade de engenhos existentes em Jundiaí no ano de 1818 e sua produção, bem como nos fornece informações sobre a produção de toucinho, pecuária e o comércio de muares. Destaca que Jundiaí era o mais importante centro de

organização de tropas de carga da capitania, possuindo uma economia diversificada:

*“A área beneficiou-se também com o estabelecimento de novos engenhos; somavam 34 em Jundiá, com produção de 4.921 sacas de açúcar, que significavam 22% do valor das exportações da área. À produção de toucinho cabia 32,71% e 16% à pecuária. As estatísticas omitem os negócios de revenda de muar adquiridos na feira de Sorocaba, para abastecimento dos engenhos vizinhos; quase nada se conhece sobre a organização de serviço de transporte com tropas de carga, **que tinha Jundiá o mais importante centro na capitania** (grifo nosso). Como paragem de engorda e recuperação do muar, e entretenimento das tropas, que ocupavam oitocentas a mil cabeças por ano, e centro produtor de açúcar, **a vila se distinguia pela sua economia diversificada** (grifo nosso)”(CANABRAVA, 2005 p.220).*

Sousa (1955) também nos oferece um valioso relato sobre as atividades comerciais e a importância da cana-de-açúcar na primeira metade do século XIX na região de Jundiá:

“O advento do século XIX encontra a paisagem rural de Jundiá forrada de canaviais, roças de arroz, de feijão, de milho e de trigo, os campos povoados de gado e equídeos, nos quintais a fartura de porcos e galinhame (...) Flagrante autorizado desse quadro de fartura campesina, dá-nos, em tintas sugestivas, Luiz D'Alincourt em sua "Memória". Visitando Jundiá em 6 de setembro de 1818, assim se exprime o solerte engenheiro lusitano: "é esta vila pouco povoada, porque grande número de seus moradores se aplica à cultura das terras; principalmente no tempo das roçadas para plantações: e outros saem por camaradas e arrieiros das diversas tropas, que ali arranjam do preciso para dali seguirem jornada, e em que se empregam, todos os anos, de oitenta a mil bestas, o que forma um mui útil ramo de negocio destes habitantes. O açúcar, a aguardente, o toucinho, são os principais gêneros de exportação. Colhe-se milho em quantidades, arroz, legumes de várias qualidades e especialmente feijão, fazem farinha de mandioca, plantam algum trigo e criam gado vacum e cavalos. Há no termo perto de quarenta engenhos, entrando neste número os de aguardente, situados pela maior parte na serra do Japi, cinco léguas distante, que corre do Noroeste ao Sudoeste e fica ao Sudeste da Vila: é o melhor local de todo o termo para produzir cana." (SOUSA, 1955, p. 17 e 18)

Além da produção agrícola, os textos acima ressaltam a notável atividade tropeira que caracterizava Jundiá. Sousa (1955) ainda afirma que a organização de caravanas era uma atividade de mais alta relevância tão importante quanto ser senhor de engenho. Reforça também que Jundiá fornecia mais camaradas (servidores livres) do que Mogi Mirim e de melhor preparo.

Encontramos, em Canabrava (1972) e, também em Reis (2010) o destaque para a produção de cana-de-açúcar e o comércio de muares.

“Em Jundiaí (vila desde 1655), por sua vez, encontramos, além das atividades típicas de subsistência, a lavoura de cana e ligações com a feira de animais de Sorocaba: “[...] a grande lavoura canavieira mantém a produção de açúcar (21,91% do valor da exportação da área, um centro de reexportação do muar adquirido na feira de Sorocaba (49,00%), e a mais importante organização do serviço de transportes da Capitania com as tropas de carga.” (CANABRAVA, 1972, p. 85).

“Ainda que a produção de açúcar fosse relevante, não era comparável em Jundiaí às das principais localidades produtoras da região oeste (Itu, Porto Feliz, Campinas), onde se situa a própria Jundiaí.” (REIS, 2010, p. 13).

Sousa (1970) volta a reafirmar a importância da produção de gêneros alimentícios, das tropas e tropeiros quando menciona:

“(...) o “mato grosso de Jundiaí” sempre foi retratado pelos cronistas e viajores de antanho, como localidade de abundantes tropas, bons tropeiros e boa produção de algodão, milho e legumes para abastecimento dos comboios de Goiaz, como já foi comentado anteriormente.” (SOUSA, 1970, p. 26).

Bueno (2010), ao falar sobre Jundiaí nos seus dois primeiros séculos também faz menção ao tropeirismo e aos muares e, ainda nos dá detalhes por onde aqui chegavam através dos nomes atuais das ruas por onde passavam:

“Em Jundiaí, pelo bairro do Retiro, mais precisamente pelas ruas do Retiro e Barão de Teffé chegavam os equinos e muares de Sorocaba, via Itu, descansavam e eram engordados no alto do Anhangabaú, bairro antigamente denominado “Campo”; encosta coberta de barba de bode e crivada de cupins (...).A indústria resultante dessas atividades não nasceu em Jundiaí do dia para a noite; foi se desenvolvendo no Termo, pela necessidade e como meio econômico de emancipação, já que em São Paulo não podia prosperar - dada a proibição régia existente - e assim, a aldeia evoluiu devagar no final do século 16 até o início do século seguinte como freguesia e, mais acentuadamente, depois de sua elevação à Vila em 1655 (...).Do tropeirismo, da engorda e abate do gado que pelo “caminho da boiada” vinha do triângulo e de Goiaz nasceram as atividades de curtume e selaria na chegada desde o Retiro ao Largo de Santa Cruz, nos fundos da Casa de Nhá Poli” (BUENO, 2010, p. 86).

Segundo Sousa (1955), o algodão e o açúcar foram de suma importância para a economia local naqueles tempos, pois Jundiaí liberta-se do seu

do isolamento sertanejo e entra ativamente a estabelecer intercâmbio com São Paulo:

“Foi importantíssimo o papel desempenhado pelas duas citadas lavouras na civilização jundiense. Desde 1.818 que Spix e Martins já haviam registrado este comercio de Jundiá. Quando suas caravanas de bestas levavam para São Paulo e Santos, açúcar, farinha de trigo, milho e trazendo como carga de retorno: sal, fazenda e ferros. Eramos o porto seco para o sertão, enquanto Ararituaba desempenhava o papel paralelo de porto- fluvial” (SOUSA, 1955, p.24).

Filippini (2006), destaca que:

“Luis d Alincourt (Memória sobre viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá. Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo: Martins, 1953) mostra que, em 1818, havia cerca de 40 engenhos de açúcar em Jundiá, incluídas as destilarias e foi, em 1838, que Pedro Müller indicou apenas duas destilarias e vinte e nove engenhos onde se fabricavam não só o açúcar como a cachaça. Talvez, o número de engenho não tenha diminuído de 1818 a 1838. Por isso mesmo, pode ter havido algum equívoco numa dessas estimativas.” (FILIPPINI, 2006, p. 3)

Mesmo com esta dúvida quanto ao número de engenhos de açúcar existentes, não podemos desconsiderar a importância do cultivo de cana de açúcar e a sua manufatura na região neste período. Luna e Klein (2005), para examinar com mais detalhes a evolução da economia açucareira no período de 1798 a 1836 na capitania de São Paulo, coletam todos os dados censitários e assim obtiveram informações adequadas sobre o preço e produção de açúcar de doze localidades: Campinas, Itu, Mogi Mirim, Jundiá, Sorocaba, Porto Feliz, São Sebastião, Piracicaba, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Mogi Guaçu e Areias. Estudaram mais detalhadamente três localidades, que consideraram ser representativas da típica vila açucareira: Itu/Capivari, Jundiá e Mogi Mirim. Para os estudos demográficos separaram as localidades que detinham as maiores produções de açúcar, nove no total: Campinas, Guaratinguetá, Porto Feliz, Itu, Jundiá, Mogi Mirim, Pindamonhangaba, São Sebastião e Piracicaba. Afirmam que Jundiá pode ser usada como exemplo, para melhor compreensão da penetração da economia açucareira nas vilas que formavam a capitania de São Paulo, mesmo não sendo a maior produtora de açúcar da região (Oeste Paulista), vejamos:

“A verdadeira história da penetração da economia açucareira ao longo do tempo pode ser mais bem compreendida se examinarmos a evolução da localidade de Jundiaí, no Oeste Paulista, a partir do último quartel do século XVIII e ao longo dos primeiros trinta anos do século XIX. De todas as localidades influenciadas pelo açúcar, essa é a que tem os melhores censos hoje disponíveis. Embora Jundiaí não fosse a maior produtora de açúcar da região, originalmente continha as terras açucareiras que formaram a vila independente de Campinas, e as transformações ali ocorridas — mesmo depois do desmembramento - foram típicas das zonas mais avançadas”(LUNA E KLEIN, 2005, p. 70).

Luna e Klein (2005), através das informações obtidas nas Listas Nominativas, nos informam sobre a quantidade produzida de quatro produtos - açúcar, milho, feijão e aguardente - para o período de 1798 a 1836 conforme Tabela 2.

Tabela 2 Quantidade produzida de açúcar, milho, feijão e aguardente.

Jundiaí

1798 a 1836

PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA NOS ANOS DE						
	1798	1804	1810	1816	1822	1829	1836
AÇÚCAR EM TONELADAS	45	66	53	141	279	274	316
MILHO EM TONELADAS	150	484	260	1.647	1.123	1.732	2.420
FEIJÃO EM TONELADAS	16	48	15	127	130	154	167
AGUARDENTE EM CANADAS	156	372	373	706	714		

Fonte: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo, SP: Editora da USP, 2005. P.79.

Notamos que a produção de açúcar foi sempre crescente a não ser de 1804 para 1810 (66 e 53 toneladas, respectivamente). Os demais produtos também apresentam evolução na quantidade produzida e sofrem queda de produção no mesmo período do que o açúcar, exceto a produção de aguardente que se manteve praticamente estável nos anos de 1804 e 1810 (372 e 373 canadas, respectivamente). Luna e Klein (2005) mencionam que “a queda de produção pode ser explicada pelo impacto negativo da baixa de preços e da perda de parte da safra devido a desastres climáticos. Pode também haver problemas com a própria qualidade do censo”. Parece haver menos unidades agrícolas do

que deveria estar registrado e isso talvez se deva à falta de páginas, já que conforme os autores mencionam o tradicional formato de assinatura no final da última página não é encontrado nesse censo para o distrito da 2ª Companhia de Ordenanças.

Os autores revelam que “também existem comentários negativos no censo de 1810 sobre problemas climáticos e deficiência nas safras”. Certamente este crescimento da produção se dá também pelo crescimento da população, conforme Tabela 3, elaborada com as informações encontradas em Luna e Klein (2005, p. 78), tendo como sua fonte as Listas Nominativas de Habitantes (Maços de População) dos respectivos anos¹⁷.

Verificamos que a população total de Jundiaí também sofre uma redução no ano de 1810, pois passa de 4.467 em 1804 para 4.419 em 1810. Outra redução se dá de 1816 para 1822 como já comentamos anteriormente, contudo sem prejuízo para a produção (ver tabelas 2 e 4). Destacamos na Tabela 3 o crescimento do número de proprietários de escravos em terras jundiaenses ao longo dos anos apresentados: em 1778 eram 133 e ao fim do período analisado 244, um aumento de 83,46% em um pouco mais de meio século.

Outro ponto interessante é o declínio da percentagem dos chefes de fogos considerados pobres: em 1798, Jundiaí possuía 16% dos chefes nesta categoria e em 1836 passa a ter somente 1%. Reis (2010) faz uma análise mais detalhada das atividades econômicas exercidas pelos chefes de domicílio no período de 1799 a 1830 e nos diz que a “grosso modo, podemos afirmar que os fogos jundiaenses dividiam-se entre aqueles chefiados por indivíduos ligados às atividades agropastoris, e chefes ligados a outros setores de atividade, que por sua vez poderiam ser militares ou não”.

A autora chama atenção para o fato de que os chefes de fogo ligados ao setor agricultura e manufatura rural representavam parcela majoritária daqueles

¹⁷ Aqui cabe um aparte nesta obra da qual nos referimos (Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850, Luna e Klein, 2005) encontramos no apêndice (paginas 271 a 279) uma valiosa listagem das Listas Nominativas dos Habitantes das várias localidades por eles estudadas e a numeração da respectiva lata em que estão arquivadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo o que facilita o acesso para quem busca informações mais detalhadas sobre estas regiões. Bem como uma interessante listagem de Fontes Primárias as paginas 253 a 255. Aproveitamos também para mencionar que alguns destes maços de população já foram digitalizados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo e estão disponíveis em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>.

com ocupação declarada ao longo do período por ela observado, ainda que com uma tendência de longo prazo decrescente. Em 1830, 47,5% de todas as ocupações listadas eram agropecuárias, percentual quase 30 pontos inferior ao observado no início do período, 1799, em que as atividades rurais responderam por 71,6% de todas aquelas anotadas.

Reis (2010) analisa ainda que o setor de artesanato (em que estão arroladas, em especial, ocupações como pedreiro, louceiro, ferreiro, cangalheiro, carpinteiro/carapina, fiadeira, tecedeira, sapateiro, alfaiate, costureira, entre outras) aparece sempre como o segundo maior empregador de chefes jundiaenses e com participação constantemente crescente ao longo do tempo.

Ao se referir a presença de indivíduos desprovidos de qualquer recurso em Jundiaí, Reis (2010), afirma que neste período de 1799 a 1830, esta presença foi claramente decrescente, devido a ampliação do número de engenhos, atividades artesanais, de unidades comércio e pessoas envolvidas no sistema de transportes ou a viver de seus jornais.

Quanto ao número de escravos Jundiaí passa de 625 em 1798 para 2.206 em 1836; sendo que destes, em 1798 eram empregados 520 (83,20%) na agricultura e em 1836 passam a ser empregados 2.035 (92,25%) escravos, ou seja, um aumento de nove pontos percentuais. Marcílio (1973) afirma que regiões com grande concentração de cativos masculinos geralmente apresentam uma grande importância econômica.

Tabela 3 - População total e escrava segundo alguns indicadores**Jundiaí****1798 a 1836**

CARACTERÍSTICAS GERAIS	ANOS							
	1778	1798	1804	1810	1816	1822	1829	1836
População Total	3.115	3.784	4.467	4.419	5.105	4.603	5.849	5.799
Total de Escravos	611	625	797	946	1.253	1.249	2.084	2.206
Total de Proprietários de Escravos	133	131	161	158	189	183	251	244
Média de Escravos por Proprietário	5	5	5	6	7	7	8	9
Porcentagem de Escravos na População	20	17	18	21	25	27	36	38
Porcentagem de Domicílios com Escravos	27	18	21	21	22	24	28	26
Porcentagem de "Pobres" entre Chefes de Fogos		16	14	7	8	4	1	1
Escravos na Agricultura		520	646	827	1.062	1.279	1.874	2.035
Proprietário de Escravos na Agricultura		97	100	116	138	127	177	175
Média de Escravos na Agricultura		5	6	7	8	10	11	12
Escravos em outras Atividades¹		87	307	84	187	111	200	145
Proprietários em outras Atividades¹		25	42	31	44	53	71	42
Média de Escravos em outra Atividade¹		3	7	3	4	2	3	3

Fonte: LUNA, Francisco Vidal (autor); KLEIN, Herbert S. (coaut.). Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo, SP: Editora da USP, 2005. P.78.

Nota: 1 - Inclui artesãos, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, rentistas e profissionais relacionados com transporte.

Luna e Klein oferecem, além da quantidade produzida como demonstramos anteriormente, o valor em mil-réis da produção total de Jundiá para o mesmo período 1798 a 1836 (Tabela 4).

Tabela 4 - Valor da produção segundo produtos agrícolas

Jundiá

1798 a 1836

PRODUTOS	VALOR DA PRODUÇÃO (EM MIL-RÉIS)						
	1798	1804	1810	1816	1822	1829	1836
AÇÚCAR	6.545	4.893	4.329	16.922	21.043	21.987	43.000
MILHO	1.400	4.835	1.779	16.897	11.742	18.562	51.247
CEREAIS	1.706	6.021	2.211	19.756	16.392	23.101	57.171
AGUARDENTE	216	744	548	1.229	1.289	1.930	3.953
SUÍNOS E BOVINOS	2.065	1.161	527	7.077	3.197	13.299	35.057
OUTROS	136	203	25	434	224	860	2.084
VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO	12.068	17.857	9.419	62.315	53.887	79.739	192.512

Fonte: LUNA, Francisco Vidal (autor); KLEIN, Herbert S. (coaut.). Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo, SP: Editora da USP, 2005. P.79.

Os autores consideraram que o valor da produção cresceu e não apenas o seu volume e concluem que:

“No caso do açúcar, o valor da produção multiplicou-se por seis vezes entre os primeiros e últimos anos; no caso dos cereais, de 1.706 mil-réis iniciais passou-se para 57.171 mil-réis, principalmente pela expansão do milho. O valor da produção agrícola total aumentou a uma taxa anual de 7%, e a expansão foi quase contínua, exceto por uma breve queda de preços e produção verificada no açúcar e no milho, no período de 1804-1810” (LUNA KLEIN, 2005, p. 71).

Com exceção dos anos de 1804 e 1810, como já mencionamos anteriormente, ao olharmos mais atentamente para as Tabelas 2 e 4 verificamos que apesar da constante variação, na maioria das vezes para baixo, do valor

unitário da tonelada do açúcar a quantidade produzida e valor total da produção aumentaram de forma crescente. O milho merece destaque, visto que o valor unitário da tonelada apresenta um crescimento constante acompanhado pelo volume e valor da produção. Com estas informações verificamos o motivo pelo qual os autores anteriormente mencionados, destacaram a importância da produção de açúcar, milho, feijão e demais produtos voltados para alimentação na economia jundiáense.

Encontramos também em Luna e Klein (2005, p. 79) detalhamento em números da atividade açucareira da Vila de Jundiá no período de 1798 a 1836. Na Tabela 5 encontraremos os números de engenhos existentes, o número de escravos, a média de escravos por engenho e a percentagem de escravos na produção de açúcar.

**Tabela 5 – Números da Atividade Açucareira
Jundiá
1798 a 1836**

ATIVIDADE AÇUCAREIRA	ANOS						
	1798	1804	1810	1816	1822	1829	1836
NÚMERO DE ENGENHOS	18	15	11	23	33	35	27
NÚMERO DE ESCRAVOS	225	287	243	598	724	1.170	1.108
MÉDIA DE ESCRAVOS POR ENGENHO	13	19	22	26	22	33	41
PERCENTAGEM DE ESCRAVOS NA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR	36%	36%	26%	48%	58%	58%	50%
PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO TOTAL POR NÍVEL DE PRODUÇÃO POR ENGENHO							
0-1,5 TONELADAS	44	29	22	22	13	2	
1,5-3,0 TONELADAS	48	27	41	23	17	4	1
3,0 - 4,5 TONELADAS	8	36	21	25	14	10	3
4,5 - 7,5 TONELADAS		8		20	22	19	14
7,5 - 15,0 TONELADAS			17	10	35	36	32
15,0 - 30,0 TONELADAS						30	51

Fonte: LUNA, Francisco Vidal (autor); KLEIN, Herbert S. (coaut.). Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo, SP: Editora da USP, 2005. P.79.

Ao examinarmos os dados da Tabela 5 verificamos que há uma oscilação do número de engenhos em Jundiá, contudo o número de escravos

empregado nestes engenhos é sempre crescente, exceto no ano de 1810 - que pode conter erro de informação conforme já exposto e, no ano de 1836 que constatamos uma ligeira queda em relação ao ano anterior. A média de escravos por engenho, no entanto sempre sobe, menos no ano de 1822. Salientamos que os autores Luna e Klein (2005) mencionam o fato deste aumento de escravos se dar mais pela aquisição de escravos africanos do que os nascidos no Brasil, informam que “dos 749 africanos que entraram em Jundiaí entre 1816 e 1829, por exemplo, cerca de dois terços foram comprados pelo setor açucareiro”. Afirmam ainda que:

“A entrada quase exclusiva de africanos nessa região e nos engenhos de açúcar refletiu a grande facilidade de adquirir cativos no mercado graças à intensificação do tráfico atlântico de escravos para o Brasil nesse período. Assim, foram as condições da oferta que determinam a predominância dos escravos africanos sobre os nascidos no Brasil, e não as preferências da demanda dos senhores de engenho por africanos.”
(LUNA KLEIN, 2005, p. 74).

De acordo com a grande literatura referente ao cultivo de café no Brasil¹⁸, a partir da segunda metade do século XIX a produção cafeeira, no Estado de São Paulo, ganhou força, primeiro no Vale do Paraíba e, posteriormente, no Oeste Paulista. Algumas áreas de Jundiaí também foram destinadas a este tipo de plantio, inclusive com a utilização da mão de obra negra escrava mão de obra esta utilizada amplamente por todos os latifundiários da época, no primeiro momento da dinâmica econômica cafeeira (Cano, 1977) e isso promoveu o crescimento da cidade (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2008).

Sousa (1955) ressalta que apesar de esta cultura ter sido introduzida na agricultura local desde 1797, não assumiu importância destacada até 1838 e sequer foi mencionada pelos cronistas que a Jundiaí se referiram. O autor afirma que, mesmo após vinte anos da introdução da mencionada cultura, Aires de Casal, Spix e Martius, D’Alincourt, Saint Hilaré, não fazem menção alguma sobre tal cultura em seus relatos.

¹⁸ Destacamos dentre elas NEVES, C. - A estória do café. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Café, 1974. E TAUNAY, A. de E. - História do café no Brasil: no Brasil Imperial 1822-1872. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939.

Melo (2009) ao analisar os dados de Daniel Muller, informa que a lavoura cafeeira apenas principiava nessas localidades do Oeste Paulista, visto que em 1836 Jundiaí colheu 1.276 arrobas de café, Mogi Mirim 610, Porto Feliz 990 e Capivari, recém independente, apenas 310. Enquanto na região do Vale do Paraíba a produção por município era superior, o de Areias, já produzia mais de 102.000 arrobas, Bananal mais de 64.000, Pindamonhangaba mais de 62.000, Jacareí mais de 54.000, Lorena mais de 33.000, Taubaté mais de 23.000, Guaratinguetá mais de 22.000, São Luís do Paraitinga mais de 16.000.

Em Melo (2009, p. 68) encontramos que existia em Jundiaí, no ano de 1854, 57 fazendas de café com 66 agregados, 235 Colonos, 1.450 escravos, 820 animais de condução; que a produção de café era de 60.000 arrobas e sua importância era de 180 mil-réis. Destaca ainda que:

“Em Jundiaí, Limeira e Rio Claro o café já constituía a principal lavoura comercial escravista. Nas duas últimas, elevadas à Vila em 1842, houve rápido crescimento da produção cafeeira, levada a cabo pelo pequeno grupo de senhores de engenho e seus familiares, que optaram pela cultura da rubiácea, nos anos 1840. Juntas produziam 220.000 arrobas de café, quase dois terços do volume produzido em Campinas. Mogi Mirim já contava com 66 fazendas, mas sua produção de café, de 80.000 arrobas era bem inferior as mais de 200.000 de açúcar produzidas nessa localidade. Em 57 propriedades, Jundiaí colhia 60.000 arrobas da rubiácea.”(MELO, 2009, p. 69).

Com o estímulo da produção de café, no ano de 1860, através do Decreto Lei 2.601 de 06/06/1860, foi criada a primeira ferrovia em solo paulista aberta por ingleses a São Paulo Railway Company; porém ainda no trecho da cidade de Santos em direção a São Paulo. Inaugurada em 16/02/1867 com 139 km que ligava Santos à Jundiaí, mais tarde conhecida como Estrada de Ferro Santos-Jundiaí¹⁹. As transformações que a mesma causaria na economia local e

¹⁹ “A São Paulo Railway - SPR foi à primeira ferrovia construída em São Paulo, e a segunda no Brasil, tendo sido inaugurada em 1867. Financiada com capital inglês, sua construção foi iniciada em 1860, enfrentando muitas dificuldades técnicas durante a implantação, principalmente no trecho da Serra do Mar. Para vencer os 800 m de desnível, numa extensão de 8 km, foi necessário construir um plano inclinado com quatro patamares, onde foram instaladas máquinas fixas que acionavam um sistema de cabos de tração engatados aos vagões. Em 1867 o trecho completo, ligando Santos a Jundiaí, com 159 km, foi aberto ao tráfego. A concessionária teve o privilégio de exploração da linha por um período de 90 anos, o que lhe garantiu a cômoda condição de maior empresa ferroviária do Brasil e em volume de carga. Graças a esse monopólio, a SPR jamais se interessou em expandir suas linhas para além de Jundiaí, criando, assim, condições para a constituição de outras companhias ferroviárias. Terminado o prazo para a concessão, em 1947, a empresa foi nacionalizada, passando a se chamar Estrada de Ferro Santos a Jundiaí. Posteriormente foi integrada à Rede

na dinâmica populacional são dignos de um trabalho à parte. Ressaltaremos apenas que é por ela e seus entroncamentos (Cia. Paulista de Estradas de Ferro²⁰ – 1872, Cia. Ituana - 1873, Cia. Itatibense - 1890 e a Cia. Bragantina - 1891) que se escoaria a produção cafeeira do oeste paulista, que chegariam os imigrantes e mais tarde fomentariam o crescimento industrial, sendo de fundamental importância para Jundiaí.

Hogan, Oliveira e Sydenstricker (1986), analisam acerca do crescimento populacional e urbano de Rio Claro e destacam a importância da ferrovia para o avanço do café no Oeste Paulista e a urbanização das cidades:

“A construção da Estrada de Ferro Santos - Jundiaí (1867) assegurou o avanço do café no Oeste Paulista. Na verdade, a fronteira cafeeira esteve sempre adiante da ferrovia que, ao se expandir, vinha ao encontro das necessidades dos fazendeiros. De qualquer modo, a chegada dos trilhos tem por efeito a extensão dos limites econômicos para o transporte do café, ao mesmo tempo que altera a importância relativa dos núcleos urbanos pre-existentes.”(HOGAN, OLIVEIRA e SYDENSTRICKER, 1986, p. 11)

Ferrovária Federal S. A. Em São Paulo, os trilhos da SPR cruzavam a cidade no sentido leste-oeste, percorrendo várzeas e outros terrenos planos, promovendo o desenvolvimento de bairros como a Lapa, os Campos Eliseos, a Luz, o Brás e a Mooca. Junto às estações construídas nesses bairros foram surgindo armazéns e indústrias. No bairro da Luz, no lugar da primitiva estação, a SPR ergueu um dos mais imponentes edifícios da cidade. Com todo o material empregado na sua construção importado da Inglaterra, a Estação da Luz foi inaugurada em 1901.” Fonte: Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – Regional São Paulo – ABPFSP. Disponível em: <http://www.abpfsp.com.br/ferrovias.htm>

²⁰ “Os trabalhos objetivavam cobrir 45 km, na bitola de 1,60 m, igual, portanto, à Santos-Jundiaí. Em 11 de agosto de 1872 chegou a Campinas o trem inaugural, motivo para festas ruidosas. a segunda metade do século XIX, amplia-se a fronteira agrícola do Estado de São Paulo. Extensas áreas de floresta são derrubadas para implantação de novas áreas de cultivo de café. Campinas, então considerada capital agrícola do Estado, era o elo de ligação com as zonas de produção mais interiorizadas. Desde a inauguração da linha da São Paulo Railway, ligando Santos a Jundiaí, discutia-se seu prolongamento até Campinas. Entretanto, apesar de ter o privilégio para exploração do trecho Jundiaí-Campinas, a São Paulo Railway não demonstrava interesse no empreendimento. Um grupo de grandes cafeicultores da região tomou para si a incumbência da construção do trecho. Assim, sob a liderança de Saldanha Marinho, presidente da Província de São Paulo, nascia a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A demanda por um transporte que escoasse a produção de café era tão urgente que, na própria sessão de criação da empresa, foram abertas subscrições visando a criação de novos trechos que atendessem às regiões de Limeira, Rio Claro, Piracicaba, Capivari, Descalvado, Pirassununga, São Carlos e Araraquara. O trecho inicial, entre Jundiaí e Campinas, entrou em operação em 1872 e os demais, sucessivamente, até 1880, quando a empresa já se encontrava totalmente consolidada, explorando, inclusive, a navegação fluvial no rio Mogi-Guaçu. Com uma grande extensão de linha em funcionamento e várias concessões para construção de outros trechos, em 1911 a Paulista ostentava a imagem de empresa modelo no que diz respeito à organização e pontualidade. Carro de primeira classe. Leitos de carro dormitório. Carro de guarda. Foi responsável por inúmeros melhoramentos, como a introdução no Brasil dos carros restaurantes, dormitórios e pullman, importados dos Estados Unidos. Em 1922 implantou os primeiros trens à tração elétrica da América do Sul.” Fonte: Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – Regional São Paulo – ABPFSP. Disponível em: <http://www.abpfsp.com.br/ferrovias.htm>

Melo (2009), ao consultar Wilson Cano (1977), Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, também destaca a importância da ferrovia para as regiões cafeeiras:

“Essas ferrovias implantadas nas regiões cafeeiras possibilitaram o rebaixamento dos custos com o transporte de mercadorias e liberaram escravos ocupados no setor para as lavouras, diminuindo momentaneamente o problema com a falta de braços cada vez mais caros, no tráfico interno. Os fazendeiros empreendedores dessas Companhias lucravam duplamente com a redução dos custos de transportes de suas safras e com os lucros advindos das empresas ferroviárias. Nas duas décadas após a chegada da ferrovia à cidade de São Paulo, vencendo a descida da serra do mar, e a conseqüente instalação das ferrovias paulistas, a lavoura escravista mercantil cafeeira viveu seu apogeu, concentrando escravos de outros setores e lugares. No Vale do Paraíba, aliás, foi o apogeu da própria lavoura cafeeira, à medida que essa começou a declinar, nos últimos anos da escravidão. No oeste, as ferrovias empurraram a fronteira agrícola para além das cuestas do planalto ocidental, possibilitando a expansão da lavoura cafeeira de exportação nas terras altas além da depressão periférica. O café rumou para Botucatu, Araraquara, Brotas, Jaú, Jaboticabal, Caconde, São Simão e Ribeirão Preto. O número de Vilas não parava de aumentar e o de pés de café de se multiplicar. Entre 1876, quando se implantavam as primeiras ferrovias da região, e 1883, quando se iniciava o processo de desagregação do trabalho escravo, foram plantados 105 milhões de cafeeiros na Província, em sua maior parte no oeste paulista, já a principal zona produtora da rubiácea”(MELO 2009, p. 78).

Já em 1870, em terras jundiaenses, segundo Sousa (1955) o panorama da cultura do café era diferente:

*“Descrevendo o que era Jundiaí por volta de 1.870, Azevedo Marques ressalta a produção local de café, cana, cereais e algodão, "sendo este último de reconhecida superioridade ao de muitos outros lagares da Província". Vemos que, decorridos cinquenta anos, contados das visitas de Casal, Spix e Martius, D'Alincourt e Saint Hilaire até as notícias de Azevedo Marques, o que sucedeu á agricultura jundiaense foi o desaparecimento do seu comércio de mula e o **repontar do café e do algodão** (grifo nosso), como importantes elementos do amanhã de suas terras. A vinha continuava a inexistir.” (SOUSA, 1955, p. 26)*

Davidovich (1966) oferece um belo resumo da economia jundiaense até a construção das ferrovias para o escoamento da produção do café:

“Nos primórdios a lavoura açucareira, irradiada de Itu para a região onde Campinas começava a despontar, ainda era em Jundiaí que se concentrava a maioria dos engenhos, absorvendo grande parte da produção canavieira de Campinas e arredores e até de Itu. Situada na

orla de uma região que se firmava como área de agricultura de exportação, Jundiaí permaneceu como elo entre a zona produtora e a zona exportadora. É esta posição que a mantém durante o século XIX, quando o café substituiu a cana e Campinas passou a desempenhar a principal função urbana da região, marcando a decadência de Jundiaí como centro regional.

Mesmo sofrendo a concorrência de Campinas, e sendo depois por ela ultrapassada, Jundiaí firmou-se como ponto importante de comunicações, graças às particularidades de sua posição e ao desenvolvimento econômico da região da capital (Grifo nosso). Constituiu-se assim em local de eleição dos primeiros traçados ferroviários da região como porta de entrada para o interior paulista, Jundiaí tornou-se ponta de trilhos da São Paulo Railway, cuja instalação veio atender ao escoamento de maiores toneladas de produção cafeeira.” (DAVIDOVICH, 1966, p. 39-40).

Em 1874 , foi inaugurada a primeira indústria de Jundiaí pertencendo ao ramo têxtil, a Companhia Jundiahyana de Tecidos e Cultura - posteriormente conhecida como Companhia Fiação e Tecidos São Bento²¹, instalada no bairro denominado atualmente de Vila Arens. Este local se tornaria o primeiro bairro operário registrado na história do município.

Em Melo (2009) com base nos dados disponíveis em Roteiro do Café e Outros Ensaio de Sérgio Milliet demonstra os trinta maiores produtores de café do ano de 1886 (Tabela 6). Jundiaí aparece com uma produção de mais de 130.000 arrobas de café, contudo bem distante da destacada produção de Campinas de 1.500.000 de arrobas.

²¹ Um dos sócios da fábrica, quando foi inaugurada, era o engenheiro Antônio de Queiroz Telles (filho do Barão de Jundiaí). Em 1910, com a compra da empresa por Eloy Chaves e Olavo Guimarães, tornou-se a S.A. Industrial Jundiaense. Em 1940 foi vendida a um grupo de empresários de Jundiaí, quando assumiu a denominação São Bento e, em 1977, foi adquirida pelo Grupo JJ Abdalla, que mudou o nome da companhia para Têxtil L’Affit S.A. Até o imperador dom Pedro II visitou a sede da empresa. Na década de 60 um novo galpão foi construído e, novos equipamentos adquiridos, quando a empresa chegou a ter 1,2 mil funcionários. Em 1972 a tecelagem contava com cerca de 800 empregados, a maioria mulheres. A São Bento produzia panos para sacarias e tecidos mais rústicos. Alguns anos após a sua instalação, algumas tecelagens também se fixaram na cidade para concorrer com a São Bento. É o caso, por exemplo, da Argos. Atividades - A Tecelagem São Bento manteve atividades em Jundiaí até 1992. Fonte: Jornal de Jundiaí edição de 12/05/2009.

Tabela 6 - Maiores Produtores de Café

Estado de São Paulo

1886

Produtores/Localidade	Produção em arrobas	Produtores/Localidade	Produção em arrobas
Campinas	1.500.000	Indaiatuba	200.000
Amparo	933.333	São José do Rio Pardo	200.000
Rio Claro	600.000	Serra Negra	200.000
Araras	500.000	Limeira	200.000
Descalvado	416.667	São José do Barreiro	173.333
Itatiba	373.333	Espírito Santo do Pinhal	150.600
Guaratinguetá	350.000	São João da Boa Vista	150.000
Taubaté	300.000	Araraquara	140.000
Piracicaba	300.000	Jundiaí	133.333
Casa Branca	300.000	Cajuru	133.333
São José dos Campos	250.000	Queluz	120.000
Bragança	250.000	Areias	100.000
Santa Rita	250.000	Capivari	93.333
Palmeiras	244.800	Mococa	93.333
Pindamonhangaba	200.000	Lorena	50.000

Fonte: Sérgio Milliet. Roteiro do Café e Outros Ensaios. São Paulo, Hicitec, 1982, pp. 40-54.

A solução do problema da falta de mão-de-obra, principalmente para as lavouras de café, com o fim do tráfico negreiro é mencionada por Melo (2009) quando este se reporta à obra de Thomas H. Holloway (Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934):

“Os fazendeiros paulistas necessitavam resolver o problema da mão-de-obra para o trabalho. A solução foi encontrada na imigração em massa, subsidiada pelo Estado, a partir de 1886. Dois anos depois a escravidão chegou ao fim e uma corrente de estrangeiros, aos milhares, aportou nas fazendas paulistas, ocupando as colônias recém criadas. Solucionado o problema, houve uma verdadeira corrida na plantação de novos cafezais, aproveitando a euforia dos preços pagos pelo café, até 1897. Nos dez anos posteriores ao início da grande imigração, em 1886, foram plantados 306 milhões de pés de café, quantia superior a que existia em produção no Estado. Mais 159 milhões foram plantados no ano de 1897. O número de arbustos em produção pulou de 211 milhões, em 1888, para 526 milhões, no primeiro ano do novo século, e 685 milhões, no ano seguinte.” (HOLLOWAY, 194, p. 80 e 81).

Solucionado o problema de falta de mão-de-obra, há uma crescente evolução das novas plantações de café e o conseqüente aumento de número de arbustos em produção. Jundiáí recebe sua primeira leva de imigrantes exatamente no início da grande imigração, leva esta composta em sua maioria por italianos, conforme veremos mais adiante.

A população europeia foi responsável, também, pela introdução da uva em Jundiáí, produto este que ainda hoje faz com que a cidade seja conhecida e visitada por turistas em suas tradicionais “festas da uva”.

As primeiras parreiras em Jundiáí supostamente foram introduzidas com a chegada de Rafael de Oliveira, já que em seu testamento datado de 1648, consta que este possuía parreiras em um sítio localizado na paragem do Jaraguá e que, certamente, ao vir se estabelecer em Jundiáí, as trouxe com ele. Segundo as palavras do autor, “bachelos da sua querida vinha” (SOUSA (1955 p. 22). Outra menção às uvas encontra-se em Mazzuia (1976), que transcreveu do Livro 1 do Cartório do 1º Ofício local, da página. 46, dezembro de 1669:

*“Escritura que fazem os oficiais da Câmara a Antonio Rosdovalho do Estanque, 12 vintens azeite e milho; a 6 vintens, de vinho de **uva da terra.**”(SOUSA, 1955, p. 56, grifo do autor).*

Sousa (1996) conclui:

“no povoado humilde, aberto nas clareiras do Mato Grosso de então, já se vendia vinho da terra, como consta da página 46 do livro nº 1 do cartório do 1º Ofício local, compulsado por Mazzuia (1976).” (SOUSA, 1996, p. 3).

De acordo com Sousa (1996), após estas citações não há mais referências sobre a cultura de uvas em terras jundiáienses por mais dois séculos; somente se depara com novos informes no final do século XIX através do relatório apresentado em 31 de dezembro de 1887, pela Comissão Central de Estatística ao presidente da Província de São Paulo onde se destaca:

“A principal lavoura do município é a do café, de que se faz uma exploração média anualmente de 2 milhões de quilos. A cultura da vinha vae-se desenvolvendo no município, contando-se já algumas pequenas propriedades agrícolas dedicadas exclusivamente a esse gênero de lavoura. Já se tem ensaiado com optimo resultado a fabricação de vinho. (21, pág. 405)”. (SOUSA, 1996, p. 23)

Com a instalação do núcleo colonial Barão de Jundiaí em 1887 é que a viticultura jundiaense tomaria proporções dignas de menção (SOUSA, 1955).

Borcosome Romero (2004) faz referência a origem da produção de uva em Jundiaí ao mencionar Gossner (1974) afirmar que:

“Na sua origem, o processo de evolução vitícola viu-se limitado pela concorrência do café, pela escassez de investimentos de capital e pelas deficiências nas técnicas de cultivo. Não obstante, já nas primeiras décadas do século XX, dos bairros de Colonia, Caxambú, Ivoturucaia, Malota e Traviú eram remetidas para São Paulo as primeiras cestas de uva Isabel, estabelecendo um comércio que perduraria por muitas décadas. As uvas viníferas eram vendidas às fábricas Cerecer e Borin, em Caxambú ou à Cassatella, em Campo Verde, para sua vinificação e as uvas de mesa eram embarcadas na estação da Várzea, e mandadas em cestas pela estrada de ferro para os mercados de São Paulo e Santos”(BORCOSQUE ROMERO, 2004, p. 152).

A mesma autora ainda menciona que a vitivinicultura só prosperaria, após o declínio das grandes fazendas de café, quer seja pela crise do produto que ocorre em 1929, quer seja pelo esgotamento de suas terras:

“Em Jundiaí o processo econômico baseado na vitivinicultura tomou impulso a partir da década de 1930, quando as grandes fazendas de café, arruinadas pela crise ou pelo esgotamento dos solos, começaram a ser loteadas ou vendidas. Alguns antigos colonos italianos, que depois de anos de trabalho nas fazendas tinham conseguido poupar dinheiro, compravam pequenos sítios, muitas vezes resultantes da subdivisão das antigas fazendas em que trabalharam. Nas áreas onde a vinha prosperou, as grandes propriedades eram intensamente fracionadas.”.(BORCOSQUE ROMERO, 2004, p. 153).

2.2. As marcas da população no aspecto físico da Vila de Jundiáí

Seguindo os padrões de vila portuguesa²², a cidade teve como uma das suas primeiras marcas o Largo do Pelourinho²³. O pesquisador Geraldo Tomanik, que foi um dos diretores do Museu Histórico e Cultural de Jundiáí, nos diz que no local do mesmo foi edificada a Igreja Nossa Senhora do Rosário²⁴ (Figura 8), tradicional reduto religioso da comunidade negra. Segundo ele a construção deste pelourinho consta em ata da Câmara local do século XVIII. A cidade possuía, naquela época, quatro ruas centrais, paralelas, chamadas então de Rua Direita (atualmente Barão de Jundiáí), Rua do Meio ou dos Antunes (Rua do Rosário), Rua Nova (Senador Fonseca) e Rua Boa Vista (Zacarias de Góes). (SUBCOMISSÃO DO MARCO HISTÓRICO, 1955, p. 36; STAFUZZA 1974, p. 62; GATTOLINE, 1998, p.23).

Benincasa (2010), ao citar D'Alincourt (1975, p. 47), relata sobre o material utilizado na construção das casas em Jundiáí, a primeira vila depois de São Paulo:

“(...) todas as casas são de taipa e terras, à exceção de duas moradas, a maior parte delas são cobertas de telha vã, (...); à rua do meio segue-se a nova, e a esta a da Boa Vista, que é mais baixa, e a menos povoada; a qual tem grandes espaços tapados com muros de taipa, e outros inteiramente abertos” (BENINCASA, 2010, p. 4).

Ainda podemos encontrar marcos históricos na cidade, dentre eles o Hospício dos Beneditinos e o Mosteiro de São Bento (Figura 9), um dos poucos monumentos sobreviventes.

²² Segundo Prezina, Benedito A. Uma vila ao se constituir, impunha três instrumentos que eram elementos de repressão: o pelourinho, a forca e a cadeia. Além de ser instrumento da justiça, o pelourinho foi o símbolo do município, tornando-se obrigatório levantá-lo no momento da criação de novas vilas.

²³ Pelourinho - s.m. Coluna de pedra ou de madeira, utilizada antigamente para amarrar presos ou condenados e submetê-los à vergonha pública ou ao açoite. &151; Erguido na praça principal da cidade ou vila, em frente à Casa da Câmara, era às vezes instalado sobre alguns degraus para que ficasse bem exposto. No Brasil, foi muito usado para castigar escravos. <http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Pelourinho>.

²⁴ De acordo com o Inventário Preliminar do Patrimônio Histórico de Jundiáí (2006, p. 115;116): “A primeira igreja de Nossa Senhora do Rosário foi construída por volta de 1790, pertencendo à Irmandade do Rosário. No início do século XX, quando a cidade se urbanizava de modo intenso, a igreja foi comprada pelo governo municipal, que a demoliu nos anos 1920 para dar continuidade à Rua do Rosário. A nova igreja, na Praça da Bandeira, foi inaugurada em 1938.”.

Figura 8 - Igreja Nossa Senhora do Rosário, Jundiaí, 1922.



Fonte: Fotos retiradas de calendário publicado pela Olivato Indústrias Gráficas Ltda. Disponível em: <http://www.sebodoze.com.br/foto11.html>

Antiga Igreja do Rosário - Num domingo, de 4 de junho de 1922, a cidade profundamente comovida, assistia pela última vez as cerimônias que a Irmandade do Rosário, fez realizar constando de solene missa cantada, pregando aos Evangelhos o estimado sacerdote conterrâneo Pe. Armando Guerrazzi. À tarde por volta das dezesseis horas, imponente procissão a que emprestaram digno realce todas as associações católicas locais, deixou o tradicional templo, conduzindo suas imagens em definitivo êxodo, para a Capela de Santa Cruz, localizada no largo do mesmo nome. A vetusta igreja do rosário foi demolida para se dar prolongamento da rua de igual nome. Depois dessa transladação das imagens e a desativação da velha igreja, a Prefeitura publicava o seguinte aviso em 15 de junho de 1922. "Termina hoje o prazo concedido pela Prefeitura para a remoção dos ossos inhumados na igreja do Rosário. Na próxima semana deverá verificar-se a exumação e transladação dos mesmos para o cemitério, iniciando-se logo após, a demolição do velho e tradicional templo". Assim, perdia Jundiaí uma grande parte de sua memória, com o desaparecimento de um antigo exemplar de sua arquitetura religiosa originária dos finais do século XVIII. Era o vigário da paróquia o Cônego Dr. Hygino de Campos, que aparece ao lado direito da imagem de Nossa Senhora do Rosário, juntamente com o provedor da Irmandade Sr. Afonso Roveri à esquerda. Essa foto é uma verdadeira evocação à memória jundiaíense.

Fonte: Tomanik, G. B. Biblioteca do Saber. Jundiaí Ontem. Disponível em: <http://www.sebodoze.com.br/jundiaiontem.html>

Figura 9 - Mosteiro de São Bento, Jundiáí.



Foto do Acervo da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente – SMPMA.
Fonte: Inventário Preliminar do Patrimônio Histórico de Jundiáí. (2006, p. 106).

Fundada no século XVII, em 1667, foi resultado da ação de Estácio Ferreira, sua mulher Violante Ferreira, e de um religioso da Ordem de São Bento, Frei João do Espírito Santo. Era então chamado de Hospício do Patriarca São Bento. Onde a palavra "hospício", tinha um significado hoje praticamente ignorado: tratava-se de uma hospedaria para religiosos. Fonte: Tomanik, G. B. Biblioteca do Saber. Jundiáí Ontem. Disponível em: <http://www.sebodoze.com.br/jundiaiontem.html>

Com relação aos serviços urbanos na cidade, o Histórico da Cidade de Jundiaí registra que a primeira forma de abastecimento de água era rudimentar feita por meio de bicas públicas. As Atas da Câmara de Jundiaí contêm pedidos para melhora do abastecimento de água desde 1870, o que foi solucionado somente em 25 de dezembro de 1901 (GATTOLINI 2008, p. 52-53). Tal empreendimento resultou não só na melhora da saúde da população, mas também possibilitou o crescimento de atividades industriais. Quanto à iluminação de Jundiaí, encontramos no acervo histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo (Anexo 1), uma solicitação de 20 de maio de 1867, para que se consignasse junto ao orçamento provincial custas para ampliação da iluminação pública. Ainda de acordo com o Histórico da cidade, a iluminação provinha de candeeiros de querosene, que eram suspensos nas paredes, acesos no final da tarde e apagados ao raiar do sol. A energia elétrica chegou em 1905, contudo, somente em 1922 passa a ser utilizada de maneira mais intensa. Um dos pontos comerciais mais movimentados, então, era o Largo do Rocio, que deu lugar atualmente à Praça da Bandeira.

Na Figura 10 referente ao “Tradicional Largo do São Bento no Século XIX” encontramos ainda amostra desta iluminação a querosene, bem como é possível apreciar características europeias; ao notarmos à esquerda da foto, como indica a explicação da figura, o chalé de madeira de origem alemã.

Figura 10 - Tradicional Largo de São Bento no Século XIX, Jundiaí.



Fonte: Fotos retiradas de calendário publicado pela Olivato Indústrias Gráficas Ltda. Disponível em: <http://www.sebodoze.com.br/foto16.html>

“O velho largo de São Bento tem sua origem desde a segunda metade do Século XVII, quando em 1667 Estácio Ferreira e sua mulher Violante, fez doação dos terrenos para a fundação de um “hospício” (hospedaria de religiosos) do Patriarca de São Bento, junto com o visitador Frei João do Espírito Santo, no ano de mil seiscentos e sessenta e sete. A partir de 1668 passou esse logradouro a chamar-se de Largo de São Bento. Nessa foto de 1897, vemos em primeiro plano as belas figueiras que ainda se mostram bem novas. À frente está o edifício da Câmara e Cadeia, cuja construção esteve a cargo do Eng. Ramos de Azevedo, conforme documentos datados de 1885. À esquerda do edifício, ainda podemos ver um dos lampiões a querosene que eram usados na cidade. As palmeiras fronteiras ao prédio, ainda hoje existem e são praticamente já centenárias. Olhando à esquerda da foto, vemos o “Chalet” de madeira, que segundo consta veio todo desmontado da Alemanha da região da Floresta Negra. Serviu esse “chalet” de residência a Da. Rosa Fladt, que foi a diretora, sucessora de Da. Carolina Florence. Em continuidade os prédios que abrigavam o famoso Colégio Florence, que já funcionava em nossa cidade, e teve destacada atuação na educação feminina, como colégio das moças. Esse notável estabelecimento de ensino foi fundado em Campinas em 1863, e quando por ocasião da epidemia da febre amarela, em 89, transferiu-se para Jundiaí, aonde o clima da região era mais saudáveis e portanto benéfico ao próprio colégio, que mantinha no internato um número apreciável de meninas de várias partes não só do Estado como também de outras regiões do Brasil. Nos dias atuais, ainda guarda esse tradicional logradouro da cidade uma parte da memória jundiaíense.” Tomanik, G. B. Biblioteca do Saber. Jundiaí Ontem. Disponível em: <http://www.sebodoze.com.br/jundiaiontem.html>

Em Benincasa (2006) identificamos a influência do imigrante na arquitetura das cidades, o autor faz um resumo das transformações arquitetônicas ocorridas no início da colonização que sofreu influência indígena e portuguesa para a época da introdução da cultura do café.

“Dos toscos estabelecimentos “caipiras” de subsistência do século XVIII até o surgimento dos especializadíssimos conjuntos de edifícios da fazenda cafeeira da segunda metade do século XIX, houve uma grande transformação no modo de vida paulista, que se refletiu na arquitetura e em suas técnicas e tipologias, que passaram da arquitetura colonial brasileira, com influências indígenas e portuguesas, às inovações tecnológicas do período que antecede ao Modernismo (...) Isto se explica por dois fatores: a necessidade de mão-de-obra numerosa para os cuidados com a lavoura cafeeira, que provocou a vinda de um vasto contingente de imigrantes durante o final do século XIX e início do século XX, dentre eles inúmeros trabalhadores da construção civil (mestres-de-obras, escultores, pintores, marceneiros, serralheiros, carpinteiros, mestres-canteiros, etc.), que acabariam por introduzir novas técnicas e padrões arquitetônicos, tanto nas cidades, quanto nas fazendas; e em segundo lugar, pelo enriquecimento da sociedade paulista, principalmente da aristocracia rural, o que proporcionou a criação de uma extensa malha ferroviária e a conseqüente importação de materiais de construção civil, além do emprego de novas e mais sofisticadas técnicas construtivas, nos mais longínquos lugares do território paulista (...) Em resumo, durante o ciclo cafeeiro, o meio rural paulista foi ocupado por povos de diferentes tradições e culturas, que vieram em momentos diferentes e se estabeleceram em diferentes locais, garantindo a produção de uma arquitetura diversificada, rica em nuances e cores próprias” (BENINCASA, 2006, p. 2).

Cipolatto (1967, p. 83) menciona a cultura italiana a partir de 1887, no Núcleo Colonial Barão de Jundiá e a sua integração com os jundienses.

“Eram mantidos os costumes, a religião e o mesmo espírito alegre e de luta da Itália distante, falava-se o vêneto, até com as crianças, comia-se o gostoso frango com polenta, mas sempre existiu entrelaçamento com os jundienses, estreita camaradagem com as demais raças aqui existentes, também a cooperar no progresso de Jundiá.” (CIPOLATTO, 1967, p. 83).

Segundo Pereira (2006), com a chegada dos italianos, a arquitetura da cidade também recebe influência italiana, pois as famílias ao construírem suas casas (Figuras 11 e 12) com ajuda de um pedreiro (*muratore*) empregavam técnicas do seu país de origem, mantendo as características estéticas e a divisão dos cômodos o mais próximo possível da já utilizada em seu país. Estes

imigrantes também trouxeram de formas mais intensa a utilização de tijolos na construção da casa.

Pereira (2006) menciona que até a metade do século XIX as olarias no Brasil dedicavam-se mais a produção de telhas, ladrilhos e lajotas e que algumas casas urbanas faziam uso do tijolo, mas apenas como revestimento. Os italianos também foram responsáveis pelo desenvolvimento expressivo de olarias em São Paulo a partir de 1887. Em Jundiaí, cita como exemplo de proprietário de olaria, o senhor Luiz Piovesan.

Pereira (2006) destaca que para Jundiaí os italianos também trouxeram a técnica da produção de cerâmica, para confecção, em sua maioria, de apetrechos de cozinha.

Figura 11 - Casa de José Pessoto – 1888
Lote 33 – Núcleo Colonial Barão de Jundiáí

Casa José Pessoto 1888

Lote número 33
Pedreiro Bortolo Murari



Foto de Jéferson Jensen, 1980. Fonte: PEREIRA, Eduardo Carlos (autor). Núcleos coloniais e construções rurais. [S.l.]: ELETROBRAS, 2006. P. 96.

Figura 12 - Sobrado Família Vendramim - 1888

Lote 48B – Núcleo Colonial Barão de Jundiá



Foto de Jéferson Jensen, 1980. Fonte: PEREIRA, Eduardo Carlos (autor). Núcleos coloniais e construções rurais. [S.l.]: ELETROBRAS, 2006. P. 68.

CAPÍTULO 3

DA POPULAÇÃO ESCRAVA À INCIPIENTE

POPULAÇÃO EUROPEIA 1836 -1890.



3.1. Evolução da população: 1836-1890

Ao consultarmos os dados referentes a 1836 no São Paulo do Passado: Dados Demográficos (BASSANEZI, 2002) temos que: a população total de Jundiaí era de 5.885 pessoas, sendo deste total 2.840 homens e 3.045 mulheres, 3.834 livre e 2.051 escrava. Um crescimento anual de 0,95% no período de 1818 a 1836 (Tabelas 7 e 8). Na mesma fonte verificamos que, em 1854, a população total era 8.689 pessoas, sendo que deste total 4.640 homens e 4.049 mulheres, livre 5.787 e a escrava 2.902.

O crescimento anual foi de 2,19% no período de 1836 a 1854; no período seguinte, 1854 a 1872, houve um decréscimo da população (taxa de crescimento anual de - 0,59%). No ano de 1857, através da lei nº 553, era criada a Vila do Belém de Jundiaí atual município de Itatiba, pois contava em 1872 com uma população total de 6.660 pessoas, fato que certamente contribuí para esta taxa de crescimento negativa para o período, pois se somarmos a população de Jundiaí a de Itatiba teremos um total de 14.485 pessoas e um crescimento de 2,87% ao ano.

**Tabela 7 - Evolução Total da População
Província de São Paulo, Capital e Jundiaí
1836/1890**

Ano	Província de SP	São Paulo	Jundiaí	Dist. Relat.	Dist. Relat.	Taxas de crescimento (% a.a.)		
				Cap/ESP (%)	Jund/Cap (%)	Província de SP	São Paulo	Jundiaí
1836	284.012	21.933	5.885	2,07	26,83			
1854 ¹	418.532	25.254	8.689	2,08	34,41	2,18	0,79	2,19
1872	837.354	31.385	7.805	0,93	24,87	3,93	1,21	-0,59
1886	1.209.425	54.706	10.254	0,85	18,74	2,66	4,05	1,97
1890	1.384.753	80.335	12.051	0,87	15,00	3,44	10,08	4,12

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

Tabela 8 - População Total Segundo Sexo
Província de São Paulo, Capital e Jundiaí
1836/1890

Ano	Província de SP				São Paulo				Jundiaí			
	Total	Homem	Mulher	Razão de Sexo	Total	Homem	Mulher	Razão de Sexo	Total	Homem	Mulher	Razão de Sexo
1836	284.012	145.686	138.326	105,32	21.933	10.902	11.031	98,83	5.885	2.840	3.045	93,27
1854 ¹	418.532	217.811	200.721	108,51	25.254	12.287	12.967	94,76	8.689	4.640	4.049	114,60
1872	837.354	436344	401010	108,81	31.385	15.728	15.657	100,45	7.805	4.182	3.623	115,43
1886 ²	760.542	371.844	388.698	95,66	54.706	22.445	25.252	88,88	10.254	**	**	**
1890	1.384.753	708.011	676.742	104,62	80.335	34.236	30.698	111,53	12.051	6.157	5.894	104,46

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.
2. Total Parcial devido a falta de informação de alguns municípios.

Tabela 9 - População Total Livre e Escrava
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1836/1886

Ano	Província de SP					São Paulo					Jundiaí				
	Total	Livre	%	Escrava	%	Total	Livre	%	Escrava	%	Total	Livre	%	Escrava	%
1836 ¹	284.012	200.129	70,46	83.883	29,54	21.933	16.614	75,75	5.319	24,25	5.885	3.834	65,15	2.051	34,85
1854 ¹	418.532	301.541	72,05	116.991	27,95	25.254	19.483	77,15	5.771	22,85	8.689	5.787	66,60	2.902	33,40
1872	837.354	680.742	81,30	156.612	18,70	31.385	27.557	87,80	3.828	12,20	7.805	5.953	76,27	1.852	23,73
1886 ²	1.209.425	1.102.467	91,16	106.958	8,84	54.706	54.213	99,10	493	0,9012	10.254	8.888	86,68	1.366	13,32

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

Apesar da redução da população total no período de 1854 a 1872, a população livre jundiaense aumenta neste mesmo período, passando de 5.787 em 1854 para 5.953 em 1872, obtendo um acréscimo de 165 pessoas composto por maioria masculina (135 homens e 30 mulheres); o diferencial é de 105

peças, ou seja, de 63% a mais de homens. Enquanto a população escrava passou de 2.902, em 1854, para 1.852, em 1872; uma diferença para menor de mais de 1.000 pessoas, ou seja, Jundiaí passou a ter menos 36% de escravos.

A redução da população escrava possui um número mais elevado de homens (594) do que de mulheres (456); a diferença entre os sexos é de 138 pessoas, o que corresponde a 13% mais homens do que mulheres. Este diferencial entre os sexos não é tão acentuado quanto o diferencial encontrado no crescimento da população livre.

Neste mesmo período a Vila Jundiaí é elevada à categoria de cidade. Não nos esqueçamos da implantação das ferrovias São Paulo Railway Company (Santos - Jundiaí) - 1867, São Paulo Cia. Paulista de Estradas de Ferro - 1872, Cia. Ituana - 1873, Cia. Itatibense - 1890 e a Cia. Bragantina - 1890, sendo que a primeira inicia suas obras em 1860. O que provavelmente contribuiu para o aumento do contingente das pessoas livres do sexo masculino neste período.

No período de 1872 a 1886 a população de Jundiaí apresenta um crescimento anual de 1,97% e passa a ter uma população total de 10.254 em 1886. A Província de São Paulo, por sua vez, tem uma população total de 1.209.405 com um crescimento anual de 2,66%.

Em 1890 encontramos Jundiaí com uma população total de 12.051, um crescimento absoluto de 1.797 pessoas em quatro anos, que equivale a um crescimento anual de 4,12%. No ano de 1887 é implantado o Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, composto por famílias de origem italiana. A Província de São Paulo cresce neste mesmo período 3,44% ao ano e apresenta um crescimento absoluto de 175.328 pessoas.

Voltando à Tabela 9 notamos que a população escrava no ano de 1836 em Jundiaí é superior, em termos percentuais em relação à população total, do que as da Província de São Paulo e do município de São Paulo. Entre 1778 e 1836, a população total de Jundiaí cresceu a uma taxa anual de 1,1%, apesar de ter perdido território e população para Campinas. Mas os componentes livres e escravos dessa população cresceram a taxas diferentes. A população escrava aumentou à taxa de 3,4% ao ano, o que levou à população cativa a triplicar de

tamanho, em contraste com um aumento de apenas 13% na população livre nesse período (LUNA E KLEIN, 2005, p. 73).

Ainda de acordo com Luna e Klein (2005) temos que tal crescimento relativamente baixo poderia advir da saída de agricultores pobres em busca de novas oportunidades e escapar da concorrência das fazendas que possuíam escravos:

“Esse crescimento relativamente baixo das pessoas livres, apesar da enorme expansão da produção local, pode ser explicado pela saída de agricultores pobres da vila. Este é um padrão bem conhecido nessa região de fronteira, os agricultores pobres não conseguiram tornar-se proprietários de escravos ou comprar as terras que cultivavam e se mudaram para a fronteira para buscar novas oportunidades e escapar da concorrência das fazendas com escravos.” (LUNA E KLEIN, 2005, p. 73).

Contudo, a partir de 1836 notamos que há uma redução da população escrava, porém continua sendo superior em termos percentuais do que as da Província e município de São Paulo.

Para o ano de 1872 é fácil notar a significativa redução da população escrava em Jundiá (1.852) em relação ao dado anterior (2.902); o percentual em relação à população total passa de 33,40% para 23,73%. Esta redução talvez se explique devido à pressão dos Ingleses sobre o Brasil, mesmo antes da sua independência, para que reduzisse o tráfico negreiro.

O projeto Tráfico Negreiro no Brasil da Biblioteca Nacional,²⁵ elabora um excelente resumo sobre o fim do tráfico negreiro²⁶ e as leis sobre a abolição da escravatura. Aqui transcrevemos um pequeno trecho com intuito de melhor elucidar a redução da população negra em Jundiá e nas demais regiões:

²⁵ Projeto Tráfico de Escravos – UNESCO- Fundação Biblioteca Nacional. 2003. <http://bndigital.bn.br/projetos/escravos/introducao.html>

²⁶ Encontramos mais detalhes nas seguintes fontes: Loreto, F. A. de M. D.. A Abolição no Brasil. In: Revista do IHGB, jul./dez. 1900. v.102, n.63, p.187- 192. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1900. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=p>; QUEIROZ, Suely Robles Reis de (autor). A abolição da escravidão. 4. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987. 97p., il., 16cm. (Tudo e história; v. 17).; BETHELL, Leslie (autor). A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Expressão e Cultura: USP, 1976. 406p. E em pesquisa na Biblioteca Nacional Digital. Assunto Movimentos anti-escravagistas – Brasil. Brasil - História - Abolição da escravidão, 1888. Local em que encontramos vários textos já digitalizados e disponíveis para consulta on-line. <http://bndigital.bn.br/projetos.htm>

“Antes mesmo da independência brasileira, o Rei de Portugal, Brasil e Algarves, D. João VI, o primeiro tratado internacional com o objetivo de diminuir paulatinamente o tráfico de escravos para o Brasil, foi assinado em 22 de janeiro de 1815 e proibia que aportassem em terras brasileiras os navios negreiros provenientes das partes da costa africana que ficassem ao norte da linha do Equador. Depois desse primeiro acordo, outros foram assinados. Em 1826, o Império do Brasil e o governo britânico assinaram outro documento estendendo a proibição do tráfico a todos os navios negreiros vindos da África. Esses acordos não eram completamente respeitados pelo Império, o tráfico, ilegal em teoria, continuava sem a repressão do governo imperial.

Diante do não cumprimento dos tratados pelo Império e com a alegação de que era impossível fiscalizar todo o nosso litoral, o governo britânico propôs novos acordos que autorizavam a marinha britânica a apreender em águas internacionais navios de bandeira brasileira utilizados no tráfico. Esse acordo foi muito contestado no Brasil, principalmente depois da primeira apreensão de navio brasileiro pelos ingleses. Na realidade, isso representava desrespeito à soberania brasileira.

Em 1845, a Câmara dos Lordes aprovou a Bill Aberdeen, que autorizava a marinha inglesa a afundar os navios que transportavam escravos como se fossem navios piratas. A lei baseava-se em acordos internacionais assinados.

A pressão sobre o Brasil aumentou, a atividade do tráfico passou a ter um risco econômico muito alto, muitos traficantes passaram a investir em outras áreas. Diante do esvaziamento dessa atividade motivado pela Bill Aberdeen, em 1850, o Império do Brasil proibiu que navios negreiros aportassem no Brasil. Com o fim do tráfico, o baixo crescimento vegetativo da população escrava no Brasil e o alto custo do tráfico interno, a escravidão estava fadada a acabar. Vários projetos surgiram para que acontecesse uma abolição paulatina.

Em 28 de setembro de 1871 o Visconde do Rio Branco apresentou projeto de Lei do Elemento Servil, que mais tarde ficou conhecida como Lei do Ventre Livre. A lei ia muito além de dar liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data, regulamentava o castigo físico, criava o direito do escravo, entre outras medidas. Era o Império colocando em prática o projeto de abolição paulatina.

Outras leis foram sendo promulgadas com o intuito de atender aos movimentos abolicionistas, à resistência dos escravos e às pressões internacionais. Em 1885, promulgou-se a conhecida Lei dos Sexagenários, libertando todos os escravos com mais de sessenta anos. Havia poucos escravos acima dessa idade. A expectativa de vida do escravo era muito baixa, mas a Lei dos Sexagenários atingiu o caráter de marco histórico, pois fortaleceu o movimento abolicionista.

As pressões se tornaram insuportáveis para o Império; os movimentos abolicionistas cresciam vertiginosamente; as rebeliões de escravos contra seus donos eram cada vez mais comuns. Foi nessa conjuntura que a Princesa Isabel, Regente do Império na ausência de D. Pedro II, assinou com uma pena de ouro, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, que abolia a escravidão no Brasil.”

Estas leis certamente causaram impacto na população jundiense contribuindo para sua redução no ano de 1886, onde a população escrava passa a constituir apenas 13,32% (1.366) da população total. Há de se notar também as

reduções ocorridas na Província e no município de São Paulo. A população escrava na Província passa de 156.612 em 1872 para 106.958 em 1886, constituindo apenas 8,84% da população total deste último. O município de São Paulo, por sua vez, passa de 3.828 escravos em 1872 para 493 em 1886, representando menos de 1% da população total. Outro fator que pode ter reduzido o número da população escrava nestas localidades é o fato da participação de escravos na Guerra do Paraguai²⁷. Em termos percentuais (13,32%) em relação à população total, mesmo em 1886, Jundiaí mantém um número maior de escravos do que as demais localidades a Província de São Paulo 8,84% e o município de São Paulo 0,90%.

Tabela 10 - População Total segundo Grupo de Idade. Sexo e Condição Social
Jundiaí, 1836

Idades	Livre						Escrava						Geral			
	Homem	%	Mulher	%	Total	Razão de Sexo	Homem	%	Mulher	%	Total	Razão de Sexo	Total	Razão de Sexo		
0-4	117	46,96	132	53,04	249	63,95	88,53	80	56,82	61	43,18	140	36,05	131,61	389	102,08
5-9	119	49,61	121	50,39	240	68,05	98,45	61	54,37	52	45,63	113	31,95	119,17	353	104,63
10-14	128	51,39	121	48,61	248	68,92	105,70	57	50,61	55	49,39	112	31,08	102,49	360	104,69
15-19	142	52,05	130	47,95	272	66,47	108,53	65	47,68	72	52,32	137	33,53	91,11	409	102,35
20-24	166	50,96	160	49,04	326	60,22	103,91	99	45,96	116	54,04	215	39,78	85,06	541	95,97
25-29	182	51,52	171	48,48	353	59,56	106,28	112	46,74	128	53,26	240	40,44	87,76	593	98,37
30-34	207	54,04	176	45,96	383	61,72	117,60	120	50,57	118	49,43	238	38,28	102,29	621	111,47
35-39	189	53,24	166	46,76	355	63,12	113,87	107	51,52	101	48,48	207	36,88	106,28	562	111,00
40-44	113	46,36	131	53,64	244	66,41	86,44	61	49,39	63	50,61	124	33,59	97,60	368	90,05
45-49	89	42,93	118	57,07	207	70,04	75,22	43	48,59	46	51,41	89	29,96	94,51	295	80,59
50-54	108	46,48	124	53,52	232	72,66	86,84	44	50,47	43	49,53	87	27,34	101,88	319	90,73
55-59	93	44,79	115	55,21	208	72,80	81,14	39	50,12	39	49,88	78	27,20	100,48	286	86,02
60-64	52	35,63	94	64,37	146	67,11	55,36	34	46,98	38	53,02	71	32,89	88,61	217	64,93
65-69	35	29,65	83	70,35	118	64,33	42,15	30	46,43	35	53,57	66	35,67	86,65	184	55,36
70-74	38	30,11	87	69,89	125	65,10	43,08	33	48,79	34	51,21	67	34,90	95,26	192	57,80
75-79	28	29,86	67	70,14	95	65,07	42,56	25	49,63	26	50,37	51	34,93	98,54	146	58,14
80-84	11	39,86	17	60,14	27	68,70	66,29	7	52,00	6	48,00	13	31,30	108,33	40	77,50
85+	6	100,00	0	0,00	6	60,00		1	25,00	3	75,00	4	40,00	33,33	10	233,33
Total	1822	47,52	2013	52,48	3834	65,16	90,53	1018	49,62	1033	50,38	2051	34,84	98,50	5885	93,23

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados Demográficos.

²⁷ Para maiores detalhes consultar: MOURA, C.. Dicionário da escravidão negra no Brasil. São Paulo, SP: EDUSP, 2004.; TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. Estud. av. [online]. 1995, vol.9, n.24, pp. 287-296. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000200015>.; CHIAVENATTO, Julio Jose (autor). O negro no Brasil: da senzala a Guerra do Paraguai. 4a ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987. 259p., 21 cm. Bibliografia: p. [257]-259.

**Tabela 11 - População Total segundo Grupo de Idade, Sexo e Condição Social
Jundiaí, 1854**

Idades	Livre						Escrava						Geral			
	Homem	%	Mulher	%	Total	Razão de Sexo	Homem	%	Mulher	%	Total	Razão de Sexo	Total	Razão de Sexo		
0-4	492	51,83	457	48,17	949	77,29	107,62	146	52,18	133	47,82	279	22,71	109,14	1228	107,96
5-9	427	52,02	394	47,98	821	71,08	108,43	184	55,21	150	44,79	334	28,92	123,27	1155	112,51
10-14	364	51,37	345	48,63	709	66,22	105,64	208	57,51	154	42,49	362	33,78	135,35	1070	114,80
15-19	303	49,47	309	50,53	612	62,88	97,92	216	59,78	145	40,22	361	37,12	148,62	974	114,13
20-24	236	43,70	304	56,30	540	62,66	77,60	206	64,11	116	35,89	322	37,34	178,64	862	105,42
25-29	194	42,28	265	57,72	459	61,27	73,24	189	65,02	101	34,98	290	38,73	185,89	749	104,44
30-34	175	48,02	190	51,98	365	59,16	92,37	152	60,16	101	39,84	252	40,84	151,00	618	112,65
35-39	155	50,91	149	49,09	304	58,57	103,69	129	60,19	86	39,81	215	41,43	151,17	518	121,00
40-44	142	51,61	133	48,39	275	60,96	106,66	120	67,82	57	32,18	176	39,04	210,79	452	137,76
45-49	121	52,64	109	47,36	230	62,87	111,15	95	70,32	40	29,68	136	37,13	236,96	365	145,13
50-54	91	52,51	82	47,49	173	66,21	110,57	56	63,27	32	36,73	88	33,79	172,25	261	128,03
55-59	69	53,20	61	46,80	130	71,15	113,67	31	59,07	22	40,93	53	28,85	144,35	183	121,70
60-64	53	55,19	43	44,81	96	81,39	123,18	14	62,86	8	37,14	22	18,61	169,23	118	130,51
65-69	36	56,27	28	43,73	64	92,62	128,67	3	63,41	2	36,59	5	7,38	173,33	69	131,46
70-74	19	53,16	17	46,84	36	87,29	113,48	3	49,40	3	50,60	5	12,71	97,62	41	111,33
75-79	8	49,24	8	50,76	16	92,25	96,99	0	0,00	1	100,00	1	7,75		18	83,23
80-84	3	42,86	4	57,14	6	100,00	75,00	0		0		0	0,00		6	75,00
85+	1	44,44	1	55,56	2	100,00	80,00	0		0		0	0,00		2	80,00
Total	2889	49,91	2899	50,09	5787	66,61	99,65	1752	60,37	1150	39,63	2902	33,39	152,31	8689	114,61

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos

A Tabela 10 nos mostra que a população feminina (razão de sexo de 90,53) livre em Jundiaí em 1836 é maior do que todos os outros grupos (homens livres, homens escravos e mulheres escravas). As faixas que vão de 10 a 39 anos são as com menor número de mulheres em relação aos homens. Será que isso se dá pela já mencionada saída de agricultores pobres da vila, ou seja, estes deviam sair acompanhados da família?

No período seguinte (1854) - ver Tabela 11 - já não encontramos diferença entre o número total de homens e mulheres (razão de sexo 114,60 homens para cada 100 mulheres), apenas a faixa de 20 a 29 (57%) da população feminina livre é bem superior a masculina. A bibliografia estudada não nos permitiu formular, com o devido acuro científico, os possíveis motivos para esta diferença do número de mulheres em relação ao dos homens nesta faixa etária.

Há de se levar em conta que os dados apresentados deverão ser vistos com cautela, pois não é incomum nos levantamentos populacionais a ocorrência de erros de apontamento, sub-registros, omissões, dentre outros, ademais, Marcílio (1973) aponta para o fato de os recrutamentos, serem muito mal vistos pela população. Motivos não faltavam, de acordo com Mello (2006, p. 279), a violência e vexação com que se recrutavam os combatentes, a falta de assistência pontual do soldo e pão prometidos, o mau tratamento recebido de seus governantes, o apego ao espaço original de socialização (isto é, a saudade da terra e dos parentes), bem como, e não menos relevante, o medo da guerra. Nesse sentido, os maços de população refletiam tal situação: fugas e ocultamentos eram constantes. Marcílio (1973) descreve tal realidade:

“O medo do recrutamento levava os homens a se ocultarem nos matos, na época do censo, os pais a esconderem seus filhos varões, muitos a fugirem temporariamente para outras capitâneas próximas. A fuga e o recrutamento vem inúmeras vezes assinalada na correspondência dos capitães-gerais de São Paulo desde 1765. Os castigos e prisões aos desertores e aos que fugiam dos arrolamentos apareciam aos olhos dos governadores como meios de obrigá-los a prestarem seus serviços militares.” (MARCILIO, 1973, p. 78)

Lembramos que neste período a lavoura do café já se encontrava em amplo progresso; em 1854, já estava instalado em quase toda a região central, com pontos de maior concentração em Campinas, Bragança, Itu e Jundiaí (MILLIET 1939). Contudo a produção de açúcar e água-ardente ainda existia, dividindo a mão de obra escrava com a lavoura do café. Segundo Luna e Klein (2005), as lavouras de café propiciavam a participação de pequenos produtores que empregavam mão de obra livre.

Tabela 12 - População Total segundo Grupo de Idade, Sexo e Condição Social
Jundiaí, 1872

Idades	Livre						Escrava						Geral			
	Homem	%	Mulher	%	Total	Razão de Sexo	Homem	%	Mulher	%	Total	Razão de Sexo	Total	Razão de Sexo		
0-5	447	52,16	410	47,84	857	88,35	109,02	84	74,34	29	25,66	113	11,65	289,66	970	120,96
6-10	487	54,97	399	45,03	886	87,72	122,06	80	64,52	44	35,48	124	12,28	181,82	1010	127,99
11-15	412	60,77	266	39,23	678	82,78	154,89	80	56,74	61	43,26	141	17,22	131,15	819	150,46
16-20	254	48,47	270	51,53	524	77,51	94,07	93	61,18	59	38,82	152	22,49	157,63	676	105,47
21-25	217	45,88	256	54,12	473	72,99	84,77	103	58,86	72	41,14	175	27,01	143,06	648	97,56
26-30	253	49,22	261	50,78	514	75,26	96,93	100	59,17	69	40,83	169	24,74	144,93	683	106,97
31-40	230	53,86	197	46,14	427	71,40	116,75	102	59,65	69	40,35	171	28,60	147,83	598	124,81
41-50	228	45,15	277	54,85	505	76,86	82,31	88	57,89	64	42,11	152	23,14	137,50	657	92,67
51-60	177	52,68	159	47,32	336	65,75	111,32	112	64,00	63	36,00	175	34,25	177,78	511	130,18
61-70	127	44,72	157	55,28	284	58,20	80,89	113	55,39	91	44,61	204	41,80	124,18	488	96,77
71-80	79	37,26	133	62,74	212	56,99	59,40	123	76,88	37	23,13	160	43,01	332,43	372	118,82
81-90	84	52,17	77	47,83	161	69,10	109,09	48	66,67	24	33,33	72	30,90	200,00	233	130,69
91-100	29	32,95	59	67,05	88	68,22	49,15	29	70,73	12	29,27	41	31,78	241,67	129	81,69
Mais 100	0	0,00	8	100,00	8	72,73	0,00	3	100,00	0	0,00	3	27,27	0,00	11	37,50
Total	3024	50,80	2929	49,20	5953	76,27	103,24	1158	62,53	694	37,47	1852	23,73	166,86	7805	115,43

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

No ano de 1872 (Tabela 12) há disparidades entre a quantidade de homens e mulheres e, conseqüentemente, na razão de sexo nas seguintes faixas etárias da população livre: 11-15 encontramos 412 homens (60,77%) e 266 mulheres (39,23%) e nas de 71-80 e 91-100; esta relação se inverte (mais mulheres do que homens) temos na primeira 79 homens (37,26) e 133 mulheres (62,74%) e na segunda 29 homens (32,95%) e 59 mulheres (67,05%). A primeira faixa (11-15) é que nos chama mais atenção: o que pode ter ocorrido para um número tão superior de homens em relação às mulheres na mesma faixa de idade? Ainda mais, por se constituir de maioria de homens da cor branca (292)? Também não se pode atribuir a este número ao fato de serem derivados de entrada de estrangeiros no município, já que o total da população estrangeira para este mesmo ano era de 303 pessoas.

O recenseamento de 1890 não apresenta o cruzamento das informações sobre população por idade e sexo²⁸, o que nos impossibilitou de apresentar um maior detalhamento. Apresentamos apenas a população por grupo de idade sem o diferencial por sexo. Há de se notar que grande parte da população encontra-se nas faixas abaixo de 25 anos representando 58% da população, sendo que 39% do total da população somente nas faixas de 0 a 14 anos.

**Tabela 13 - População Total segundo Grupo de Idade
Jundiaí, 1890**

Idades	Total	Percentual	Idades	Total	Percentual
00 - 04	1807	14,99	45 - 49	467	3,88
05 - 09	1528	12,68	50 - 54	466	3,87
10 - 14	1371	11,38	55 - 59	209	1,73
15 - 19	1153	9,57	60 - 64	270	2,24
20 - 24	1142	9,48	65 - 69	104	0,86
25 - 29	962	7,98	70 - 74	93	0,77
30 - 34	973	8,07	75 e +	73	0,61
35 - 39	724	6,01	Total	12051	100,00
40 - 44	709	5,88			

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

²⁸ Encontramos na série São Paulo do Passado: Dados Demográficos uma transcrição de um trecho do prefácio Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890, que evidencia a necessidade de cautela e de cuidados especiais ao fazer uso das informações contidas neste primeiro recenseamento da República dos Estados Unidos do Brasil. E várias outras considerações quanto as informações deste recenseamento e os cuidados que foram tomados para a confecção das tabelas com as informações por município. Vejamos o trecho transcrito "" (...) É, pois, em cumprimento d'esse dever de probidade, que, ao apresentar hoje a synopse do recenseamento de 1890, não aconselho aos que de seus algarismos se forem servir, que o façam, senão com todo critério, não devendo considerar a segundo [sic] operação censitária da República, mais que um segundo ensaio de recenseamento e quiça em condições inferiores ao primeiro.

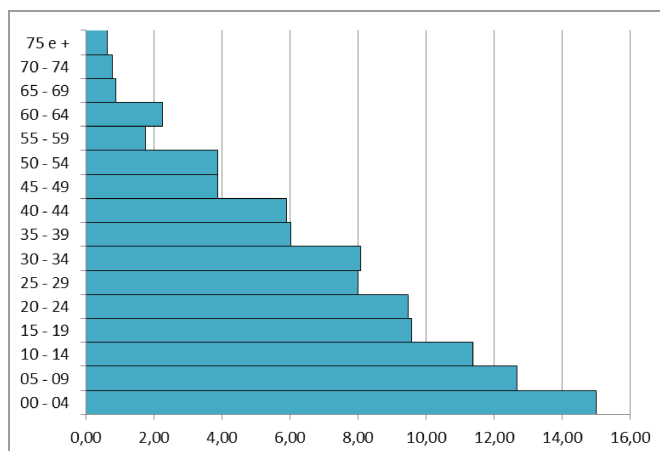
Muitas foram às causas que fizeram assim desmerecer essa obra, cujos resultados deveriam bem corresponder aos sacrifícios exigidos para a sua execução.

Tendo o Brasil passado pela mais completa transformação política em 15 de Novembro de 1889, não era certamente em 1890, quando todo o paiz se preocupava com a sua reorganização, a época mais propícia para uma apuração censitária.

N'esse anno procedeu-se em toda a Republica á eleição de Deputados á Constituinte, que se reuniu a 15 de Novembro de 1889 e preparavam-se todos os Estados para as eleições de suas respectivas Assembléas. As autoridades federaes, como as estaduaes, achavam-se inteiramente absorvidos[sic] com a organização dos diversos serviços, e não era natural acreditar-se que uma operação, difficilmente realizável em um período normal, fôsse exequível em circumstancias tão críticas.

As necessidades do momento não exigiam mesmo tão grandes sacrifícios dos cofres publicos com um recenseamento cujo insucesso deveria ser previsto. (...)". Dezembro de 1897. [ass.] F. Mendes da Rocha"

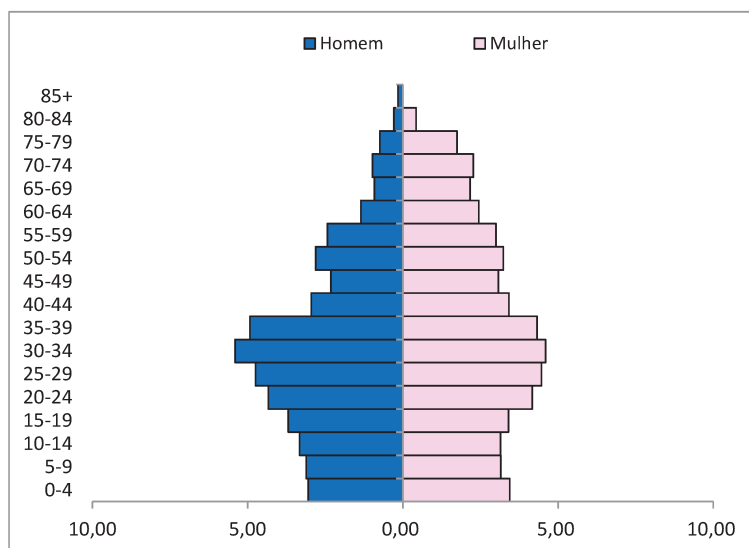
Gráfico 2 - População Total segundo Grupo de Idade Jundiaí, 1890



Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

As pirâmides etárias a seguir (Figuras de 13 a 18) nos permitem visualizar melhor o efeito que as mudanças econômicas e sociais do período (introdução da lavoura de café, fim do tráfico negreiro, introdução da mão de obra estrangeira) causariam na estrutura da população.

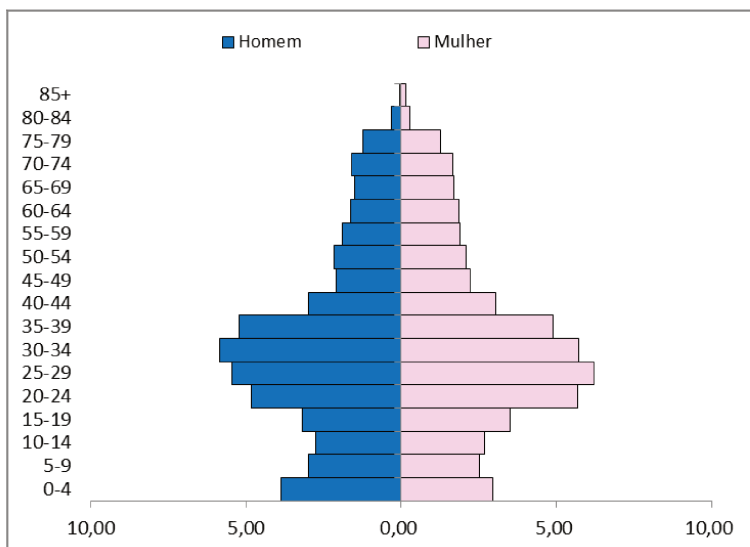
Figura 13 - Pirâmide Etária, População Livre - Jundiaí – 1836



Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota: Para o desdobramento quinquenal dos grupos etários foi utilizado: GRAYBILL, Wilson H. Interpolation coefficients based on the Karup-King fórmula. In: SHRYOCK, Henry, SIEGEL, Jacob S. The methods and materials of demography. New York: Academic Press, 1976. p.554.

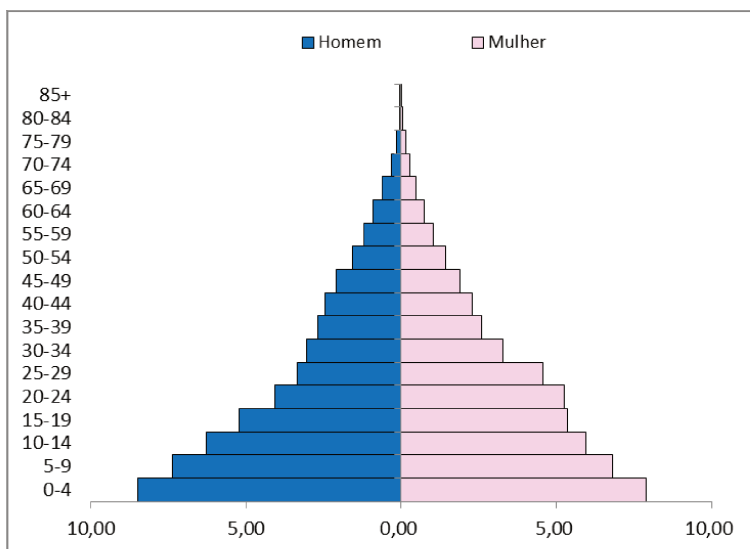
Figura 14 - Pirâmide Etária, População Escrava - Jundiá – 1836



Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota: Para o desdobramento quinquenal dos grupos etários foi utilizado: GRAYBILL, Wilson H. Interpolation coefficients based on the Karup-King fórmula. In: SHRYOCK, Henry, SIEGEL, Jacob S. The methods and materials of demography. New York: Academic Press, 1976. p.554.

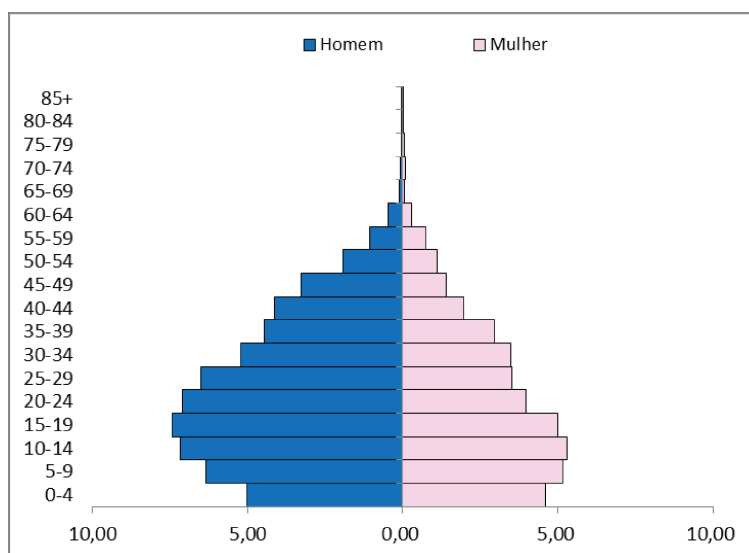
Figura 15 - Pirâmide Etária, População Livre - Jundiá – 1854



Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota: Para o desdobramento quinquenal dos grupos etários foi utilizado: GRAYBILL, Wilson H. Interpolation coefficients based on the Karup-King fórmula. In: SHRYOCK, Henry, SIEGEL, Jacob S. The methods and materials of demography. New York: Academic Press, 1976. p.554.

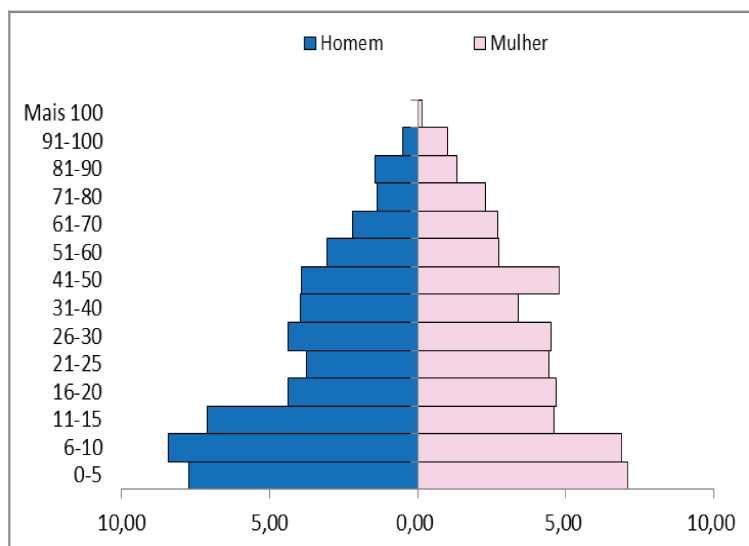
Figura 16 - Pirâmide Etária, População Escrava - Jundiá – 1854



Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota: Para o desdobramento quinquenal dos grupos etários foi utilizado: GRAYBILL, Wilson H. Interpolation coefficients based on the Karup-King fórmula. In: SHRYOCK, Henry, SIEGEL, Jacob S. The methods and materials of demography. New York: Academic Press, 1976. p.554.

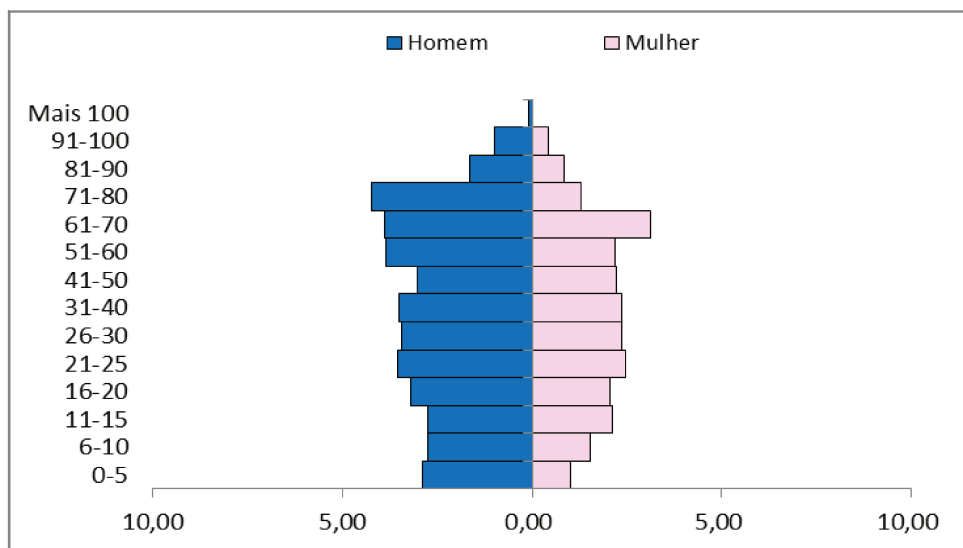
Figura 17 - Pirâmide Etária, População Livre - Jundiá – 1872



Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota: Para o desdobramento quinquenal dos grupos etários foi utilizado: GRAYBILL, Wilson H. Interpolation coefficients based on the Karup-King fórmula. In: SHRYOCK, Henry, SIEGEL, Jacob S. The methods and materials of demography. New York: Academic Press, 1976. p.554.

Figura 18 - Pirâmide Etária, População Escrava - Jundiáí – 1872



Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota: Para o desdobramento quinquenal dos grupos etários foi utilizado: GRAYBILL, Wilson H. Interpolation coefficients based on the Karup-King fórmula. In: SHRYOCK, Henry, SIEGEL, Jacob S. The methods and materials of demography. New York: Academic Press, 1976. p.554.

Temos para o ano de 1836 uma pirâmide de forma irregular, que faz notar a maior concentração de população nas faixas etárias que vão de 15 a 44 anos, quer seja para a população livre, quer seja para escrava; o que confirmaremos mais tarde, através das Tabelas 24 a 27, que contêm a idade média e mediana da população de Jundiáí. Já para o ano de 1854, para a população livre, encontramos uma pirâmide de forma mais regular, com base larga e topo estreito, o que demonstra um maior número de crianças e um menor número de idosos. A população escrava, porém, tem a base mais estreita, mas ainda é uma população jovem com concentração nas faixas que vão de 5 a 29 anos.

Para a população livre no ano de 1872, verificamos que já não há uma forma piramidal tão perfeita (base e larga e topo estreito) quanto à do ano de 1854. Há uma redução da base (0-5) mesmo acrescida de um ano a mais do que 1854 (0-4); isto pode significar uma redução da natalidade ou aumento da mortalidade infantil, contudo não temos como provar utilizando do censo deste ano, já que não apresenta tal informação.

Encontramos aqui nitidamente diferenças entre homens e mulheres na faixa de 11 a 15 anos; outra faixa que também apresenta diferença significativa, mas não tão incomum, é a de 31-40. Nota-se outro “dente”, mas agora a favor das mulheres, na faixa de 41-50. A pirâmide da população escrava possui uma forma bastante irregular para o ano de 1872, onde se percebe que o fim tráfico negreiro e a Lei do Ventre Livre influenciavam diretamente na constituição da população escrava.

O fim do tráfico alargando as faixas de idade mais avançada, já que não há a entrada de novos indivíduos e a Lei do Ventre Livre reduzindo a primeira faixa por considerar, como já foi mencionado, livres os filhos de escravos nascidos a partir de 28 de setembro de 1871.

3.2. A incipiente chegada de imigrantes europeus: 1854-1872

Nas tabelas deste item encontramos informações mais detalhadas sobre a população deste período (1854-1872), onde a presença do imigrante europeu já é sentida.

As Colônias de parceria²⁹ sobre as quais temos informações que foram criadas em terras jundiarienses no período são:

- 1852 - Morro-grande - na Freguesia do Bethlem, pertencente a João Eufrozino d' Oliveira Queiroz. Instalada em 26 de Maio de 1852, com 65 pessoas. Encontramos para o ano de 1855, 38 pessoas (18 homens e 20 mulheres) sendo 34 alemãs e 4 brasileiras, com idade de até 20 anos 23 pessoas;
- 1853 - São Joaquim de Joaquim Benedicto Queiroz Telles, em sua fazenda em 2 de Setembro de 1853. Composta por com 24 colonos. Em 1855 já contava com 48 pessoas, 41 alemãs e 7 brasileiras, 27 homens e 28 mulheres; 26 com idade de até 20 anos;
- 1854 - Santo Antonio, fundada pelo comendador Antonio de Queiroz Telles em sua fazenda em julho de 1854. Constituída por 83 pessoas. Em 1855 encontrava-se com 65 pessoas; 63 alemãs e 2 brasileiras; 30 homens e 35 mulheres. Destes 35 com até 20 anos de idade;
- 1854 - São José da Lagoa, fazenda de mesmo nome de Antonio Joaquim Pereira Guimarães criada em 30 de Julho de 1854 com 7 famílias com 38 pessoas. Em 1855 tinha 46 pessoas, sendo que destas 44 eram alemãs e 2 brasileiras. Destes 27 eram homens e 19 mulheres sendo que a maioria da população encontrava-se com idade acima de 20 anos (27);

²⁹ Vide: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos , Censo de 1854 - Mapa de Colônias. Boletim de Histórica Demográfica, São Paulo, Ano X, n.º 28, março de 2003. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd28/colonias.xls E os grupos de estudo: <http://br.groups.yahoo.com/group/imigracaoalema/?yguid=188086789> e <http://www.weber-ruiz.com/imigracao.html>.

De acordo com Carvalho³⁰, temos como exemplo sobre a vinda de suíços³¹ para Jundiaí no ano de 1854, a história de Pedro José Wolf, que vem para o Brasil com os seus pais e outros familiares:

“ (...) estava entre as cerca de 150 pessoas que, vindas do cantão de Obwalden, embarcaram num veleiro no porto de Hamburgo, Alemanha, na primavera de 1854, com destino ao Brasil. Vinha com o pai, Joseph, vários irmãos, uma irmã e outros membros da família Wolf, nove pessoas ao todo, as quais após tenebrosa viagem marcada pela fome, sofrimentos e mortes, aportaram em Santos a 13 de julho do mesmo ano (...) “não terminou porém, com o desembarque, a odisseia; pois a viagem serra acima, a pé, as crianças em cargueiros ou no colo das mães, todos arrastando suas bagagens, se prolongou na imensidão do planalto, em carros de bois, atravessando campos e florestas até o Sítio Grande. Essa propriedade de Antonio de Queiroz Telles (mais tarde Barão de Jundiaí) era um imenso latifúndio de mais de mil alqueires, localizado na vila de Jundiaí, próximo à divisa com o atual município de Indaiatuba e à Fazenda Monte-Serrat.”.

Cabe aqui fazer um pequeno adendo sobre a imigração europeia no Brasil. Corrêa (2003)³² faz um interessante resumo das políticas públicas para implementar a imigração europeia no Brasil, afirmando que as mesmas tiveram como vertentes: o “branqueamento” e a consequente “melhoria da qualidade da população”; a ocupação de áreas estratégicas do ponto de vista geopolítico, a criação de uma classe média agrária com a transformação da estrutura fundiária e sua vinculação à produção de alimentos e abastecimento do mercado interno, bem como a substituição da mão de obra escrava. Afirma ainda, que a questão da imigração estrangeira não se limitava ao Período Joanino, pois perpassa todo o I Reinado e alcança o Período Republicano, em particular na República Velha, com seu auge ocorrendo após 1850, em virtude da substituição da mão de obra escrava nas lavouras de café, então, em plena expansão. A autora cita como

³⁰ Em artigo disponibilizado pela Prefeitura de Indaiatuba através da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, com o título de Pedro José Wolf – Documentário Biográfico, sem data de publicação. Disponível em: <http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/pdf/Pedro%20Jose%20Wolf.pdf>. Consultado em: 15.02.2012.

³¹ No censo de 1855 encontramos somente a anotação da nacionalidade alemã, certamente porque para o período os imigrantes oriundos da Confederação dos Estados Alemães (1815-1866), da Liga Setentrional Alemã (1866-1871), dos Estados Meridionais Alemães (1866-1871), do Império Austro-Húngaro (1867-1918), do Império Alemão (1871-1918) e imediações. Compostos pela Alsácia-Lorena(hoje França), Luxemburgo, Suíça, Áustria, Hungria, República Tcheca(antiga Boêmia, Morávia e parte da Silésia), Romênia, Polônia, Bielorrússia, Ucrânia, Lituânia, Letônia, Estônia além do Tirol(hoje norte da Itália) e imediações e que emigraram, por motivos diversos, ao se estabelecerem no Brasil foram considerados alemães.

³² Corrêa, Lucelinda S.. A torturante ausência de uma presença: A imigração alemã na Bahia do século XIX. São Paulo, USP, 2003.

exemplo os escritos de Hyppolito da Costa no *Correio Braziliense*³³, onde são enaltecidas as qualidades dos imigrantes, em que se vê a ideia de branqueamento da população associada às mudanças agrícolas decorrentes de uma imigração europeia. Sob o ponto de vista do mesmo autor, a imigração europeia daria uma série de vantagens ao Brasil, seja pelo aspecto do aprimoramento da agricultura, com a introdução de novas espécies de plantas e pela adoção de modernas técnicas agrícolas, seja pelo aprimoramento da “raça” através da introdução de europeus, de preferência do Norte da Europa e da Alemanha, Holanda, Itália, Espanha e Irlanda.

A autora conclui que, além de propiciar o branqueamento da população, também traria o “aprimoramento moral” tendo em vista sua “superioridade moral” em relação aos habitantes do país, quase todos de origem não europeia ou mestiça, isolados há três séculos. As repercussões da imigração europeia também seriam sentidas, mais tarde, em outros ramos da economia, como na indústria, praticamente inexistente na colônia³⁴.

Milliet (1939, p.14) expõe as razões paulistanas para o incentivo a imigração quando nos diz que:

“Sem índio para caçar, sem ouro para explorar, o paulista entregava-se á mais desanimadora ociosidade. Tornava-se urgente a contribuição de um sangue novo, não contaminado pelo microbio da aventura. Daí o começaram com o século dezenove as tentativas de incremento á imigração. Por influencia do Marquês de Alegrete, que continuava no caso a politica de Franca e Horta, o Príncipe Regente resolveu em 1813 outorgar grandes favores aos imigrantes destinados a São Paulo; terras para plantar, sementes e instrumentos, gado e casa e até "mezadas para a sua sustentação nos primeiros anos". Além do mais ficavam os imigrantes isentos do serviço militar, tanto nos regimentos de linha como nos corpos de milicianos. Apesar de tantas facilidades, só em 1827, segundo o Brig. Machado se conseguiu introduzir em São Paulo uma primeira leva importante de imigrantes. Trezentos e trinta e seis alemães foram então localizados no município da capital.” (MILLIET, 1939, p. 14)

³³ “(...) não se pode deixar de conhece-se quão importante seria ao Brasil o favorecer a imigração de agricultores instruídos de diferentes partes da Europa que soubessem escolher os terrenos para as diversas plantas e as plantas que convêm aos terrenos de várias qualidades, que existem na vasta extensão daquele território, aonde há chãos e climas de incalculável variedade.” MENDONÇA, Hyppolito J. da Costa P. F. de. Observações sobre o estado da organização e população do Brasil. *Correio Braziliense*, Vol. VI, p. 228-240, maio de 1811. In SOBRINHO, Barbosa Lima (Org.). *Antologia do Correio Brasiliense*. p. 62.

³⁴ A bibliografia sobre a imigração europeia ao Brasil .é extensa; veja-se entre outros Levy (1974); Hall (1969); Bassanezi (1995).

O mesmo autor alerta que tais tentativas obedeciam a intuições diversos daqueles que norteariam, mais tarde, a introdução em larga escala do imigrante estrangeiro. Não era apenas o braço para uma lavoura nascente que se procurava: era a própria colonização do país o fim visado. Tentava-se a formação de uma classe de pequenos proprietários. O trabalho mais rude dos grandes latifúndios ainda se baseava no escravo negro. A ausência de capitais e de crédito, unida à carência de vias de comunicação e de bons mercados consumidores, não dava ensejo a resultados satisfatórios.

Segundo Milliet (1939), por outro lado a pobreza da Província não atraía pessoa alguma. Aos viajantes do início do século XIX, São Paulo interessa por motivos bem alheios à economia. São quase todos eles sábios, cientistas preocupados com botânica, zoologia, mineralogia, etnografia. À exceção da fauna e da flora da região, apenas lhes feriam o olhar observador os costumes, os hábitos e a composição étnica do povo. São Paulo era dentro do Brasil do Norte, opulento e mesclado, uma terra inesperadamente branca, de homens austeros e rudes, de aventureiros indomáveis a exigirem uma explicação.

Milliet (1939) também menciona Taunay, que, abordando em longo estudo a história da introdução do café em São Paulo, tem dúvidas quanto à localização exata da primeira plantação; supõe que ela tenha ocorrido simultaneamente em Areias e Jundiáí. Contudo, o que se sabe com precisão é que inicialmente assenhoreou-se a cultura cafeeira da chamada zona Norte³⁵.

É oportuno fazer um breve resumo sobre alguns acontecimentos que incentivaram a imigração europeia.

Iotti (2010) ao citar Petrone (1987:263), afirma que a legislação voltada à política de imigração, produzida no período imperial, flutuou “dependendo de

³⁵ Sérgio Milliet divide no seu livro Roteiro do Café e outros ensaios o território do estado de São Paulo em zonas para que se viabilizasse de forma comparativa os dados estatísticos disponíveis. Portanto a chamada zona norte do Estado corresponde ao litoral inclusive e os seguintes municípios: Aparecida, Areias, Bananal, Buquira, Caçapava, Cachoeira, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guararema, Guaratinguetá, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Jataí, Lagoinha, Lorena, Mogi das Cruzes, Natividade, Paraibuna, Pindamonhangaba, Pinheiros, Piquete, Queluz, Redenção, Salesópolis, Santa Branca, Santa Izabel, São Bento, São José dos Campos, São José do Barreiro, São Luis do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé, Ubatuba e Vila Bela. Lembramos que os municípios enumerados na formação das zonas são os que constam do mapa do Estado, de 1929. Este foi grandemente modificado em datas mais recentes e, para uma atualização da nomenclatura, sem grande interesse de resto, fora necessário proceder a novas correções. Permanecendo idênticas as áreas estudadas, a nomenclatura passa para um plano secundário.

quem estava no poder e quem maior pressão exercia sobre o aparato político-administrativo”. A autora ressalta, ainda, que “os indicadores são os momentos de maior ou menor criação de núcleos coloniais em contraposição ao maior ou menor aproveitamento de imigrantes nas fazendas de café”.

Iotti (2010) divide esta política de colonização e imigração, no período imperial de 1822 a 1889, em quatro fases ou períodos: O primeiro período se estendeu da independência a 1830. Nele, o Imperador D. Pedro I concentrou em suas mãos a tarefa de criação de novas colônias e a introdução de imigrantes europeus no território brasileiro, dando prosseguimento à política de criação de núcleos coloniais praticada por seu pai, D. João VI; o segundo período iniciou em 1830, quando foram suspensos todos os recursos à imigração.

Durante a Regência (1831-1840), a política imigratória subvencionada pelos cofres públicos, baseada na implantação de núcleos coloniais, foi abandonada, assim como as colônias fundadas durante o Primeiro Reinado (1822-1831). Esse período representou a vitória dos latifundiários que se opunham à colonização, por considerá-la dispendiosa e sem interesse para os brasileiros (LAZZARI, 1980:33).

O terceiro período começa em 1848 e estendeu até 1874. A partir de 1848, o governo imperial retomou sua política de colonização.

O quarto período, compreendido entre 1874 e 1889, ocorreu o fortalecimento do fluxo imigratório, sobretudo italiano. O período foi marcado também pela promulgação de diversos atos legislativos, “dando autorizações e facilidades para a imigração e a colonização. Favores especiais foram concedidos aos imigrantes, com o fim de os estimular a procurarem o Brasil de preferência a outros países”.(WELLISCH, 194, p.35).

Destacamos, do artigo de Iotti (2010), a revisão pelo legislativo, em 1841, do orçamento, da questão de terras e das colônias. Caracteriza-se esta fase pela tentativa do governo imperial em montar uma estrutura administrativa para dirigir e controlar de forma mais efetiva os negócios referentes à imigração e à colonização e pelo amplo debate sobre o tema ocorrido no parlamento brasileiro (IOTTI, 2010, p. 4).

“uma das primeiras medidas imperiais ocorreu com a promulgação da Lei n.º 514, de 28 de outubro de 1848 (art. 16º), que concedia terras devolutas às províncias e representava uma nova tentativa de dividir com os governos provinciais a tarefa da colonização, e obteve melhores resultados. A partir dessa data, as colônias oficiais se dividem em: imperiais e provinciais.” (IOTT, 2010, p. 4).

Menciona ainda que “a falta de recursos, dos governos provinciais, fez com que se associassem à iniciativa privada, estimulando a criação e a atuação de companhias de colonização”. Em função disso, de 1840 a 1850, “foram organizadas vinte colônias, sendo que dessas, 33% eram imperiais e 67% particulares” (GIRON; BERGAMASCHI, 1996:20). Ressalta que com esta lei os governos provinciais assumiram a colonização, passando a atender mais os interesses regionais do que até então. Cita, Gunter Axt (1998:05-06), pois este salienta que:

“é a partir deste momento que se preparam as intensas ondas imigratórias para São Paulo, em satisfação direta aos interesses da elite regional. Assim, a imigração estrangeira ao Brasil torna-se menos um projeto do Estado Nacional para atender cada vez mais às demandas das elites regionais, seja por mão-de-obra, seja no que respeita o cerceamento da democratização ao acesso à terra”. (GUNTER AXT, 1998:05-06).

Iotti (2010) destaca também dois outros importantes fatores estimularam a participação da iniciativa privada na introdução de imigrantes europeus: a Lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850, proibindo o tráfico e a entrada de escravos no território brasileiro, como já mencionado anteriormente, fazendo com que a busca de mão de obra livre se tornasse uma necessidade para a lavoura cafeeira e para a agricultura nacional. O outro fator foi a Lei de Terras, promulgada nesse mesmo mês e ano, que, entre outras coisas, transformou a terra em mercadoria e criou a Repartição Geral das Terras Públicas. Brito (2002) também faz alusão a este fato ao cita Dean (1976):

“Mas na metade do século XIX, com a eminência da proibição do tráfico de escravos e, conseqüentemente, com a inevitável agonia da escravidão, e com a necessidade emergente de se promover a imigração internacional, a questão da terra assume uma nova dimensão. A lei de

terras, a abolição gradual da escravidão e a imigração internacional são dimensões de um mesmo processo: a transição para o trabalho assalariado no Brasil com o menor custo possível para as oligarquias, principalmente, as do café. E a estratégia do governo imperial e das oligarquias, nesse processo, devido a grande disponibilidade de terras, era restringir ao máximo o acesso à propriedade.” (BRITO, 2002, p. 7).

A autora afirma que o término da concessão gratuita de terras e sua transformação em mercadoria fomentou ainda mais o interesse da iniciativa privada que, diante de um empreendimento potencialmente lucrativo, passou a concorrer com o Estado na implantação de núcleos coloniais. Assim, ao lado das colônias imperiais e provinciais, desenvolveram-se colônias particulares, entre as quais se destacavam as colônias de parceria e os núcleos coloniais. Menciona, também, que o pioneiro nesse tipo de iniciativa foi o senador Nicolau de Campos Vergueiro, que, em 1847, introduziu na sua fazenda paulista de Ibicaba, 80 famílias vindas da Alemanha. Contudo, salienta que este sistema de parceria provocou descontentamento entre os imigrantes, principalmente pela falta de clareza dos contratos e das cláusulas evidentemente desfavoráveis a eles. A revolta dos colonos de Ibicaba, em 1856, assinalou o abandono desse sistema nas fazendas paulistas.

Ainda segundo Iotti (2010), “paralelamente ao sistema de parceria, a iniciativa privada passou a se interessar pela criação de núcleos coloniais, na medida em que mostrou ser um negócio altamente lucrativo”. E nos informa que os grandes cafeicultores, por princípio, opuseram-se à colonização territorial subsidiada pelo governo, até a crise final da escravidão. Estes aceitavam a colonização espontânea e, sobretudo, a imigração, subsidiada ou não, desde que fornecesse braços para a cafeicultura. Os latifundiários das regiões do Brasil que não esperavam beneficiar-se com a imigração subsidiada, opunham-se firmemente a ela e à colonização sob o sistema de parceria Lazzari (1980:69).

Brito (2002), ao analisar as migrações e a transição para o trabalho assalariado no Brasil, também nos fala um pouco sobre este sistema de parceria ao citar (Martins,1973):

“A migração internacional não era uma novidade em São Paulo: somente entre 1851 e 1870 foram instaladas 85 colônias agrícolas, onde a mão de obra estrangeira entrava num sistema de parceria”. (BRITO, 2002, p. 12).

Iotti (2010) menciona ainda que “apenas com a crise da instituição escravista, a partir dos anos 1883, os escravistas voltaram-se decididamente para a imigração e para o trabalho livre como uma real alternativa ao trabalho escravizado”. Após a crise final da escravidão, sobretudo a partir de 1884, as correntes de emigrantes europeus dirigidas para o Brasil foram disputadas, pelos cafeicultores, e reorientadas para São Paulo, devido à necessidade de braços das lavouras, em expansão. Nesse processo, teve grande importância a Sociedade Promotora de Imigração (1885-1895). Ela prometia que o colono, após trabalhar nas fazendas paulistas, teria acesso à terra. Afirma Iotti (2010) que “efetivamente, terras ocupadas por cafezais improdutivos foram vendidas a imigrantes”.

Brito (2002) também nos fala sobre o interesse do produtor de café, pela mão obra estrangeira e menciona a Sociedade Protetora de Migração e nos informa a respeito do volume de imigrantes que no Brasil aportaram:

“A Sociedade Promotora de Migração foi uma das principais canalizadoras dos recursos para financiar a vinda dos imigrantes. E eles vieram em abundância até a década de 20, mas o auge foi entre 1890/1899 quando entraram quase 1.2 milhão de imigrantes” (BRITO, 2002, p. 15).

A colonização oficial antecedeu à particular, caracterizando-se como um projeto intervencionista na sociedade que interessava diretamente ao Estado central. Iotti (2010) ainda ressalta que, até 1840, a política imigratória brasileira estava voltada para a criação de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade. A partir desta data se intensifica o conflito entre os grupos representativos do pensamento democrático, partidários da instituição de ‘colônias’ de pequenos e médios proprietários, e a camada dos latifundiários do café que impunham a importação de trabalhadores estrangeiros para a substituição, em suas fazendas, do trabalho escravo.

Petrone (1982, p. 18) assinala que o imigrante europeu era visto, pelo grupo representante do pensamento democrático, como um modernizador e

transformador da sociedade; já pelo grupo dos latifundiários do café, era visto como uma possível solução para seus problemas de mão-de-obra:

“Para os primeiros, a colonização baseada na instalação de imigrantes europeus em pequenas propriedades representaria uma solução para boa parte dos problemas sociais e econômicos que afligiam o Brasil. Sob esta ótica, o imigrante europeu “deveria constituir-se no agente modernizado e transformador da sociedade e da economia brasileira. Com experiências agrícolas e de criação de gado diferentes, com técnicas artesanais novas, com hábitos de vida outros que os das populações existentes, esperava-se que o imigrante contribuísse para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado (...) Já para os latifundiários do café, o imigrante só começou a despertar um certo interesse quando se apresentou como uma possível solução para seus problemas de mão-de-obra, em consequência do lento e gradual processo de abolição da escravidão. Independente destas disputas e pressões, o Império brasileiro se manteve no controle geral do processo colonizador até 1889, quando foi proclamada a República. Desta data até o início da Primeira Guerra Mundial (1914), os estados e a iniciativa privada assumiram a direção do empreendimento colonial” (PETRONE, 198, p. 18).

Mediante este cenário é fundada, em 1887, em regime de pequenas propriedades, uma das colônias mais importantes para a cidade de Jundiaí o Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, sobre o qual se falará mais detidamente adiante.

Com base nas informações a seguir é possível identificar de forma mais clara a influência destas políticas de migração e dos interesses particulares na população das localidades estudadas.

Nas tabelas 14 a 19 apresentam-se informações sobre a população total (livre e escrava) e da população brasileira e estrangeira da Província de São Paulo, município de São Paulo e município de Jundiaí, com detalhamento de seu estado civil.

Encontramos para Jundiaí, no ano de 1836, uma proporção menor de pessoas solteiras (58,69%) do que as encontradas na Província (64,05%) e município de São Paulo (66,23%). Por conseguinte, uma maior proporção de pessoas casadas (35,45%) do que para a Província (31,68%) e município (29,45%) de São Paulo. No período seguinte (1854) Jundiaí passa a ter uma proporção maior de pessoas solteira (65,69%), ainda inferior a proporção do município de São Paulo (75,04%), mas já supera a proporção da Província de São

Paulo (63,92%). Com relação à população casada Jundiaí passa a ter uma proporção menor do que a Província de São Paulo, mas continua com proporção maior do que o do município de São Paulo.

Pode-se notar que a proporção de pessoas casadas entre a população estrangeira é maior do que a brasileira, tanto em Jundiaí como nas demais localidades (Província e município de São Paulo). Segundo Baeninger (1996); Bassanezi (1999); Brito (2002); Theodoro (2005), característica sempre presente na imigração para o Brasil que priorizava a vinda de famílias e homens adultos.

**Tabela 14 - População Total segundo Estado Civil
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1836 e 1854**

Localidade	1836							1854						
	Total	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%	Total	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%
Província de SP ¹	284.012	181.913	64,05	89.968	31,68	12.131	4,27	418.532	267.507	63,92	133.750	31,96	17.275	4,13
São Paulo	21.933	14.527	66,23	6.460	29,45	946	4,31	25.254	18.950	75,04	5.192	20,56	1.112	4,40
Jundiaí	5.885	3.454	58,69	2.086	35,45	345	5,86	8.689	5.708	65,69	2.572	29,60	409	4,71

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

**Tabela 15 - População Total segundo Estado Civil
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1872 e 1886**

Localidade	1872							1886						
	Total	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%	Total	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%
Província de SP ¹	837.354	584.061	69,75	216.385	25,84	36.908	4,41	760.542	477.785	62,82	250.457	32,93	32.300	4,25
São Paulo	31.385	22.375	71,29	7.633	24,32	1.377	4,39	47.697	33.952	71,18	11.639	24,40	2.106	4,42
Jundiaí	7.805	6.310	80,85	1.368	17,53	127	1,63	8.689	*		*		*	

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos

1. Total Parcial para o ano de 1886 devido a falta de informação em alguns municípios

(*) Município sem informação.

**Tabela 16 - População Total segundo Estado Civil
Estado de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1890**

Localidade	Total	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%	Divorciados	%
Estado de SP	1.384.753	885.912	63,98	439.827	31,76	57.490	4,15	57.490	4,15
São Paulo	64.934	42.704	65,77	19.571	30,14	2.619	4,03	40	0,06
Jundiaí	12.051	7.340	60,91	4.130	34,27	560	4,65	21	0,17

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

**Tabela 17 - População Livre Brasileira e Estrangeira segundo Estado Civil
Jundiaí
1854**

Localidade	Brasileira						Estrangeira							
	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%	Total	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%	Total
Província de SP ¹	179.648	60,94	101.992	34,60	13.144	4,46	294.784	3.768	55,76	2.696	39,90	293	4,34	6.757
São Paulo	13.600	72,65	4.184	22,35	937	5,01	18.721	494	64,83	246	32,28	22	2,89	762
Jundiaí	3.477	62,71	1.727	31,15	341	6,15	5.545	158	65,29	79	32,64	5	2,07	242

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

**Tabela 18 - População Escrava segundo Estado Civil
Jundiaí
1854**

Localidade	Escrava						
	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%	Total
Província de SP ¹	84.091	71,88	29.062	24,84	3.838	3,28	116.991
São Paulo	4.856	84,14	762	13,20	153	2,65	5.771
Jundiaí	2.073	71,43	766	26,40	63	2,17	2.902

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

**Tabela 19 - População Livre Brasileira e Estrangeira segundo Estado Civil
Jundiaí
1872**

Localidade	Brasileira							Estrangeira						
	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%	Total	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%	Total
Província de SP ¹	445.242	67,04	187.540	28,24	31.393	4,73	664.175	7.828	47,25	7.614	45,96	1.125	6,79	16.567
São Paulo	17.934	70,75	6.294	24,83	1.120	4,42	25.348	1.112	50,34	959	43,41	138	6,25	2.209
Jundiaí	4.341	76,83	1.200	21,24	109	1,93	5.650	117	38,61	168	55,45	18	5,94	303

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

**Tabela 20 - População Livre Brasileira e Estrangeira Segundo Sexo
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1854**

Localidade	Brasileira				Estrangeira			
	Homem	Mulher	Total	Razão de Sexo	Homem	Mulher	Total	Razão de Sexo
Província de SP ¹	148.053	146.731	294.784	100,90	4.721	2.036	6.757	231,88
São Paulo	8.917	9.804	18.721	90,95	485	277	762	175,09
Jundiaí	2.748	2.797	5.545	98,25	140	102	242	137,25

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

**Tabela 21 - População Livre Brasileira e Estrangeira Segundo Sexo
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1872**

Localidade	Brasileira				Estrangeira			
	Homem	Mulher	Total	Razão de Sexo	Homem	Mulher	Total	Razão de Sexo
Província de SP ¹	247.405	239.737	487.142	103,20	11.831	4.736	16.567	249,81
São Paulo	9.693	10.124	19.817	95,74	1.609	600	2.209	268,17
Jundiaí	2.090	2.120	4.210	98,58	235	68	303	345,59

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

**Tabela 22 - População Brasileira e Estrangeira Segundo Sexo
Estado de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1890**

Localidade	Brasileira				Estrangeira			
	Homem	Mulher	Total	Razão de Sexo	Homem	Mulher	Total	Razão de Sexo
Estado de SP	663.910	645.813	1.309.723	102,80	44.101	30.929	75.030	142,59
São Paulo	25.268	25.363	50.631	99,63	8.968	5.335	14.303	168,10
Jundiaí	5.114	5.202	10.316	98,31	1.043	692	1.735	150,72

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

**Tabela 23 - População total segundo sexo e cor
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1872**

Localidade	População														
	Homens					Mulheres					Total				
	Branca	Parda	Preta	Cabocla	Total	Branca	Parda	Preta	Cabocla	Total	Branca	Parda	Preta	Cabocla	Total
Província de S	221.260	100.763	93.077	21.244	436.344	212.172	95.696	74.921	18.221	401.010	433.432	196.459	167.998	39.465	837.354
São Paulo	9.398	3.263	2.595	472	15.728	9.436	3.448	2.373	400	15.657	18.834	6.711	4.968	872	31.385
Jundiaí	1.852	1.177	951	202	4.182	1.970	961	530	162	3.623	3.822	2.138	1.481	364	7.805

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

**Tabela 24 - População total segundo sexo e cor
Estado de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1890**

Localidade	População														
	Homens					Mulheres					Total				
	Branco	Pretos	Caboclos	Mestiços	Total	Branca	Pretas	Caboclas	Mestiças	Total	Branco	Pretos	Caboclos	Mestiços	Total
Estado de SP	447.111	93.601	57.743	109.556	708.011	426.312	85.925	56.456	108.049	676.742	873.423	179.526	114.199	217.605	1.384.753
São Paulo	28.709	2.058	442	3.027	34.236	24.495	2.388	446	3.369	30.698	53.204	4.446	888	6.396	64.934
Jundiaí	4.277	740	297	843	6.157	4.066	765	240	823	5.894	8.343	1.505	537	1.666	12.051

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

A Tabela 25 traz a população de Jundiaí livre brasileira e estrangeira para o ano de 1854, por grupo de idades, e nas Figuras 19 e 20 as respectivas

pirâmides etárias. Para o caso de Jundiaí observamos que a população livre brasileira possui uma distribuição etária que nos dá uma pirâmide de base larga e topo estreito (forma clássica), ou seja, denota uma população jovem com fecundidade elevada.

Notamos que nas primeiras faixas há um número levemente superior de homens em relação às mulheres; nas faixas seguintes esta relação se inverte: há um número maior de mulheres do que de homens, evidenciando a maior expectativa de vida. É interessante refletir que nestes tempos o trabalho era pesado e normalmente realizado por braços masculinos; só mais tarde, com a introdução do trabalho industrial, ocupou-se a mão de obra feminina e até mesmo a infantil de forma mais intensa.

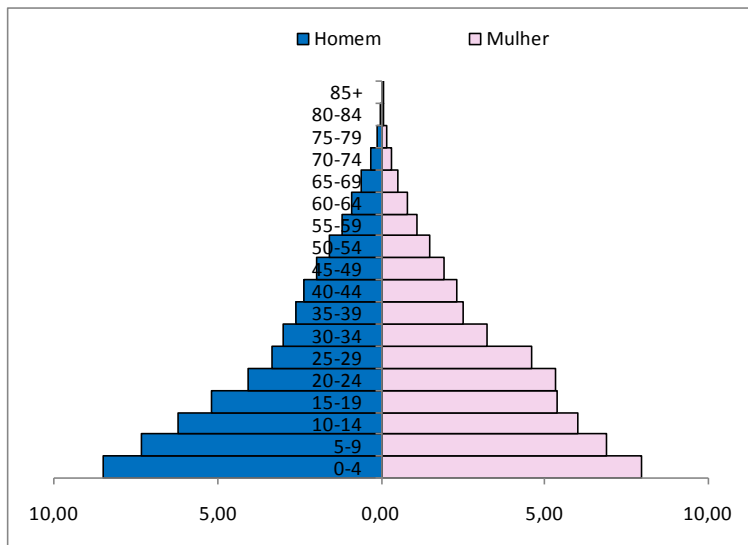
Tabela 25 - População Livre Brasileira e Estrangeira Segundo Grupo de Idade Jundiaí, 1854

Idades	Brasileira			Estrangeira		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
0-4	914	472	442	35	20	15
5-9	787	407	380	34	20	14
10-14	678	345	333	31	19	12
15-19	585	287	299	27	16	11
20-24	521	227	295	19	10	10
25-29	442	187	256	17	7	9
30-34	346	167	179	19	9	11
35-39	285	145	140	19	9	9
40-44	258	131	127	18	11	6
45-49	216	111	105	14	10	4
50-54	168	87	81	5	4	1
55-59	129	68	61	1	1	0
60-64	93	51	43	2	2	0
65-69	63	35	28	2	2	0
70-74	35	19	17	0	0	0
75-79	17	8	8	0	0	0
80-84	6	3	4	0	0	0
85+	2	0	2	0	0	0
Total	5545	2748	2798	242	140	102

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota: Para o desdobramento quinquenal dos grupos etários foi utilizado: GRAYBILL, Wilson H. Interpolation coefficients based on the Karup-King fórmula. In: SHRYOCK, Henry, SIEGEL, Jacob S. The methods and materials of demography. New York: Academic Press, 1976. p.554.

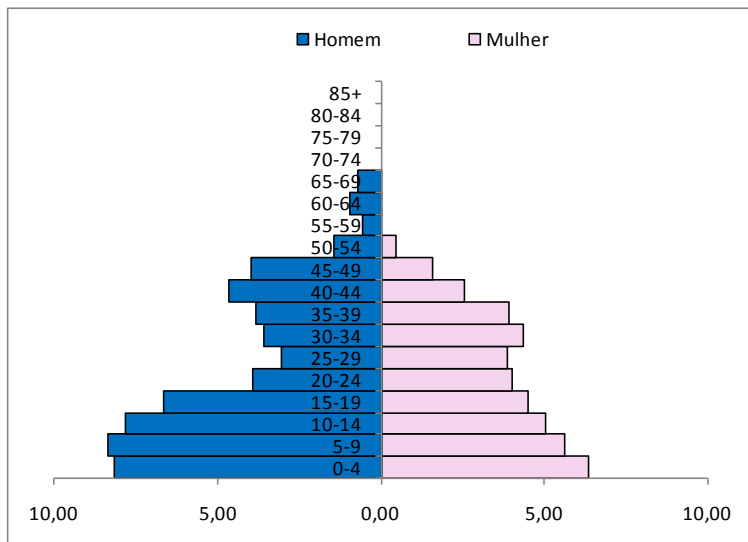
Figura 19 - Pirâmide Etária, População Livre Brasileira - Jundiaí – 1854



Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota: Para o desdobramento quinquenal dos grupos etários foi utilizado: GRAYBILL, Wilson H. Interpolation coefficients based on the Karup-King fórmula. In: SHRYOCK, Henry, SIEGEL, Jacob S. The methods and materials of demography. New York: Academic Press, 1976. p.554.

Figura 20 - Pirâmide Etária, População Livre Estrangeira - Jundiaí – 1854



Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota: Para o desdobramento quinquenal dos grupos etários foi utilizado: GRAYBILL, Wilson H. Interpolation coefficients based on the Karup-King fórmula. In: SHRYOCK, Henry, SIEGEL, Jacob S. The methods and materials of demography. New York: Academic Press, 1976. p.554.

Nas Tabelas (26 a 28) a seguir verificaremos a idade média e mediana da população da Província de São Paulo, município de São Paulo e Jundiáí para os anos de 1836, 1854 e 1872. Ressalte-se que no Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística. (São Paulo, Leroy King Bookwalter, Typographia King, 1888), com os dados da população de 1886, o município de Jundiáí aparece sem informações para algumas variáveis dentre elas a população por grupo de idade.

No ano de 1836 notamos que a idade média da população jundiáense livre (34 anos) e escrava (34 anos) é superior à da Província de São Paulo (livre 23 anos e escrava 24 anos) e do município de São Paulo (livre 24 anos e escrava 23 anos) e a idade mediana (33 para a livre e 31 para a escrava), que divide a população em dois grupos numericamente iguais, também é superior ao destas localidades (Província de São Paulo 18 para a livre e 22 para a escrava e o município de São Paulo mediana de 21 anos para a população livre e de 18 para a escrava). Isto denota uma população mais envelhecida do que a Província de São Paulo e o município de São Paulo, sendo que a população feminina jundiáense é a que possui a idade média mais alta(36 anos).

Já para o ano de 1854 a idade média (22 anos) da população livre jundiáense diminui em 12 anos em relação ao período anterior, ficando abaixo da idade média da Província e município de São Paulo (24 e 23 anos, respectivamente). Oportuno lembrar que, conforme mencionado anteriormente, neste período tem início o cultivo do café de forma mais expressiva e encontra-se em Jundiáí a presença do imigrante europeu. Contudo, a idade média da população escrava (26 anos) continua maior do que das demais localidades (Província de São Paulo, 23 anos, e município de São Paulo, 25 anos), e o diferencial por sexo já não existe, pois passa a ser de somente um ano a favor dos homens da população escrava.

Em 1872 Jundiáí volta a apresentar uma idade média para população livre (28 anos) superior ao da Província (25 anos) e município (25 anos) de São Paulo, e a idade mediana, desta mesma população, passa para 21 anos, um aumento de três anos em relação à de 1854. A idade média da população escrava

jundiense (39 anos) se eleva, tendo um aumento de treze anos em relação a 1854, e continuando a envelhecer mais rápido do que a da Província (30 anos) e o município de São Paulo (28 anos). Como já foi mencionado, o fim tráfico negreiro e a Lei do Ventre Livre certamente contribuíram para este envelhecimento.

**Tabela 26 - Idade Média e Mediana da População Segundo Sexo e Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiá, 1836**

Localidade	Livre						Escrava					
	Idade Média			Idade Mediana			Idade Média			Idade Mediana		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Província de SP ¹	23	23	23	18	18	18	25	23	24	23	21	22
São Paulo	24	25	24	19	22	21	24	23	23	19	18	18
Jundiá	32	36	34	31	35	33	33	34	34	31	31	31

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

**Tabela 27 - Idade Média e Mediana da População Segundo Sexo e Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiá, 1854**

Localidade	Livre						Escrava					
	Idade Média			Idade Mediana			Idade Média			Idade Mediana		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Província de SP ¹	24	23	23	19	19	19	24	22	23	23	19	21
São Paulo	23	25	24	17	21	19	26	25	25	24	24	24
Jundiá	22	22	22	17	18	18	27	26	26	25	24	24

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

Tabela 28 - Idade Média e Mediana da População Segundo Sexo e Condição Social

Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí, 1872

Localidade	Livre						Escrava					
	Idade Média			Idade Mediana			Idade Média			Idade Mediana		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Província de SP ¹	25	25	25	21	21	21	30	30	30	26	27	27
São Paulo	25	25	25	21	22	22	28	28	28	26	26	26
Jundiaí	26	30	28	19	23	21	40	38	39	35	33	34

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

Uma informação adicional é encontrada no Recenseamento Geral do Império de 1872: a idade da população por cor/raça³⁶. Esta informação está exposta na Tabela 27 com a idade Média e Mediana da população segundo este critério. Nela podemos observar que, em Jundiaí, a idade média da população branca, 29 anos, é superior a da Província e município de São Paulo, 25 anos para ambos.

A idade mediana de Jundiaí, 22 anos, é ligeiramente superior à da Província de São Paulo, 21 anos, e é igual a do município de São Paulo. A população preta livre, em Jundiaí, possui uma média de idade (33 anos) inferior ao da população preta escrava (39 anos). Neste mesmo censo é possível verificar que não há registro de crianças pretas ou pardas na condição social de escravas com idade inferior a dois anos e que o total de crianças pretas livre, com até um ano idade era de 28 (15 homens e 13 mulheres) e as pardas 160 (79 homens e 81 mulheres), totalizando 188 crianças de até um ano de idade.

³⁶ Conforme o formulário do censo: "Declara-se si a pessoa é branca, parda, cabocla ou preta, compreendidas na designação de caboclas as de raça indígena." E de acordo com Oliveira, J. S., em "Brasil mostra a tua cara": imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000; Textos para discussão n.º 6. Escola Nacional de Ciências Estatísticas - Rio de Janeiro, 2003. Pardos, na época, era o termo utilizado, sobretudo para mulatos; de fato, enquanto o censo classificava a população livre em quatro categorias, a população escrava se dividia apenas em pretos e pardos. Caboclos é o termo tradicional para mestiços de índio e branco; contudo, incluía, neste censo, a população indígena.

Podemos considerar que a Lei do Ventre Livre de 1871 foi acatada pelos proprietários de escravo jundiaenses. A idade média da população preta livre (33 anos) ou escrava (39 anos) de Jundiá é superior a da Província (livre 24 anos, escrava 30 anos) e município de São Paulo (livre 26 anos, escrava 29 anos). Encontramos neste Censo de 1872 o registro de 399 pessoas com idade acima de 70 anos de idade das raças pardas e pretas. Na condição social de livres somam 123 pessoas, sendo que 84 pardas (48 homens e 36 mulheres) e 39 pretas (22 homens e 17 mulheres); na condição social de escravos encontramos 276 pessoas, 110 pardas (80 homens e 30 mulheres) e 166 pessoas pretas (123 homens e 43 mulheres). A população cabocla jundiaense, por sua vez, apresenta tanto idade média (34 anos) quanto mediana (30 anos) superior a da Província (idade média 25 e mediana 22 anos) e município de São Paulo (idade média 24 e mediana 21 anos).

Segundo Oliveira (2003), neste censo há de se ter dúvidas quanto a não existência de escravos de cor branca ou cabocla, por diversos fatores: o fato de o direito imperial brasileiro seguir o direito romano e este “prescrever que o estatuto do filho seguia o estatuto da mãe: o filho da escrava nascia escravo. Naquela altura, alguns escravos brancos – filhos, netos e bisnetos de escravas mulatas e de brancos -, até então isolados em fazendas sertanejas começaram a ser vendidos para a corte”; o peso que o preconceito racial e a identificação do escravo ao negro, presentes no imaginário social da época, teriam exercido sobre as respostas dos informantes ao recenseamento; a possibilidade de manipulação dos dados por decisão eminentemente ideológica, onde os “organizadores do recenseamento decidiram que não havia, em nenhum canto do Império, nenhum escravo branco”; e o fato de ser o primeiro censo a ser realizado no Brasil este certamente foi feito, com pouco treinamento, instruções de coleta e de apuração vagas e escassos instrumentos de controle. De acordo com a autora, há de se analisar não só o que está registrado mas também o que não está escrito.

Tabela 29 - Idade Média e Mediana da População Segundo Cor/Raça e Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1872

Localidade	População Livre										População Escrava					
	Idade Média					Idade Mediana					Idade Média			Idade Mediana		
	Branca	Parda	Preta	Cabocla	Total	Branca	Parda	Preta	Cabocla	Total	Parda	Preta	Total	Parda	Preta	Total
Província de SP ¹	25	24	24	25	25	21	21	21	22	21	30	30	30	42	43	42
São Paulo	25	25	26	24	25	22	21	22	21	22	26	29	28	36	39	39
Jundiaí	29	24	33	34	28	22	13	27	30	21	40	39	39	38	42	38

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

Nas Tabelas 30 e 31 temos a razão de dependência por grupo de idade para os anos de 1836, 1854 e 1890. Nos anos de 1836 e 1854, separada por condição social. Jundiaí no ano de 1836 apresenta tanto para a população livre (40,66) quanto para a escrava (38,06) uma razão de dependência inferior a da Província (livre 82,88 e escrava 51,10) e município de São Paulo (livre 64,91 e escrava 73,23). Já no ano de 1854 esta situação se inverte: Jundiaí passa a ter uma razão de dependência superior, tanto para a população livre (81,75) quanto à escrava (51,52) se comparada a da Província (livre 76,87 e escrava 46,95) e município de São Paulo (livre 76,40 e escrava 45,33). Este crescimento da razão de dependência em Jundiaí ocorre devido ao aumento do percentual da população jovem neste ano de 1854, livre 42,83% e escrava 33,58%, se comparado a 1836 onde temos população jovem livre 19,23% e escrava 17,79%. Para o ano de 1890 a razão de dependência de Jundiaí (70,33) fica abaixo da Província de São Paulo (76,32) e superior a do município de São Paulo (48,77). Contudo há de se ter em conta possíveis falhas censitárias e de se olhar de forma relativa à razão de dependência da população escrava.

Tabela 30 - Razão de Dependência por grupo de Idade segundo Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1836 e 1854

Localidade	1836								1854							
	População Livre				População Escrava				População Livre				População Escrava			
	Jovem	Adulta	Idosa	RD/100	Jovem	Adulta	Idosa	RD/100	Jovem	Adulta	Idosa	RD/100	Jovem	Adulta	Idosa	RD/100
Província de SP ¹	42,56	54,68	2,76	82,88	31,92	66,18	1,90	51,10	40,75	56,54	2,71	76,87	29,18	68,05	2,77	46,95
São Paulo	36,53	60,64	2,83	64,91	38,78	57,73	3,49	73,23	40,43	56,69	2,88	76,40	29,55	68,81	1,64	45,33
Jundiaí	19,23	71,09	9,68	40,66	17,79	72,43	9,78	38,06	42,83	55,02	2,15	81,75	33,58	66,00	0,42	51,52

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota:

- a) Foi considerada como população jovem a população menor de 15 anos, como adulta a de 15 a 64 anos e a idosa os maiores de 65 anos;
- b) A razão de Dependência (RD) foi calculada segundo a fórmula: $(\text{Pop. menor de 15 anos} + \text{Pop. maior de 65 anos}) / (\text{Pop. de 15 a 64 anos}) * 100$.

Tabela 31 - Razão de Dependência por grupo de Idade
Estado de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1890

Localidade	População (%)			
	Jovem	Adulta	Idosa	RD/100
Estado de SP ¹	40,85	56,72	2,43	76,32
São Paulo	29,30	67,22	3,48	48,77
Jundiaí	39,05	58,71	2,24	70,33

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota:

- c) Foi considerada como população jovem a população menor de 15 anos, como adulta a de 15 a 64 anos e a idosa os maiores de 65 anos;
- d) A razão de Dependência (RD) foi calculada segundo a fórmula: $(\text{Pop. menor de 15 anos} + \text{Pop. maior de 65 anos}) / (\text{Pop. de 15 a 64 anos}) * 100$.

Para nos trazer mais informações sobre a dinâmica populacional de Jundiáí, encontramos nas Tabelas 32 a 34 os nascimentos segundo o sexo e condição social para os anos de 1836 e 1854. Na Tabela 30 percebemos que há um percentual um pouco superior de homens em relação às mulheres, ou seja, que a razão de sexo³⁷ encontrada está superior aos valores padrões (51,5%) em todas as localidades apresentadas. Numa espécie de mecanismo compensatório, apesar da maior mortalidade de fetos masculinos, a razão de masculinidade é favorável aos homens, ao nascer. Esta vantagem, no entanto, vai desaparecendo com o correr dos anos. Segundo Gibson (2008), o excesso de nascimentos masculinos observado em populações humanas é um processo natural, decorrente da evolução de mecanismos adaptativos da natureza, numa forma de compensar a alta expectativa de vida entre as mulheres e maior mortalidade entre homens. Sendo assim, os fatores atuantes na determinação da proporção de nascimentos entre homens e mulheres assumem diferentes naturezas, a exemplo dos fatores genéticos, da exposição ambiental a poluentes químicos, disfunções do sistema endócrino, bem como fatores no âmbito demográfico e social.

Para o caso de Jundiáí é interessante notar que no ano de 1854 essa diferença (37) equivale a quase 10% dos nascimentos. O que não ocorre nas demais localidades. Esta diferença é ainda maior para o caso da população escrava jundiáense neste mesmo ano. O que nos faz pensar: quais seriam os fatores que levaram a estes diferenciais ao nascer? Subnotificação de nascimentos femininos? Alterações no sistema endócrino decorrentes de doenças

³⁷ A razão de sexos ao nascimento é uma medida padrão utilizada para avaliar a relação quantitativa entre os sexos ao nascimento, através da divisão do número de nascidos vivos do sexo masculino pelo número de nascidos vivos do sexo feminino em determinado ano e espaço geográfico. Tal medida pode ser ainda expressa pela proporção de nascimentos masculinos em relação ao total de nascidos vivos, esta segunda forma de leitura foi a adotada no presente trabalho. Os valores usuais descritos na literatura giram em torno de 1.06, ou seja, 106 nascimentos masculinos para cada 100 nascimentos femininos ou, em termos de proporção de nascimentos masculinos, o correspondente a 51,5%. Vide: GIBSON, G., Análise da Tendência Temporal da Razão de Sexos ao Nascimento no Brasil. Dissertação de Mestrado. Ministério da Saúde Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, 2008.; KOIFMAN S., KOIFMAN R.J., MEYER A., 2002. Human reproductive system disturbances and pesticide exposures in Brazil. *Cad. Saúde Pública*, 18 (2): 435-445; ANSARI-LARI M., SAADAT M., HADI N., 2004. Influence of GSTT1 null genotype on the offspring sex ratio of gasoline filling station workers. *Journal Epidemiol Community Health*, 58:393-394.; RITTLER, M. and CASTILLA, E. E.. Endocrine disruptors and congenital anomalies. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2002, vol.18, n.2, pp. 421-428.

comuns a época tais como o bócio³⁸, podendo causar distúrbios na saúde reprodutiva? Ou ainda fatores de natureza sócio-demográfica? Observamos que para o período seguinte 1883-84, 1884-85, 1885-86, a razão de sexo se inverte, ou seja, a um número maior de nascimentos femininos (187) do que masculinos (165).

Analisando os nascimentos segundo sexo e condição social (livre e escrava) para os anos de 1836 e 1854, é possível perceber que o percentual de nascimentos de pessoas do sexo masculino na população livre em todas as localidades apresentadas é superior ao nascimento e pessoas do sexo feminino em ambos os anos 1836 e 1854 (Província de São Paulo, no ano de 1836, 51,96% homens e 48,04 % mulheres; no ano de 1854, 51,65% homens e 48,35 % mulheres; município de São Paulo, no ano de 1836, 52,96% homens e 47,04 % mulheres; no ano de 1854, 50,59% homens e 49,41 % mulheres; Jundiaí no ano de 1836, 52,40% homens e 47,60 % mulheres; no ano de 1854, 53,85% homens e 46,15 % mulheres.

A população escrava no ano de 1836 também apresenta um maior número de nascimentos masculinos para a Província de São Paulo e município de São Paulo (53,44% homens e 46,56 % mulheres e 52,00% homens e 48,00 % mulheres, respectivamente), já Jundiaí possui mais nascimentos femininos do que masculinos para a população escrava neste mesmo ano de 1836 (48,74% homens e 51,26 % mulheres). No ano de 1854 todas as localidades apresentam um maior número de nascimentos masculinos do que femininos; a Província de São Paulo com os nascimentos divididos em 53,34% homens e 46,66% mulheres, o

³⁸ O bócio é uma hipertrofia, ou seja, um aumento anormal da glândula tireoide (SANTOS FILHO, 1991.). Tal hipertrofia não significa que seja exclusiva da ocorrência endêmica – que na literatura médica recebe a designação bócio colóide nodular –, sendo também indício de desenvolvimento de neoplasia (câncer) e outras afecções da glândula tireoide. No século XIX ficou evidente que a “papeira” (um dos nomes populares para o bócio), dependendo do número de indivíduos que sofriam dela e a localização geográfica, indicava ser oriunda da deficiência de iodo na glândula tireoide. Já no século XX passou a ser considerada como duas doenças: bócio endêmico e cretinismo, que pode ser de origem congênita. Logo, no Brasil, nas áreas do interior dos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e no sul de Minas Gerais, a doença foi considerada endêmica, sendo descrita por Auguste Saint-Hillaire, Hércules Florence, John Luccock, além da dupla de germânicos Johann Spix e Karl Friedrich von Martius. As observações desses viajantes estrangeiros, como também as de brasileiros, denotaram a gravidade do problema, pois se viam diante de pessoas com aumento do papo o que seria indício de comprometimento mental em algumas pessoas, mas não em todas, porque não dispunham ainda no século XIX de diferenciação clínica de que estavam perante da real etiologia e dos possíveis prognósticos das duas doenças (MEDEIROSNETO, 1996). Fonte: Morais, R. C. J.. Nos verdes campos da ciência: a trajetória acadêmica do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão (1797-1874) - Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.

município de São Paulo com 59,14% homens e 40,86 % mulheres e Jundiaí com 57,14% homens e 42,86 % mulheres.

No anos de 1883-84, 1884-85, 1885-86, nota-se que, em Jundiaí, há uma redução do número de nascimentos (352) em relação ao anterior (379 - 1854), sem redução da população total, o que não ocorre nas demais localidades: a Província de São Paulo passa de 20.403 nascimentos para 36.414 um aumento de mais de 78% e o município de São Paulo passa de 866 nascimentos para 1.636 um aumento de quase 90%. A diferença entre os sexos ao nascimento diminui na Província de São Paulo, em 1854 era 3,3 pontos percentuais e no período de 1883 a 1886 cai para 0,7 pontos percentuais; o município de São Paulo, também apresenta esta redução, pois em 1854 era de 2,37 pontos percentuais e no período de 1883 a 1886 era de 1,46 em Jundiaí há uma elevação dos nascimentos do sexo feminino superando o masculino em 1854 tínhamos 53,85% homens e 46,15 % mulheres uma diferença de 7,7 pontos percentuais a favor dos homens no período de 1883 a 1886 passamos a ter 46,88% de homens e 53,13 % de mulheres a diferença agora passa a ser de 6,25 pontos percentuais a favor das mulheres. Porém, o número de nascimentos é uma média dos anos que vão de 1883 a 1886 o que poderá ocultar oscilações, devendo-se ver com cautela as comparações feitas com o ano de 1854 e entende-las mais como tendências do que como fatos.

**Tabela 32 - Nascimentos Segundo Sexo – População Total
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1836 e 1854**

Localidade	1836					1854				
	Homem	%	Mulher	%	Total	Homem	%	Mulher	%	Total
Província de SP¹	7.808	52,33	7.112	47,67	14.920	10.613	52,02	9.790	47,98	20.403
São Paulo²	427	52,78	382	47,22	809	454	52,42	412,00	47,58	866
Jundiaí	189	51,22	180	48,78	369	208	54,88	171,00	45,12	379

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

2. O dado referente a 1836 não inclui a Freguesia da Sé.

**Tabela 33 - Nascimentos Segundo Sexo – População Livre
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1836 e 1854**

Localidade	1836					1854				
	Homem	%	Mulher	%	Total	Homem	%	Mulher	%	Total
Província de SP¹	5.778	51,96	5.343	48,04	11.121	7.699	51,65	7208	48,35	14.907
São Paulo²	349	52,96	310	47,04	659	344	50,59	336,00	49,41	680
Jundiaí	131	52,40	119	47,60	250	140	53,85	120,00	46,15	260

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.
2. O dado referente a 1836 não inclui a Freguesia da Sé.

**Tabela 34 - Nascimentos Segundo Sexo – População Escrava
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1836 e 1854**

Localidade	1836					1854				
	Homem	%	Mulher	%	Total	Homem	%	Mulher	%	Total
Província de SP¹	2.030	53,44	1769	46,56	3.799	2.430	53,34	2126	46,66	4.556
São Paulo²	78	52,00	72	48,00	150	110	59,14	76	40,86	186
Jundiaí	58	48,74	61	51,26	119	68	57,14	51	42,86	119

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.
2. O dado referente a 1836 não inclui a Freguesia da Sé.

No relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística de 1888, encontramos a informação de número de nascimentos também segundo o sexo e legitimidade. Mesmo com o total parcial para a Província de São Paulo, notamos que o percentual de filhos ilegítimo³⁹ para todas as localidades (Província de São Paulo 16,90%, município

³⁹ Ilegítimos, eram assim chamados todos os que nasciam fora de um casamento legítimo. Eram subdivididos em: Naturais oriundos de ligações consensuais ou concubinato entre pessoas solteiras e sem impedimento

de São Paulo 19,44% e Jundiaí 16,48%) é bem menor dos que os legítimos (Província de São Paulo 83,10%, município de São Paulo 80,56% e Jundiaí 83,52%), sendo Jundiaí a localidade com menor percentual de filhos ilegítimos.

**Tabela 35 - Nascimentos Segundo Sexo – População Total
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
Média Anual dos anos 1883-84, 1884-85, 1885-86**

Localidade	Sexo				Legitimidade					
	Homem	%	Mulher	%	Total	Legítimos	%	Ilegítimos	%	Total
Província de SP	18.333	50,35	18081	49,65	36.414	28.902	83,10	5.876	16,90	34.778
São Paulo	830	50,73	806	49,27	1.636	1.318	80,56	318	19,44	1.636
Jundiaí	165	46,88	187	53,13	352	294	83,52	58	16,48	352

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota:

- Total Parcial para a Província de São Paulo por não conter informação de alguns municípios.
- Os valores utilizados foram os que constavam como corrigidos na tabela de fonte.
- O percentual se refere a população recenseada no ano de 1886

A seguir encontraremos a taxa bruta de natalidade (TBN) para os anos de 1836, 1854 e o período de 1883-84, 1884-85, 1885-86 (vide Tabelas 36 a 38). Ao analisarmos os dados referentes ao ano de 1836 observamos que a taxa bruta de natalidade da população livre e superior ao da escrava em qualquer das localidades apresentadas. Ao verificarmos as informações de Jundiaí notamos que a TBN total da população livre (66,07 nascimentos por mil habitantes) e escrava (58,02 nascimentos por mil habitantes) é superior à das demais localidades; a TBN por sexos da população livre (71,90 nascimentos de homens por mil

para a realização de casamento. Quanto ao direito de herança, dividiam-se em sucessíveis e insucessíveis; Espúrios procedentes de ligações consensuais ou fortuitas entre indivíduos, com algum impedimento para contrair futuras núpcias. Provinham de coito danado ou punível; Sacrilégios eram os frutos de relações carnavais entre um(a) leigo(a) e um eclesiástico ou religiosa, seja secular ou regular; ou de religiosos entre si; Adulterinos provenientes de ligações fortuitas ou consensuais, onde ambos, ou apenas um dos envolvidos, era casado. Apresentando, nesse caso, impedimento para futuras núpcias; Incestuosos eram os nascidos de uniões carnavais entre parentes ligados por consanguinidade, e/ou afinidade, até o quarto grau. Fonte: LOPES, E. C.. O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo, SP: AnnaBlume : FAPESP, 1998, p. 76; Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal - Livro IV. Disponível em http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=65; PRAXEDES, V. L.. A teia e a trama da "fragilidade humana": os filhos ilegítimos em Minas Gerais, Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A018.PDF>.

habitantes contra 60,65 nascimentos de mulheres por mil habitantes) apresenta um diferencial mais elevado, a favor dos homens, do que a das demais localidades.

Contudo, a TBN da população escrava por sexo é ligeiramente maior para o nascimento de mulheres (56,97 nascimentos de homens por mil habitantes contra 59,05 nascimentos de mulheres por mil habitantes). O ano de 1854 apresenta uma redução da TBN, em relação ao ano anterior, para todas as localidades, ficando abaixo de cinquenta nascimentos por mil habitantes. Para o período seguinte (1883-84, 1884-85, 1885-86) há uma redução da TBN, para todas as localidades, apesar de termos apontado um aumento do número de nascimentos significativo para a Província de São Paulo e o município de São Paulo.

O município de São Paulo tem uma TBN de 29,91 (29,91 nascimentos por mil habitantes), a mais baixa das três localidades apresentadas, mas teve um acréscimo de quase 90% do número de nascimentos em relação ao período anterior como apontamos acima. Jundiaí, por sua vez, vem reduzindo a sua taxa de natalidade no período de 1883-84, 1884-85, 1885-86 a TBN e de 34,33 (34,33 nascimentos por mil habitantes). Lembramos que todas as localidades tiveram um considerável crescimento de suas populações ao longo deste período analisado (1836 a 1886). A Província de São Paulo passa de 284.012 para 1.209.425 (um acréscimo de mais de 300%), o município de São Paulo passa de 21.933 para 54.706 (um crescimento de quase 150%) e Jundiaí passa de 5.885 para 10.254 (um aumento de quase 75%). Mesmo com os acréscimos populacionais apresentados, percebemos que ocorreu uma redução na taxa de natalidade e com isto é possível deduzir que o crescimento populacional não foi baseado somente em crescimento vegetativo.

Tabela 36 - Taxa Bruta de Natalidade segundo Sexo e Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1836

Localidade	1836								
	Livre			Escrava			Total Geral		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Província de SP¹	59,13	52,14	55,56	42,23	49,39	45,29	53,56	51,43	52,52
São Paulo²	42,82	36,63	39,67	28,35	28,04	28,20	39,17	34,63	36,89
Jundiaí	71,90	60,65	66,07	56,97	59,05	58,02	66,55	60,10	63,24

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

2. O dado referente a 1836 nesta tabela não inclui a Freguesia da Sé.

Nota: a) Esta taxa foi calculada utilizando o número de eventos ocorridos no ano de 1836 e o total da população recenseada. Os resultados precisam ser olhados com cautela; b). Esta taxa foi calculada segundo a fórmula: $(n. \text{ de nascimentos}) / (\text{Pop. Total}) * 1000$.

Tabela 37 - Taxa Bruta de Natalidade segundo Sexo e Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1854

Localidade	1854								
	Livre			Escrava			Total Geral		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Província de SP¹	50,39	48,45	49,44	34,63	38,48	36,34	45,69	45,87	45,77
São Paulo²	36,59	33,33	34,90	38,13	26,33	32,23	36,95	31,77	34,29
Jundiaí	48,48	41,39	44,93	38,81	44,35	41,01	44,83	42,23	43,62

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

2. O dado não inclui informações das freguesias do Juqueri e de Penha de França, por não enviarem as informações exigidas.

Nota: a) Esta taxa foi calculada utilizando o número de eventos ocorridos no ano de 1854 e o total da população recenseada. Os resultados precisam ser olhados com cautela.

b) Esta taxa foi calculada segundo a fórmula: $(n. \text{ de nascimentos}) / (\text{Pop. Total}) * 1000$.

**Tabela 38 - Taxa Bruta de Natalidade segundo Sexo
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
Média Anual dos anos 1883-84, 1884-85, 1885-86**

Localidade	Homem	Mulher	Total
Província de SP	47,07	44,44	45,73
São Paulo	36,98	31,92	29,91
Jundiaí	*	*	34,33

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota: a) Esta taxa foi calculada utilizando a média de nascimentos anuais dos anos de 1883-84, 1884-85, 1885-86 e o total da população recenseada do ano de 1886. Os resultados precisam ser olhados com cautela.

b) Esta taxa foi calculada segundo a fórmula: (n. de nascimentos) / (Pop. Total) *1000.

c) (*) Município sem informação.

d) Total parcial par a Província de São Paulo por não conter informação de alguns municípios.

e) Os valores utilizados foram os que constavam como corrigidos na tabela de fonte.

A Tabela 39 demonstra a Taxa Bruta de Fecundidade (TBF) segundo a Condição Social para os anos de 1836 e 1854. Para o anos de 1872 e 1886 não foi possível calcular, pois não há as informações necessárias no recenseamento geral do império 1872 e nem no Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística 1888. É interessante notar que para o caso de Jundiaí a queda da fecundidade se dá mais entre as mulheres livres do que as escravas ao compararmos os dois anos (1836-1854), enquanto que nas outras localidades o processo é inverso, uma queda acentuada da fecundidade das mulheres escravas em relação às livres. Se bem que, para a Província de São Paulo a queda foi acentuada tanto para mulher livre quanto para a escrava.

**Tabela 39 - Taxa Bruta de Fecundidade Segundo Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1836 e 1854**

Localidade	1836			1854		
	Livre	Escrava	Total	Livre	Escrava	Total
Província de SP ¹	225	192	216	101	60	87
São Paulo ²	181	187	183	171	55	125
Jundiaí	238	185	218	178	184	180

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

2. O dado referente a 1854 nesta tabela inclui a todas as freguesias inclusive a Freguesia da Sé.

Nota: a) Para o desdobramento quinquenal dos grupos etários foi utilizado: GRAYBILL, Wilson H. Interpolation coefficients based on the Karup-King. formula. In: SHRYOCK, Henry, SIEGEL, Jacob S. The methods and materials of demography. New York: Academic Press, 1976. p.554.

b) Esta taxa foi calculada utilizando o número de eventos ocorridos no ano de 1836 e a População Feminina recenseada de 15 a 49 anos, segundo a fórmula: ((n.de nascimentos)/(n. de mulheres de 15 a 49 anos))*1000 .

Quanto à nupcialidade as Tabelas 40 e 41 informam que Jundiaí apresenta nos anos de 1836 e 1854 taxas mais elevadas (23,48 e 11,51) do que as demais localidades (Província de São Paulo 4,93 e 9,21 o município de São Paulo 8,43 e 5,19). Interessante notar que a população escrava de Jundiaí, em relação às das demais localidades, é a que apresenta as mais altas taxas de nupcialidade no ano de 1836: temos 17,06 casamentos por mil escravos e em 1854, 15,16 casamentos a cada mil escravos. Já a Província de São Paulo apresentou em 1836 4,33 casamentos por mil escravos e o município de São Paulo 8,43 casamentos por mil escravos. No ano de 1854 temos para Província São Paulo 7,06 casamentos por mil e no município 1,56 – o que nos leva a pensar no porquê desta diferença na população escrava entre as localidades apresentadas. Existiria nestas localidades diferenças de relacionamento entre proprietários e escravos? Qual era a influência da Igreja em Jundiaí? Os proprietários de escravos de Jundiaí⁴⁰ obedeceriam fielmente às Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia [...] em vigor a partir de 1707? Segundo Campos e Merlo (2005) suas orientações valiam para toda a colônia e, de acordo com esse regulamento, que evocava o direito divino e humano, os escravos podiam unir-se com pessoas cativas ou livres:

“Seus senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por este respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro, por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir.”
(Constituições primeiras do arcebispado da Bahia [...]. São Paulo: Typographia 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853. p.303. Apud Campos e Merlo, 2005).

⁴⁰ Ver: Casimiro, A. P. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Educação, Lei, Ordem e Justiça no Brasil Colonial, artigo do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) – Faculdade de Educação – FE – UNICAMP. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Ana_Palmira_Casimiro1_artigo.pdf.

**Tabela 40 - Casamentos e Taxa Bruta de Nupcialidade - Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1836 e 1854**

Localidade	1836						1854					
	Casamentos			Taxa Bruta de Nupcialidade			Casamentos			Taxa Bruta de Nupcialidade		
	Livre	Escrava	Total	Livre	Escrava	Total	Livre	Escrava	Total	Livre	Escrava	Total
Província de SP ¹	1.037	363	1.400	5,18	4,33	4,93	3.151	858	3.984	10,05	7,06	9,21
São Paulo ²	158	27	185	9,51	5,08	8,43	122	9	131	6,26	1,56	5,19
Jundiaí	102	35	137	26,96	17,06	23,48	56	44	100	9,68	15,16	11,51

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

2. Total parcial no ano de 1854 por não incluir informações das freguesias do Juqueri e de Penha de França, pois não enviaram as informações exigidas.

Nota: a) Esta taxa foi calculada utilizando o número de eventos ocorridos nos anos de 1836 e 1854 o total da população recenseada. Os resultados precisam ser olhados com cautela.

b) Esta taxa foi calculada segundo a fórmula: (n. de casamentos)/(Pop. Total)*1000.

Como visto anteriormente as TBNs da população escrava também eram elevadas em Jundiaí se compararmos com as demais localidades, o que nos leva a pensar se os escravos jundiaiense recebiam algum tipo de tratamento diferenciado em relação aos das demais localidades, possibilitando um número de nascimentos. Será que o pequeno número de escravos⁴¹ por proprietário interferiria neste tratamento? Vejamos o que nos conta um escritor local Padre Jahnel, sobre um fato ocorrido durante a visita de D. Pedro II⁴² a cidade de Jundiaí em 1846 e recebido por Antônio de Queiroz Telles (O Barão de Jundiaí) em seu Solar:

“Os escravos serviam bem vestidos, e faziam de tudo para a alegria de seus amos. Depois do almoço uma agradável conversa pela grande sala, o piano tocando, sua majestade o Imperador Dom Pedro II se se aproxima da janela que dá para o jardim e pequeno pomar no interior da residência e exclama: “ a atmosfera está carregada”, nisto vinha uma negra velha, de pito na boca e fala “Vós mece não viu nada ainda, no mês de setembro dá cada “atmosfera” assim!”E fez com a mão o tamanho enorme de uma jabuticaba. O povo caiu na risada, ao ser a

⁴¹ Para maiores detalhes de consultar: LUNA, Francisco Vidal (autor); KLEIN, Herbert S. (coaut.). Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, SP: Editora da USP, 2006. Que toma a cidade de Jundiaí para exemplificar a evolução da economia do oeste paulista.

⁴² Padre Benedito Antônio Jahnel, Dom Pedro II no Solar do Barão de Jundiaí e a Preta Velha. Disponível em: <http://www.tradicaoantiguidades.com.br/historiabr/Dom%20Pedro%20II%20no%20Solar%20do%20Bar%C3%A3o.pdf>

jabuticabeira confundida com a atmosfera carregada. Este fato foi verídico, confirmado por gente da família, por Dona Setembrina de Queiroz Telles, a última filha do Barão. E assim era no tempo de dantes, que uma preta escrava se atrevia a falar com o próprio Imperador...”

No período de 1883-84, 1884-85, 1885-86, notamos que houve uma redução na taxa bruta de nupcialidade da população total de Jundiaí e um aumento nas demais localidades. Jundiaí passa de 11,51 para 6,34 casamentos por mil habitantes, a Província de São Paulo passa de 9,21 para 9,67 e São Paulo de 5,19 para 6,29.

**Tabela 41 - Casamentos e Taxa Bruta de Nupcialidade
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
Média Anual dos anos 1883-84, 1884-85, 1885-86**

Localidade	Casamentos	Taxa Bruta de Nupcialidade
Província de SP	7.353	9,67
São Paulo	344	6,29
Jundiaí	65	6,34

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota: a) Total Parcial para Província de São Paulo por não conter informação de alguns municípios.

b) Os valores utilizados foram os que constavam como corrigidos na tabela de fonte.

c) Esta taxa foi calculada segundo a fórmula: $(n. \text{ de casamentos}) / (\text{Pop. Total}) * 1000$

d) Esta taxa foi calculada utilizando a Média Anual dos anos 1883-84, 1884-85, 1885-86 e o total da população recenseada do ano de 1886. Os resultados precisam ser olhados com cautela.

A seguir (Tabelas 42 a 49) veremos a evolução da mortalidade e seus diferenciais por condição social e sexo para os anos de 1836, 1854 e o período 1883-84, 1884-85, 1885-86.

A Tabela 42 a seguir nos dá os dados referentes ao número de óbitos ocorridos segundo o sexo para a Província e município de São Paulo e Jundiaí para o ano de 1836.

Observamos que a mortalidade da população masculina é maior que a feminina na Província e município de São Paulo (4.426 homens e 3.852 mulheres, total de 8.278; 250 homens e 230 mulheres, total de 480, respectivamente); em Jundiaí a maior mortalidade é das mulheres com 66 óbitos contra os 55 dos

homens, totalizando 121 óbitos. A mortalidade da população livre tem a mesma característica da população total, ou seja, a mortalidade da população masculina livre é maior que a feminina livre na Província e município de São Paulo (3.190 homens e 2.844 mulheres, total de 6.034; 199 homens e 181 mulheres, total de 380 óbitos, respectivamente): em Jundiaí a maior mortalidade é das mulheres com 56 óbitos contra os 41 dos homens, totalizando 97 óbitos.

Em termos percentuais a mortalidade da população livre feminina de Jundiaí (57,73%) é bem superior a da Província (47,13%) e município (47,63%) de São Paulo. Para a população escrava, no entanto, encontramos um maior número de mortes entre os homens para qualquer uma das localidades. A Província de São Paulo com 1.236 óbitos masculinos e 1.008 femininos e um total de 2.244 , o município de São Paulo com 100 óbitos sendo 51 masculinos e 49 femininos, e Jundiaí com 14 masculinos e 10 femininos, total de 24 óbitos. A diferença entre os óbitos de homens e mulheres escravos em termos de pontos percentuais é maior para Jundiaí (16,66) do que o da Província (10,16) e município de São Paulo (2,00).

**Tabela 42 - Óbitos Segundo Sexo e Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1836**

Localidades	Livre					Escrava					Total				
	Homem	%	Mulher	%	Total	Homem	%	Mulher	%	Total	Homem	%	Mulher	%	Total
Província de SP ¹	3.190	52,87	2.844	47,13	6.034	1.236	55,08	1.008	44,92	2.244	4.426	53,47	3.852	46,53	8.278
São Paulo ²	199	52,37	181	47,63	380	51	51,00	49	49,00	100	250	52,08	230	47,92	480
Jundiaí	41	42,27	56	57,73	97	14	58,33	10	41,67	24	55	45,45	66	54,55	121

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

2. Os dados sobre óbitos no Município de São Paulo não incluem os relativos à Freguesia da Sé. Para esta Freguesia existem apenas informações desagregadas segundo Condição Social. O número de óbitos na População Livre é de 210 e na População Escrava de 117, o que totaliza 327 óbitos nessa Freguesia, no ano de 1836.

Para o ano de 1854 (Tabela 43) o número de óbitos masculinos é superior para todas as condições sociais e para todas as localidades apresentadas. A Província de São Paulo com o total de 11.322 óbitos, sendo 6.215 homens e 5.107 mulheres; o município de São Paulo com 357 óbitos

masculinos e 314 femininos e o total de 671; Jundiaí com o total de 272 óbitos, divididos em 177 homens e 95 mulheres. Jundiaí, em termos percentuais, é a que tem maior óbito de homens (65,07%) se comparado a Província (54,89%) e município de São Paulo (53,20%).

A população livre da Província de São Paulo tem o total de 6.034 óbitos, 3.190 de homens e 2.844 de mulheres; o município de São Paulo tem 380 óbitos sendo que 199 de homens e 181 de mulheres; e Jundiaí com 41 óbitos de homens e 56 de mulheres totalizando 97 óbitos.

O número de óbitos da população escrava em 1854, na Província de São Paulo, é de 2.931 sendo 1.170 homens e 1.161 mulheres; o município de São Paulo tem neste ano 96 óbitos de homens e 64 de mulheres, totalizando 160 óbito; e Jundiaí tem um total de 88 óbitos, 65 homens e 23 mulheres. Em termos percentuais Jundiaí tem a porcentagem maior de óbitos de homens escravos (73,86%) do que a Província (60,39%) e município de São Paulo (60,00%).

**Tabela 43 - Óbitos Segundo Sexo e Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1854**

Localidades	Livre					Escrava					Total				
	Homem	%	Mulher	%	Total	Homem	%	Mulher	%	Total	Homem	%	Mulher	%	Total
Província de SP ¹	4.445	52,97	3946	47,03	8.391	1.770	60,39	1.161	39,61	2.931	6.215	54,89	5.107	45,11	11.322
São Paulo ²	261	51,08	250	48,92	511	96	60,00	64	40,00	160	357	53,20	314	46,80	671
Jundiaí	112	60,87	72	39,13	184	65	73,86	23	26,14	88	177	65,07	95	34,93	272

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

2. Os dados sobre óbitos no Município de São Paulo não incluem os relativos às Freguesias do Juqueri e de Penha de França, pois estas não enviaram as informações exigidas.

Ao observarmos a média anual de óbitos dos anos 1883-84, 1884-85, 1885-86 (Tabela 44), verificamos que Jundiaí em termos percentuais, também apresenta para este período um percentual maior de óbitos masculinos (54,68%) do que a Província (52,41%) e município (52,22%) de São Paulo. Contudo, estes óbitos do sexo masculino da população jundiaiense sofrem uma queda de 10,34 pontos percentuais em relação ao levantamento anterior (1854), pois passam de

65,07% para 54,68%. O diferencial entre os sexos, em Jundiaí, também diminui passando de 30,14 pontos percentuais em 1854 para 9,36 no período de 1883 a 1886.

A Província e município de São Paulo também apresentam esta redução de diferença de óbitos entre os sexos, pois a Província passa de 9,78 pontos percentuais para 4,82 e o município de São Paulo passa de 6,40 pontos percentuais para 4,44 pontos percentuais. Quanto aos óbitos da população livre e escrava, temos um significativo aumento dos óbitos da população livre, seguido de uma acentuada redução dos óbitos da população escrava em todas as localidades. Necessário lembrar que neste período já havia ocorrido a promulgação das leis do Ventre Livre (1871) e a dos Sexagenários (1885).

A abolição da escravidão só aconteceria mais tarde, com a Lei Áurea de 13 de maio de 1888. A população livre de Jundiaí passa de 184 (56,62% do total) óbitos em 1854 para 190 (93,66% do total) na média do período de 1883 a 1886; a Província de São Paulo, por sua vez, passa de 8.391 óbitos em 1854, o que corresponde a 74,11% do total, para 16.306, média do período de 1883 a 1886 correspondendo a 93,60% do total de óbitos. Os óbitos da população livre do município de São Paulo em 1854 correspondiam a 76,15% (511) do total, enquanto a média do período de 1883 a 1886 corresponde a 98,77 (1.046).

O acréscimo em termos percentuais dos óbitos da população livre de Jundiaí em relação ao total de óbitos é superior (em termos de pontos percentuais) do que os das demais localidades, pois tem um aumento de 37,04 pontos enquanto a Província e município de São Paulo têm 22,49 e 22,62 respectivamente. O percentual mais baixo de óbitos de escravos em relação ao total de óbitos, ao compararmos as localidades apresentadas na Tabela 42, é o do município de São Paulo (1,23%), seguido por Jundiaí com 6,40% e a Província de São Paulo com 7,94%.

Nas Tabelas 45 a 47 verificaremos a taxa bruta de mortalidade, assim poderemos confirmar de forma mais precisa os diferenciais por sexo, condição social e localidade.

Tabela 44 - Óbitos Segundo Sexo e Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
Média Anual dos anos 1883-84, 1884-85, 1885-86

Localidades	Livre		Escrava		Total				
	Total	%	Total	%	Homem	%	Mulher	%	Total
Província de SP¹	16.306	92,63	1.398	7,94	9.226	52,41	8.378	47,59	17.604
São Paulo²	1.046	98,77	13	1,23	553	52,22	506	47,78	1.059
Jundiaí	190	93,60	13	6,40	111	54,68	92	45,32	203

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota: a) Total Parcial para Província de São Paulo por não conter informação de alguns municípios.

b) Os valores utilizados foram os que constavam como corrigidos na tabela fonte.

Tabela 45 - Taxa Bruta de Mortalidade Segundo Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1836

Localidades	Óbitos			Taxa de Mortalidade		
	Livres	Escrava	Total	Livres	Escrava	Total
Província de SP¹	6.069	2244	8.313	30,32	26,75	29,27
São Paulo²	415	100	515	24,98	18,80	23,48
Jundiaí	97	24	121	25,63	11,70	20,74

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

2. Estão incluídas todas as Freguesias, inclusive a da Sé.

Nota: a) Esta taxa foi calculada utilizando o número de eventos ocorridos no ano de 1836 e o total da população recenseada. Os resultados precisam ser olhados com cautela.

b) Esta taxa foi calculada segundo a fórmula: (n. de óbitos)/(Pop. Total)*1000

A taxa bruta de mortalidade (TBM) segundo a condição social (livre e escrava) para o ano de 1836, indica que a TBM da população livre é superior a da escrava para todas as localidades. A Província de São Paulo com a maior TBM para a população livre (30,32), seguida de Jundiaí com (25,63) e o município de São Paulo com (24,98). Contudo, ao analisarmos o total dos óbitos (população livre mais escrava) a Província de São Paulo continua com a maior TBM (29,27), mas Jundiaí passa para o terceiro posto (20,74) e o município de São Paulo continua em segundo com uma TBM de 23,48. Isto se dá em virtude da TBM da população escrava jundiaense (11,70) ser menor do que a das demais localidades, Província (26,75) e município de São Paulo (18,80).

Para o ano de 1854 encontramos na Tabela 46 a taxa bruta de mortalidade segundo a condição social (livre e escrava), onde é possível notar que Jundiaí teve um ligeiro aumento da sua TBM total, pois passa de 20,74 em 1836 para 21,18 em 1854, um acréscimo inferior a um ponto percentual, 0,44; porém a TBM da sua população escrava tem um aumento bem superior, passando de 11,70 em 1836 para 24,81 em 1854, um acréscimo de 13,11 pontos percentuais. A TBM da população livre, contudo, sofre uma redução de 6,28 pontos percentuais, passando de 25,63 em 1836 para 19,35 em 1854. Estas variações nas TBMs de Jundiaí são diferentes das da Província de São Paulo que apresenta uma redução da sua TBM total (29,27 em 1836 e 27,05 em 1854). A maior redução vem da TBM da população escrava que em 1836 era de 26,75 e em 1854 passa a ser de 16,51, mais de dez pontos percentuais. O município de São Paulo, todavia, apresenta um crescimento de sua TBM total superior ao de Jundiaí, pois tem em 1836 uma TBM total de 23,48 e em 1854 de 26,57, aumento de 3,09 pontos percentuais enquanto que o de Jundiaí foi inferior a um ponto percentual (0,44).

No caso do município de São Paulo a TBM da população escrava é a que apresenta o maior crescimento sendo que em 1836 era de 18,80 e em 1854 de 27,72, um acréscimo de quase nove pontos percentuais. A TBM da população livre deste município também cresce, contudo menos do que a da população escrava passando de 24,98 em 1836 para 26,23 em 1854, um acréscimo de 1,25 pontos percentuais contra os 8,92 da população escrava.

Tabela 46 - Taxa Bruta de Mortalidade Segundo Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1854

Localidades	Óbitos			Taxa de Mortalidade		
	Livres	Escrava	Total	Livres	Escrava	Total
Província de SP¹	8.391	1931	11.322	27,83	16,51	27,05
São Paulo²	511	160	671	26,23	27,72	26,57
Jundiaí	112	72	184	19,35	24,81	21,18

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

2. Os dados sobre óbitos no Município de São Paulo não incluem os relativos as Freguesias do Juqueri e de Penha de França, pois estas não enviaram as informações exigidas.

Nota: a) Esta taxa foi calculada utilizando o número de eventos ocorridos no ano de 1854 e o total da população recenseada. Os resultados precisam ser olhados com cautela.

b) Esta taxa foi calculada segundo a fórmula: $(n. \text{ de } \acute{o}bitos) / (\text{Pop. Total}) * 1000$

Tabela 47 - Taxa Bruta de Mortalidade por Sexo e Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1836

Localidades	Livre			Escrava			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Província de SP¹	32,65	27,76	30,14	25,71	28,14	26,75	30,36	27,86	29,14
São Paulo²	24,41	21,39	22,87	18,54	19,08	18,80	22,93	20,85	21,88
Jundiaí	22,50	28,54	25,63	13,75	9,68	11,70	19,37	22,04	20,74

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

2. Os dados sobre óbitos no Município de São Paulo não incluem os relativos à Freguesia da Sé. Para esta Freguesia existem apenas informações desagregadas segundo Condição Social. O número de óbitos na População Livre é de 210 e na População Escrava de 117, o que totaliza 327 óbitos nessa Freguesia, no ano de 1836.

Nota: a) Esta taxa foi calculada utilizando o número de eventos ocorridos no ano de 1836 e o total da população recenseada. Os resultados precisam ser olhados com cautela.

b) Esta taxa foi calculada segundo a fórmula: $(n. \text{ de } \acute{o}bitos) / (\text{Pop. Total}) * 1000$

Tabela 48 - Taxa Bruta de Mortalidade por Sexo e Condição Social
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1854

Localidades	Livre			Escrava			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Província de SP¹	29,10	26,52	27,83	27,22	22,35	25,05	28,53	25,44	27,05
São Paulo²	27,76	24,80	26,23	33,28	22,18	27,72	29,06	24,22	26,57
Jundiaí	38,78	24,84	31,80	37,10	20,00	30,32	38,15	23,46	31,30

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

2. Os dados sobre óbitos no Município de São Paulo não incluem os relativos as Freguesias do Juqueri e de Penha de França, pois estas não enviaram as informações exigidas.

Nota: a) Esta taxa foi calculada utilizando o número de eventos ocorridos no ano de 1854 e o total da população recenseada. Os resultados precisam ser olhados com cautela.

b) Esta taxa foi calculada segundo a fórmula: $(n. \text{ de } \acute{o}b\text{itos})/(\text{Pop. Total}) * 1000$

A Tabela 49 fornece a taxa bruta de mortalidade segundo sexo da Província e município de São Paulo e Jundiaí, sendo que é uma média anual dos anos 1883-84, 1884-85, 1885-86. Mas, infelizmente, para este período não foi possível calcular para Jundiaí e as demais localidades a TBM com diferencial por condição social (livre e escrava), pois não há a informação da população por condição social, somente os óbitos receberam esta classificação.

Para Jundiaí também não foi possível calcular a TBM por diferencial de sexo já que segundo a série São Paulo do Passado – Dados Demográficos existem falhas, como foi observado pela Comissão Central de Estatística, nos dados arrolados neste Relatório de 1888, pois muitas das sub-comissões municipais deixaram de fazer o recenseamento ou não enviaram mapas completos. Portanto, os resultados para a Província como um todo são parciais. Isto ocorre também para alguns municípios, que é o caso de Jundiaí. A taxa bruta de mortalidade para estes anos de 1883 a 1886 de Jundiaí é 19,80 ficando abaixo da Província de São Paulo (23,15) e acima do município de São Paulo com 19,36.

Tabela 49 - Taxa Bruta de Mortalidade Segundo Sexo
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
Média Anual dos anos 1883-84, 1884-85, 1885-86

Localidades	Óbitos			Taxa de Mortalidade		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Província de SP¹	9.226	8.378	17.604	24,81	21,55	23,15
São Paulo²	553	506	1059	24,64	20,04	19,36
Jundiaí	111	92	203	*	*	19,80

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Nota:

- a) Total Parcial para Província de São Paulo por não conter informação de alguns municípios.
- b) Os valores utilizados foram os que constavam como corrigidos na tabela fonte.
- c) Esta taxa foi calculada segundo a fórmula: (n. de óbitos)/(Pop. Total)*1000
- d) Esta taxa foi calculada utilizando a Média Anual dos anos 1883-84, 1884-85, 1885-86 e o total da população recenseada do ano de 1886. Os resultados precisam ser olhados com cautela
- (*) Município sem informação

Até aqui verificamos algumas informações sobre a população jundiaiense como um todo; a seguir veremos algumas características da população estrangeira residente em Jundiaí para o ano de 1872.

3.2. Características da população estrangeira residente em Jundiaí.

Nas Tabelas 50 a 56, a seguir, veremos um pouco mais sobre esta população, sua nacionalidade, profissão e religião, para o ano de 1872, pois este censo é o que apresenta um maior detalhamento da população estrangeira dentro do período que é objeto de nosso estudo.

Nas Tabelas 50 a 52 veremos a nacionalidade da população livre estrangeira para a Província e Município de São Paulo e Jundiaí, com diferencial por sexo. É interessante notar que em 1872 o maior percentual de população livre estrangeira de Jundiaí pertence a nacionalidade alemã (45,18%), seguida da portuguesa (34,22%), africana livre (6,64%) e italiana (4,32%) - estas quatro nacionalidades totalizam 90,36% da população estrangeira livre da época.

Enquanto que na Província e município de São Paulo a predominância é da nacionalidade portuguesa (42,02% e 46,29% respectivamente), seguida da alemã (23,32% e 19,46%), africana livre (13,52% e 10,33%) e italiana (7,25% e 7,46%), estas quatro nacionalidades totalizam para a Província de São Paulo 86,11% da população livre estrangeira e para o município de São Paulo 83,54%.

**Tabela 50 - População Livre Estrangeira segundo a Nacionalidade
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1872**

Nacionalidades	Província de São Paulo	Localidades				
		%	São Paulo	%	Jundiaí	%
Africanos Livres	2.210	13,52	223	10,33	20	6,64
Alemães	3.812	23,32	420	19,46	136	45,18
Austríacos	75	0,46	9	0,42	-	-
Espanhóis	220	1,35	44	2,04	3	1,00
Franceses	544	3,33	133	6,16	12	3,99
Ingleses	411	2,51	68	3,15	10	3,32
Italianos	1.185	7,25	161	7,46	13	4,32
Portugueses	6.867	42,02	999	46,29	103	34,22
Suiços	560	3,43	58	2,69	-	-
Americanos	460	2,81	43	1,99	4	1,33
Outros	223	1,36	51	2,36	2	0,66
Total	16.344	100,00	2.158	100,00	301	100,00

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

O diferencial por sexo e a nacionalidade para população livre estrangeira para a Província de São Paulo, município de São Paulo e Jundiaí está exposto nas Tabelas 50 e 51. Nestas tabelas há de se notar que: para todas as localidades apresentadas, o número de indivíduos do sexo masculino livre e estrangeiro é muito superior aos do sexo feminino nas mesmas condições (livre e

estrangeira), sendo que para Jundiaí as nacionalidades africana livre, espanhola e italiana não apresentam indivíduos do sexo feminino.

A nacionalidade com maior número de mulheres é a alemã, com 54 indivíduos. Na Província de São Paulo a menor participação feminina vem das nacionalidades austríaca - 0,52% da população livre estrangeira feminina - e espanhola representando apenas outros 1,72% da população livre estrangeira feminina. A maior participação é a da nacionalidade alemã seguida da portuguesa com 30,83% e 30,26% da população livre estrangeira feminina, respectivamente. O maior percentual em relação os homens livres estrangeiros, em Jundiaí, é dos indivíduos portugueses (41,70%), seguidos pelos alemães (34,89%) e africanos livres (8,51%), sendo que a soma destes representam 85,10% desta população masculina estrangeira livre.

A Província de São Paulo tem melhor distribuição da população masculina estrangeira livre entre as nacionalidades, pois, com exceção da nacionalidade portuguesa, que tem a maior concentração (45,93%), o restante desta população (54,07%) está mais distribuída do que a de Jundiaí, pelas outras nacionalidades. O município de São Paulo também apresenta esta característica uma concentração na nacionalidade portuguesa (53,01%) e o restante distribuído pelas demais nacionalidades diferente de Jundiaí que tem uma menor concentração de portugueses (41,70%), contudo uma boa soma de alemães 34,89%, sendo que a somatória destas duas nacionalidades é 76,59% da população masculina estrangeira livre.

Infelizmente no recenseamento de 1886, não encontramos para Jundiaí informação sobre a nacionalidade por local de origem da população estrangeira e seu diferencial por sexo e no censo de 1890, esta variável não foi abordada, o que impossibilita uma comparação, desta variável (nacionalidade da população estrangeira livre) nos anos posteriores ao censo de 1872 até o ano de 1890 que é o último ano do período aqui estudado.

**Tabela 51 - População Livre Estrangeira Masculina segundo a Nacionalidade
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1872**

Nacionalidade	Província de São Paulo	Localidades				
		%	São Paulo	%	Jundiaí	%
Africanos Livres	1.322	11,17	121	7,52	20	8,51
Alemães	2.352	19,88	245	15,23	82	34,89
Americanos	256	2,16	26	1,62	2	0,85
Austríacos	62	0,52	7	0,44	-	0,00
Espanhóis	205	1,73	37	2,30	3	1,28
Franceses	391	3,30	98	6,09	8	3,40
Ingleses	261	2,21	35	2,18	7	2,98
Italianos	1.047	8,85	131	8,14	13	5,53
Portugueses	5.434	45,93	853	53,01	98	41,70
Suíços	361	3,05	38	2,36	-	0,00
Outros	140	1,18	18	1,12	2	0,85
Total	11.831	100,00	1.609	100,00	235	100,00

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

**Tabela 52 - População Livre Estrangeira Feminina segundo a Nacionalidade
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1872**

Nacionalidade	Província de São Paulo	Localidades				
		%	São Paulo	%	Jundiaí	%
Africanos Livres	888	18,75	102	17,00	-	0,00
Alemães	1.460	30,83	175	29,17	54	79,41
Americanos	204	4,31	17	2,83	2	2,94
Austríacos	13	0,27	2	0,33	-	0,00
Espanhóis	15	0,32	7	1,17	-	0,00
Franceses	153	3,23	35	5,83	4	5,88
Ingleses	150	3,17	33	5,50	3	4,41
Italianos	138	2,91	30	5,00	-	0,00
Portugueses	1.433	30,26	146	24,33	5	7,35
Suíços	199	4,20	20	3,33	-	0,00
Outros	83	1,75	33	5,50	-	0,00
Total	4.736	100,00	600	100,00	68	100,00

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

A profissão exercida por esta população livre estrangeira pode ser identificada através das Tabelas 52 a 54. Nelas observamos que profissões liberais ligadas à área judicial (juízes, advogados, notários, escrivães, procuradores e oficiais de justiça) e empregados públicos, não são exercidas por indivíduos desta população nas localidades apresentadas. A única exceção é encontrada para a Província de São Paulo que apresenta um indivíduo estrangeiro do sexo masculino com a profissão de procurador. Não há também, como podemos notar e esperar, informação sobre pessoas estrangeiras exercendo cargos militares⁴³.

Entre as profissões exercidas por estrangeiros livres em Jundiaí, as que possuem maior número de pessoas são: a de lavradores (107), serviços domésticos (52), a categoria composta por criados e jornaleiros (51) e a categoria de comerciante, guarda-livros e cocheiros (45). Não se encontra em Jundiaí, para este ano de 1872, estrangeiros exercendo profissões liberais ligadas à área médica (tais como: médicos, cirurgiões, farmacêuticos ou parteiros), mas na Província e município de São Paulo existe a presença de estrangeiros nesta área.

Quanto à profissão da população livre estrangeira por diferencial de sexo (vide Tabelas 54 e 55), temos que: a presença do indivíduo do sexo masculino é superior a do sexo feminino na maioria das atividades profissionais; a presença feminina é maior em atividades tais como serviços domésticos, lavradores e costureira; a população estrangeira livre feminina em Jundiaí tem como atividade profissional, em sua maioria, a categoria de serviços domésticos 52 pessoas, o que corresponde há 76,47% das mulheres estrangeiras livres em Jundiaí os outros 23,53% são de mulheres que exercem a profissão de costureiras.

⁴³ Segundo Trevisan (2000), “durante a longa fase colonial, a força armada era um ramo da aristocracia metropolitana. Conquistada a Independência, formou-se um Exército nacional em um razoável regime de urgência, ou seja, com pressa mesmo. Porém, precisava-se do mínimo de competência — para o posto de cadete bastava a origem nobre ou o título universitário, mas para que o cadete passasse a oficial, a partir de 1824, impunha-se o “concurso de capacidade”. É importante conhecer quem se interessava pela carreira das armas. O filho de quem era rico, dono de muita terra, que queria estudar, era mandado para as faculdades na Europa, principalmente Coimbra. Quem também era rico, mas não tanto, mandava seus filhos para as faculdades de Direito — as Academias de São Paulo ou de Recife. Para os remediados (de fato, os moços pobres) sobrava a carreira das armas. O Exército pagava pouco, atrasava o pagamento e dava pouco prestígio social também.” Trevisan Leonardo. O pensamento militar brasileiro. Rocket Edition eBooks Brasil de Janeiro 2.000. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/militar2.html>.

**Tabela 53 - População Livre Estrangeira segundo a Profissão
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiáí
1872**

Municípios	Profissionais Liberais									
	Seculares	Religiosos		Juizes	Advogados	Juristas		Oficiais de Justiça	Professores e Homens de Letras	Empregados Públicos
		Regulares	Mulheres			Notários e Escrivães	Procuradores			
Província de São Paulo	53	0	0	0	0	0	1	0	115	0
São Paulo	3	0	0	0	0	0	0	0	11	0
Jundiáí	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0

Municípios	Profissionais Liberais								
	Médicos	Cirurgiões	Farmacêuticos	Parteiros	Artistas	Militares	Marítimos	Pescadores	Capitalistas e Proprietários
Província de São Paulo	41	5	37	13	323	0	86	15	192
São Paulo	1	2	0	3	8	0	0	0	17
Jundiáí	0	0	0	0	7	0	0	0	1

Municípios	Profissões Industriais e Comerciais			Profissionais Manufatureiras ou Mecânicas						
	Manufatureiros e Fabricantes	Comerciantes, Guarda-Livros e Caixeiros		Costureiras	Canteiros, Calceteiros Mineiros e Carvoeiros	Operários				Em Couros e Peles
		Em	de			de	de	Em	Em	
Província de São Paulo	291	1.909	424	247	444	471	266	260	219	
São Paulo	24	255	52	17	74	59	61	36	109	
Jundiáí	1	45	16	0	7	4	0	3	0	

Municípios	Profissionais Manufatureiras ou Mecânicas				Profissões Agrícolas		Pessoas Assalariadas Criados e Jornaleiros	Serviços Domésticos	Sem Profissão	Total Geral
	Operários				Lavradores	Criadores				
	Em	de	de	de						
Província de São Paulo	12	126	41	143	4.795	178	1.815	1.861	2.184	16.567
São Paulo	0	20	6	15	267	0	722	288	159	2.209
Jundiáí	0	5	0	2	107	0	51	52	0	303

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

**Tabela 54 - População Livre Estrangeira Masculina segundo a Profissão
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1872**

Municípios	Profissionais Liberais									
	Seculares	Religiosos		Juizes	Advogados	Juristas		Oficiais de Justiça	Professores e Homens de Letras	Empregados Públicos
		Regulares Homens	Mulheres			Notários e Escrivães	Procuradores			
Província de São Paulo	53	0	0	0	0	0	1	0	95	0
São Paulo	3	0	0	0	0	0	0	0	10	0
Jundiaí	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0

Municípios	Profissionais Liberais								Capitalistas e Proprietários
	Médicos	Cirurgiões	Farmacêuticos	Parteiros	Artistas	Militares	Marítimos	Pescadores	
Província de São Paulo	41	5	37	0	294	0	86	15	152
São Paulo	1	2	0	0	8	0	0	0	12
Jundiaí	0	0	0	0	7	0	0	0	1

Municípios	Profissões Industriais e Comerciais			Profissionais Manufatureiras ou Mecânicas					
	Capitalistas Manufatureiros e Fabricantes	Comerciantes, Guarda-Livros e Caixeiros	Costureiras	Canteiros, Calceteiros		Operários		Em Edificações	Em Cursos e Peles
				Mineiros e Carvoeiros	Em Metais	Em Madeiras	Em Tecidos		
Província de São Paulo	269	1781	0	244	444	471	90	260	219
São Paulo	23	235	0	17	74	59	38	36	109
Jundiaí	1	45	0	0	7	4	0	3	0

Municípios	Profissionais Manufatureiras ou Mecânicas				Profissões Agrícolas		Pessoas Assalariadas Criados e Jornaleiros	Serviços Domésticos	Sem Profissão	Total Geral
	Operários				Lavradores	Criadores				
	Em Tinturaria	de Vestuários	de Chapéus	de Calçados						
Província de São Paulo	9	126	41	140	3862	133	1681	113	1169	11831
São Paulo	0	20	6	15	190	0	698	6	47	1.609
Jundiaí	0	5	0	2	107	0	51	0	0	235

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Não encontramos neste ano de 1872 (Tabela 55) mulheres estrangeiras livres na categoria lavrador, contudo, a masculina tem 45,53% da sua população exercendo esta atividade (Tabela 54); os comerciantes, guarda-livros e caixeiros somam 45 o que corresponde a 19,15% desta população e os criados e jornaleiros assalariados a mais 21,70%; os 13,62% restantes da população masculina estrangeira livre esta dividido entre religiosos (0,43%), professores e homens de letras (0,43%), artistas (2,97%), capitalistas e proprietários (0,43%), capitalistas manufatureiros e fabricantes (0,43%), operários em metais (2,97%), operários em madeiras (1,70), operários em edificações (1,28%), operários de vestuário (2,13%) e operários de calçados (0,85%).

Do mesmo modo que não encontramos a variável nacionalidade de origem da população estrangeira livre nos recenseamentos de 1886 e 1890, a variável sobre a profissão da população estrangeira livre também não é fornecida por estes dois censos, o que nos impossibilita uma comparação através de dados censitários, após o ano de 1872 até o ano de 1890, desta variável. Esta comparação nos forneceria de modo mais preciso a característica dos imigrantes que chegaram após 1872 e sua influência no cotidiano de Jundiaí.

**Tabela 55 - População Livre Estrangeira Feminina segundo a Profissão
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí, 1872**

Municípios	Profissionais Liberais									
	Seculares	Religiosos		Juizes	Advogados	Juristas		Oficiais de Justiça	Professores e Homens de Letras	Empregados Públicos
		Regulares Homens	Mulheres			Notários e Escrivães	Procuradores			
Província de São Paulo	0	0	0	0	0	0	0	0	20	0
São Paulo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Jundiaí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Municípios	Profissionais Liberais								
	Médicos	Cirurgiões	Farmacêuticos	Parteiros	Artistas	Militares	Marítimos	Pescadores	Capitalistas e Proprietários
Província de São Paulo	0	0	0	13	29	0	0	0	40
São Paulo	0	0	0	3	0	0	0	0	5
Jundiaí	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Municípios	Profissões Industriais e Comerciais			Profissionais Manufatureiras ou Mecânicas					
	Capitalistas Manufatureiros e Fabricantes	Comerciantes, Guarda-Livros e Caixeiros		Costureiras Mineiras e Carvoeiros	Canteiros, Calceteiros e Carvoeiros		Operários		
		Em Metais	Em Madeiras		Em Tecidos	Em Edificações	Em Cursos e Peles		
Província de São Paulo	22	128	424	3	0	0	176	0	0
São Paulo	1	20	52	0	0	0	23	0	0
Jundiaí	0	0	16	0	0	0	0	0	0

Municípios	Profissionais Manufatureiras ou Mecânicas				Profissões Agrícolas		Pessoas Assalariadas Criados e Jornaleiros	Serviços Domésticos	Sem Profissão	Total Geral
	Operários				Lavradores	Criadores				
	Em Tinturaria	de Vestuários	de Chapéus	de Calçados						
Província de São Paulo	3	0	0	3	933	45	134	1.748	1.015	4.736
São Paulo	0	0	0	0	77	0	24	282	112	600
Jundiaí	0	0	0	0	0	0	0	52	0	68

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

**Tabela 56 - População Livre Estrangeira segundo a Religião
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1872**

Município	Católica	%	Acatólica	%	Total
Província de São Paulo	13.368	80,69	3.199	19,31	16.567
São Paulo	1.835	83,07	374	16,93	2.209
Jundiaí	228	75,00	75	24,67	304

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Outro dado do censo de 1872 é o da religião praticada pela população estrangeira livre. Na Tabela 56, temos que a maioria em todas as localidades apresentadas é de praticantes da religião católica. Jundiaí tem o maior percentual de acatólicos (24,67%) se compararmos com a Província (19,31%) e município de São Paulo (16,93%). Notamos através da Tabela 55 que os acatólicos, em Jundiaí, são todos estrangeiros livres, o que é uma característica também da Província e município de São Paulo.

**Tabela 57 - População Livre segundo a Religião
Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí
1872**

Município	Católica	%	Acatólica	%	Total
Província de São Paulo	677.543	99,53	3.199	0,47	680.742
São Paulo	27.183	98,64	374	1,36	27.557
Jundiaí	5.878	98,74	75	1,26	5.953

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

Como mencionado anteriormente, com a implantação do Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, em 1887, criado pelo então presidente da Província de São Paulo, Dr. Antônio de Queiroz Telles (Conde de Parnaíba), filho do Barão de Jundiaí e agraciado também com o título de "Apóstolo da Imigração Italiana", Jundiaí passa por mudanças promovidas por seus mais novos moradores os italianos.

3.3. O Núcleo Colonial Barão de Jundiáí

O núcleo foi implantado, segundo Pereira (2006), a partir da compra efetuada pelo governo da Província, de uma área de propriedade de Dona Jacinta Maria do Espírito Santo, denominada Fazendinha. Na Figura 21, que encontramos no Acervo Digital do Museu de Imigração do Estado de São Paulo, identificamos que esta área era de 213 alqueires, correspondentes a 5.148,150 metros quadrados conforme descrito no próprio mapa da área.

Na Figura 22 verificamos que esta área foi dividida 83 lotes rurais, 81 urbanos e 9 suburbanos, sendo que os rurais variavam de aproximadamente cento e vinte mil metros quadrados a trinta mil metros quadrados, os urbanos de aproximadamente três mil a mil metros quadrados, e os suburbanos de dezoito mil a oitocentos metros quadrados. Segundo Pereira (2006, p. 57) estas diferenças eram decorrentes, no caso dos lotes rurais, da qualidade da terra e do relevo do terreno; os demais, devido à intenção de reproduzir hábitos da origem dos imigrantes. Todos os lotes rurais eram servidos de água. Vejamos:

“As diferença dos tamanhos dos lotes rurais eram decorrentes da qualidade da terra e do relevo do terreno: os maiores geralmente mais acidentados, eram chamados de lotes secos, porque possuíam água em pequena parte do lote. Os mais próximos á área urbana eram menores e por isso denominados suburbanos. Os urbanos, de áreas bem menores, eram reservados e oferecidos às famílias proprietárias de lotes rurais, provavelmente na tentativa de reproduzir hábitos de assentamento em aglomerados rurais típicos das regiões de origem dos imigrantes. Todos os lotes rurais eram servidos por rios ou córregos.” (PEREIRA, 2006, p. 57).

A população inicial, segundo Gattolini (1998, p. 35), do Núcleo Colonial Barão de Jundiáí era de 280 pessoas, passando para 768 pessoas em 1892. Pereira (2006, p. 57) diz que segundo Egas (1926), em 24 de setembro de 1887 chegam ao núcleo 22 colonos italianos e em novembro deste mesmo ano já eram 99 habitantes. Pereira (2006, p. 58) menciona ainda que os imigrantes destinados ao núcleo colonial não passavam pela Hospedaria do Imigrante na capital, pois contavam com passagem livre nas ferrovias e com abrigo no núcleo escolhido. Analisando o rolo 11 com registros da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, disponíveis no arquivo do Centro de Memória da Unicamp, não conseguimos

localizar para o ano de 1888 registros de imigrantes tendo como destino Jundiá. O abrigo para receber os imigrantes destinados ao Núcleo Colonial Barão de Jundiá só foi erguido, segundo Pereira (2006), em 28 de outubro de 1887, mas mesmo antes de sua construção já havia colonos aguardando lotes, que se abrigavam sob a “velha Figueira”. Cipolato (1967) e Pereira (2006) contam a história desta árvore símbolo deste núcleo colonial, quando mencionam que está foi um abrigo, uma cozinha e uma guardiã dos sonhos e planos dos imigrantes que chegavam em busca de trabalho, riqueza e melhor sorte:

“Havia na Colônia uma colossal figueira, ali perto onde se eleva hoje a nova igreja matriz, venerada pelos moradores daquelas redondezas, tão querida como queridas são ainda hoje as centenárias figueiras da Praça Tibúrcio Estevam de Siqueira e da Praça da Bandeira, o velho Largo de Santa Cruz, a reviver fatos e saudades na tricentenária história de Jundiá. Pois bem, sob aquela figueira, que há mais de 20 anos um temporal derrubou, os nossos primeiros imigrantes italianos se reuniam para as jornadas do amanhã. Era a Figueira-Hotel, a Figueira-Cozinha, a Figueira Amiga que guardou em seus segrêdos os planos daqueles bravos imigrantes, que para aqui vieram em busca de trabalho, riqueza e melhor sorte. Quanto sacrifício e quanta luta! Dos pernoites da Figueira surgiu depois o “Barracão”, uma espécie de hospedaria que os próprios imigrantes construíram metros longe da árvore amiga; pois outros italianos vinham para o local, com a divisão das primeiras terras, feita pelos poderes oficiais.” (CIPOLATO, 1967, p. 83).

““A Figueira”, símbolo deste Núcleo Colonial, árvores que existiu na região central da Colônia, tornou-se lendária ao cumprir, nos primeiros tempos, a função de “alojamento” dos imigrantes. Segundo depoimentos, a famílias permaneciam sob a figueira protegidas por panos, lençóis e barracas, enquanto esperavam a liberação de seus lotes, ou a construção do “barracão” projetado. Citada em versos, livros, histórias e estórias, a “Figueira” permanece na memória da cidade, remetendo aos primeiros tempos dos imigrantes, ao seu contato com as terras novas, depois de uma viagem dura, carregada de emoções e de fatos dramáticos. Árvore foi derrubada por fortes ventanias na década de 1920.” (PEREIRA, 2006, p. 59).

Para melhor elucidação do fato (pedido de lotes pelos imigrantes italianos recém-chegados), buscamos provas através de extensa pesquisa na documentação⁴⁴ sobre Imigração existente no Arquivo Público do Estado de São Paulo, disponibilizada através do projeto “Presença do Imigrante na Memória

⁴⁴ Sabe-se que essa documentação foi acumulada pela Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, responsável desde 1891 por cuidar dos assuntos relativos à agricultura, aos serviços de imigração e colonização, às terras públicas e particulares e aos núcleos coloniais — conforme Decreto nº 28, de 1/3/1892.

Nacional”, verificamos que existem já em 1887 pedidos de lote efetuados pela população que ali vinha residir (vide Anexo 2 ao 4). Verificamos que, de acordo com as menções encontradas nos próprios pedidos de lote, alguns destes imigrantes já residiam no Brasil há alguns anos, até mesmo em outras colônias já estabelecidas como as de São Caetano, em São Paulo. Trazemos como exemplo o caso de Antonio D’Agostin, casado, italiano, agricultor, que pretendo se estabelecer com sua família nos arredores de Jundiaí, faz pedido de um lote em 09 de setembro de 1887, porque segundo ele “lhe consta de querer se fundar uma Colônia” (vide Anexo 5). Pedem lotes juntamente com ele alegando o mesmo motivo, Pietro D’Agostin (casado) e Simione D’Agostin (casado) ver Anexos 6 e 7.

Outro pedido de lote que destacamos é o de Emile Lhoste (Anexo 8 e 9), por se tratar do único efetuado por uma pessoa de nacionalidade belga. Conforme a descrição deste pedido este senhor chegou ao Brasil em abril de 1887 e em 08 de fevereiro de 1888 fez pedido de lote urbano (2B de 18.120,00m²), no Núcleo Colonial Barão de Jundiaí. É interessante notar que nos pedidos efetuados a partir de 1888, encontramos a inscrição de recém-chegado após a nacionalidade do solicitante e os requerimentos são feitos no próprio núcleo colonial. Deparamo-nos, também, ao examinar estes pedidos, com solicitações efetuadas por pessoas de nacionalidade austríaca. Necessário observar, porém, que boa parte do território atual da Itália fez parte do Império Austríaco⁴⁵. Citamos como exemplo os pedidos de lote de Thereza Andriata e Pietro Portogalli (Anexo 10 e 11) de 09.06.1882 e 09.12.1890, respectivamente.

Pereira (2006) menciona que estes ofícios eram dirigidos ao Presidente da Província e levavam o parecer dos Inspectores de Terra e Encarregados do Núcleo. O deferimento só era obtido se as exigências constantes do contrato de designação de lotes de terras fossem atendidas (vide Anexo 12), dentre elas: que os marcos de demarcação dos lotes deveriam ser mantidos e conservados; que em até seis meses após a designação de lote de terra deveria estar roçada e plantada uma determinada área, sendo que encontramos de mil braças quadradas e de 50,000 m², no mínimo; que se construísse uma casa do tamanho

⁴⁵ Para maior detalhamento consultar bibliografia sobre os seguintes assuntos: Reino Lombardo-Veneziano, unificação da Itália, revolução italiana de 1848 a 1849, Tríplice Aliança Alemanha, Áustria e Itália.

determinado na designação de lote de terras (encontramos de quatrocentos palmos quadrados e 90 m², para a habitação do solicitante e de sua família).

Isso demonstra uma forma diferente de recepção desta mão de obra imigrante, ao compararmos com a primeira tentativa Jundiaí em 1852 (vide página 92), e a de Campinas, em 1847, visto que estes vinham substituir a mão de obra escrava e trabalhavam como colonos meeiros (Baeninger, 1996), não recebendo diretamente a posse de terras, como no caso de Jundiaí.

Brito (2002) ao citar Beiguelman (1981), afirma que “os italianos tinham preferência e eram conduzidos diretamente da Hospedaria de Imigrantes para as fazendas. Havia também interesse que eles viessem acompanhados da família, pois assim poder-se-ia aproveitar do trabalho familiar. No Oeste Novo concedia-se ao colono um salário fixo anual, quota por alqueire de café colhido, e o aproveitamento das terras intercafeeiros para a plantação de alimentos. A eles era concedido o trato dos cafezais novos”.

Brito (2002) utiliza neste trabalho, para distinção do emprego da mão de obra livre, a mesma que Beiguelman (1981), uma divisão em três para caracterizar as diferentes regiões cafeeiras de São Paulo: “o Vale do Paraíba, saturado de trabalho escravo e com uma baixa produtividade da sua economia; o Oeste Antigo, cujo centro era Campinas, dependente do trabalho escravo - Campinas, em 1874, 43,6% da sua população era escrava - mas com uma produtividade muito acima da região pioneira do café; e o Oeste Novo, cujo polo era Ribeirão Preto, que começou a se desenvolver a partir de 1870 em terras de altíssima produtividade”. Afirma, ainda, que “foram justamente os grandes produtores do oeste novo que insistiram num novo tipo de imigração internacional que pudesse evitar os grandes investimentos em escravos”.

Além dos italianos, com o desenvolvimento ferroviário surgiram polos de imigração de ingleses (principalmente por causa da construção e administração da Ferrovia Santos-Jundiaí, antiga São Paulo Railway Company) e espanhóis⁴⁶.

⁴⁶Fausto B.. Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, Ed. da Universidade de São Paulo, 1999. Pág. 263.

Com a chegada do final da segunda metade do Século XIX, e praticamente nos finais da Monarquia brasileira, Jundiaí era considerada um expressivo centro produtor de café em São Paulo.

Segundo, Pereira e Phillipini (1988), em 1887 e 1890 houve uma massa migratória vinda de região de Veneto, Piemonte e Lombardia, na Itália. Foi então que a partir de 1890 a cidade começou a receber um maior número de imigrantes italianos.

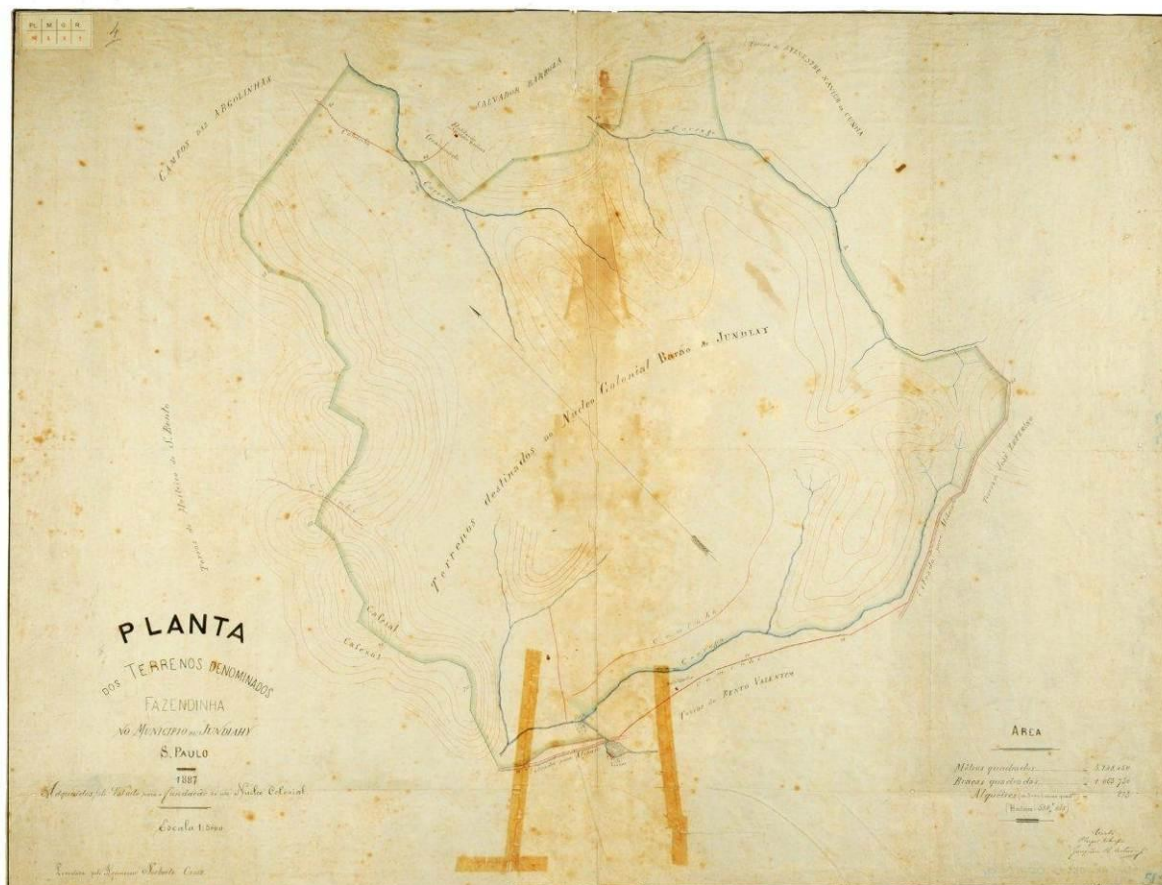
Dentre os documentos disponibilizados pelo já mencionado projeto “Presença do Imigrante na Memória Nacional”, localizamos, também, uma lista parcial de imigrantes suíços (vide anexo 13) de julho de 1887. Estes imigrantes, sete famílias suíças, tinham como destino a fazenda de Francisco Antonio de Queiroz Telles na cidade de Itupeva que na ocasião era um bairro de Jundiaí, certamente em um regime diferente dos imigrantes destinados ao Núcleo Colonial Barão de Jundiaí. Dentre elas destacamos a família Amgarten composta por 15 membros (vide Anexos 13 e 14). Podemos concluir com esta informação, que Jundiaí não recebe apenas imigrantes italianos, mas outros imigrantes de origem europeia, sem contarmos os de origem portuguesa.

Cipolatto (1967), ao citar Cenni (1959), também refere se ao Núcleo Colonial Barão de Jundiaí e fala sobre a influência italiana na sociedade jundiaiense.

“Em 1886, conforme registra Franco em ITALIANOS NO BRASIL, fundava-se no hoje denominado Bairro da Colônia, o Núcleo Barão de Jundiaí, que passou a receber os imigrantes italianos. Por ocasião da epidemia de febre amarela, verificada em Campinas nos últimos anos do século passado, fêz com que um grande número de imigrantes italianos se instalassem em Jundiaí. Mesmo outros italianos, sem serem imigrantes, para cá vieram, onde iniciaram intensa vida comercial. Passaram êles a integrar-se na sociedade, a desenvolver todo movimento cultural, quer nas artes, no ensino, como nas atividades religiosas.”. (CIPOLATTO 1967, p. 83)

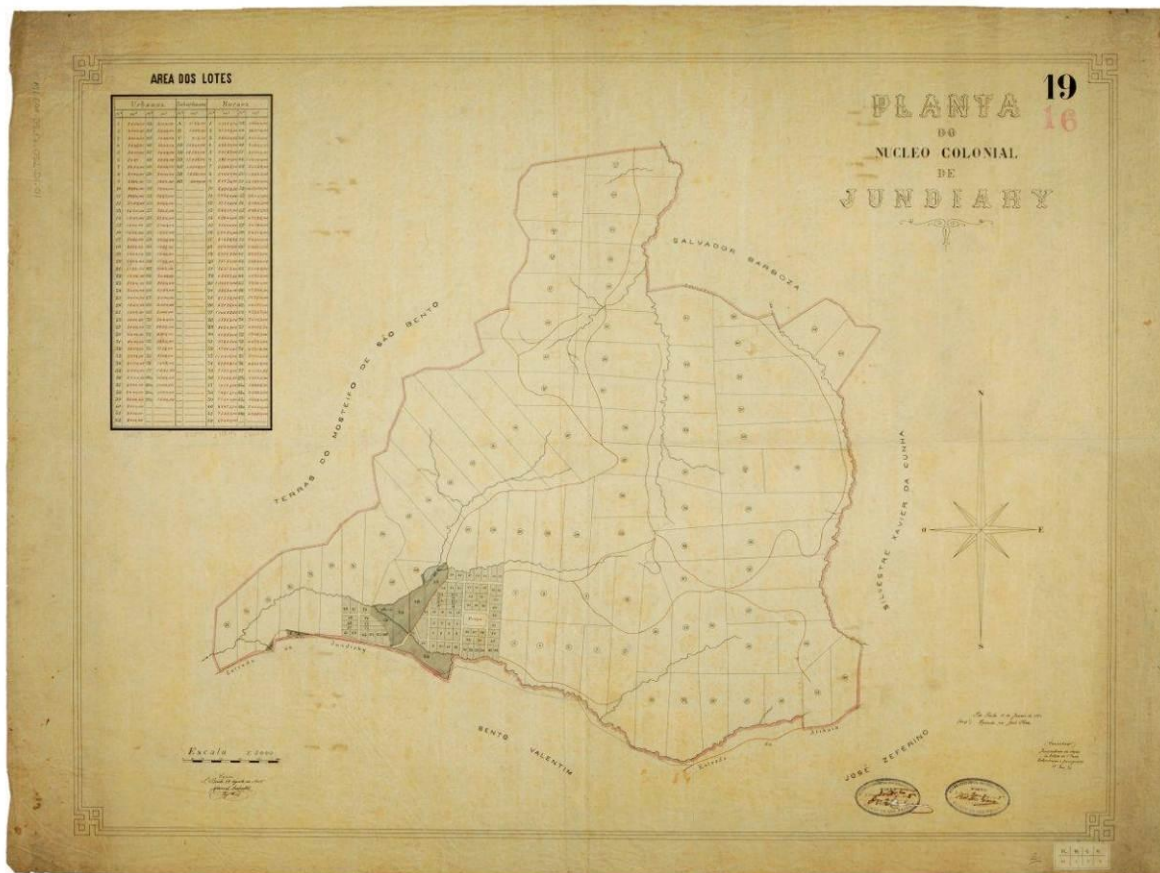
As características sociodemográficas da população estrangeira imprimiu um cenário bastante favorável para as etapas seguintes da dinâmica econômica e populacional que o Município de Jundiaí passaria a experimentar no século 20.

**Figura 21 - Mapa da Área destinada ao Núcleo Colonial Barão de Jundiá -
Sítio Fazendinha**



Fonte: Acervo Digital do Museu de Imigração do Estado de São Paulo. Disponível em:
http://www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/mapas/TemplateWebPage.php?imagem=MI_CAR_05_17_054_01_01

Figura 22 - Mapa da Divisão de Lotes do Núcleo Colonial Barão de Jundiá



Fonte: Acervo Digital do Museu de Imigração do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/mapas/TemplateWebPage.php?imagem=MI_CAR_05_17_052_01_01

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho foi possível notar que a população que se dirigiu às terras jundienses imprimiu sua marca na formação da cidade. A dinâmica econômica, por sua vez, desde o início da formação de Jundiáí contribuiu para o povoamento.

Apesar de diferentes versões sobre a data do início do povoado de Jundiáí, há de se notar que os que para ali vieram tinham a intenção de se fixar, pois pediram - assim que possível - a posse de terras através das Cartas de Datas de 1657.

Houve oscilações no volume de população da cidade, contudo, desde o seu início teve uma economia diversificada, servindo de porto seco para as tropas que ali passavam, suprindo-as não só de alimentos, mas de todos os gêneros necessários à continuidade de sua empreitada.

Com a cultura de cana de açúcar chegaram os escravos de origem africana, que também deixam o seu legado para cultura local. Para alavancar a economia através da cultura do café, se faz necessária a introdução de nova força de trabalho, “novos braços” seriam necessários para tonar esta cultura viável; Jundiáí recebeu uma nova leva de imigrantes europeus e com eles novos costumes, uma novas línguas e principalmente novas técnicas produtivas, construtivas, agrícolas, etc.. Segundo Colbari (1997) estes imigrantes - do ponto de vista ideológico - também supriam as necessidades do país de ter uma população que fosse mais disciplinada para o trabalho, que tivesse o hábito de poupar e respeitasse às leis e à propriedade, além dos interesses dos dirigentes do país em promover o “branqueamento” e a consequente “melhoria da qualidade da população”; a ocupação de áreas estratégicas do ponto de vista geopolítico, a criação de uma classe média agrária com a transformação da estrutura fundiária e sua vinculação à produção de alimentos e abastecimento do mercado interno, bem como a substituição da mão de obra escrava.

Não podemos esquecer o importante papel da ferrovia em terras jundienses que, além de outros benefícios, é responsável por facilitar a chegada

destes novos imigrantes e o escoamento da produção de café, fomentando o seu crescimento e tornando o transporte mais rápido, seguro e barato da produção com destino ao porto de Santos.

Jundiaí também poderá ser visto como a célula mãe de uma vasta e importante área do interior paulista, pois dentre os seus desmembramentos encontramos municípios que hoje têm destaque dentro do contexto nacional e internacional, como por exemplo a cidade de Campinas.

Quanto às características da população, apesar de Jundiaí passar por constantes desmembramentos, manteve um crescimento populacional no período analisado (1615-1890), mesmo que em alguns anos tenha apresentado um ligeiro decréscimo. Apresenta no decorrer deste período, em termos percentuais, algumas vezes número superior de população escrava do que a Província e município de São Paulo. Quanto aos diferenciais por sexo notamos que em alguns anos havia um maior contingente de pessoas do sexo feminino, bem como um maior número de nascimentos deste mesmo sexo em relação aos nascimentos do sexo masculino. Levantamos alguns questionamentos quanto estes fatos, tais como: permaneceriam em Jundiaí apenas as mulheres fora da idade fértil, as demais acompanhariam seus maridos em busca de novas terras? As doenças comuns para época, tais como o bócio, influenciariam no sexo dos bebês?

A imigração europeia fomentada pela cultura do café, traz para Jundiaí - através principalmente dos imigrantes italianos - novos produtos agrícolas (como a uva), uma nova arquitetura, novas técnicas para a produção de tijolos e cerâmica destinada principalmente a utensílios de cozinha, além de outros profissionais. Para atender as exigências da Sociedade Promotora esses profissionais de Imigração se diziam agricultores, mas assim que possível voltavam a exercer sua profissão de origem.

As características destes primeiros séculos de Jundiaí podem ser sentidas até hoje na economia jundiaiense. Hoje o município possui, segundo o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), um parque industrial com mais de 800 indústrias, que atuam em mais de 33 atividades diferentes, sendo que os setores que mais de destacam são: Alimentos, Plásticos, Metalurgia e

Eletrônicos. No levantamento informações sobre a Região Administrativa de Campinas, desenvolvido pela Coordenadoria de Planejamento e Avaliação (CPA) e pela Unidade de Assessoria Econômica (UAE) do Governo do Estado, encontramos a informação de que Jundiaí possui amplos e modernos distritos industriais, localizados às margens das rodovias Anhanguera e Bandeirantes. Além disso, tem uma economia urbana estruturada em diversos segmentos do setor de serviços e comércio, principalmente o atacadista. Mesmo com este aspecto industrial a sua atividade agropecuária é bastante significativa, conhecida como a “Terra da Uva”. O município é grande produtor de frutas, principalmente uva Niágara e morangos, além de outros hortifrutigranjeiros e aves de corte. Podemos fazer uma ligação destas atividades atuais com as que encontramos nos primeiros séculos de existência do município que fornecia todo tipo de gêneros necessários as tropas que por ele passavam.

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e a Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga (ABTC), afirmam que o município de Jundiaí vem se tornando um dos polos de logística e distribuição da Região Metropolitana de São Paulo, graças à ligação das rodovias Bandeirantes e Anhanguera com o Rodoanel Mario Covas. O acesso à cidade também, pode ser feito pelas rodovias Marechal Rondon e Engenheiro Constantino Cintra.

Podemos dizer que Jundiaí reafirma o seu passado de distribuidor de mercadorias, devido à sua localização e acesso aos meios de transporte necessários. Davidovich, já destaca em 1966 esta característica da Região e que, segundo ela, vem desde o surgimento da cidade.

O acompanhamento da formação da cidade, sua população e dinâmica econômica permitiu reconstruir características da evolução da população local, que acompanhou a dinâmica econômica do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁴⁷

ABPFSP. Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – Regional São Paulo.
ABTC. Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga.
<http://www.abtc.org.br/noticias.php?codigo=12762>.

ANSARI-LARI M., SAADAT M., HADI N., 2004. Influence of GSTT1 null genotype on the offspring sex ratio of gasoline filling station workers. *Journal Epidemiol Community Health*, 58:393-394

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Departamento de Documentação e Informação
AURÉLIO. Dicionário Digital. Disponível em:
<http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Pelourinho>.

AXT, G.. Imigração e ideia de Nação no Brasil. São Paulo: USP, 1998.
BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. Na Estrada do Anhangüera. Uma visão regional da história paulista. São Paulo. Ed. Humanitas Publicações FFLCH/USP. 2003.

BAENINGER, R. A.. Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista. Campinas, SP: Coleção Campineira; v. 5, UNICAMP/CMU, 1996.

_____. São Paulo e suas migrações no final do Século 20. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.19, 2005.

BALÁN, J. Migraciones y desarrollo capitalista en el Brasil: ensayo de interpretación histórico comparativo. In: CLACSO. Migración y Desarrollo. Buenos Aires: CLACSO, v.3, 1974.

BASSANEZI, M. S. C. B. Imigrações internacionais no Brasil, um panorama histórico, in Neide Patarra (org.), Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo, São Paulo, FNUAP/Nesur/NEPO, 1996.

_____. Família e Imigração Internacional no Brasil do Passado. In: Anais do 2º Encontro Nacional Sobre Migração MR3 - Migração internacional Ouro Preto, 1999. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/2EncNacSobreMigracao/Anais2ENSMigracaoOuroPreto1999p289a315.pdf>.

BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.). São Paulo do Passado: Dados Demográficos - 1836 a 1920. Campinas, SP: UNICAMP/NEPO, 2002.

⁴⁷ Baseadas na norma NBR 6023, de 2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

_____. Estrangeiros no Estado de São Paulo dados censitários 1854-1950. Projeto inserido no Programa Brasil Latino, com apoio da Fondazione Cassamarca (Treviso/Itália). Desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2003

_____. Estado de São Paulo estatísticas agrícolas e zootécnicas 1904-1905 Projeto inserido no Programa Brasil Latino, com apoio da Fondazione Cassamarca (Treviso/Itália). Desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2003.

BEIGUELMAN, P.. A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos, Livraria Pioneira Editora, 1981.

BELLOTTO, H. L.. Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BENINCASA, V.. Fazendas de café: o patrimônio arquitetônico rural em São Paulo, Brasil, 1800-1940. In: Seminário de História do Café: História e Cultura Material, 1. 2006, Itu. Anais... Itu: Museu Paulista, 2006.

_____. Casas Rurais Mineiras e do Nordeste Paulista. Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura, vol. XVIII, n.º 20, Centro de Memória-Unicamp (CMU), jul/dez. 2010.

BETHELL, Leslie (autor). A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Expressão e Cultura: USP, 1976. 406p.

BIBLIOTECA DO SABER JUNDIAÍ. Jundiaí Ontem. Disponível em: <http://www.sebodoze.com.br/jundiaiontem.html>.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Pesquisa. Assunto Movimentos anti-escravagistas – Brasil. Brasil - História - Abolição da escravidão, 1888. Local em que encontramos vários textos já digitalizados e disponíveis para consulta on-line. <http://bndigital.bn.br/projetos.htm>.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Anais - Livro Grosso do Maranhão, vol.66, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, pp. 57-59. Transcrito por Rodrigo S. M. Marchini. <http://picasaweb.google.com/rodrigomarchini/16800104#5433984785173103666>.

BOLETIM DE HISTÓRICA DEMOGRÁFICA, São Paulo, Ano X, n.º 28, março de 2003. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd28/colonias.xls.

BORCOSQUE ROMERO, L. A.; SILVA, L. M. O. (orient.). A vitivinicultura no estado de São Paulo (1880-1950). 2004. 233p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000329964>. Acesso em: 21 mai 2010.

BRITO, F. . Migrações e Transição para o Trabalho Assalariado. In: Anais do XXIII Encontro da ABEP, 2002, Ouro Preto.. v. 1.

BUENO, R. F.. Villa Ferosa de Nossa Senhora do Destêrro do Matto Grosso de Jundiahy, da Capitania de Sam Vicente: os dois primeiros séculos. Jundiaí, SP. Editora in House, 2010.

CAMARGO, J. F. Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos: ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia. São Paulo, 1952. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

CAMPANHOLE, A.; SANTOS, W. e GICOVATE, M. Aditamento à história da fundação de Jundiaí. Instituto Histórico e Geográfico. Jundiaí / SP. Ed. Literarte. 1994.

CAMPOS, A. P. e MERLO, P. M. da Silva. Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. TOPOI, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005.

CANABRAVA, A. P.. Uma Economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67. Revista Brasileira de Economia 26 (4): 95-123, out.dez., 1972

_____. História econômica : estudos e pesquisas. São Paulo , Editora UNESP : Hucitec-ABPHE, 2005.

CANO, W. (Coord.). A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo: SEADE, 1988b. (Coleção Econômica Paulista, 3 v.).

CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: T. A. Queiroz, 1977; 2ª ed..

CASIMIRO, A. P. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Educação, Lei, Ordem e Justiça no Brasil Colonial , artigo do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR) – Faculdade de Educação – FE - UNICAMP. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Ana_Palmira_Casimiro_1_artigo.pdf.

CEMIG. Portal do Programa Peixe Vivo – Rios de Minas. <http://www.portalpeixe vivo.com.br/programa.asp>.

CENNI, F.. Italianos no Brasil. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1959.

CHIAVENATTO, J. J.. O negro no Brasil: da senzala a Guerra do Paraguai. 4a ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987. 259p., 21 cm. Bibliografia: p. [257]-259.

CIESP. Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Revista Quem é Quem na Economia de Jundiaí. 2008.

CIPOLLATO, A. Imigrantes Italianos em Jundiaí IN: Stafuzza, A. M. (Coord..) - Museu de Jundiaí n.º 1 – 1967 – Editora Ave Maria Ltda. São Paulo.

_____. Jundiaí na História, Jundiaí, Ed. Japy, 1994.

CÓDIGO FILIPINO OU ORDENAÇÕES E LEIS DO REINO DE PORTUGAL, Livro IV. Disponível em http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=65.

COLAFERRI, A.; FOOT, A. N. (coaut.). Em torno da fundação de Jundiaí. Jundiaí,: Prefeitura, 1971.

COLBARI, A.. Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. Revista Brasileira de História [online]. 1997, vol.17, n.34, pp. 53-74. ISSN 1806-9347. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200003>.

COLEÇÃO ALBERTO PENTEADO DE LEIS, DECRETOS E ALVARÁS. Acervo de Obras Raras da Biblioteca do Museu Paulista/USP, OR. 801, fl. 122 e fl. 342.

CORRÊA, L. S.. A torturante ausência de uma presença: A imigração alemã na Bahia do século XIX. São Paulo, USP, 2003

COSTA, E. V. Da senzala a colônia. 4. ed. São Paulo : UNESP, 1998.

DEAN, W., Os latifúndios e a política agrária brasileira no século XIX,in Pelaez,C.M. e Buesco,M., A moderna história econômica, APEC,1976.

DELGADO, G.C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, L. (Org.) Questão social e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Brasília, Ed. IPEA, 2005.

DINIZ, M. Sesmarias e posse de terras: Política Fundiária para assegurar a colonização brasileira. Revista Histórica nº 2 de junho de 2005, p. 2. Publicação Trimestral do Arquivo do Estado de São Paulo.

D'ALINCOURT, L. Memória sobre uma viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. In Anais do Museu Paulista. T. XIV. São Paulo. Imprensa Oficial. 1953.

DAVIDOVICH, F. Revista Brasileira de Geografia, 1966 vol. 28, n. 4.

EGAS, E., Municípios Paulistas. Secção de Obras do Estado de São Paulo. São Paulo, 1925.

FURTADO, A. Desconcentração industrial. São Paulo: Fundação SEADE, v.3, 1985. (Série São Paulo 80).

FAUSTO, B. Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, Ed. da Universidade de São Paulo, 1999. Pág. 263.

FERNANDES, C, D. O Preço da Terra no Município de Jundiaí, T.G.I. (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 1993.

FERNANDES, F. “A s Vilas”. In Comunidade e Sociedade no Brasil. Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. São Paulo. Ed. Nacional. Ed. da Universidade de São Paulo. 1972.

FILIPPINI, E. Terra, Família e Trabalho – O Núcleo Colonial Barão de Jundiaí (1887– 1950), São Paulo, p. 82-83 (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 1990.

FILIPPINI, E. À Sombra dos Cafezais: Sitiantes e Chacareiros em Jundiaí 1890-1920, São Paulo p. 113 – 118 (Tese de Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 1998.

FILIPPINI, E., Serra do Japi: um pouco de sua História, Revista Eletrônica Aboré, Edição 02/06, Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Disponível em: http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_2/Artigos_Professores/Elisabeth%20Filippini.pdf.

FAORO, R.. Os donos do poder. 15 ed. São Paulo: Globo, 2000.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Movimentos Pró-Libertários no Brasil.

FURTADO, C.. Formação econômica do Brasil. 10 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

GATTOLINI, G. G. et al. Expo Municipal – História de Jundiaí. Calíope Editora e Propaganda S/C Ltda. 1998.

GATTOLINI, G. G. Transparências Históricas e Políticas de Jundiaí. Editora Propaganda Ltda. 2008

GIBSON, G., Análise da Tendência Temporal da Razão de Sexos ao Nascimento no Brasil. Dissertação de Mestrado. Ministério da Saúde Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, 2008.;

GIRON, L. S.; BERGAMASCHI, H.. Colônia: um conceito controverso. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

GONÇALVES, M. F. (Org.). O novo Brasil urbano. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.

GONÇALVES, M. F.a (autor); FARIA, Vilmar Evangelista (orient.). As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista. 1998. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP.

GOSSNER, W. O Bairro mais antigo de Jundiaí. In Revista do Museu de Jundiaí. Efemérides. Jundiaí, SP, Museo de Jundiaí, 1974

GRAMOLELLI JÚNIOR, F.. Bacia do Rio Jundiaí | The Jundiaí River Basin. Edição Bilíngüe | Bilingual Edition. Campinas: Editora Komedí, 2006.

HANDA, T. O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil. São Paulo, SP : T. A. Queiroz, 1987.

GRAYBILL, W. H. Interpolation coefficients based on the Karup-King fórmula. In: SHRYOCK, Henry, SIEGEL, Jacob S. The methods and materials of demography. New York: Academic Press, 1976.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOGAN, D. J. ; OLIVEIRA, M. C. ; SYDENSTRICKER NETO, J. . Café, Ferrovia e População: processo de urbanização em Rio Claro. Textos Nepo 5, Campinas, SP, 1986. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_05.pdf.

HOLANDA. S. B.. Movimentos da População em São Paulo no século XVIII. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, no. 1, pp. 55-111; 1966.

HOLLOWAY, T. H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Tradução: Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOUAISS, Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa v.3.0, 2006.
IOTTI, L., H.. A Política Imigratória Brasileira e sua Legislação 1822-1914. In: Anais Eletrônicos do X Encontro Estadual de História - ANPUH-RS, 2010. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Documentação Territorial do Brasil. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/dtbs_detalhes.php?id=2488.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censos Demográficos de 1900-2000. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, s.d.
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO - IHGSP, vol. LXIV
IUS LUSITANIAE - Fontes Históricas do Direito Português.
<http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php>.

JAHNEL B. A. (Padre), Dom Pedro II no Solar do Barão de Jundiaí e a Preta Velha. Disponível em <http://www.tradicaoantiquidades.com.br/historiabr/Dom%20Pedro%20II%20no%20Solar%20do%20Bar%C3%A3o.pdf>.

JOCHER, T. V.. Imigração Alemã no Brasil. Fórum de Discussão. <http://br.groups.yahoo.com/group/imigracaoalema/?yguid=188086789>.

JUNDIAÍ (Município). Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. O Centro da Cidade. Série Memórias, Vol. 1. Jundiaí. 2002.

JUNDIAÍ (Município). Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Lugares. Série Memórias, Vol. 2. Jundiaí. 2002.

JUNDIAÍ (Município). Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Índios e Africanos na Jundiaí Colonial. Série Memórias, Vol. 3. Jundiaí. 2002.

JUNDIAÍ (Município). Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Inventário Preliminar do Patrimônio Histórico de Jundiaí. 2006.

KOIFMAN S., KOIFMAN R.J., MEYER A., 2002. Human reproductive system disturbances and pesticide exposures in Brazil. Cad. Saúde Pública, 18 (2): 435-445.

LAZZARI, B. M.. Imigração e ideologia: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875). Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Universidade de Caxias do Sul, 1980.

LEME, P. T. A. P.. História da capitania de São Vicente com um esboço biográfico do autor por Afonso de E. Taunay. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

LOPES, E. C.. O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo, SP: Annablume : FAPESP, 1998.

LORETO, F. A. DE M. D.. A Abolição no Brazil. In: Revista do IHGB. jul./dez. 1900. v.102, n.63, p.187- 192. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1900. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=p>.

LUNA, F. V. ; KLEIN, H. S. . Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, SP: Editora da USP, 2005.

MAKINO, M. Jundiaí – Povoamento e desenvolvimento 1655-1854. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, FFLCH, USP, São Paulo. 1981.

MARCÍLIO, M. L.. A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850. São Paulo, Ed. Pioneira: EDUSP, 1973.

MARCÍLIO, M. L. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836. Prefácio de Stewart Schwartz. São Paulo, SP: Hucitec ; Edusp, 2000.

MARQUES, J. R.. Jundiaí, um impasse regional – O papel de Jundiaí entre duas regiões metropolitanas: Campinas e São Paulo. Dissertação de Mestrado USP- FFLCH , São Paulo; 2008.

MARQUES, M. E. A. Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876. São Paulo: EDUSP, 1980, 2 volumes.

MATOS, D. L. Vinhedos e Viticultores de São Roque e Jundiaí. São Paulo (Tese para Provimento da Cátedra de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 1951

MARTINS, J.S., A Migração e a Crise do Brasil Agrário, Editora Pioneira, 1973.

MATOS, O. N. Café e Ferrovias – a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo. Coleção Monografias. 3ª edição. Edições Arquivo do Estado. São Paulo. 1981.

MAZZUIA, M.. Jundiaí através de Documentos, Jundiaí, Edição patrocinada pela Prefeitura Municipal de Jundiaí, 1976.

_____. Jundiaí e sua História, Jundiaí, Ed. Patrocinada pela Prefeitura Municipal de Jundiaí, 1979.

MEDEIROS-NETO, G. F.. Freire-Allemão. Pioneiro na avaliação do grave problema do bócio endêmico no Brasil. Arq. Bras. End. Met., vol. 40, no 2, p.133-141, 1996.

MEDICCI, A. P. Expansão mercantil em São Paulo: 'decadência' e 'vadiagem' nos discursos de memorialistas, viajantes e autoridades públicas, 1782-1822. *Alm. braz.*, São Paulo, n. 1, 2005. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1808-81392005000100008&script=sci_arttext.

MELO, J. E. V. de. O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11062010-110407/>. Acesso em: 2012-02-14.

MELLO, C. F. P. de. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar: a Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História*, 154 (1º - 2006).

MELLO, J.M.C. O Capitalismo Tardio - contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas.1999.

MEIRELLES, H. L. "Direito Administrativo Brasileiro" 8a. edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1981, p.494.

MENDONÇA, H. J. da C. P. F. de. Observações sobre o estado da organização e população do Brasil. *Correio Braziliense*, Vol. VI, p. 228-240, maio de 1811. In SOBRINHO, B. L. (Org). *Antologia do correio brasiliense*. Rio de Janeiro, Cátedra/MEC, 1977.

MESSIAS, R. C. O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão de obra no período de transição - 1830-1888. São Paulo: UNESP, 2003.

MILLIET, S.. Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da historia econômica e social do Brasil. São Paulo, SP: Dep. de Cultura, 1939.

MONBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MORAIS, R.C. J.. Nos verdes campos da ciência: a trajetória acadêmica do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão (1797-1874) - Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.

MORALES, W.F.; MOI, F.P. Índios e Africanos no interior paulista: um estudo sobre a transição do cativo indígena para a escravidão africana na Vila de Jundiá, SP, no século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 18: 115-131, 2008.

MOURA, C.. Dicionário da escravidão negra no Brasil. São Paulo, SP: EDUSP, 2004.

MULLER, D. P.. São Paulo em 1836: Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo. São Paulo, Seção de Obras de "O Estado de São Paulo", p. 131.

NAVARRA, W. S. O uso da terra em Itatiba e Morungaba – permanência na organização do espaço agrário (1956 –1966), São Paulo, Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH, USP. São Paulo. 1972.

NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

NEVES, C. - A estória do café. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Café, 1974.

OLIVEIRA, J. S. de. "Brasil mostra a tua cara" : imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Textos para discussão, n. 6. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, O., GARCIA, B.; STERN, C. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H. A. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco BNB, 1980.

NEVES, C. - A estória do café. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Café, 1974.

PEREIRA, E. C.. Núcleos coloniais e construções rurais. ELETROBRAS, 2006.

PEREIRA, E. e FILLIPINI, E. Cem anos de imigração italiana em Jundiaí. Jundiaí: Estúdio RO, 1988.

PETRONE, M. T. S.. A lavoura canavieira em São Paulo. São Paulo. Ed. Difusão Européia do Livro. 1958.

_____. O imigrante e a pequena propriedade. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Política imigratória e interesses econômicos (1824-1930). IN: Emigrazione europea e popolo brasiliano. Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazione (1985: São Paulo). Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987.

PINTO, A. A . História da Viação Pública de S. Paulo (Brasil). São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia., 1903.

PONTES, A. T. Jundiaí - Edição Histórica. São Paulo: Escalibur, 1970.

_____. O Barão de Jundiaí, Antônio de Queiroz Telles, Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, 1970.

PRADO Jr., C.. Formação do Brasil contemporâneo. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRAXEDES, V. L.. A teia e a trama da "fragilidade humana": os filhos ilegítimos em Minas Gerais, Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A018.PDF>. PREFEITURA DE INDAIATUBA através da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, com o título de Pedro José Wolf – Documentário Biográfico, sem data de publicação. Disponível em: <http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/pdf/Pedro%20Jose%20Wolf.pdf>. Consultado em: 15.02.2012.

PREZIA, B. A.. Histórica – A Câmara da Vila de São Paulo como Manifestação da Sociedade Civil nos Séculos XVI E XVII. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.29, 2008.

PROJETO TRÁFICO DE ESCRAVOS – UNESCO- Fundação Biblioteca Nacional. 2003. <http://bndigital.bn.br/projetos/escravos/introducao.html>.

PROJETO PRESENÇA DO IMIGRANTE NA MEMÓRIA NACIONAL. Arquivo Público do Estado de São Paulo , apoio BNDES. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presenca.php>.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de (autor). A abolição da escravidão. 4. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987. 97p., il., 16cm. (Tudo e historia; v. 17)

REIS, D. O. M.. Cinturão paulistano. Economia e demografia nas vizinhanças da capital de São Paulo (c. 1798 - c. 1830). Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo; 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-27052011-171045/>.

RIBEIRO, J. J., Chronologia paulista, ou, relação historica dos factos mais importantes ocorridos em S. Paulo desde a chegada de Martim Affonso de Souza a S. Vicente ate 1898. São Paulo, SP: Oficinas do Diario Official, 1899-1904, 1899.

RITTLER, M. and CASTILLA, E. E.. Endocrine disruptors and congenital anomalies. Cad. Saúde Pública [online]. 2002, vol.18, n.2, pp. 421-428.

ROSSETTO, P. F.. Reconstituição do traçado da "estrada dos Goias" no trecho da atual mancha urbana de Campinas. An. mus. paul. [online]. 2006, vol.14, n.2, pp. 141-191. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142006000200006>.

RUIZ, G. W. .Imigrantes no Brasil. Estudos Livres. Disponível em: <http://www.weber-ruiz.com/imigracao.html>.

SAES, F. A. M. de. As ferrovias de São Paulo (1870-1940). São Paulo: Hucitec, 1981;

SAINT-HILAIRE, A.. Viagem a província de São Paulo. Belo Horizonte; São Paulo, SP: Itatiaia: USP, 1976.

SANTOS FILHO, L.. História geral da medicina brasileira. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1991.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento – Municípios e Distritos do Estado de São Paulo. - Instituto Geográfico e Cartográfico – São Paulo: IGC, 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento – Quadro do desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas / Instituto Geográfico e Cartográfico – São Paulo: IGC, 1995.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado do Planejamento - Relatório da Região de Governo de Jundiaí. São Paulo. 1988.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado do Planejamento - Relatório da Região Administrativa de Campinas. São Paulo. 2007.

SCHNEIDER, M.; Jundiaí na História, Jundiaí de Ontem, de hoje e de todos nós, Porto de Ideias, São Paulo; 2008.

SILVA LEME, L. G. Genealogia Paulistana, Título Moraes, Parte 1, vol VII.

SMPMA, Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Jundiaí.

SOUSA, J. S. I. DE. A Agricultura em Jundiaí, Sociedade Viti-Vinicola e Rural de Jundiaí, 1955.

_____. A Agricultura em Jundiaí de 1615-1970. Editora S.C.P., Campinas; 1970.

_____. Uvas para o Brasil, Vol. 1, FEALQ, 1996.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, K. F. P. von Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Impr. Nacional, 1938. 3v.

STAFUZZA, A. M. (Coord.) Museu de Jundiaí n.º 1 – 1967 – Editora Ave Maria Ltda. São Paulo.

STAFUZZA, A. M. (Coord.) - Museu de Jundiaí – Efemérides, -Tipografia Edane S.A., 1974.

SUB-COMISSÃO DO MARCO HISTORICO Elementos para a historia de Jundiaí: Jundiaí, Sociedade Amigos de Jundiaí, 1955.

TAUNAY, A. de E. - História do café no Brasil: no Brasil Imperial 1822-1872. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939.

THEODORO, M. As Características do Mercado de Trabalho e as Origens do Informal no Brasil. In JACCOUD, L (org.) Questões Sociais e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.

TOMANIK, G. B. Jundiaí Cronologia Histórica, Jundiaí, Ed. Literarte, 1992.

_____. As fotos, os traços e a História. Jundiaí, Ed. Literarte, 2005.

TORAL, A. A.I de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. Estud. av. [online]. 1995, vol.9, n.24, pp. 287-296. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000200015>.

TREVISAN L.. O pensamento militar brasileiro. RocketEdition eBooksBrasil de Janeiro 2.000. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/militar2.html>.

VILLA, M.; RODRÍGUEZ, J. Dinámica sociodemográfica de las metrópolis Latinoamericanas durante la segunda mitad del siglo XX. Notas de Población, Santiago de Chile, Celade, n.65, 1997.

WELLISCH, Maurício. Legislação sobre estrangeiros: anotada e atualizada. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

ANEXOS

Anexo 1 - Solicitação de 20 de maio de 1867, para que se consignasse junto ao orçamento provincial custas para ampliação da iluminação pública de Jundiá

Fazenda CF67.38.1
Do Parocho de São Jerônimo pedindo que este Ape
suntado fosse consignar no orçamento provincial
uma verba para ampliação da iluminação pública
da dita Cidade -



Comandante de Armas desta Cidade,
em aconchego de estrada de ferro de
abrir a iluminação das ruas da
mesma. O Município Municipal
necessitando esta verba em especial,
obtida por meio de taxa de escrúpulo
e lampas maiores para este fim,
já existente em um caso que
se encontra, de exemplo, adiantamen
to ao mesmo. O Município Municipal
tem uma verba muito de mais
esta, que apenas se dá a alguns
para a grande quantidade que esta
está para ser de cidade: além dis
to tem muitas outras obras ur
gentes a fazer como a canalização
da água do Cemitério &c.

Vendo sempre a esse respeito a
Governatura Provincial tem expedido das
Municípios, quando estas que
nem outras e o Município de um
muito momento de grande vantagem
para a cidade Municipal não
poder que se consigam no orça
mento provincial uma parte de

Continua

tervado assem. exposto, e ainda que
mas passa-se de de uma aporia que
preceia por tua emittio de sua man
ou m. l. n. s. j. r. de a. s. p. m. b. l. e. i. g. u.
l. e. t. u. r. e. P. r. o. v. i. n. c. i. a. l. e. t. e. m. c. o. n. s. e. l. i. o. a.
f. i. n. e. s. e. p. o. n. e. r. l. e. v. a. r. p. o. r. d. i. a. n. t. e.
e. s. t. e. m. e. l. h. o. r. a. m. e. n. t. o. p. e. r. e. n. a. n. d. o.
d. e. p. o. i. s. e. m. e. n. t. e. q. u. e. p. o. d. e. o. b. t. e. r.
p. a. r. a. m. a. i. f. a. c. t. o. e. s. s. e. r.

Além disso municipal confer
de manifestos de pedidos, espera que
ele será atendido.

Com guarda a t. l. y. as P. u. e. r. a. n. f. a. n. c. i. a. n.
Municipal em guarda a t. l. y. e. l. e. d. e. c. e. n.
de 1867.

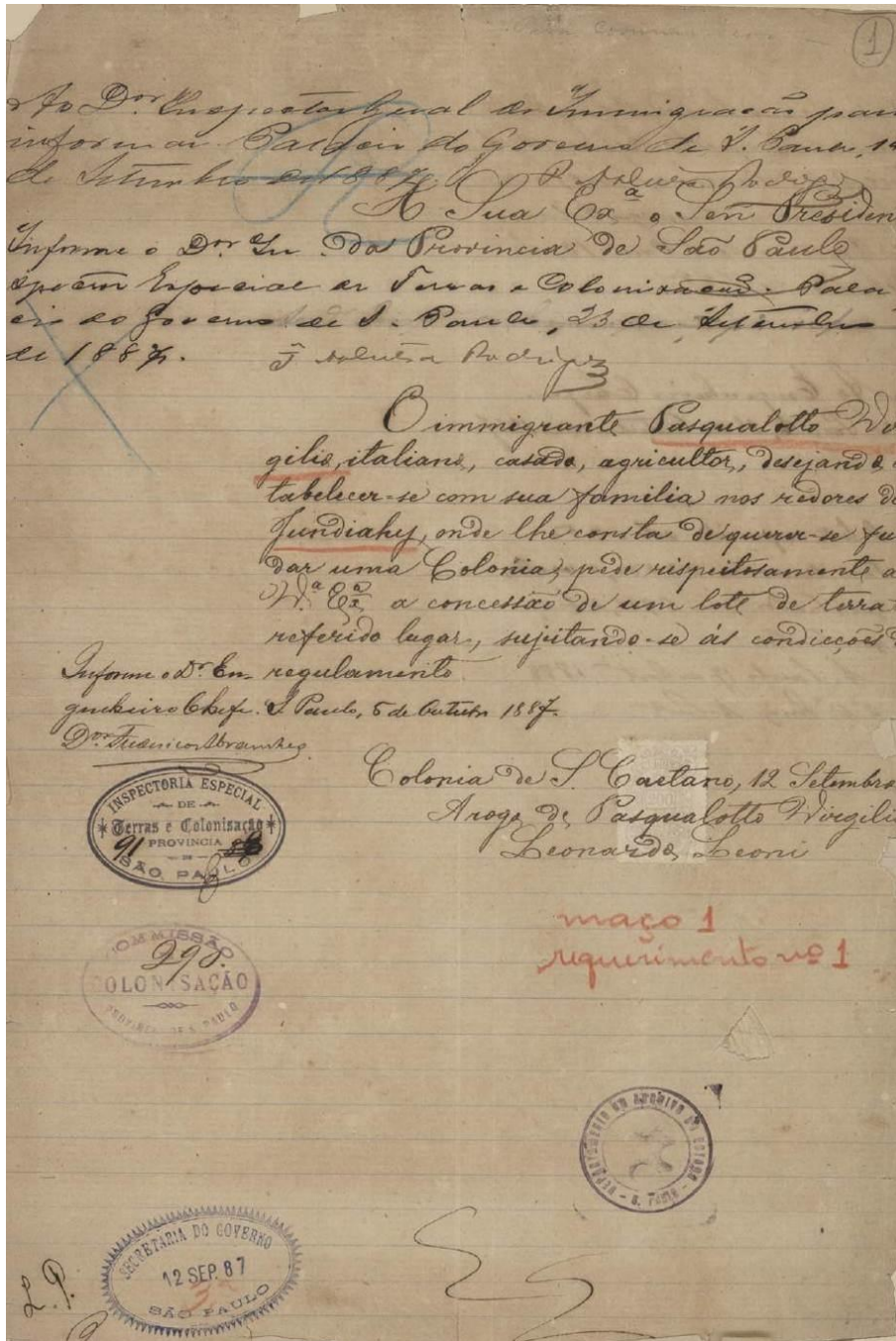
M. r. s. S. e. n. h. o. r. e. s. P. r. e. s. i. d. e. n. t. e.
e M. e. m. b. r. o. s. d. e. A. s. s. e. m. b. l. e. i. a.
L. e. g. i. s. l. a. t. i. v. a. P. r. o. v. i. n. c. i. a. l. e.

O Presidente Antonio de Aguiar e Aguiar
Francisco Antonio de Siqueira Filho
Antonio Basilio de Vas. e Barros
Antonio Martins de Monte
Jose Carlos Pires
Joãoquin Pedro de Moraes
Estanislau José de Alar. e Lemos

Anexo 2 - Exemplo de Pedido de Lote

Pedido de Lote de Pasqualotto Virgilio (Maço 1 requerimento n.º 1), Colônia: Barão de Jundiá. Nacionalidade: Italiana.

Data: 12/09/1887 (pedido), 18/10/1887 (concessão).

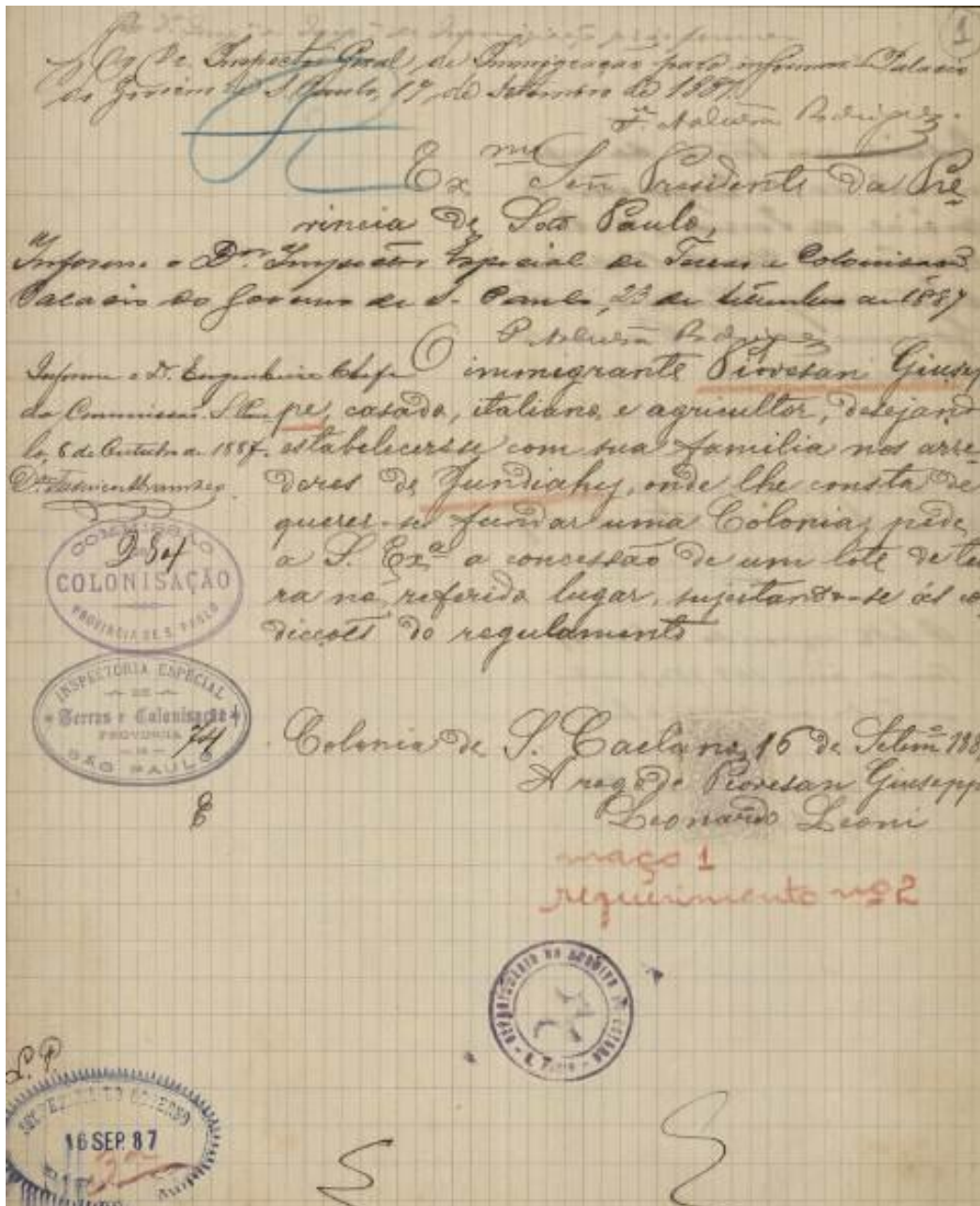


Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Presença do Imigrante em São Paulo . Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presencaimagem.php?cod=18290&img=SACOPDITCINCBJC07175005001.jpg&junta=C07175005>

Anexo 3 - Exemplo de Pedido de Lote

Pedido de Lote de Piovesan Giuseppe (Maço 1 requerimento n.º 64), Colônia: Barão de Jundiá. Nacionalidade: Italiana.

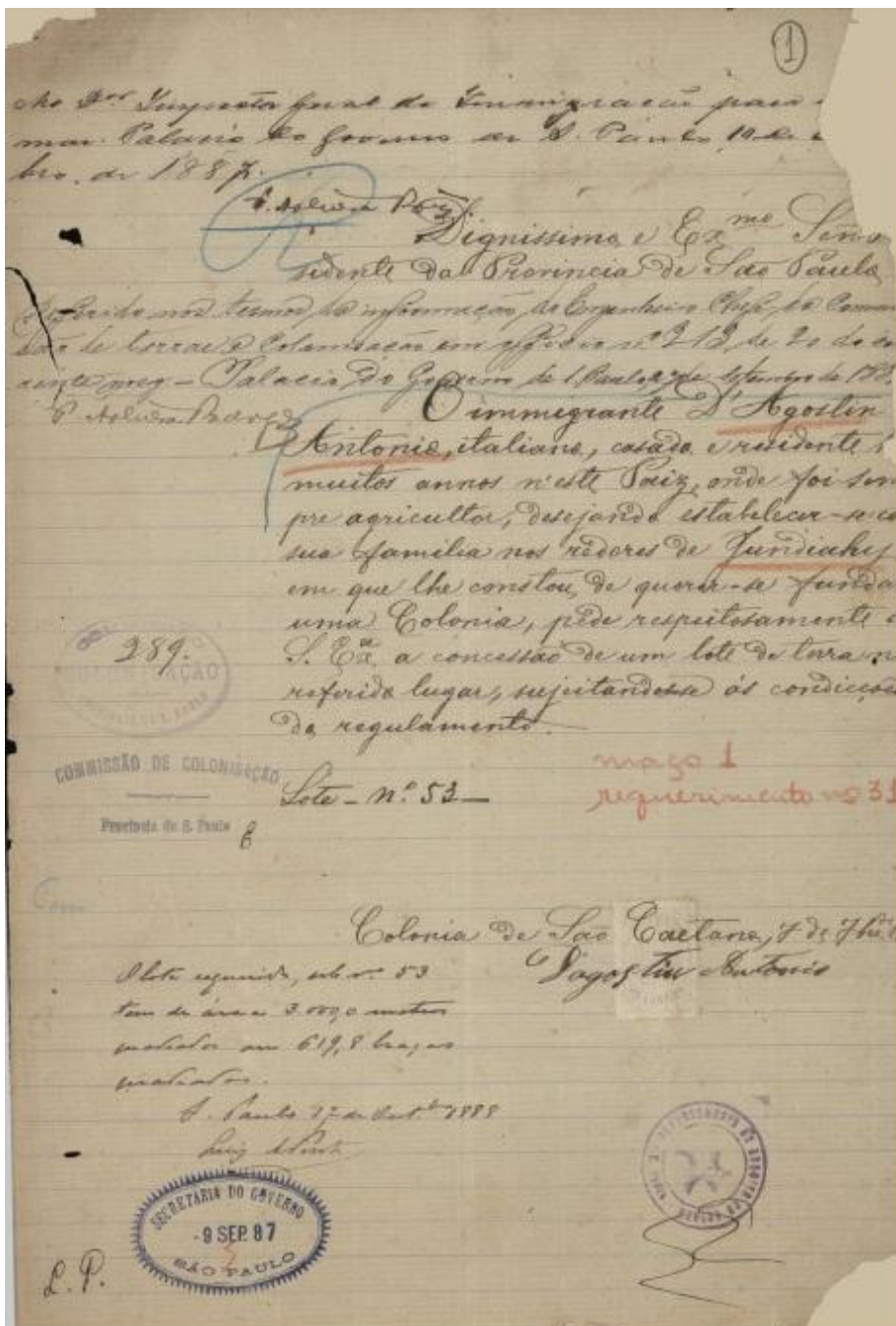
Data: 16/09/1887 (pedido), 17/10/1888 (concessão).



Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Presença do Imigrante em São Paulo . Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presencaimagem.php?cod=18293&img=SACOPDITCINCBJC07175007001.jpg&junta=C07175007>

Anexo 5 - Exemplo de Pedido de Lote de Italianos já residentes no Brasil

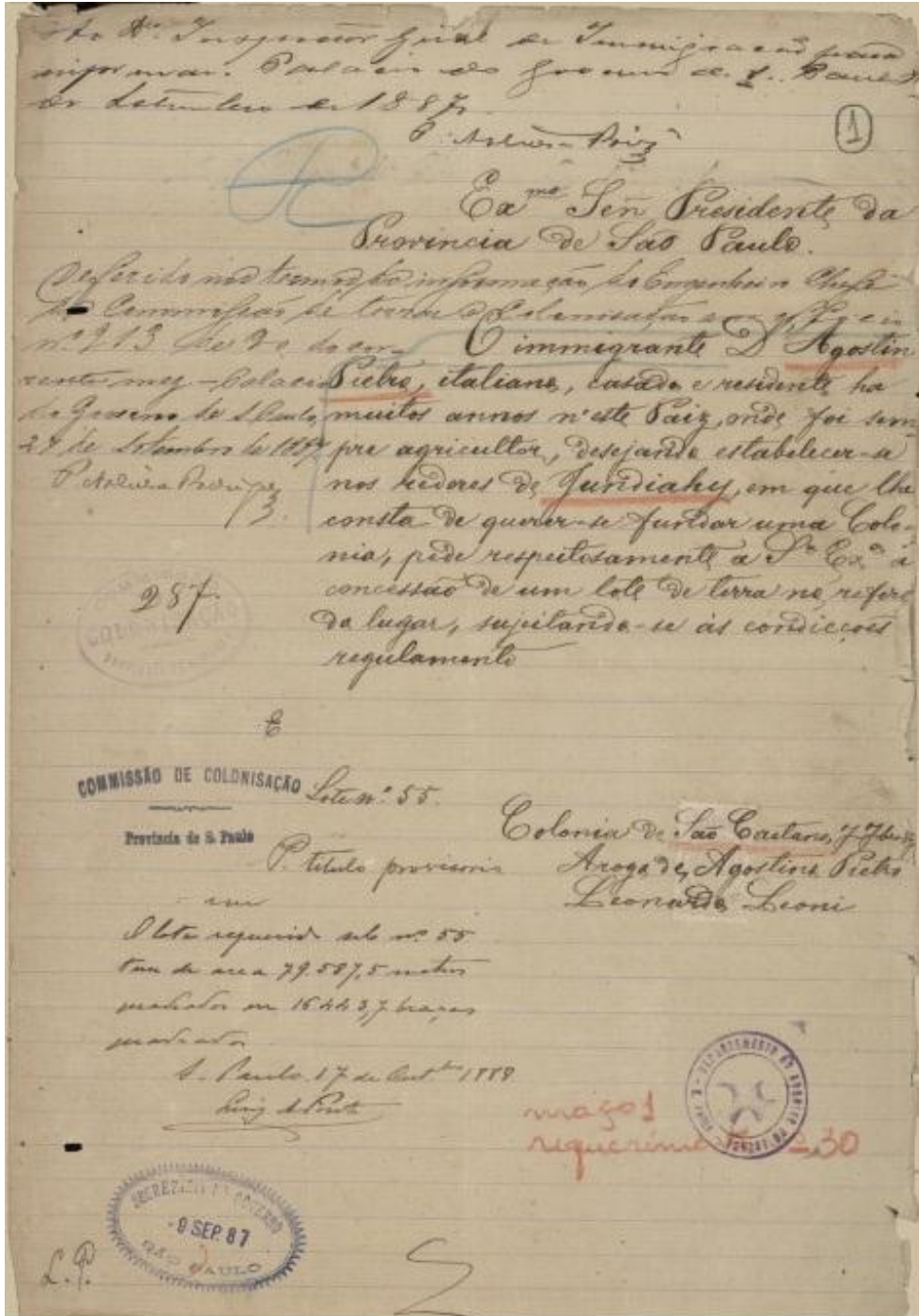
Pedido de Antonio D'agostin. (Maço 1 , Requerimento n.º 31) Colônia: Barão de Jundiá. Data: 07/09/1887 (pedido) - 09/09/1887 (concessão).



Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Presença do Imigrante em São Paulo . Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presencaimagem.php?cod=18287&img=SACOPDITCINCBJC07175003001.jpg&junta=C07175003>.

Anexo 6 - Exemplo de Pedido de Lote de Italianos já residentes no Brasil

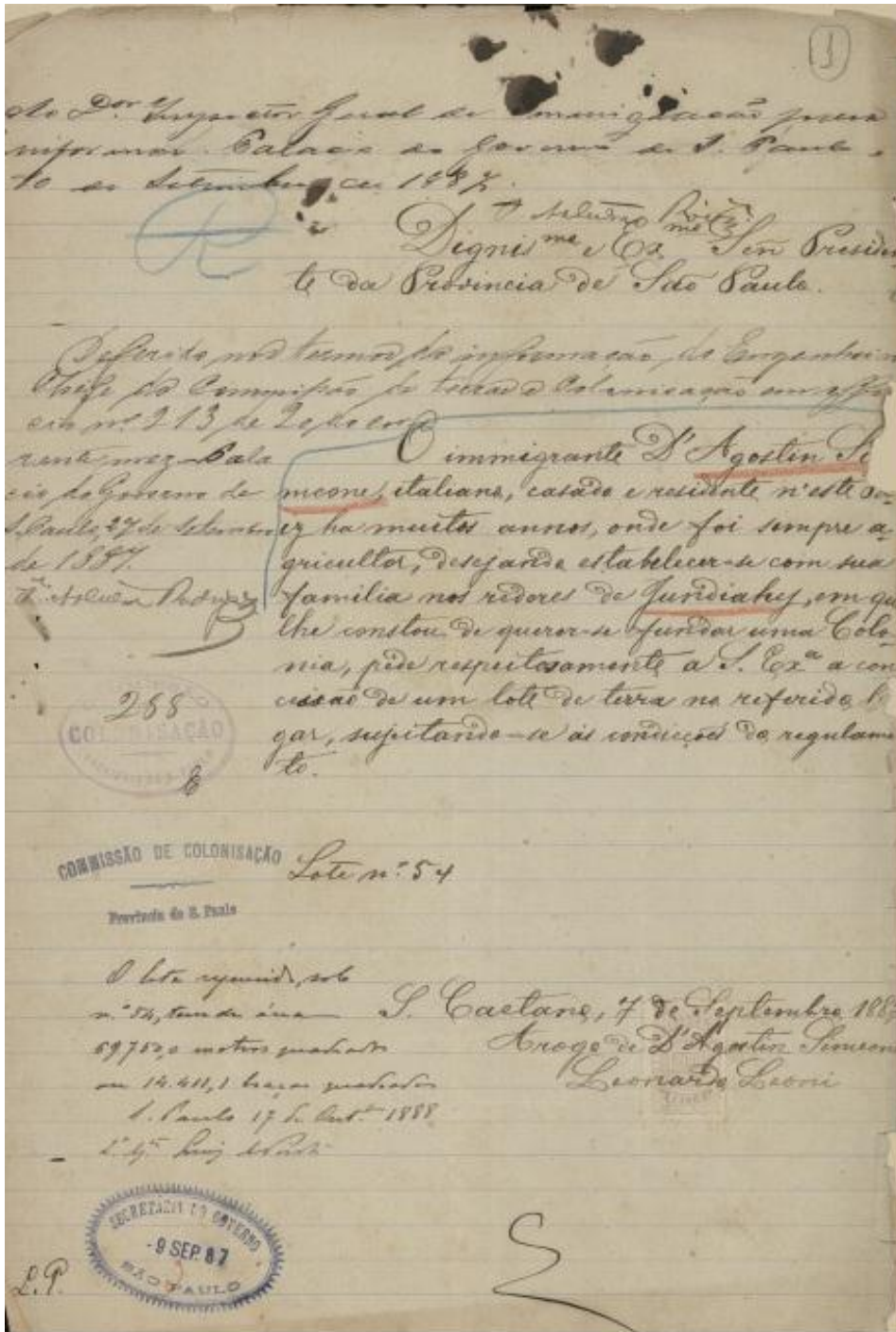
Pedido de Pietro D'agostin. (Maço 1 , Requerimento n.º 30) Colônia: Barão de Jundiá. Data: 07/09/1887 (pedido) - 17/10/1888 (concessão).



Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Presença do Imigrante em São Paulo . Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presencaimagem.php?cod=18289&img=SACOPDITCINCBJC07175004001.jpg&junta=C07175004>.

Anexo 7 - Exemplo de Pedido de Lote de Italianos já residentes no Brasil

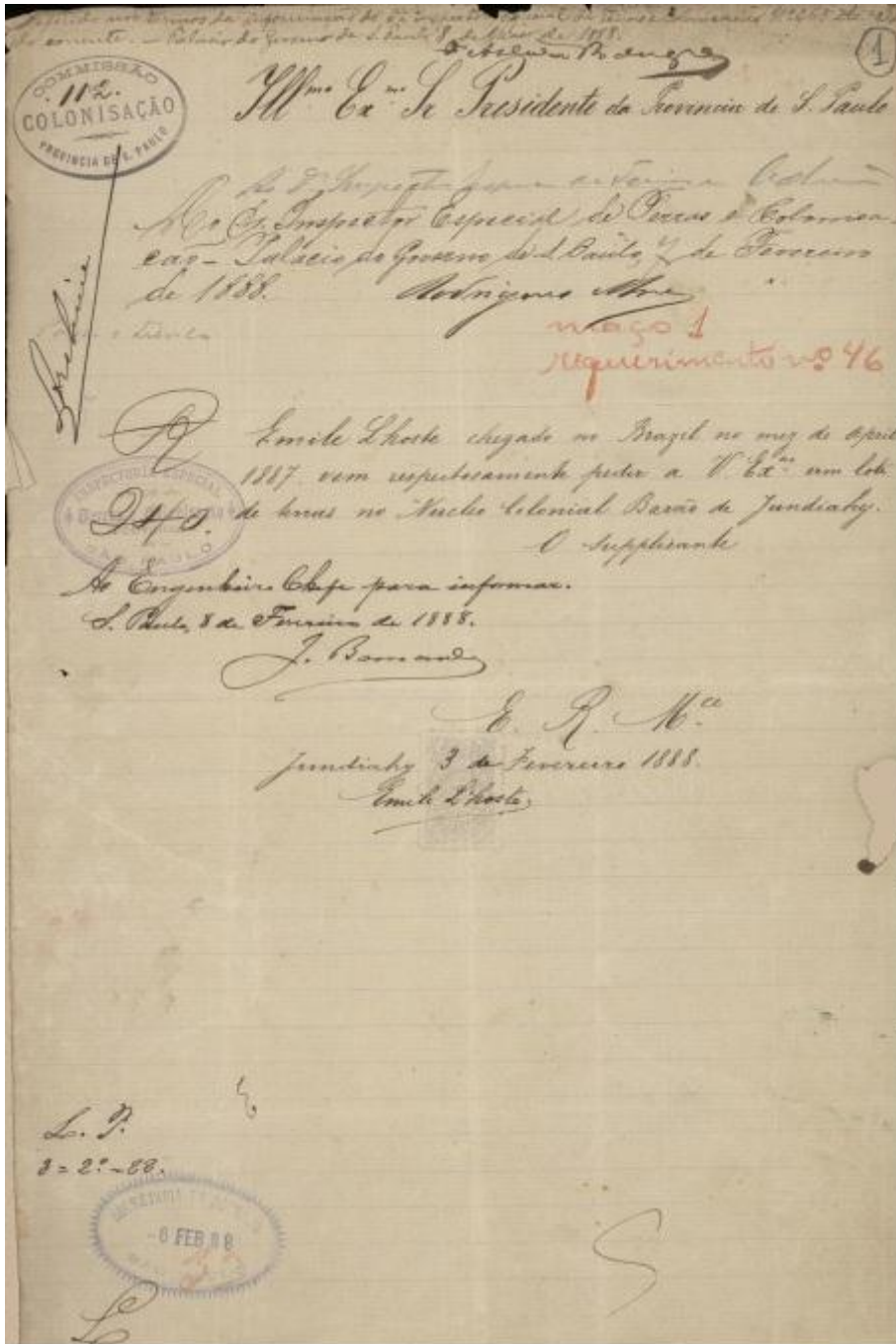
Pedido de Simione D'agostin. (Maço 1 , Requerimento n.º 30) Colônia: Barão de Jundiáí. Data: 07/09/1887 (pedido) - 09/09/1887 (concessão).



Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Presença do Imigrante em São Paulo . Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presencaimagem.php?cod=18285&img=SACOPDITCINCBJC07175002001.jpg&junta=C07175002>.

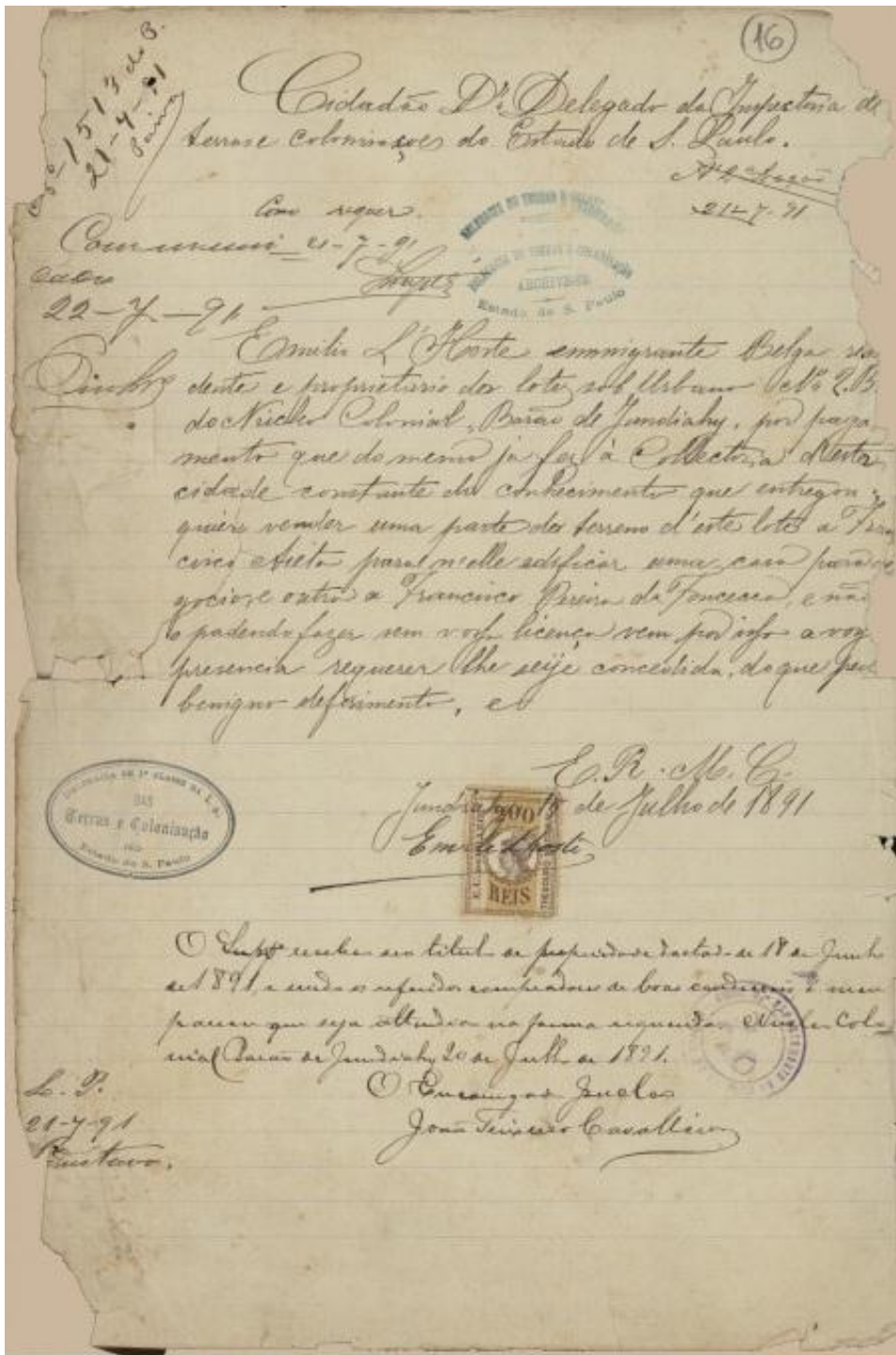
Anexo 8 - Exemplo de Pedido de Lote efetuado por pessoa de nacionalidade Belga

Pedido de Emile Lhoste. (Maço 1 , Requerimento n.º 46) Colônia: Barão de Jundiáí. Data: 03/02/1888 (pedido) - 15/07/1891 (concessão).



Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Presença do Imigrante em São Paulo . Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presencaimagem.php?cod=18451&img=SACOPDITCINCBJC07175035001.jpg&junta=C07175035>.

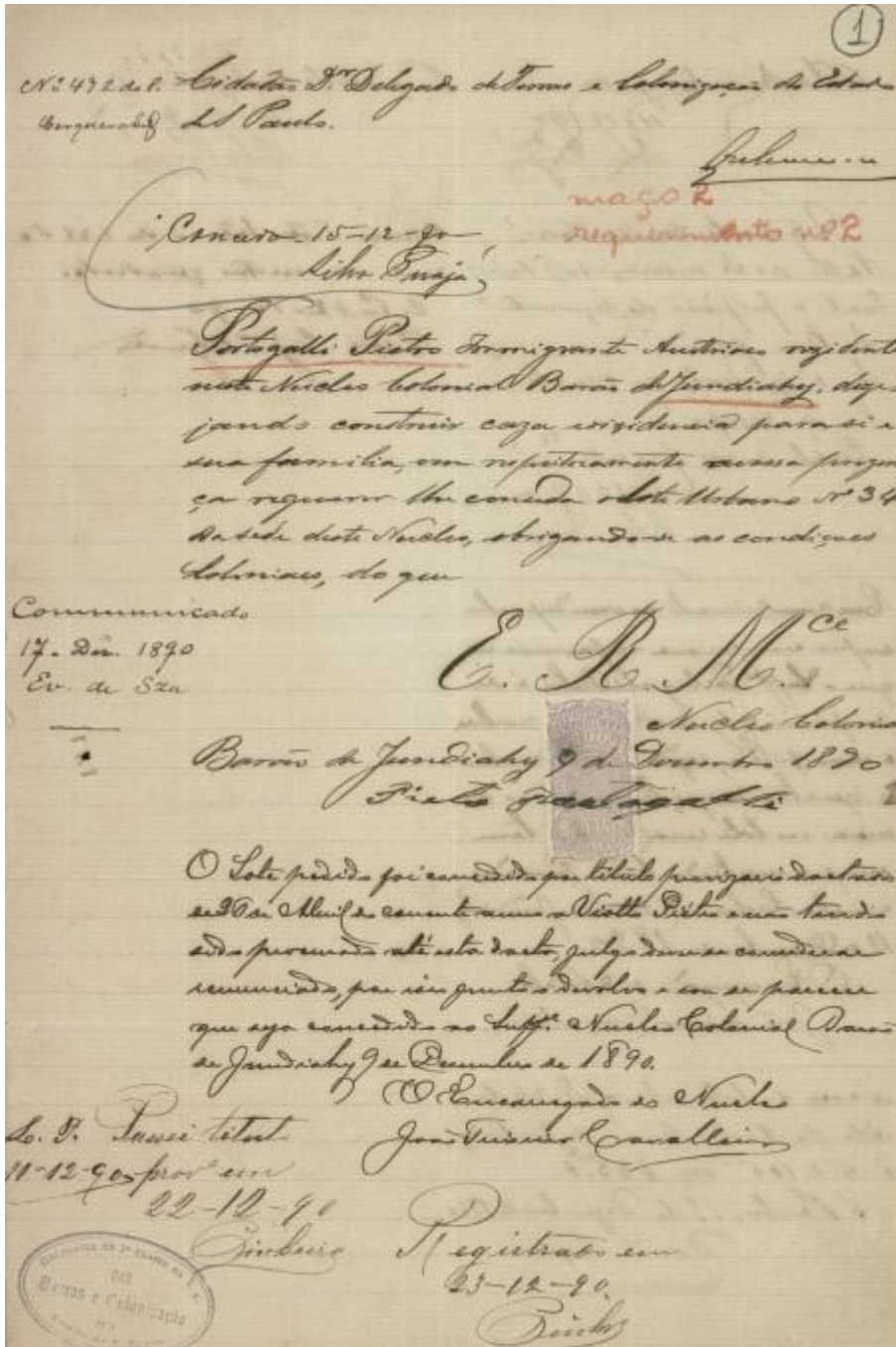
Anexo 9 - Comprovação de Nacionalidade de Emile Lhoste



Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Presença do Imigrante em São Paulo . Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presencaimagem.php?cod=18451&img=SACOPDITCINCBJC07175035001.jpg&junta=C07175035>.

Anexo 11 - Exemplo de Pedido de Lote efetuado por pessoa de nacionalidade Austríaca


Pedido de Pietro Portogalli. (Maço 2 , Requerimento n.º 2) Colônia: Barão de Jundiáí. Data: 09/12/1890 (pedido) - 19/07/1892 (concessão).




Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Presença do Imigrante em São Paulo . Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presencaimagem.php?cod=18059&img=SACOPDITCINCBJC07176060001.jpg&junta=C07176060>.

Anexo 12 Contrato de Designação de Lote de Terras

3





Registramos
F. de S. J.

COLONIA *Baratá de Yurundiopy*

Designação de lote de terras

Ao Sr. *Seppala Davide*

Para para presente designado o lote de terras, mencionado na planta da colônia, distrito de *Yurundiopy*, com o N. *14* e tendo a área de *18.350* braças quadradas pouco mais ou menos, para de aqui em diante, propriedade sua, sob a condição de cultura e moradia habitual e efectiva, e semita as reais obrigações inherentes à compra do mesmo lote, que são as seguintes:

1. Recibendo o comprador o lote referido e demarcado no fronto e em parte dos fundos, deve tratar da conservação dos muros, não deixando que sejam deteriorados, e substituindo por outros os que tiverem sido destruídos por fogo ou outro acidente. No caso de desaparecerem ou serem deteriorados os mesmos muros, a despesa da sua reconstrução, se for necessária, correrá unicamente por conta do comprador ou, si construírem dois ou mais lotes, se dividirá proporcionalmente entre os respectivos herdeiros.
2. Até seis meses depois desta designação deve estar roçada e plantada uma área de mil braças quadradas, pelo menos, e construída uma casa, que tenha pelo menos, quarenta e cinco palmos quadrados, para a habitação permanente e de sua família. A inobservância desta obrigação importará a perda das beneficências que tiver feito, assim como das prestações, que tiver pago, podendo ser o lote designado vendido pelo Director, sem que sirva a favor de forçosidade a subrogação pro-longanda e privada, em que será concedido ao comprador

Designazione di lotto di terre

A *Seppala Davide*

Viene, per il presente titolo, designato il lotto di terra, nell'atto della pianta della colonia, distretto di *Yurundiopy*, N. *14*, colla superficie di *18.350* braças quadradas e un dipresso, affine di conservarsi come sua proprietà, sotto condizione di coltura e stabilirsi dimora effettiva e di sottoporri a tutti gli altri obblighi giuranti alla compra dello stesso lotto, i quali obblighi sono i seguenti:

1. Curare la conservazione dei muri dividenti questo lotto faciendo il lotto murato e demarcati unghando che vengano elevati, e sostituendo per altri quelli che sono stati distrutti dal fuoco o da altri accidenti. Quando scompariranno o vengano rotti detti muri, la spesa, nel caso che sia necessaria, per il nuovo ristauramento o dimonstrazione sarà unicamente a carico del compratore, e, se costruirà due o più lotti, si dividerà proporzionalmente fra i rispettivi proprietari.
2. Nello spazio di sei mesi, a datare da questa designazione, deve star edificata e plantata un'area di mille braças quadradas, e costruita una casa per abitazione di due o tre famiglie, di 405 palmi quadrati, per lo meno. La inosservanza di quest'obbligo importerà la perdita delle beneficenzie già fatte, come pure delle rate già pagate, facendosi il direttore a vendere il lotto designato, senza caso di forza maggiore o di malattia prolungata o prevenuta, nel qual caso si concederà al compratore una dilazione di 2 a 0 mesi.

Continua

uma teororia de 2 a 3 meses, sendo as questoes que entrarão em vigor durante os primeiros seis meses, por outros seis meses, e os que deverão, pelo menos, tres annos de residencia d'ia no Estado.

3. O comprador entrega todo o dinheiro de propriedade do lote assignado depois de ter pago integralmente a sua importância, sendo tudo quanto deve a Fazenda Nacional, sendo que, por si ou por pessoa de sua confiança, tenha sido no mesmo lote seu nome, sobrenome, de residência habitual e cultura efectiva.

4. Sempre são designados de categoria de mercado e cultura efectiva os lotes de menor superficie nos districtos urbanos, e os de maior para qualquer fim de recobertura utilidade, e si não forem convenientemente aproveitados por espaço de dois annos, pelo menos, sahido em somma, salvo o caso contrario.

5. Os edificios ramos feitos a largura de quatro braças, não se poderão plantar arvores sobre a distancia de um braço, pelo menos, da estrada. Para a abertura de novas estradas de propriedade da cidade, e para a abertura de novas estradas de propriedade particular, tanto das favelas como das existentes, mediantes lotes adjacentes, caso de terreno, cujo preço será o da primitiva compra durante o primeiro quinquennio, contado da data desta.

6. Devem ser mantidas e melhoradas as estradas de arvores que nas divisões da cidade sobre as ruas, e para de conservar-se devidamente e transeito, observando-se a este respeito quanto se acha previsto nas portarias da Câmara Municipal.

7. Para as ruas e outras obras publicas se poderá tirar gratuitamente da parte oculta dos lotes maderes, pedras e outros materiais, havendo indenizacao, determinada por arbitrio, quando d'ahi resulte prejuizo permanente.

8. Na demarcação dos fundos dos lotes devem ser seus donos e o chanceler e os demais ahi presentes, e os concorrentes a seu cargo, sendo por elles repidas e impadas anualmente e conservados os competentes matras, como littera de dependa.

9. O preço deste lote é de ~~1000~~ 1000 reis, por braço quadrado, e será pago pelo comprador pela firma deprehensiva no respectivo regulamento, de que se deu dea publicação. Enquanto não se realisar o pagamento de sua importância, tem como de lotes de que-estão que o comprador fica ao Estado, ficando o mesmo lote hypothecado não só pelo referido pagamento, como pela multa, em que o proprietario incurrer por infração das portarias relativas a conservação das ruas.

Le questões que possam nascer de aqui a 31 de outubro serão resolvidas de acordo com os que estão de aqui a 31 de outubro, e os que deverão, pelo menos, tres annos de residencia d'ia no Estado.

2. O comprador entrega o total definitivo de propriedade do lote assignado logo de averio totalmente pagado, sahido tanto do que deve ao Estado e provendo do seu ou outra pessoa de sua plena confiança abbia visto por lo menos um anno de residencia actual e efectiva e efectiva no dito lote.

4. São sempre os casos dell'obrigação de abstenção e cultura efectiva, e lotes de menor superficie nos districtos urbanos que sempre se assignam a fim de recobertura utilidade. Não sendo convenientemente aproveitados no espaço de 2 annos, sahido em somma, salvo o caso contrario.

5. As estradas publicas devem ter largura de quatro braças, e não se potranno plantar arvores sobre a distancia de um braço da estrada. Para a abertura de novas estradas de propriedade particular, tanto das favelas como das existentes, mediantes lotes adjacentes, caso de terreno, cujo preço será o da primitiva compra durante o primeiro anno contado da data della compra.

6. Devem ser mantidas e melhoradas as estradas de arvores que, nel demarcação, maderes sobre as ruas, e para de conservar-se devidamente e transeito, observando-se a este respeito me que prescrive a Municipalidade.

7. Para as ruas e outras obras publicas se poderá gratuitamente tirar da parte oculta dos lotes maderes, pedras e outros materiais e se será indenizado, mediante arbitraggio, o proprietario quando de ali resulte dano permanente.

8. I proprietários dos lotes deverão nei fundos degli stessi aprire sezioni in cui conservazione rimane a loro carico, dovendo d'ora innanzi e annualmente conservando i segni competenti come si è già detto.

9. Il prezzo di questo lotto è di ~~1000~~ 1000 reis per braccio quadrato e sarà pagato dal compratore nella forma determinata dal rispettivo regolamento, il quale dovrà esserli stato palese. Finché non sia totalmente pagato, e finché non sia sahida qualsiasi altra somma che il compratore debba allo Stato, ficará lo stesso lotto hypothecato non solo per il pagamento, come per la multa in cui incurrerà il proprietario per infrazione alle leggi concernenti la conservazione delle strade.

Continua

5

10. Os direitos conferidos por esta designação aproveitam à pessoa ou família, em cujo benefício é expedida, ou aos seus descendentes e herdeiros com a precisa capacidade, para cumprirem com os deveres acima preceituados, e especialmente com a constante cultura e habitação e com a conservação das estradas. Para a transferência destes direitos por venda ou por qualquer outro modo, deve preceder a aprovação da Presidencia da Provincia sobre informação do Director.

10. I diritti conferiti per la presente designazione sono valevoli per la persona o famiglia in cui beneficio è tratta, od ai suoi discendenti ed eredi colla necessaria idoneità per compiere con gli obblighi sopra accenati, e specialmente colla coltura ed abitazione costante ecolla conservazione delle strade. Per la trasferimento di questi diritti per vendita o per qualsiasi altro modo è necessaria l'approvazione del presidente della provincia sull' informazione del Direttore.

Colonia, *Carlo de S. S. de Novembro* 1888.

IL DIRETTORE

Inspector Especial
João Romão de Salles
João Carlos de Almeida e Silva

Dichiarando il direttore soddisfatte le condizioni riferite nella clausola 2ª la presente designazione ha la validità di titolo *provisorio*

Colonia, addi 18

Essendo soddisfatte le condizioni menzionate e trovandosi il compratore agravato di ogni debito col Tesoro Nazionale gli appartiene il diritto di ricevere il *titolo definitivo* del lotto che per il presente gli fu designato.

Colonia, addi 18

IL DIRETTORE

Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Presença do Imigrante em São Paulo . Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presencaimagem.php?cod=18298&img=SACOPDITCINCBJC07175011001.jpg&junta=C07175011>, <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presencaimagem.php?cod=18298&img=SACOPDITCINCBJC07175011001.jpg&junta=C07175011> e <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presencaimagem.php?cod=18298&img=SACOPDITCINCBJC07175011001.jpg&junta=C07175011>.

Anexo 13 - Lista Parcial de Imigrantes destinados a Itupeva Jundiá de 1887- Suíços

EXERCÍCIO DE 1887 A 1888

PROVINCIA DE SÃO PAULO

MÊS DE *Julho* DE 1887

Relação parcial dos imigrantes que se destinam a diversas localidades Município de *Jundiá* que tem de ser verificado pela respectiva Estação arrecadadora provincial de acordo com as Instruções do Governo de 18 de Agosto de 1886.

NÚMERO	NOME	Sexo	Estado	Profissão	Idade	Data de entrada	VALORES		Número e data de Chegada				Observações
							Em mil réis	Em mil réis	Quantidade	Data	Data	Data	
34	Johann Kellert	m	45	C	Prussia	27 jul 87	700 000	1.330 000	39	1887	Julho 22		
35	Johann	m	40	C	"	"	700 000	"	"	"	"		
36	Bernardina	f	10	A	"	"	350 000	"	"	"	"		
37	Mathias	m	5	"	"	"	350 000	"	"	"	"		
38	Paula	f	5	"	"	"	15 000	"	"	"	"		
39	Carolina	f	31	"	"	"	700 000	277 500	"	"	"		
13	Constante Luiz	m	62	C	"	"	700 000	"	30	"	"		
14	José Maria	m	60	C	"	"	700 000	"	"	"	"		
15	Theodoro	f	34	A	"	"	700 000	"	"	"	"		
16	Elza	f	32	"	"	"	700 000	"	"	"	"		
17	Alfonso	m	22	"	"	"	700 000	"	"	"	"		
18	Barbosa	m	13	"	"	"	700 000	"	"	"	"		
19	Frederico	m	16	"	"	"	700 000	"	"	"	"		
20	Rosa Carolina	f	14	"	"	"	700 000	560 000	"	"	"		
41	Joséph Auguste	m	47	C	"	"	700 000	"	36	"	"		
42	Carolina	f	44	C	"	"	700 000	"	"	"	"		
43	Joséph	f	13	A	"	"	700 000	"	"	"	"		
44	Carolina	f	15	"	"	"	700 000	"	"	"	"		
45	Agostinho	m	14	"	"	"	700 000	"	"	"	"		
46	Mathias	m	13	"	"	"	700 000	"	"	"	"		
47	Teodoro	m	12	"	"	"	700 000	"	"	"	"		
48	Bernardina	f	11	"	"	"	350 000	"	"	"	"		
49	Alfonso	m	7	"	"	"	350 000	"	"	"	"		
50	Elza	f	3	"	"	"	350 000	"	"	"	"		
51	Agostinho	m	2	"	"	"	15 000	"	"	"	"		
52	Paula	f	5	"	"	"	15 000	"	"	"	"		
53	Luís	m	4	"	"	"	15 000	"	"	"	"		
54	Alfonso	m	3	"	"	"	15 000	"	"	"	"		
55	Alfonso	m	10	"	"	"	700 000	3.242.000	"	"	"		

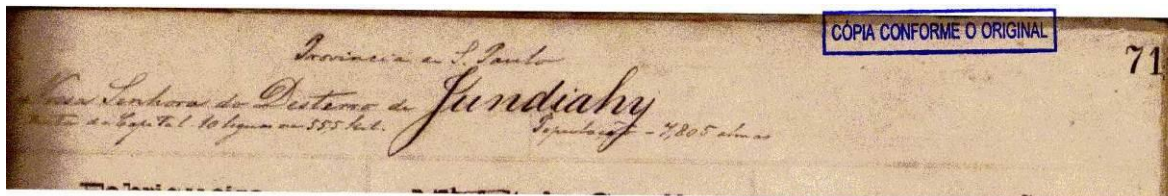
Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Presença do Imigrante em São Paulo . Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/presencaimagem.php?cod=17973&img=SACOPDITCINCBJC07175001054.jpg&junta=C07175001>.

Anexo 14 - Registro de entrada da Família Angarten

Matricula dos Immigrantes entradas no Alojamento										Provincial de Immigração em São Paulo									
Numero	Nomes	Idade	Estado	Nacionalidade	Profissão	Procedencia	Nome do Navio	Chegada		Pagamento			Sahida		Destino		Observações		
								Mez	Dia	Total do auxilio	Mez	Dia	Mez	Dia	Provisorio	Difinitivo	Data do Carimbo	Volumes de Bagagem	
4651	Angarten	f	2	S	Leica	Teutonica	Br	Jul	29	297,000							14-7-97		
4652	Anna	f	2	S						10,000									
4653	Barbara	f	21	S						10,000	297,000								
4654	Scarpes Angarten	Mr	27	S						10,000									
4655	Barbara	f	26	S						10,000									
4656	Joseph	f	27	S						10,000									
4657	Barbara	f	28	S						10,000									
4658	Joseph	f	28	S						10,000									
4659	Joseph	f	28	S						10,000									
4660	Joseph	f	28	S						10,000									
4661	Joseph	f	28	S						10,000									
4662	Joseph	f	28	S						10,000									
4663	Joseph	f	28	S						10,000									
4664	Joseph	f	28	S						10,000									
4665	Joseph	f	28	S						10,000									
4666	Joseph	f	28	S						10,000									
4667	Joseph	f	28	S						10,000									
4668	Joseph	f	28	S						10,000									
4669	Joseph	f	28	S						10,000									
4670	Joseph	f	28	S						10,000									
4671	Joseph	f	28	S						10,000									
4672	Joseph	f	28	S						10,000									
4673	Joseph	f	28	S						10,000									
4674	Joseph	f	28	S						10,000									
4675	Joseph	f	28	S						10,000									
4676	Joseph	f	28	S						10,000									
4677	Joseph	f	28	S						10,000									
4678	Joseph	f	28	S						10,000									
4679	Joseph	f	28	S						10,000									
4680	Joseph	f	28	S						10,000									
4681	Joseph	f	28	S						10,000									
4682	Joseph	f	28	S						10,000									
4683	Joseph	f	28	S						10,000									
4684	Joseph	f	28	S						10,000									
4685	Joseph	f	28	S						10,000									
4686	Joseph	f	28	S						10,000									
4687	Joseph	f	28	S						10,000									
4688	Joseph	f	28	S						10,000									
4689	Joseph	f	28	S						10,000									
4690	Joseph	f	28	S						10,000									
4691	Joseph	f	28	S						10,000									
4692	Joseph	f	28	S						10,000									
4693	Joseph	f	28	S						10,000									
4694	Joseph	f	28	S						10,000									
4695	Joseph	f	28	S						10,000									
4696	Joseph	f	28	S						10,000									
4697	Joseph	f	28	S						10,000									
4698	Joseph	f	28	S						10,000									
4699	Joseph	f	28	S						10,000									
4700	Joseph	f	28	S						10,000									

Fonte: Museu da Imigração, Acervo Digital Disponível em: http://www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/livros/pdfs/L006_094.pdf

Anexo 19 – Registro de Informação sobre a Vila Nossa Senhora do Desterro de Jundiáí, Livro Paroquial 23, página 71




RITA DE CÁSSIA MOREIRA DA COSTA
Diretora Administrativa
do Arquivo Metropolitano
- Arquidiocese de São Paulo -

Fonte: Mitra Arquiocesana de São Paulo – Arquivo Metropolitano. Arquivado no Armário 8.; prateleira 2.